

DO ARQUIVO AO TERRITÓRIO: HISTÓRIAS, CONSERVAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

VOLUME II



ORGANIZADORES:

GEORGE LEONARDO SEABRA COELHO

ANGELO ADRIANO FARIA DE ASSIS

DO ARQUIVO AO TERRITÓRIO: HISTÓRIAS, CONSERVAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

VOLUME II



ORGANIZADORES:

GEORGE LEONARDO SEABRA COELHO

ANGELO ADRIANO FARIA DE ASSIS

Editora da Universidade Federal do Tocantins – EDUFT

Revisão: George Leonardo Seabra Coelho e Angelo Adriano Faria de Assis

Diagramação: George Leonardo Seabra Coelho

Capa: Carlos Batista

Copyright © 2026 - Universidade Federal do Tocantins - Todos direitos reservados

Universidade Federal do Tocantins (UFT) | Câmpus de Palmas
Avenida NS 15, Quadra 109 Norte | Plano Diretor Norte
Bloco IV, Reitoria
Palmas/TO | 77001-090



Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins (SISBIB)

A772 Do arquivo ao território: histórias, conservação e educação patrimonial no Brasil contemporâneo. Volume 2 / organização de George Leonardo Seabra Coelho e Angelo Adriano Faria de Assis. – Palmas, TO: Editora da Universidade Federal do Tocantins - EdUFT, 2026.
202 p. : il. e-book.

ISBN 978-65-5390-240-4.

1. Educação. 2. História. 3. Patrimônio cultural. 4. Arquitetura. 5. Brasil. I. Coelho, George Leonardo Seabra, org. II. Assis, Angelo Adriano Faria de, org. III. Título.

CDD 363.690981

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Universidade Federal do Tocantins
Editora da Universidade Federal do Tocantins – EDUFT

Reitor

Maria Santana Ferreira dos Santos

Vice-reitor

Marcelo Leineker Costa

**Pró-Reitor de Administração e Finanças
(PROAD)**

Carlos Alberto Moreira de Araújo Júnior

**Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
(PROEST)**

Kherlley Caxias Batista Barbosa

**Pró-Reitora de Extensão, Cultura e
Assuntos Comunitários (PROEX)**

Bruno Barreto Amorin Campos

**Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento
de Pessoas (PROGEDEP)**

Michelle Matilde Semiguem

Lima Trombini Duarte

Pró-Reitor de Graduação (PROGRAD)

Valdirene Gomes dos Santos de Jesus

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
(PROPESQ)**

Marcos Vinicius Giongo Alves

Conselho Editorial Presidente

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Membros do Conselho por Área

Ciências Biológicas e da Saúde

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Ciências Humanas, Letras e Artes

Fernando José Ludwig

Ciências Sociais Aplicadas

Ingrid Pereira de Assis

Interdisciplinar

Wilson Rogério dos Santos

Presidente do Selo Editorial do PPGHispan

Prof. Dr. Vasni de Almeida (UFT)

Membros

Prof. Dr. George Leonardo Seabra Coelho (UFT)

Prof. Dr. Vítor Hugo Abranche de Oliveira (UFT)

Prof.^a Dr.^a Regina Célia Padovan (UFT)

Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Melo Guimarães (UFT)

Prof.^a Dr.^a Keides Batista Vicente (UEG)

Prof. Dr. César Evangelista Fernandes Bressanin (UFT)

Prof. Dr. Marcelo Santos Rodrigues (UFT)

Prof. Dr. Marcelo Gonzales Brasil Fagundes (UFT)

Prof. Dr. Alexandre da Silva Borges (UFT)

Sumário

PREFÁCIO	6
APRESENTAÇÃO.....	9
Locais de tortura na cidade do Recife nos tempos da ditadura civil-militar (1964-1985) – Désirée Ciro Nery dos Santos e Helder Remigio de Amorim	13
A inclusão do Minecraft como ferramenta pedagógica na formação docente: uma proposta sobre educação patrimonial do Tocantins – Flávio Barbosa de Albernaz e Regina Célia Padovan.....	26
Da pesquisa à prática: o guia de conservação preventiva para acervos paroquiais mineiros – Williene Fátima Nascimento Gurgel e Angelo Adriano Faria de Assis	41
Criminalidade, resistência e liberdade: uma pesquisa histórica voltada ao Ensino Básico por meio de um podcast educativo – Elania Nunes Bezerra e Leandro Nascimento de Souza.....	55
Game of Thrones: possibilidades de ensino-Idade Média – Henrique Bondan Rampazzo e Roberto Radünz	73
Tecnologias digitais da informação e comunicação: como a coleção didática conexões ciências humanas e sociais aplicadas interagem com as tecnologias digitais – Maria Aparecida Pires Ribeiro e George Leonardo Seabra Coelho... 	92
Conservatório Estadual de Música de Visconde do Rio Branco-MG na década de 1950: entre patrimônios eurocentrados e folclórico-regionais – Leonardo Civale e Yasser Youssif Khoury.....	124
Modos de ensinar História durante as mudanças educacionais causadas pela Pandemia do Covid-19 em três escolas do Tocantins - Thasley Westanyslau Alves Pereira e Vasni de Almeida	172
INFORMAÇÃO SOBRE OS ORGANIZADORES	195
INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES	196

PREFÁCIO

Entre o silêncio dos arquivos e a pulsação viva dos territórios, a História se reinventa. Não mais confinada às estantes, às caixas documentais ou às narrativas distantes da vida cotidiana, ela emerge, neste volume, como prática social, compromisso ético e gesto político. “*Do arquivo ao território: histórias, conservação e educação patrimonial no Brasil contemporâneo (Volume 2)*” apresenta-se, assim, não apenas como uma coletânea de estudos, mas como um manifesto silencioso, e ao mesmo tempo eloquente, sobre os novos modos de produzir, ensinar e partilhar o conhecimento histórico no Brasil contemporâneo.

Organizada por George Leonardo Seabra Coelho (UFT) e Angelo Adriano Faria de Assis (UFV), a obra insere-se em um movimento mais amplo de reconfiguração da historiografia brasileira. Nele, os Mestrados Profissionais em História assumem protagonismo ao tensionar fronteiras tradicionais entre teoria e prática, entre universidade e sociedade, entre pesquisa e intervenção. Aqui, o conhecimento histórico não se encerra na escrita acadêmica, mas se desdobra em produtos, metodologias, experiências e linguagens que buscam dialogar diretamente com o mundo social, educativo e cultural.

O leitor perceberá, ao longo dos capítulos, que não se trata apenas de estudar o passado, mas de ativá-lo, de fazê-lo ressoar em práticas de educação patrimonial, em estratégias de preservação, em valorização da memória, em narrativas digitais, em experiências pedagógicas inovadoras. Essa perspectiva desloca o eixo da História do registro para a ação, da análise para a mediação, da contemplação para o engajamento.

Há, nesta coletânea, a clareza de que o historiador não é apenas intérprete do passado, mas também mediador de memórias e agente de transformação social. Tal compreensão se expressa na diversidade temática e metodológica dos trabalhos reunidos, que transitam entre arquivos e comunidades, entre patrimônios materiais e imateriais, entre espaços físicos e ambientes digitais. Essa pluralidade não fragmenta o volume, ao contrário, confere-lhe unidade ao revelar um horizonte comum que é o de uma História comprometida com a democratização do conhecimento e com a construção de sentidos coletivos.

Outro aspecto que merece destaque é a centralidade da educação patrimonial como

campo de articulação entre pesquisa e prática. Ao transformar acervos em experiências pedagógicas, documentos em narrativas acessíveis e espaços de memória em territórios de aprendizagem, os autores reafirmam o potencial formativo da História. Trata-se de um convite a repensar o ensino não como mera transmissão de conteúdos, mas como processo de construção de consciência histórica, pertencimento e cidadania.

Não menos relevante é a presença das tecnologias digitais, que atravessam diversos capítulos como ferramentas, linguagens e ambientes de produção histórica. Longe de uma adesão acrítica ao digital, ou seja, a adoção entusiasta e automática de tecnologias, plataformas e inteligência artificial, sem uma reflexão profunda sobre seus impactos éticos, sociais, educacionais e cognitivos. O que se observa é um uso consciente e criativo dessas tecnologias, orientado por finalidades educativas e sociais. Nesse sentido, o volume aponta caminhos para uma historiografia que dialoga com o presente, sem renunciar ao rigor teórico e metodológico.

Talvez, o maior mérito desta obra resida em sua capacidade de transformar o arquivo em território, não apenas no sentido metafórico, mas como prática concreta de deslocamento do documento ao sujeito, da memória à experiência e da pesquisa à intervenção. Ao fazer isso, os textos aqui reunidos nos lembram que a História não pertence apenas ao passado, ela é, sobretudo, uma construção permanente no presente, atravessada por disputas, silêncios, vozes e possibilidades.

Este segundo volume consolida, portanto, uma proposta editorial que valoriza a potencialidade dos Mestrados Profissionais como espaços de inovação e compromisso social. Mais do que apresentar resultados de pesquisa, ele oferece caminhos, provoca reflexões e inspira práticas. É uma obra que interpela o leitor, seja ele pesquisador, professor, estudante ou agente cultural, a repensar seu lugar diante da História e de suas múltiplas formas de existência.

Ao final, permanece a sensação de que este livro não se encerra em si mesmo. Ele se projeta para além de suas páginas, convidando à ação, ao diálogo e à continuidade. Porque, como nos sugerem os textos que o compõem, a memória não é apenas algo que se guarda, mas é algo que se vive, se disputa e se constrói coletivamente. Permanece como horizonte a possibilidade de mensurar o alcance dos produtos aqui apresentados, bem como os caminhos pelos quais se difundem as propostas gestadas no âmbito dos Mestrados Profissionais em História.

A presente obra se apresenta ao leitor como um convite exigente à leitura atenta e demorada, ao exercício rigoroso do pensamento crítico e, sobretudo, à assunção de um

compromisso ético e intelectual com uma História compreendida em sua densidade viva, plural e profundamente enraizada nas tramas sociais.

Parabéns aos autores e aos organizadores! Uma excelente jornada de leitura!

Prof. Dr. César Evangelista Fernandes Bressanin

Porto Nacional-TO, maio de 2026

APRESENTAÇÃO

A obra *Do arquivo ao território: histórias, conservação e educação patrimonial no Brasil contemporâneo (Volume 2)*, organizada por George Leonardo Seabra Coelho e Angelo Adriano Faria de Assis, professores, respectivamente, da Universidade Federal do Tocantins e da Universidade Federal de Viçosa, insere-se de maneira relevante no campo da historiografia brasileira contemporânea, ao evidenciar a crescente centralidade dos mestrados profissionais na área de História como espaços de produção de conhecimento articulado às demandas sociais.

Este volume dá continuidade a uma proposta editorial que busca destacar não apenas o rigor teórico-metodológico das pesquisas desenvolvidas, mas, sobretudo, sua dimensão aplicada, característica constitutiva dos programas profissionais. Nesse sentido, a obra reafirma a especificidade desses cursos de pós-graduação, nos quais a produção intelectual se associa à elaboração de produtos técnicos e educacionais, orientados à intervenção qualificada em diferentes contextos sociais, educacionais e institucionais, ou seja, uma parte prática que pode assumir diversos formatos e possibilidades para a aplicabilidade da pesquisa em prol da sociedade.

Ao contrário da tradição acadêmica estritamente voltada à produção textual resultante de pesquisas, os mestrados profissionais em História no Brasil têm se destacado por promover uma refinada articulação entre investigação histórica e práticas de transformação social. Tal perspectiva implica a valorização de campos como o ensino de História, a gestão e preservação do patrimônio cultural, a atuação em museus e arquivos, a gerência de questões pertinentes a instituições dos setores público e privado, bem como o desenvolvimento de políticas públicas de memória. Desse modo, esses programas contribuem para ampliar o alcance social do conhecimento histórico, conferindo-lhe maior capilaridade e relevância pública.

No âmbito educacional, essa modalidade de formação exerce papel decisivo na qualificação de docentes em exercício, especialmente na educação básica, ao fomentar o desenvolvimento de metodologias inovadoras, críticas e inclusivas. Além disso, estimula a produção de materiais didáticos, recursos pedagógicos e tecnologias educacionais que dialogam com as demandas contemporâneas do ensino, promovendo a democratização do acesso ao conhecimento histórico e o fortalecimento da consciência histórica dos sujeitos.

A coletânea ora apresentada exemplifica, de maneira consistente, a diversidade temática e metodológica que caracteriza as pesquisas oriundas desses programas. Os capítulos reunidos resultam de investigações que, para além de suas contribuições analíticas, materializam-se em produtos voltados à educação, à preservação de acervos e à mediação cultural, evidenciando o compromisso social do historiador enquanto agente de transformação e interlocutor entre o saber acadêmico e a sociedade.

Dessa forma, esses programas fortalecem a relação entre universidade e sociedade, tornando o saber histórico mais acessível, aplicado e socialmente relevante, ao mesmo tempo em que valorizam a prática profissional e a reflexão crítica sobre ela.

Este livro que chega agora ao grande público é um exemplo dessa diversidade temática e analítica, bem como da qualidade das pesquisas desenvolvidas nesses programas. Os capítulos aqui reunidos derivam do desenvolvimento de investigações dissertativas que culminaram em produtos educacionais e técnicos, reforçando o compromisso do historiador com a transposição didática, a preservação de acervos e o diálogo direto com a sociedade e a educação básica.

A estrutura do volume reflete tal pluralidade de abordagens, e está assim estruturada: como texto inaugural é o estudo de Désirée Ciro Nery dos Santos e Helder Remigio de Amorim, que procura analisar, em “Locais de tortura na cidade do Recife nos tempos da ditadura civil-militar (1964-1985)” os espaços de tortura na cidade do Recife durante a ditadura civil-militar, e culmina na elaboração de uma revista pedagógica voltada à problematização da memória e da violência de Estado.

Flávio Barbosa de Albernaz e Regina Célia Padovan, autoras de “A inclusão do Minecraft como ferramenta pedagógica na formação docente: uma proposta sobre educação patrimonial do Tocantins”, investigam a utilização do jogo digital *Minecraft* como recurso de educação patrimonial, enfatizando sua capacidade de estimular o engajamento e o senso de pertencimento entre jovens estudantes.

“Da pesquisa à prática: o guia de conservação preventiva para acervos paroquiais mineiros”, investigação de Williene Fátima Nascimento Gurgel e Angelo Adriano Faria de Assis aborda o descaso e a falta de cuidados adequados que culminaram na agonia dos acervos paroquiais mineiros. O trabalho, além de apontar os resultados desse abandono, busca apresentar possibilidades de ação preservacionista, articulando conservação preventiva e micro-história como estratégias de salvaguarda da memória eclesiástica.

Elania Nunes Bezerra e Leandro Nascimento Souza, no texto “Criminalidade, resistência e liberdade: uma pesquisa histórica voltada ao Ensino Básico por meio de um

podcast educativo” propõem uma reflexão sobre as relações entre escravidão, poder e resistência na cidade do Recife durante o século XIX, a partir de práticas consideradas “criminosas” pela elite e pelo aparato policial da época, percebendo a criminalidade atribuída à população negra como expressão de agência social e forma de contestação à ordem escravista, mais do que como simples transgressão legal.

Já “Game of Thrones: possibilidades de ensino – Idade Média”, de autoria de Henrique Bondan Rampazzo e Roberto Radünz, procuram analisar de que maneira a fantasia pode ser utilizada para ensinar História a partir do exame da série *Game of Thrones*, baseada na obra original de George R.R. Martin, tornando-se um dos pilares do entendimento popular acerca da representação medieval em uma perspectiva histórica.

“Tecnologias digitais da informação e comunicação: como a coleção didática conexões ciências humanas e sociais aplicadas interagem com as tecnologias digitais”, tema de Maria Aparecida Pires Ribeiro e George Leonardo Seabra Coelho, investigam a integração entre livros didáticos e as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), propondo uma cartilha digital para o suporte docente.

Leonardo Civalo e Yasser Youssif Khoury, discutem, em “Conservatório Estadual de Música de Visconde do Rio Branco-MG na década de 1950: entre patrimônios eurocentrados e folclórico-regionais”, a criação do Conservatório relacionando-o ao projeto cultural mineiro do governo Juscelino Kubitschek. Essa articulação produziu um processo de “museificação” das músicas populares e folclóricas, incorporadas ao ensino formal como símbolos da identidade nacional influenciando as políticas culturais brasileiras entre as décadas de 1930 e 1950.

Por fim, encerrando o volume, “Modos de ensinar de História durante as mudanças educacionais causadas pela Pandemia do Covid-19 em três escolas do Tocantins”, de Thasley Westanyslau Alves Pereira e Vasni de Almeida, buscou estudar as percepções e práticas de docentes que atuavam, preponderantemente, na disciplina História durante as mudanças educacionais provocadas pela pandemia provocada pelo SARS-Covid-19, a partir do contexto tocantinense.

Dessa forma, o presente volume reafirma a potência dos mestrados profissionais em História como espaços de produção de conhecimento comprometidos com a transformação social, ao mesmo tempo em que evidencia a capacidade da pesquisa histórica de transcender os limites da Academia, convertendo-se em instrumento de educação, preservação e cidadania. Ao transformar o arquivo em território vivo de experiências, práticas e significados, a obra contribui para a consolidação de uma historiografia socialmente engajada e metodologicamente

plural no Brasil contemporâneo. Afinal, como dizia o poeta Alan Kramer, “Os olhos da nossa memória veem melhor do que os nossos”.

Que o contato com os debates dos textos aqui presentes também gere consciência, engajamento e olhos atentos ao caro leitor.

Boa leitura a todos!

George Leonardo Seabra Coelho
Angelo Adriano Faria de Assis

LOCAIS DE TORTURA NA CIDADE DO RECIFE NOS TEMPOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964- 1985)

Désirée Ciro Nery dos Santos
Helder Remigio de Amorim

Introdução

O trabalho, intitulado *Locais de Tortura na Cidade do Recife nos tempos da Ditadura Civil-Militar (1964-1985)*, culminou na produção da revista *Memórias das Sobras – Locais de Tortura na Cidade do Recife nos Tempos da Ditadura Civil-Militar (1964-1985)*, a qual constitui seu produto final.

A seleção temática foi motivada pela análise do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV)¹, que suscitou um interesse específico em investigar os eventos históricos relacionados à repressão na capital pernambucana durante o período da ditadura civil-militar entre 1964 e 1985. Os depoimentos e as biografias das vítimas de tortura e morte, conforme documentado no referido relatório, impulsionaram uma análise detalhada da atuação dos órgãos de repressão na cidade do Recife. A questão norteadora da pesquisa foi: Qual a relevância do conhecimento e do mapeamento dos locais de atuação dos órgãos de repressão na cidade do Recife durante a ditadura civil-militar (1964-1985)? O objetivo geral do estudo consistiu em identificar os edifícios públicos e privados utilizados no Recife como centros de detenção, prática de tortura e outras violações dos direitos humanos contra opositores políticos e indivíduos considerados subversivos. Para tal, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: 1) Realizar uma análise histórica dos eventos que culminaram no golpe civil-militar

¹ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014a. 976 p. – (Relatório da Comissão da Verdade, v. 1).

de 1964; 2) Cruzar dados e depoimentos compreendidos nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC)² com fontes historiográficas validadas; 3) Mapear cartograficamente locais de desaparecimentos, sequestros e tortura em Recife, conforme indicados nos relatórios das comissões de verdade; e 4) Desenvolver material didático (revista ilustrada) destinado ao público e aos estudantes do 3º ano do Ensino Médio, visando fomentar uma consciência crítica sobre o regime ditatorial.

Para o desenvolvimento e a elaboração do produto final, a metodologia de pesquisa incluiu uma investigação aprofundada na historiografia da ditadura civil-militar (1964-1985), abrangendo consultas a periódicos da época (*Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*) e a análise dos relatórios oficiais das comissões da verdade. O escopo da averiguação abarcou temas centrais, como o contexto e os desdobramentos do golpe de 1964 e a temática da Justiça de Transição, com foco específico no trabalho das comissões da verdade. Foi dada ênfase ao papel dos órgãos de repressão na cidade do Recife, explorando-se seus métodos de tortura e as motivações subjacentes às práticas repressivas.

Outro aspecto crucial da investigação residiu na análise das manifestações estudantis ocorridas em Pernambuco no período de 1964 a 1968. O estudo documental evidenciou a articulação e a relevância dos movimentos de resistência juvenil ao regime ditatorial, demonstrando a expressiva capacidade de organização, mobilização e contestação política dos estudantes durante o quadriênio investigado.

Por fim, a análise dos mecanismos de tortura revelou seu caráter sistemático e disciplinar, evidenciando que tais práticas funcionaram como instrumentos de controle social e aniquilação da dissidência, e não apenas como método de obtenção de informações.

O conjunto dessas análises possibilitou uma compreensão abrangente das práticas repressivas durante o regime ditatorial, estabelecendo fundamentos essenciais para o entendimento dos impactos duradouros desse período na história do Brasil.

² BRASIL. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Relatório / Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Recurso eletrônico. – Brasília: CEMVDHC, 2012a. – (Relatório da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, v. 1).

Discussão Teórico-Metodológica

O regime civil-militar (1964–1985) consolidou-se como um sistema autoritário de repressão e violação de direitos humanos. A compreensão desse período exige uma abordagem interdisciplinar que ultrapasse as narrativas tradicionais, incorporando perspectivas teóricas capazes de elucidar as dimensões simbólicas e materiais do poder.

Nesse contexto, o quando teórico-conceitual de pensadores como Michel de Certeau (1994), com sua distinção entre espaço e lugar, Carlo Ginzburg (1991), com sua ênfase na micro-história e na evidência indiciária, Michel Foucault (1987), com suas análises sobre poder e biopolítica, e Paul Ricoeur (2007), com suas reflexões sobre memória, história e esquecimento, oferece referenciais epistemológicos cruciais para a análise aprofundada dos espaços de detenção e tortura e das experiências das vítimas da repressão estatal. Tais perspectivas permitem uma investigação mais matizada das dinâmicas de poder, resistência e produção de memória associadas a esse período histórico.

A análise dos sítios de repressão, como as instalações do DOI-CODI e do DOPS no contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964–1985), pode ser cientificamente fundamentada pela distinção conceitual entre lugar e espaço proposta por Michel de Certeau em *A Invenção do Cotidiano* (1994).

O lugar é definido por Certeau como a ordem da distribuição que rege posições e limites, configurando uma estabilidade topológica sob o controle de uma instituição ou poder. No contexto da repressão, o lugar reflete a organização estática e a arquitetura do Estado ditatorial, destinado à execução da coerção e da violência política institucionalizada.

Em contrapartida, o espaço emerge como dinâmico e relacional, sendo o resultado da “operação” ou “prática” dos sujeitos. Configura-se pela intersecção de elementos em movimento, ou seja, as trajetórias e as ações dos indivíduos.

Nesse arcabouço, os locais de tortura, embora concebidos e controlados pelo aparelho de segurança do Estado (o lugar do poder repressivo), foram simultaneamente reconfigurados pelas práticas e vivências dos prisioneiros. A ocupação desses locais pelos corpos das vítimas e a manifestação de suas interações e resistências – mesmo sob coerção extrema – transformam o lugar de dominação em um espaço de conflito e de produção de agência. Essa perspectiva permite uma compreensão mais complexa de como a experiência subjetiva desafia e, paradoxalmente, inscreve-se na estrutura objetiva da repressão.

Os aparatos repressivos da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) estabeleceram

os locais de detenção e interrogatório como espaços centrais para a manifestação do poder estatal, nos quais o corpo dos indivíduos tornava-se o alvo principal da coerção. A tortura, nesse contexto, transcendeu a mera função de extração de informações, operando como uma tecnologia de poder voltada para a aniquilação da subjetividade dissidente e a consolidação da submissão política.

A partir da perspectiva analítica de Michel Foucault em *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão* (1987), as práticas de vigilância e tortura implementadas nesses sítios podem ser interpretadas como dispositivos que visavam a produção de “corpos dóceis” (Foucault, 1987), mediante a aplicação de técnicas disciplinares extremas. Esses espaços funcionavam, portanto, como “laboratórios de controle” ou “microfísicas do poder”, onde a autoridade estatal exercia seu domínio de maneira explícita e violenta sobre o físico das vítimas.

A violência física e simbólica, ao permear as relações nesse ambiente, evidenciava a estratégia do Estado em disciplinar e submeter, demonstrando o caráter capilar e institucionalizado do poder repressivo na desarticulação da oposição política. Assim, a tortura não era um desvio, mas uma tática integrada ao sistema de poder para manutenção da ordem ditatorial.

A micro-história, conforme preconizada por Carlo Ginzburg, constitui uma ferramenta metodológica fundamental para a investigação pormenorizada das dinâmicas internas dos centros de repressão do período ditatorial brasileiro. Por meio da redução da escala de observação e da ênfase no paradigma indiciário, essa abordagem possibilita o escrutínio de evidências e fontes tradicionalmente consideradas marginais, incluindo as experiências individuais e os depoimentos das vítimas.

O foco em uma escala reduzida permite desvelar as minúcias e as complexidades dos eventos repressivos, que tendem a ser obscurecidas pelas narrativas históricas de caráter macroestrutural. A análise micro-histórica de depoimentos – como aqueles coletados pelas comissões da verdade – propicia uma compreensão detalhada das experiências traumáticas e dos mecanismos de abuso de poder, fornecendo um panorama sobre como a violência estatal se materializava no cotidiano dos espaços de tortura.

Ademais, ao enfatizar as trajetórias e as práticas dos indivíduos, a micro-história ressalta que esses locais não eram exclusivamente esferas de dominação e violência. Eles também eram palcos da emergência de formas sutis de resistência e sobrevivência por parte dos prisioneiros, conferindo agência aos sujeitos historicamente marginalizados. Assim, a metodologia de

Ginzburg refina a análise historiográfica, oferecendo uma perspectiva crucial para a reconstrução da memória da repressão.

A análise do legado traumático da ditadura militar, particularmente no que concerne aos locais de tortura, é substancialmente enriquecida pela filosofia de Paul Ricoeur, notadamente em sua obra *A Memória, a História, o Esquecimento* (2007).

Ricoeur estabelece que a memória não se restringe a uma reprodução passiva do pretérito, mas sim uma prática ativa e hermenêutica de reconstrução e interpretação dos eventos históricos. Neste quadro, o testemunho das vítimas de tortura assume um papel epistêmico crucial, servindo como fonte primária para a denúncia das violações e a preservação da memória coletiva.

Conforme o imperativo ético ricoeuriano, a memória deve ser inclusiva, demandando o reconhecimento e a integração das narrativas que foram historicamente silenciadas e marginalizadas pelos regimes autoritários. Ao resgatar e oficializar essas vozes – tarefa central das comissões da verdade e de justiça de transição –, ocorre uma ressignificação simbólica dos antigos centros de repressão. Estes locais são transmutados em símbolos de resistência e justiça.

Este processo dialético, ao confrontar o esquecimento imposto com a lembrança ética, contribui para o exercício da verdade, que é um pressuposto fundamental para a reconciliação e o eventual processo de cura social no pós-autoritarismo.

Sob uma perspectiva analítica que integra as contribuições teóricas de Michel de Certeau, Michel Foucault, Carlo Ginzburg e Paul Ricoeur, os centros de tortura estabelecidos durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) devem ser compreendidos como campos de tensão sociopolítica de natureza multidimensional.

Primeiramente, sob a ótica da Dimensão do Poder e do Espaço, a arquitetura institucional do regime ditatorial concebeu esses locais como um “lugar” (Certeau), uma estrutura estática e delimitada de coerção. Ela também os via como “dispositivos” (Foucault) disciplinares onde o poder se manifestava de forma explícita através da vigilância panóptica e da violência física e psicológica sobre o corpo político. Todavia, a experiência *vivida* dos prisioneiros políticos reconfigurou dinamicamente esses ambientes em “espaços” de resistência potencial, subvertendo, em alguma medida, a lógica coercitiva imposta.

Em segundo lugar, a Dimensão Micro-histórica e de Agência (Ginzburg) orienta a análise para além da macroestrutura repressiva. A aplicação do método micro-histórico, com foco nas fontes marginais e nas experiências individuais, permite a revelação das micropolíticas

de resistência, negociação e sobrevivência cotidianamente implementadas pelos sujeitos oprimidos dentro desses ambientes confinados. Essa análise em escala reduzida confere visibilidade à agência dos indivíduos em contextos de extrema vulnerabilidade.

Por fim, a Dimensão da Memória e da Justiça (Ricoeur) enfatiza o papel crucial dos testemunhos das vítimas. Essas narrativas, essenciais para a memória coletiva e a justiça de transição, atuam como um imperativo ético. O resgate e o reconhecimento dessas histórias traumáticas, por meio de um processo hermenêutico ativo, promovem a ressignificação desses locais. A partir do reconhecimento da verdade histórica, os antigos centros de opressão são transmutados em símbolos eloquentes da luta em prol dos direitos humanos e da efetivação da justiça histórica.

As dimensões do produto

A Revista *Memórias das Sombras – Locais de Tortura na Cidade do Recife nos Tempos da Ditadura Civil-Militar (1964-1985)* foi concebida a partir da premente necessidade de abordar a historiografia negligenciada dos sítios de coerção utilizados pelo aparato repressivo estatal. Ela foi criada para a violação sistemática dos direitos humanos no Recife.

Considerando o contexto brasileiro, a capital pernambucana, assim como outras metrópoles, ostenta marcas históricas indeléveis de repressão e violência estatal, as quais demandam imperativamente o reconhecimento e o estudo. O objetivo central desta iniciativa editorial consiste no resgate e na preservação da memória desses espaços. Ela visa fomentar uma compreensão crítica e reflexiva acerca dos eventos históricos que tipificam esse período de graves violações. Assim, contribui para a historiografia da memória e da justiça de transição.

Em suma, a articulação desses referenciais teóricos permite transcender a visão simplista de mera opressão, evidenciando as complexas interações entre poder, agência, espaço e memória, que culminam na transformação simbólica desses sítios históricos.

A escolha pelo formato de revista para a apresentação da cartografia dos locais de tortura no Recife, durante o regime civil-militar (1964-1985), fundamenta-se em uma estratégia de natureza pedagógica e didática.

Este formato visa ampliar o alcance do material, atendendo simultaneamente aos pesquisadores e ativistas dedicados ao resgate da história das vítimas do autoritarismo, e ao público geral. A utilização de uma linguagem visual acessível e um design gráfico atraente é

intencional para facilitar a assimilação de temas complexos e sensíveis, como a repressão política e as graves violações de direitos humanos no Brasil, promovendo o engajamento crítico com a memória histórica do período.

A adoção de um formato visualmente dinâmico é instrumental para o sucesso comunicativo da revista, pois viabiliza a integração sinérgica entre textos explicativos, mapas cartográficos, imagens históricas e ilustrações.

Essa integração metodológica oferece uma compreensão aprofundada dos locais e dos eventos narrados, transformando dados brutos em conhecimento contextualizado. A cartografia dos espaços de repressão é estrategicamente salientada, permitindo a visualização geográfica precisa dos sítios de tortura. Tal geolocalização enriquece significativamente o processo de ensino-aprendizagem, ao fornecer um contexto espacial detalhado que vincula a história dos eventos à sua materialidade geográfica, essencial para a demarcação da memória e para a conscientização cívica.

Adicionalmente, a flexibilidade editorial intrínseca ao formato de revista é crucial, pois facilita a inclusão de depoimentos e relatos de testemunhas oculares.

Essa incorporação de narrativas pessoais confere uma perspectiva humana e direta aos acontecimentos, ultrapassando a mera documentação factual. Ao fomentar uma reflexão interativa e crítica, o material engaja estudantes e o público em geral a ponderarem ativamente sobre os profundos impactos sociais e políticos do regime ditatorial, reforçando o valor ético e cívico da preservação da memória histórica como alicerce da democracia.

A Revista Memória das Sombras

A inserção da revista *Memória das Sombras – Locais de Tortura na Cidade do Recife durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985)* como recurso didático para o 3º ano do Ensino Médio, nas redes de ensino pública e privada, configura-se como uma inovação substancial. Isso impacta a abordagem da história brasileira neste ciclo educacional.

Ao integrar este material ao currículo escolar, proporciona-se aos estudantes a oportunidade de desenvolver uma compreensão crítica e sensível de um período histórico complexo e, frequentemente, doloroso da trajetória nacional. Esta iniciativa pedagógica visa não apenas informar, mas também estimular a reflexão aprofundada sobre as implicações do passado autoritário.

Esta estratégia pedagógica transcende a mera transmissão de conteúdo histórico,

focando no desenvolvimento de competências cruciais para a formação integral do aluno.

Ao expor os estudantes à história sob a perspectiva das vítimas da ditadura, o material estimula o aprimoramento do pensamento crítico, da empatia e da consciência social. Dessa forma, os alunos são engajados em uma reflexão profunda sobre pilares da cidadania, como justiça, o respeito aos direitos humanos e a consolidação dos valores democráticos. O objetivo último é capacitar as novas gerações para atuarem como sujeitos históricos informados e eticamente responsáveis.

A revista *Memória das Sombras* se destaca por incorporar uma gama de recursos pedagógicos inovadores, como QR Codes e links para documentários e materiais audiovisuais (*URLs* para aulas e entrevistas no YouTube).

Essa intencionalidade metodológica visa estimular a curiosidade investigativa dos estudantes e incentivá-los a aprofundar suas pesquisas sobre a ditadura civil-militar. Tal abordagem, de natureza intrinsecamente interativa, facilita a imersão nos conteúdos históricos e potencializa a compreensão dos alunos sobre a persistência e o impacto desse período na configuração da sociedade contemporânea.

A incorporação deste material ao currículo do 3º ano do Ensino Médio sinaliza um compromisso inequívoco com uma educação mais inclusiva e democrática.

Ao fomentar o reconhecimento e o confronto ativo com os períodos sombrios da história nacional, a iniciativa contribui diretamente para a edificação de uma sociedade mais justa e igualitária. Este processo educativo cultiva, desde as fases iniciais da formação cívica, o respeito inegociável pelos direitos humanos e pela dignidade de todas as pessoas.

Em síntese, a implementação da revista *Memórias das Sombras* no contexto do Ensino Médio representa um avanço crucial na promoção de uma educação de alta qualidade, que se mostra relevante diante dos desafios da contemporaneidade.

Esta ação pedagógica não apenas fornece conteúdo histórico, mas também estimula a formação de cidadãos conscientes e criticamente engajados, profundamente comprometidos com a defesa dos valores democráticos e com a irrestrita proteção dos direitos humanos.

Considerações finais

O mapeamento dos locais de tortura em Recife, durante a ditadura civil-militar (1964-1985), configura-se como um esforço documental e ético de importância capital. Sua relevância transcende a mera documentação dos horrores de Estado, estabelecendo-se como uma

ferramenta essencial para a preservação da memória histórica e o combate ativo ao esquecimento institucional. A identificação precisa desses espaços – onde indivíduos foram submetidos a métodos cruéis e desumanos, resultando em mortes e sequelas físicas e psicológicas permanentes – cumpre um duplo papel: revelar as estruturas de poder que sustentaram o regime autoritário e evidenciar a urgência do atendimento aos imperativos de justiça, reparação e reconhecimento das graves violações de direitos humanos. Assim, o mapeamento transforma a geografia urbana em um território de memória e resistência cívica.

O alicerce metodológico desta investigação cartográfica residiu em uma robusta contextualização diacrônica, primariamente subsidiada por dados documentais emanados da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC). Tais fontes primárias revelaram-se instrumentais na elucidação da amplitude e da sistematicidade da repressão e da violência estatal instituídas pelo regime, com particular ênfase na Região Metropolitana do Recife e no panorama nacional. A análise desses corpora documentais permitiu a apreensão aprofundada das táticas de coerção física e psicológica (tortura) e dos mecanismos de monitoramento e intimidação operados pelas agências de segurança e informação do Estado. Notadamente, o Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Essas instituições historicamente simbolizaram a brutalidade e a transgressão contínua dos direitos humanos fundamentais.

Para além dos subsídios documentais oficiais, a coleta e análise de testemunhos orais de sobreviventes, familiares e indivíduos que prestaram depoimento às comissões (CNV e CEMVDHC) constituíram um componente metodológico crucial na elaboração deste mapeamento. Tais narrativas oferecem uma dimensão fenomenológica e individualizada das violações de direitos humanos, conferindo agência e voz às vítimas diretas e indiretas da violência de Estado. Estes relatos detalham as experiências vivenciadas nos centros de detenção e tortura, explicitando a manifestação da violência estatal em suas dimensões física e psicológica, e evidenciando as estratégias de resistência empreendidas pelos prisioneiros políticos em contextos de extrema vulnerabilidade. Conseqüentemente, a justaposição de evidências documentais e narrativas pessoais enriquece a compreensão historiográfica e ressalta a relevância da memória social como um imperativo ético e um vetor de justiça de transição.

O processo de mapeamento georreferenciado dos locais de coerção e tortura transcende a mera taxonomia espacial, configurando-se como um empreendimento de elevado valor

simbólico e pedagógico. Estes sítios, historicamente saturados de violência e sofrimento, estão sendo passíveis de ressignificação enquanto ‘lugares de memória’ e espaços de reflexão crítica. Tal transformação não apenas promove o reconhecimento e a dignificação das vítimas, mas também catalisa uma conscientização social ampliada sobre os riscos inerentes aos regimes autoritários. A conversão desses locais em referenciais históricos e dispositivos educativos contribui diretamente para a consolidação de uma consciência cívica coletiva que reverencia os valores da liberdade, da democracia e dos direitos humanos fundamentais. Deste modo, esta iniciativa não se limita à documentação retroativa do pretérito, mas engaja-se ativamente na construção de uma narrativa histórica inclusiva e polifônica, que confere audibilidade às vozes historicamente silenciadas e fomenta um processo contínuo de reconciliação social e justiça de transição.

A significância desta pesquisa é corroborada por seu potencial impacto no domínio educacional. O arcabouço informacional e testemunhal gerado pelas comissões da verdade (CNV e CEMVDHC) constituiu o subsídio basilar para o desenvolvimento de nosso produto final, a revista ‘Memórias das Sombras’. Este material didático foi concebido com a finalidade de servir como um instrumento pedagógico relevante para os discentes do terceiro ano do Ensino Médio. Por intermédio deste recurso, os estudantes terão acesso a uma narrativa histórica que prioriza a elucidação da verdade e a defesa dos direitos humanos, facilitando uma exegese crítica e reflexiva sobre o período da ditadura militar. A revista transcende a mera exposição factual, visando primordialmente estimular o senso crítico e a conscientização cívica, auxiliando as novas gerações na compreensão dos riscos inerentes à regressão autoritária para o sistema democrático.

O engajamento na conscientização juvenil se configura como uma estratégia crucial para o fortalecimento dos valores democráticos e a prevenção da recorrência das atrocidades perpetradas durante o regime civil-militar. Este estudo transcende o mero testemunho das adversidades e do sofrimento vivenciados pela sociedade brasileira, estabelecendo-se como um compromisso categórico com a promoção dos direitos humanos e da justiça social. Ao reabilitar a memória dos indivíduos que foram historicamente silenciados, a pesquisa contribui substancialmente para a edificação de um futuro mais equitativo e democrático, no qual a liberdade e a dignidade de todos os cidadãos sejam integralmente preservadas e salvaguardadas. Conclui-se que este trabalho visa servir como um paradigma para as futuras gerações, reiterando a imperatividade da vigilância contínua contra a opressão e o esforço incessante na preservação

dos princípios basilares que sustentam uma ordem social genuinamente democrática.

Referências

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014a. 976 p. – (Relatório da Comissão da Verdade, v. 1).

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014b. 416 p. – (Relatório da Comissão da Verdade, v. 2)

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro (1964-1985)**. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; INSTITUTO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO – IEVE; GRUPO TORTURA NUNCA MAIS - RJ e PE. **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 1995.

DA SILVA, Marcília Gama. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. 2007. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2007.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar, espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. **Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico**. [Entrevista realizada em 24 de julho, 2013]. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 464-483, jul./dez. 2013. Entrevistadores: Silvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo Lindolfo Lohn.

- FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo**. 1. ed., 5. reimpor. São Paulo: Contexto, 2022.
- FON, Antônio Carlos. **Tortura**: a história da repressão política no Brasil. 4. ed. São Paulo: Global, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GASPARI, Elio. **As ilusões armadas**: a ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Ed. DiFel, 1991.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). São Paulo: EDUSP, 2013.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.
- PERNAMBUCO. Secretaria da Casa Civil. **Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara**. Relatório final: 2001, v. 1. Recife: CEPE, 2017.
- PERNAMBUCO. Secretaria da Casa Civil. **Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara**. Relatório final: 2001, v. 2. Recife: CEPE, 2017.
- POERNER, Arthur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- QUADRAT, Samantha Viz. **Poder e informação**: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2000.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura, anistia e reconciliação**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 172, jan.-jun. 2010.
- REIS, Daniel Aarão (Coord.). **Modernização, ditadura e democracia**: 1964-2010. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010; v. 5), p. 78.
- REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil:** uma biografia. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Simone Tenório Rocha. **Em Busca da Utopia:** As manifestações estudantis em Pernambuco (1964-1968). 2002. 202f. Tese (Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2002. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/1/arquivo7613_1.pdf. Acesso em: 15 set 2024.

VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à brasileira:** 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita. Rio de Janeiro: LeYa, 2014.

A INCLUSÃO DO MINECRAFT COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO DOCENTE: uma proposta sobre educação patrimonial do Tocantins

Flávio Barbosa de Albernaz
Regina Célia Padovan

Introdução

A educação contemporânea se encontra em uma encruzilhada crucial, marcada pela necessidade imediata de adaptação aos avanços tecnológicos e às novas demandas de uma sociedade cada vez mais digital. A formação continuada de professores emerge como um pilar fundamental para enfrentar esse desafio, visto que os educadores são os principais agentes de transformação na sala de aula. Neste contexto, a integração de ferramentas digitais no processo de ensino-aprendizagem não se apresenta mais como uma opção, mas sim como uma exigência para promover uma educação significativa e alinhada às expectativas da nova geração de estudantes, denominada por Prensky (2001) como “nativos digitais”.

O presente artigo, oriundo de uma pesquisa mais ampla desenvolvida no âmbito do Mestrado³ concentra-se na problemática da formação docente no estado do Tocantins e propõe como produto acadêmico inovador, a aplicação de um projeto de formação continuada com o intuito de instrumentalizar professores da educação básica, especificamente nas áreas de Educação e História, para a utilização do jogo digital *Minecraft*⁴ e jogos digitais similares como uma ferramenta pedagógica. O objetivo central do produto visa orientar e qualificar os

³ A dissertação defendida no ano de 2022, junto ao Programa de Mestrado Profissional em História das Populações Amazônicas (PPGHispam) teve como título *O uso de jogos digitais no ensino de História: uma aprendizagem significativa dos centros históricos tombados do Tocantins (2022)*.

⁴ Minecraft é um jogo digital nos modos criativo e sobrevivência no estilo sandbox, lançado em 2011 e criado pela desenvolvedora sueca Mojang Studios. Minecraft - Acessado em: 21 out. 2025

educadores a integrarem a gamificação⁵ na educação patrimonial, promovendo o engajamento estudantil e fortalecendo o senso de pertencimento e apropriação dos bens culturais tombados da região.

O produto técnico-científico gerado durante o mestrado profissional torna-se crucial para atestar a validade e a finalização da investigação conduzida, servindo como uma ponte entre a pesquisa e a aplicação prática na sociedade. A relevância desta proposta reside na sua capacidade de preencher uma lacuna existente nas graduações e licenciaturas em História que, frequentemente negligenciam a exploração dos recursos tecnológicos para fins didáticos, e sua oferta como uma solução prática para a inaptidão digital que ainda afeta uma parcela dos docentes.

Posto isso, este artigo, tem como propósito aprofundar a discussão sobre a relevância da gamificação na educação. Objetiva detalhar o desenho e a metodologia do produto de capacitação e apresentar os resultados esperados, buscando demonstrar como a inovação pedagógica, por meio de jogos digitais, pode contribuir para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes de seu legado histórico-cultural.

Para tanto, o presente texto está constituído em quatro momentos. Um primeiro que expõe as demandas da formação continuada de professores quanto a integração das tecnologias e dos jogos digitais, como a mediação didática no currículo escolar. Um segundo ponto, que problematiza o uso dos jogos digitais, como recurso pedagógico significativo no ensino de História. Num terceiro momento explora a metodologia prática junto aos estudantes, e por fim, no último tópico que trata sobre a metodologia prática de aplicação dos jogos junto ao grupo de professores e sua potencialidade como ferramenta na temática sobre patrimônio.

A tecnologia como ferramenta de mediação didática

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) estabeleceu, como uma de suas dez competências gerais, a necessidade de os docentes buscarem e aplicarem recursos tecnológicos que fomentem uma aprendizagem significativa. Contudo, observa-se que essa exigência contrasta com a realidade da formação inicial de professores, especialmente em cursos de licenciatura em História, onde a temática é pouco explorada. Essa lacuna formativa gera um desafio significativo para os educadores que, mesmo com a ânsia de inovar e de aplicar novos

⁵ Gamificação é o uso de mecânicas e dinâmicas de jogos (como pontuação, níveis, recompensas e desafios) em contextos não lúdicos, como a educação, com o objetivo de tornar as atividades mais envolventes e motivadoras.

recursos junto aos seus estudantes, deparam-se com diversos obstáculos. Dentre eles, a indisponibilidade de equipamentos compatíveis, as limitações na interface de jogos e a dificuldade de acesso a versões programadas, somadas a uma possível inaptidão técnica dos próprios docentes, caracterizada como um analfabetismo digital funcional.

A carência de formações adequadas sobre a integração de tecnologias, como os jogos digitais, no currículo escolar, obriga os professores a dependerem de iniciativas esporádicas que nem sempre tratam o assunto de maneira aprofundada. Diante deste cenário, o produto de formação continuada com o uso do *Minecraft* e jogos digitais similares nas aulas sobre o patrimônio histórico das cidades do Tocantins torna-se fundamental para suprir essa necessidade e capacitar os docentes de forma eficiente e duradoura.

Na atual conjuntura mundial, que foi marcada por uma catástrofe sanitária, o ofício do educador demandou um empenho constante na adaptação de métodos de ensino para atender às demandas de uma sociedade que se reinventou digitalmente. O referido período (2020 e 2021) reforçou a urgência de remodelar as práticas pedagógicas para alcançar resultados mais produtivos no processo de ensino-aprendizagem. Observou-se no referido cenário, uma crescente e evidente discrepância entre a geração de “educandos digitais”, habituada às inovações tecnológicas, e os “educadores analógicos”, muitos dos quais não tiveram a oportunidade de se aprofundar em letramentos digitais.

Nesse aspecto, a formação docente para inclusão de jogos digitais similares ao *Minecraft* na educação patrimonial do Tocantins surge como uma resposta direta a essa realidade, visando não apenas inovar o método de ensino de História, mas também ultrapassar os limites físicos da escola, adentrando nos lares dos estudantes através da realidade virtual.

A gamificação, nesse sentido, é justificada como um meio para que o educador possa provocar em seus discentes a semente daquilo que foi cultivado durante o desenvolvimento de sua maestria, aguardando que a sua instrução possa ser disseminada entre os estudantes de mais docentes contribuindo, assim, para a sustentação de uma futura sociedade mais atuante na preservação de seu legado histórico.

A base teórica deste projeto está ancorada na compreensão das transformações do processo de aprendizagem na sociedade do século XXI e na importância da tecnologia como ferramenta de mediação didática. Para Morán (2015), o espaço da escola e o processo de ensino-aprendizagem devem ser repensados para se integrarem aos “espaços virtuais de aprendizagem”, rompendo com as barreiras físicas. A gamificação, por sua natureza, facilita

essa integração, permitindo que a educação transcenda a sala de aula e se conecte com o universo dos alunos. A proposta aqui apresentada, de aplicar os jogos digitais sandbox⁶ de construção criativa como o Minecraft na educação patrimonial, segue essa perspectiva. Ela incentiva a comunidade escolar a incorporar os espaços coletivos de convivência, valorizando o paisagismo cultural e natural, a arquitetura vernacular das edificações e os bens materiais que constituem o patrimônio histórico e cultural.

Marc Prensky (2001), com sua teoria dos “nativos digitais” e “imigrantes digitais”, oferece uma lente analítica crucial para entender a necessidade de uma formação continuada. Os nativos digitais, nascidos e criados em um ambiente saturado de tecnologias, possuem uma facilidade inata com o manuseio de plataformas digitais, enquanto os imigrantes digitais, que se adaptaram à tecnologia posteriormente, tendem a ter mais dificuldades. A formação proposta busca justamente mitigar essa lacuna, proporcionando aos professores, os “imigrantes digitais”, os meios básicos para interagir e orientar os “nativos digitais” nos espaços educativos, utilizando os jogos como ferramentas pedagógicas. Essa interação é fundamental para fomentar nos alunos o sentimento de apropriação e pertencimento em relação aos bens coletivos de sua realidade cultural.

Ademais, a gamificação na educação é defendida por Araujo et al. (2017), que enfatizam a necessidade de que os professores recebam formação para atender às exigências de uma sociedade progressista. As tecnologias, nesse sentido, permitem registrar e editar informações, enquanto a mobilidade e a virtualização dão liberdade de espaços e tempos. Essa afirmação reforça a premissa de que a formação continuada não é apenas uma capacitação técnica, mas uma oportunidade para os educadores se libertarem de métodos tradicionais, explorando novas possibilidades e transferindo saberes entre seus pares.

No campo específico da História, Torquato (2018) evidencia a relevância do jogo digital como mediador tecnológico, já que sua estrutura, com suas noções de tempo e espaço, se assemelha à utilizada pelos historiadores para analisar fatos históricos. Assim, o jogo, se usado de maneira apropriada, pode ajudar o educador a fortalecer conceitos essenciais para a aprendizagem. A aplicação de jogos digitais como o *Minecraft* na educação patrimonial permite a simulação e a recriação de espaços e temporalidades históricas, fortalecendo a compreensão

⁶ Um jogo sandbox, também conhecido como "caixa de areia", é um tipo de videogame que proporciona ao jogador ampla liberdade para criar, interagir e explorar o ambiente virtual, sem um objetivo estabelecido ou um enredo rígido. A expressão remete à noção de uma caixa de areia, na qual as crianças podem usar a criatividade para brincar e construir o que desejarem.

dos alunos sobre seu legado. Essa abordagem, em consonância com as diretrizes do IPHAN, busca, conforme Londres (2012), despertar no educando a curiosidade e o prazer de conviver com o patrimônio cultural, incentivando-o a se apropriar desses bens para enriquecimento pessoal e como cidadão.

A sociedade contemporânea está profundamente conectada a diversas tecnologias, e os jogos eletrônicos se destacam nesse cenário. Com gráficos elaborados, trilhas sonoras envolventes, personagens complexos, narrativas ricas e desafios instigantes, esses jogos cativam os usuários, impulsionados por campanhas de marketing massivas que os posicionam como um dos maiores mercados de consumo no Brasil. A onipresença dessas mídias e sua relevância cultural crescente (Gallo, 2007) justificam o seu estudo e a sua incorporação em contextos educacionais. Um exemplo proeminente e passível de adaptação pedagógica é o *Minecraft*, que possui uma versão especialmente criada para o ambiente escolar, o *Minecraft Education*⁷. Esta plataforma permite que professores de História guiem os alunos na construção de maquetes virtuais de edificações históricas tombadas, tornando o aprendizado mais dinâmico e visualmente engajador. De acordo com Arruda (2011), o uso de videogames no ensino de História pode ser uma maneira eficaz de desenvolver analogias e conceituar períodos históricos, aproveitando a familiaridade dos estudantes com o meio.

A inclusão de metodologias ativas e o uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no ensino têm sido temas recorrentes no debate educacional (Bianchessi; Mendes, 2019). O objetivo é transformar os estudantes em agentes ativos de seu próprio aprendizado, utilizando a tecnologia como um facilitador autônomo. A urgência dessa adaptação foi evidenciada durante a pandemia de COVID-19⁸, diante da suspensão das atividades presenciais em 2020, em que os meios tecnológicos, antes vistos como meros auxiliares, se tornaram as ferramentas primordiais de ensino. Os professores foram compelidos a se tornarem profissionais versáteis e conectados, dominando diversas plataformas educativas e adaptando-se a um cenário de grandes desigualdades na infraestrutura educacional do país. A distinção entre as redes pública e privada de ensino, por exemplo, tornou-se ainda mais evidente

⁷ O *Minecraft Education Edition* é uma versão modificada do famoso jogo de blocos, desenvolvida especialmente para fins pedagógicos. Essa edição permite que professores de diferentes partes do mundo utilizem o jogo como ferramenta educativa, tornando as aulas mais interativas e envolventes, ao mesmo tempo em que estimula o aprendizado, a colaboração e a criatividade dos alunos.

⁸ “O novo coronavírus, designado SARS-CoV-2, foi identificado pela primeira vez em dezembro de 2019 na China, na cidade de Wuhan. Este novo agente nunca tinha sido identificado anteriormente em seres humanos. A fonte da infecção é ainda desconhecida”. Disponível em: Covid-19 - Ministério da Saúde - Acesso em 21 out. 2025.

nesse contexto emergencial.

Nesse sentido, é imperativo que haja uma readequação paradigmática do ambiente pedagógico e do currículo escolar para a contemporaneidade, levando em conta a condição existencial dos discentes. Estes sujeitos socioculturais já se inserem ativamente em um fluxo contínuo de informação e comunicação, permeado pela *cibercultura* definida por Pierre Lévy (1999) como o “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atividades, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (Lévy, 1999, p. 17).

Desse modo, a obrigatoriedade do isolamento social fez com que alunos e professores transformassem seus lares em espaços de estudo, mesclando obrigações escolares com a rotina doméstica. Essa transição demandou que as instituições de ensino revisassem e adaptassem suas práticas pedagógicas. Projetos de formação foram imediatamente organizados para orientar os educadores sobre o uso adequado de recursos digitais em aulas síncronas e assíncronas. O foco era evitar a mera replicação de métodos tradicionais em novas mídias, uma abordagem que pode comprometer o engajamento e a qualidade do aprendizado. Bittencourt (2018) reforça a necessidade de uma constante reflexão sobre as práticas de ensino de História para se adequar aos desafios contemporâneos.

Durante o ensino remoto, os docentes precisaram desenvolver novas estratégias para abordar os conteúdos e manter o interesse dos estudantes. Em muitas situações, a falta de engajamento dos alunos se manifestava pela alternância entre a plataforma da aula e o uso de redes sociais, jogos eletrônicos e outros conteúdos online. A gamificação, ao se alinhar aos hábitos de entretenimento dos alunos, surge como uma estratégia de ensino para prender a atenção e tornar o aprendizado mais relevante e prazeroso.

O cenário digital cada vez mais presente ressalta a importância de a escola reconhecer as formas de pensamento e aprendizagem que ocorrem além de seus limites físicos, especialmente no *ciberespaço*, entendido como o novo meio de comunicação surgido da interconexão global de computadores (Lévy, 1999, p. 92). Os alunos, em grande parte nativos digitais ou com elevado nível de letramento digital, demonstram habilidade para realizar tarefas complexas em ambientes não formais de aprendizagem, utilizando jogos eletrônicos e plataformas interativas que exigem o desenvolvimento rápido de múltiplas capacidades e competências fundamentais.

Essas habilidades, desenvolvidas de maneira autônoma e em colaboração com outros,

estão plenamente conectadas aos propósitos de ensino e aprendizagem definidos pelos educadores, ainda que o sujeito nem sempre tenha plena consciência do processo metacognitivo envolvido. Assim, a transformação digital na educação configura-se não como uma escolha, mas como uma necessidade ética e pedagógica. Ela é voltada à formação de cidadãos capazes de atuar de forma crítica e criativa na cibercultura do século XXI. Eles devem se apropriar das novas formas de comunicação e da ideia de universalidade sem totalidade que a rede possibilita.

No que tange à educação patrimonial, essa temática necessita ser problematizada junto ao conceito de patrimônio e identidade, relacionado a leitura sobre a formação da memória histórica dos indivíduos. Ao abordar a memória coletiva de uma localidade, promove a apropriação dos bens culturais legados pelas gerações anteriores, favorecendo a produção de conhecimento que será transmitido futuramente (Funari; Carvalho, 2011). O exercício de investigação proposto no projeto busca fazer com que os estudantes reflitam sobre seu papel como cidadãos, com direitos e deveres em relação aos bens culturais materiais e imateriais, com um foco especial nos espaços de sua própria vivência.

Para complementar a atividade principal, os alunos devem ser desafiados a pesquisar bens culturais em sua cidade natal ou em sua última residência, associando um item pessoal a um bem de interesse público. Por exemplo, uma fotografia de família tirada em um ponto turístico pode ser usada como item pessoal. Ela serve de ponto de partida para que o estudante investigue a origem do local, as mudanças ao longo do tempo e a importância daquele espaço para sua própria história. A conexão entre objetos culturais e a vida pessoal permitirá que os estudantes compreendam a importância da preservação e valorização da memória individual e coletiva em torno de bens que, em algum momento, fizeram parte de sua realidade histórica (De Sena, 2018).

A Educação Patrimonial configura-se, nesse contexto, como um pilar essencial e interdisciplinar no ensino de História, ao ultrapassar a simples transmissão de conteúdos cronológicos. Seu objetivo central é estimular nos estudantes a percepção crítica, o reconhecimento e a valorização de seus patrimônios culturais, materiais e imateriais, bem como dos lugares de memória que os conectam à sua identidade coletiva. Quando o patrimônio é integrado ao processo educativo, a escola fortalece sua missão de formar sujeitos conscientes, participativos e responsáveis pela preservação dos bens culturais que compõem sua herança social. Nessa perspectiva, o uso de jogos digitais torna-se uma estratégia inovadora que permite reinterpretar o patrimônio histórico como elemento dinâmico e presente na construção de novas

narrativas.

Este raciocínio nos leva a questionamentos a serem debatidos em sala de aula, tais como, a possibilidade em atribuir um preço a bens individuais, como recordações de família, considerando o vínculo afetivo e o sentimento de pertencimento (Oliveira, 2012), entre outros. A prática poderá também levantar a hipótese de que, independentemente do valor monetário, a reflexão sobre o patrimônio pessoal e coletivo traz um valor compensatório e intrínseco aos estudantes.

Jogos digitais no ensino de História

Retomando que o propósito da pesquisa visa verificar se as informações observadas durante o curso de formação equivalem aos objetivos e a problemática inicial, lança-se a questão: de que maneira os jogos digitais podem ser utilizados como recurso pedagógico significativo no ensino de História? O questionamento pode se desdobrar em uma ação educativa estruturada em quatro partes para a coleta e análise dos dados. A primeira etapa pode se concentrar na postura dos estudantes e em suas contribuições iniciais com os conceitos teóricos referentes ao estudo sobre patrimônio material e imaterial; a segunda poderá buscar traçar o perfil dos participantes e sua familiaridade com o universo dos games; a terceira e quarta etapas podem descrever e discutir os dados obtidos a partir das observações do professor envolvido e do retorno dos alunos, relacionando as atividades práticas com o referencial teórico.

Essa temática de abordagem sustenta-se num contexto em que as atuais circunstâncias vividas, tem sido marcada por crises políticas, ataques à ciência e a instituições de preservação da cultura e do meio ambiente. Tal aspecto tem se refletido na postura da juventude e de outros grupos sociais, que ecoam irreflexivamente absurdos proferidos por figuras de autoridade. Neste cenário, a educação patrimonial se torna ainda mais vital.

Assim, as abordagens buscam enfatizar as motivações para o uso da intervenção com games no ensino de História, como uma forma de aproximar a problematização da temática à ferramenta de aprendizagem. Ao introduzir o histórico das cidades e as referências arquitetônicas, o estudo permite aproximar o conhecimento prévio dos estudantes, destacando a importância das antigas construções para a preservação do patrimônio cultural do norte do Brasil (Porto, 2011). Diante o exposto, o uso do jogo digital pode incentivar a liberdade criativa e a participação dos alunos no desenvolvimento das atividades, visando compreender a perspectiva dos alunos sobre o uso dos jogos e o patrimônio cultural. As perguntas poderão ser

elaboradas de forma objetivas e discursivas, garantindo a autonomia dos participantes.

Ao tratarmos desse aspecto, consideramos o cenário importante em que o consumo de jogos eletrônicos tem se colocado em constante expansão, acompanhado pelo número de usuários que dedicam inúmeras horas a esses produtos. É fundamental reconhecer que essas mídias, assim como as redes sociais, podem carregar estereótipos, mas também representam um vasto potencial de aprendizado. É crucial que os educadores se atentem a este potencial para utilizá-los como instrumentos de ensino (Souza, 2018).

Os estudantes participantes voluntários que possuam a versão oficial do *Minecraft* geralmente estão habituados a lidar com desafios educativos em outras disciplinas. Aqueles discentes que não dispõem do jogo, podem ser orientados a buscar alternativas gratuitas e a focar no “modo criativo”, ideal para a edificação de monumentos.

Os jogos digitais, entre eles o *Minecraft*, têm sido cada vez mais abordados em pesquisas acadêmicas de diversas áreas do conhecimento. Este é um reflexo do reconhecimento das TDIC e das metodologias ativas como elementos essenciais nos processos de ensino e aprendizagem. O estudo inicial deste projeto pode demonstrar que a ludicidade é um aspecto intrínseco ao desenvolvimento humano (Gallo, 2007). A aprendizagem lúdica com jogos digitais é percebida em diferentes teóricos, que também defendem a abordagem do patrimônio cultural no ensino de História. A composição visual e sonora, bem como as narrativas dos jogos, captura a atenção dos alunos, o que torna o planejamento do educador imprescindível para canalizar esse interesse para a criatividade, o trabalho em equipe e o compartilhamento de conhecimentos.

As circunstâncias desfavoráveis para a aplicação de jogos na educação, como limitações estruturais e a falta de familiaridade dos professores e alunos com as ferramentas, são tratáveis. Por outro lado, o risco de dispersão e a fuga dos objetivos da aula também podem ser mitigados com um planejamento pedagógico rigoroso (Gee, 2009). No que se refere às atividades da pesquisa, a análise das representações de edificações no *Minecraft* e em jogos similares poderia revelar a disposição dos alunos em colaborar, pois a atividade se conecta com seus hábitos cotidianos.

Desse modo, o projeto pode cumprir seu objetivo de aprofundar a aplicabilidade desses recursos no ensino de História, abordando parte do patrimônio cultural do Tocantins. Mesmo diante das adversidades impostas por possíveis suspensões das aulas presenciais, as circunstâncias podem dar ainda mais relevância ao estudo, ao possibilitar a integração de objetos lúdicos dos alunos com o ensino, resultando em uma experiência de aprendizagem

significativa e em um modelo valioso para futuras investigações e práticas docentes.

Para tanto, a integração da educação patrimonial com jogos digitais no ensino de História configura-se como uma estratégia metodológica inovadora, capaz de responder aos desafios impostos pela cultura digital contemporânea. Por meio desses recursos, o ambiente escolar transforma-se em um espaço interativo e imersivo, onde os estudantes podem explorar contextos históricos simulados, visitar monumentos, sítios arqueológicos e cenários sociais do passado, e compreender de forma mais vivencial o significado do patrimônio cultural.

Ademais, essa mediação tecnológica, ao utilizar a linguagem dos games⁹, tão familiar aos jovens, torna o aprendizado mais dinâmico, participativo e significativo. Assim, a experiência lúdica promovida pelos jogos digitais não apenas favorece a assimilação de conhecimentos históricos, mas também estimula o pensamento crítico, a tomada de decisões conscientes e a valorização da preservação do patrimônio cultural, fortalecendo o vínculo entre memória, identidade e educação.

A abordagem do patrimônio cultural no ensino de História contribui para o fortalecimento da identidade regional e para a compreensão da memória histórica materializada nos monumentos estudados. O projeto pode servir como um meio para valorizar o legado cultural e incentivar a sua preservação (Luz; Balsan, 2021). A pesquisa pode demonstrar a potencialidade da gamificação para tornar o ensino de História mais dinâmico e relevante, ao conectar o passado com o presente dos estudantes por meio de ferramentas tecnológicas que já fazem parte de seu universo.

A atividade prática junto aos estudantes

Além da fundamentação conceitual, o profissional responsável pela condução da atividade (o facilitador) precisa dominar as competências de uso de recursos interativos digitais, como aqueles análogos ao *Minecraft Education*. Este domínio é facilmente obtido por meio de uma familiarização ágil com os materiais disponibilizados no portal oficial da desenvolvedora Mojang¹⁰ e pela prática direta com a jogabilidade da ferramenta em diferentes dispositivos

⁹ O termo pode descrever tantos jogos não digitais (como jogos de tabuleiro, de cartas e esportes) quanto jogos eletrônicos. Em contextos específicos, especialmente na cultura popular, "game" é frequentemente usado como sinônimo de "jogo eletrônico", mas a definição formal é mais abrangente.

¹⁰ *Mojang Studios* é uma empresa sueca de desenvolvimento de jogos, estabelecida em 2009 por Markus Persson, também conhecido como Notch. A empresa ganhou fama mundial ao desenvolver o *Minecraft*, um dos jogos mais vendidos e impactantes da história dos videogames.

(computador, console¹¹ ou aparelho móvel).

Adicionalmente, quem aplica a intervenção deve estar apto a manusear outras ferramentas e plataformas tecnológicas de comunicação e informação que serão empregadas no processo. Caso surjam dificuldades, é permitido ao aplicador requerer o suporte especializado de um técnico em tecnologia, seja ele prestado de forma presencial ou remota.

A aplicação prática da metodologia junto aos alunos foca em atividades que utilizam o *Minecraft* e jogos similares para a reconstrução e apropriação crítica do patrimônio, incentivando a reflexão cívica e a investigação histórica. Tal abordagem é central para a educação patrimonial, transformando os estudantes em agentes ativos na preservação do seu legado cultural material. Para o trabalho prático, faz-se necessário o cumprimento de algumas etapas complementares, entre as quais a construção arquitetônica virtual, na qual os alunos são desafiados a pesquisar e reproduzir virtualmente as edificações históricas e simbólicas do Tocantins no ambiente do *Minecraft Education* e similares.

Esta atividade exige a análise de referências arquitetônicas e históricas para garantir a fidelidade do modelo virtual, promovendo o desenvolvimento do raciocínio espacial e da investigação histórica. Um exemplo a ser aplicado com foco para essa edificação digital pode ser empregada no complexo monumental da Praça dos Girassóis, em Palmas, que serve como um livro aberto de história e civismo. Os alunos podem recriar detalhadamente o Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos (simbolizando o Poder Executivo) e as sedes dos demais poderes, como o Palácio João D'Abreu (Assembleia Legislativa) e o Palácio Rio Tocantins (Tribunal de Justiça).

Além de incluir os monumentos históricos de relevância nacional ali dispostos, como o Memorial Coluna Prestes e o Monumento aos Dezoito do Forte, além da Catedral do Divino Espírito Santo, o Cruzeiro e o Memorial da Primeira Missa. É essencial que a pesquisa se estenda ao piso da praça, com suas representações dos povos indígenas, reconhecendo o patrimônio imaterial e as raízes culturais que fundam o estado. Essa imersão digital no ambiente monumental permite que cada estudante se reconheça como parte indissociável desse vasto acervo patrimonial, contribuindo para a conscientização sobre a importância da sua preservação.

Na sequência, aborda -se a conexão patrimonial pessoal e coletiva que consiste em

¹¹ A palavra "console", no contexto de jogos digitais, significa o dispositivo dedicado a executar jogos eletrônicos, que normalmente é conectado a uma televisão ou possui sua própria tela.

complementar a atividade principal, onde os estudantes podem ser incentivados a pesquisar bens culturais em sua localidade, associando um item de valor pessoal (como uma fotografia de família) a um bem de interesse público. Este exercício permite que os alunos compreendam a importância da preservação e valorização da memória individual e coletiva, refletindo sobre o papel do cidadão em relação aos bens culturais materiais e imateriais (De Sena, 2018). No debate de valores, como última terceira etapa, o raciocínio levantado estabelece a conexão entre objetos pessoais e o patrimônio coletivo. Isso serve de base para o debate em sala de aula sobre a possibilidade de atribuir valor a bens individuais, considerando o vínculo afetivo e o sentimento de pertencimento. A discussão possibilita aos estudantes refletirem sobre o valor compensatório e intrínseco que o patrimônio pessoal e coletivo carrega (Oliveira, 2012).

Metodologia Prática de Aplicação Junto aos Professores

No que tange a abordagem sobre a formação continuada de professores, o mecanismo de leitura e formação junto ao coletivo dos docentes, visa não apenas o domínio técnico, mas a transformação da prática pedagógica (Franco, 2016). Para tanto, todo processo formativo requer conhecimento e reflexão sobre o universo da prática e das considerações quanto à necessária mudança.

Nesse aspecto, instaura-se o processo de “superação da inaptidão digital” em que a formação é desenhada para capacitar os docentes, que são os “imigrantes digitais” (Prensky, 2001), oferecendo-lhes os meios básicos para interagir com as plataformas lúdicas. Assim, o produto inclui a apresentação e a experimentação prática (jogabilidade) do *Minecraft* e de outros jogos digitais para que os professores se familiarizem com o ambiente, mitigando a insegurança técnica e o analfabetismo digital funcional.

Seguindo com a exposição de realização do estudo, propõe-se o desenvolvimento de estratégias pedagógicas ativas, ou seja, o encontro formativo orienta os educadores a desenvolverem novas estratégias para abordar os conteúdos e manter o interesse dos estudantes, especialmente em cenários como o ensino remoto. De modo, que os docentes selecionem determinado patrimônio material como monumentos e edifícios históricos regionais, ou não, para que vivenciando na prática a construção de um modelo digital nos jogos similares ou no próprio *Minecraft*, possam incluir na sua práxis as adaptações metodológicas. O foco aqui é a adaptação das práticas para que a gamificação seja usada como uma estratégia de ensino para prender a atenção e tornar o aprendizado relevante, evitando a mera replicação de métodos

tradicionais em novas mídias.

Após essa etapa, desenvolve-se a parte de análise e aperfeiçoamento didático, num momento em que na formação se inclui a observação do desenvolvimento de maquetes virtuais pelos professores e o uso e aperfeiçoamento de questionários como instrumentos de coleta de dados. Este processo busca legitimar um modelo de intervenção didática e incentiva os educadores a se libertarem de métodos tradicionais, explorando novas possibilidades e transferindo saberes entre seus pares.

Considerações Finais

A realização direta do produto de formação continuada na área de pesquisa garante a sua relevância e potencial de impacto na formação docente e na aprendizagem dos estudantes. A inclusão de jogos digitais como o *Minecraft* no repertório didático dos professores possibilitará mais benefícios do que perdas para o processo de ensino-aprendizagem, além de ampliar e provocar outras experiências no campo didático pedagógico e assim aproveitar todo o potencial que os videogames possam proporcionar para um aprendizado mais dinâmico e engajador. Os resultados previstos incluem o aumento do engajamento estudantil, a melhoria da compreensão de conceitos históricos e a promoção de uma cidadania mais consciente e ativa na preservação do patrimônio cultural, como temática de estudo.

O projeto de formação docente aqui apresentado não se limita a ensinar a usar apenas um jogo. Ele se constitui um catalisador para a inovação pedagógica e para o desenvolvimento profissional contínuo dos educadores. Ao capacitar os professores para o uso de tecnologias que já fazem parte do cotidiano de seus alunos, a formação preenche uma lacuna fundamental e estabelece uma ponte entre o universo analógico da escola e o mundo digital dos estudantes. É uma proposta que contribui para a construção de uma educação mais significativa, relevante e alinhada aos desafios do século XXI.

Por fim, o trabalho entende que a gamificação, quando bem aplicada e com o devido suporte formativo é uma metodologia promissora para o ensino de História e a educação patrimonial. O modelo de formação continuada proposto pode servir como base para futuras intervenções e pesquisas, incentivando outras instituições de ensino a investirem na capacitação tecnológica de seus professores. O caminho para a educação do futuro está na habilidade de integrar o novo sem perder a essência do que é fundamental: a formação de indivíduos críticos, responsáveis e conectados com seu passado e com a sua comunidade.

Referências

- ARAUJO, Ludymilla Nunes Coelho De et al. Reflexões sobre o processo de formação de professores mediados pelas tecnologias. **Anais IV CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/38498>. Acesso em: 23 out. 2025.
- ARRUDA, Eucídio Pimenta. O papel dos videogames na aprendizagem de conceitos e analogias históricas pelos jovens. **Ensino em Re-Vista**, v. 18, n. 2, p. 287-297, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/ER-v18n2a2011-7>. Acesso em: 25 out. 2021.
- BIANCHESSI, Cleber; MENDES, Ademir Pinhelli. Ensino de história por meio de jogos digitais: Relato de aprendizagem significativa com games. **Revista Tempos Espaços em Educação**. São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 12, n. 29, p. 145-160, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/9660>. Acesso em: 16 abr. 2022.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos Avançados**, Ano: v. 32, n. 93, p. 127-149, São Paulo: USP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002936641>. Acesso em: 05 mai. 2022.
- BRASIL. MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília-DF: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 23 jan. 2021.
- DE SENA, Italo Sousa. **Visualização e valorização da paisagem a partir de geogame**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1843/32701>. Acesso em: 17 jan. 2022.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; CARVALHO, Aline V. Patrimônio cultural, diversidade e comunidade. **Primeira Versão (IFCH-UNICAMP)**, v. 143, p. 1-69, 2011. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pub/livros/1672>. Acesso em: 20 out. 2025.
- FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.fclar.unesp.br>. Acesso em: 30 out. 2025.
- GALLO, Sérgio Nesteriuk. **Jogo como elemento da cultura**: aspectos contemporâneos e as modificações na experiência do jogar. São Paulo (SP), Tese (Doutorado em Comunicação), Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica da Puc-SP, 2007. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/4906>. Acesso em: 03 jul. 2022.
- GEE, James Paul. Bons videogames e boa aprendizagem. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 167. 2009, Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2009v27n1p167>. Acesso em: 05 ago. 2021.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999. Disponível em: <https://mundonativodigital.files.wordpress.com/2016/03/cibercultura>. Acesso em: 20 out. 2025.
- LONDRES, Cecília. O Patrimônio Cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. Educação patrimonial: reflexões e práticas. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **João Pessoa**: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012, p.14-21. Disponível em: IPHAN. Acesso em 12 mai. 2021.

LUZ, Dannyella dos Santos; BALSAN, Rosane. Patrimônio cultural: janelas do centro histórico de Porto Nacional -TO. In: LUZ, Dannyella dos Santos; BALSAN, Rosane. (Org). **Roteiro geo-turístico em Porto Nacional**: reflexões de ensino, pesquisa e extensão. EDUFT, Palmas (TO), 2021, p. 102-113. Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora/article/view/10686>. Acesso em: 05 mai. 2022.

MORÁN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. In: **Convergências midiáticas, educação e cidadania**: aproximações jovens. 2015. Disponível em:

<https://moran.eca.usp.br/?p=543>. Acesso em: 28 out. 2025.

OLIVEIRA, Frederico Salomé de. “**Aquela vida véia dali num é a vida daqui**”: as influências da igreja católica e as consequências da modernidade e urbanização na religiosidade dos antigos moradores do povoado Canela, em Palmas-To. 2012. 343f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br>. Acesso em: 20 ago. 2025.

PORTO, Marconio Ferreira. **Processo do patrimônio no Tocantins**. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Brasília (DF) 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/9397>. Acesso em: 15 mai. 2022.

PRENSKY, M.: Digital Natives Digital Immigrants. In: PRENSKY, Marc. **On the Horizon**. NCB University Press, Vol. 9 No. 5, October, 2001. Disponível em:

<https://www.marcprensky.com>. Acesso em 28 jun. 2021.

SOUZA, Edmarcos Carrara de. **O uso de jogos eletrônicos como ferramenta pedagógica**: análise do jogo Minecraft. Dissertação (Mestrado em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias). Universidade Pitágoras Unopar. Londrina [s.n.], 2018. Disponível em: <https://repositorio.pgsscogna.com.br>. Acesso em: 20 ago. 2025.

TORQUATO, N. M. M. **O uso do minecraft como dispositivo de mediação tecnológica no ensino de história**. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias), 2018. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/handle/1/121>. Acesso em: 12 out. 2025.

DA PESQUISA À PRÁTICA: o guia de conservação preventiva para acervos paroquiais mineiros

Williene Fátima Nascimento Gurgel
Angelo Adriano Faria de Assis

Introdução

Os problemas observados ao longo destes anos, evidenciam que a preservação dos acervos paroquiais não depende apenas de técnicas de restauração, mas da implementação de medidas preventivas acessíveis, contínuas e sustentáveis, que integrem conhecimento técnico, gestão administrativa e participação ativa das comunidades. E os estudos desenvolvidos na academia permitem-nos entender que a preservação do patrimônio cultural, em especial dos acervos documentais, demanda não apenas estudos teóricos, mas também a aplicação prática de conhecimentos para garantir a conservação, a difusão e o acesso à memória coletiva. Nesse sentido, os produtos acadêmicos — como guias, e-books e manuais — constituem instrumentos que permitem articular pesquisa e prática social, funcionando como pontes entre a produção científica e as necessidades concretas de instituições, gestores e comunidades.

Essa necessidade de aproximar o conhecimento técnico da realidade cotidiana das paróquias mostrou-se ainda mais evidente tanto na trajetória profissional de uma das autoras deste texto como professora conservadora-restauradora quanto no desenvolvimento da pesquisa de mestrado. Observamos que muitos dos danos presentes nos documentos em boa parte decorrem não da negligência – embora esta questão não possa ser desprezada –, mas da falta de conhecimento sobre o uso adequado de materiais e procedimentos de conservação. Pequenos reparos realizados com materiais externos inapropriados, como fitas durex, esparadrapo, fita crepe *etc.*, e o acondicionamento dos livros em sacos plásticos, papéis ácidos entre outras situações, acabam gerando deterioração silenciosas e progressivas.

Diante dessas constatações, surgiram os questionamentos sobre a necessidade de

orientar diretamente os guardiões dessa documentação sobre isso: por que não levar informação para os gestores e responsáveis pelos acervos, indicando de forma clara e objetiva o que pode e não pode ser feito nos livros e, principalmente sobre o que pode ser usado para realizar os pequenos reparos? Da mesma forma, por que não lhes informar o material adequado para acondicionar os livros. Além disso, percebemos que existem muitos livros com informações voltadas para o meio acadêmico. Por isso, tornou-se fundamental pensar na elaboração de um material informativo mais direto e didático, capaz de oferecer orientações simples e viáveis, a ser usado inclusive por não especialistas, servindo como ferramenta de apoio para ações de preservação preventiva.

Além de seu valor informativo, os documentos paroquiais apresentam relevância estética, histórica e patrimonial, sendo peças-chave para estudos envolvendo campos diferenciados do conhecimento, como genealogia, história local, antropologia e história da arte, entre tantos outros. Eles representam não apenas a trajetória das paróquias, mas também a identidade cultural de Minas Gerais, refletindo processos de colonização e ocupação do território, religiosidade, economia e relações sociais que moldaram a região ao longo dos séculos. A preservação desses acervos é, portanto, essencial para assegurar a continuidade da memória coletiva e para a valorização do patrimônio documental como recurso educativo e cultural.

Apesar de seu valor histórico inestimável, os acervos paroquiais enfrentam inúmeros desafios que ameaçam sua integridade e sobrevivência. Nestes anos de experiência, dentre os principais problemas identificados, podemos elencar:

- **Degradação física e química dos documentos:** papel envelhecido e amarelado, tinta metaloácida em processo de deterioração, a maioria dos manuscritos apresentava degradação da tinta, com danos em diversos estágios, como escurecimento do suporte, esmaecimento da tinta, migração da tinta para o verso da folha, aparecimento de halos, corrosão do suporte (quebra do papel e formação de buracos) e embaraço das informações, comprometendo a legibilidade. Esses processos são acelerados por fatores externos como umidade, temperatura e luz. Além de fragilização, fólios em decomposição e ou com manchas irreversíveis devido ao ataque de micro-organismos, comprometendo a legibilidade e a conservação dos registros, danos causados por roedores e baratas nas bordas dos livros, livros rendilhados, fragmentados e com fólios aderidos pela ação dos insetos xilófagos.
- **Danos estruturais:** danos no dorso e no cabeceado (com perda parcial ou total dos cabeceados), costuras rompidas, frouxas ou ausentes, desmembramento de

cadernos, e fólhos soltos, rasgados, arrancados, amassados, com vincos, bordas com dobras e "orelhas". A fragilização dos fólhos na região do festo e da charneira foi frequente.

- **Perda de informação:** o ataque de insetos xilófagos (cupins e brocas) foi um dos danos mais frequentes encontrados, seu ataque resulta em perda de suporte e informação, esses insetos deixam o papel rendilhado e, em casos extremos, tornando-o ilegível e inviabilizando o manuseio por aderência das folhas. Danos por roedores e baratas também foram observados, estes causam perdas de suporte nas bordas dos livros, deixando sujidades e excrementos.
- **Danos por agentes externos:** presença de fragilidade e danos por microorganismos, além de deformações, rasgos, abrasões, arranhões, sujidades superficiais e aderidas, e manchas por líquidos (água, umidade, cera, parafina, tintas diversas, substância oleosa).
- **Danos químicos e biológicos:** foi identificado o amarelecimento e fragilização do papel devido à degradação da lignina e processos de acidificação. Manchas causadas por ataque biológico (fungos e bactérias), especialmente em contato com água e umidade, resultando em biodeterioração. Manchas por manuseio inadequado (gordura, saliva). Manchas por contato com água ou umidade, formando as características "manchas d'água".
- **Danos antrópicos por instrumentos de escrita:** identificou-se o uso inadequado de canetas hidrossolúveis, giz de cera, lápis de cor, grafite, carimbos e anotações diversas (assinaturas, rabiscos, contas, marcações) diretamente nos documentos. Tintas modernas, muitas vezes hidrossolúveis, que causam manchas e borramentos em contato com a umidade, dificultando o restauro. Carimbos também em contato com a umidade causam sangramento da tinta. Notou-se que a falta de práticas corretas de manuseio, armazenamento e higienização expõe os documentos a danos adicionais.
- **Intervenções Inadequadas:** observou-se reparos com fitas adesivas (durex, crepe, esparadrapo) que causaram manchas irreversíveis pela migração do adesivo e fragilizam o papel. Encontrou-se fragmentos avulsos (papéis ácidos, bilhetes, rascunhos) dentro dos livros, e o contato desses fragmentos com os fólhos é prejudicial devido à sua acidez, pois acabam migrando para o papel. Etiquetas adesivas coladas nas capas ou fólhos também causam danos estéticos e químicos. A presença de grampos, cliques metálicos e pétalas de rosa entre as folhas também causaram manchas irreversíveis e enfraquecimento do papel.
- **Manuseio inadequado:** falta de protocolos de manipulação, livros com danos causados por uso inadequado de instrumentos de escrita (riscos, rabiscos e desenhos), danos causados por uso inadequados de fitas adesivas para fazer reparos (durex, fita crepe, esparadrapo), acondicionamento inadequado com uso de sobrecapas em material ácido e em saco plástico, folhas rasgadas e arrancadas, fólhos com vincos e manchas pelo uso da saliva para foliar o livro, entre tantos outros danos.
- **Falta de manutenção das edificações e acervos:** muitas igrejas e capelas carecem de inspeção estrutural, controle de umidade e temperatura nos locais de guarda dos documentos, manutenção de telhados e limpeza de calhas, além de mobiliário inadequado para guarda de documentos, aumentando o risco de danos físicos e biológicos.

- **Recursos limitados:** restrições financeiras dificultam a implementação de ações de conservação preventiva, aquisição de materiais adequados e contratação de profissionais especializados. Essa limitação se traduz na escassez de programas de formação, manutenção periódica e intervenções técnicas necessárias para proteger os acervos.

Os problemas observados ao longo destes anos, evidenciam que a preservação dos acervos paroquiais não depende apenas de técnicas de restauração, mas da implementação de medidas preventivas acessíveis, contínuas e sustentáveis, que integrem conhecimento técnico, gestão administrativa e participação ativa das comunidades. A preservação do patrimônio cultural, em especial dos acervos documentais, demanda não apenas estudos teóricos, mas também a aplicação prática de conhecimentos para garantir a conservação, a difusão e o acesso à memória coletiva. Nesse sentido, os produtos acadêmicos — como guias, e-books e manuais — constituem instrumentos que articulam pesquisa e prática social, funcionando como pontes entre a produção científica e as necessidades concretas de instituições, gestores, funcionários (familiarizados ou não com estas práticas) e comunidades.

Essa necessidade de aproximar o conhecimento técnico da realidade cotidiana das paróquias tornou-se ainda mais evidente durante a atuação de uma das autoras que assina esse capítulo enquanto professora conservadora-restauradora. Ao longo dessa experiência, observou-se que muitos danos presentes nos livros decorrem não da negligência, mas da falta de conhecimento sobre o uso adequado de materiais e procedimentos de conservação. Pequenos reparos realizados com materiais inapropriados, como fitas durex, esparadrapo, fita crepe *etc.*, bem como o acondicionamento dos livros em sacos plásticos, papéis ácidos, entre outras situações, acabam gerando deterioração silenciosas e progressivas.

Diante dessas constatações, surgiu o questionamento sobre a necessidade de orientar diretamente sobre isso, questionando por que não levar informação para os gestores e responsáveis pelos acervos, indicando de forma clara e objetiva o que pode e não pode ser feito nos livros e, principalmente, sobre o que pode ser usado para realizar os pequenos reparos e, da mesma forma, dar informações acerca do material adequado para acondicionar os livros. Além disso, percebeu-se que existem muitos livros com informações voltadas para o meio acadêmico. Por isso, tornou-se fundamental pensar na elaboração de um material informativo mais direto e didático, capaz de oferecer orientações simples e viáveis, servindo como ferramenta de apoio para ações de preservação preventiva.

Diante do exposto, surge a inspiração para fazer o mestrado profissional em patrimônio cultural e produzir um e-book que aborde o tema da preservação preventiva. O Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa (UFV), além do texto dissertativo, exige a produção de resultados aplicáveis, como produtos técnicos e pedagógicos, que possam ser utilizados em instituições culturais, educacionais e comunitárias. Busca-se, com estes produtos, uma resposta às demandas práticas do cotidiano, buscando tornar acessível o conhecimento produzido nas academias para a sociedade.

Este artigo concentra-se no guia elaborado a partir da dissertação intitulada “Acervos em Agonia: Conservação Preventiva e a Preservação da Memória em Acervos Paroquiais Mineiros”. A escolha do produto acadêmico como objeto de análise justifica-se por sua função dupla: sintetizar os resultados da pesquisa e oferecer recomendações práticas e acessíveis para a conservação preventiva de acervos documentais. O e-book funciona como um instrumento pedagógico, destinado a gestores, funcionários de arquivos e comunidades, permitindo que o conhecimento técnico produzido na pesquisa seja disseminado de forma compreensível, eficaz e aplicável. Além disso, ao transformar o estudo em produto tangível, a pesquisa ganha relevância social e contribui diretamente para a preservação do patrimônio documental e da memória coletiva.

Acervos paroquiais, Conservação Preventiva

Os acervos paroquiais das Minas Gerais surgiram com o povoamento dos arraiais, a partir do final do século XVII e inícios do XVIII, estando atualmente parte dessa documentação reunida no Arquivo Eclesiástico Dom Oscar de Oliveira. Contudo, o acervo é ainda maior, uma vez que muitas igrejas mineiras possuem livros e documentos em que cabe a elas a responsabilidade de preservá-los. Os principais tipos de documentos encontrados nos acervos paroquiais são Livros de Batismo, Casamento, Óbitos, missais e livros litúrgicos.

Além da importância das informações escritas e da linguagem de época presentes nesses livros, existem os aspectos construtivos dos Livros e Documentos Eclesiásticos. Evidenciamos as principais características: manuscritos com caligrafias desenhadas por escrivães das irmandades religiosas com a utilização de instrumentos de escrita, como a pena e o pincel e o uso de tinta artesanal; livros adornados, desenhados e pintados; livros com coberturas em tecido, marmorizadas, pergaminho, pelica e couro com ornamentação, gofragem e douramento, uso de fechos metálicos e cordões para fechamento; costuras sobre nervos de couro e cordões;

livros com o miolo em papel de trapo com marca d'água dos fabricantes de papel daquele período; e livros litúrgicos impressos por tipografias relevantes que contribuíram, à época, para a disseminação do conhecimento, e que foram fonte de inspiração para pinturas nas igrejas. Além disso, muitos destes livros são de tipo de papel e de tinta que atualmente não se utiliza mais, reforçando sua importância documental (Gurgel, 2024). Nesse sentido, sua materialidade também se torna um elemento de patrimônio, uma vez que revela técnicas, práticas e condições de produção de um momento específico.

Dentro do patrimônio documental, um livro se torna raro não apenas por antiguidade, mas por peculiaridades que o diferenciam dos demais. Entre essas características, destaca-se a existência de exemplares únicos, como os livros manuscritos do Período Colonial. Esses registros, além de singulares, desempenham papel crucial na construção e compreensão da identidade e da organização social de uma comunidade em diferentes períodos da história.

A esse respeito, Lowenthal (1998), afirma que é por meio da escrita que o conhecimento histórico é preservado e disseminado. Compreende-se, assim, que a história é o resultado de uma seleção de documentos escritos e orais realizados no presente. Já Pierre Nora (1993) afirma que a história escreve aquilo que a memória dita, mostrando, assim, a relação estreita entre memória e história, assim como a importância da memória na compreensão e interpretação de eventos que são registrados em livros. Sob essa perspectiva, a história escrita pode ser entendida como suporte da memória preservada nos arquivos documentais, os quais deixam de ser meros conjuntos de registros armazenados para assumirem a condição de verdadeiros lugares de memória, onde identidade, narrativa e temporalidade se articulam.

Conforme a carta circular publicada em 2 de fevereiro de 1997 sobre “A função da pastoral dos arquivos eclesiais”, enviada pela Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja, conforme explica Berto:

os arquivos são entendidos como locais difusores de cultura e destacáveis no processo de guarda de um patrimônio de valor incalculável, não somente para a construção da narrativa histórica da Igreja (institucional e das comunidades), mas também para a memória das diferentes nações (Berto, 2018, p. 54).

Percebe-se, no trecho acima, que grande parte dos documentos produzidos pela Igreja faz parte não apenas da sua história religiosa, mas também contribui significativamente para a compreensão do desenvolvimento e formação das sociedades, além de se conectarem com aspectos da cultura, da economia e identidade dos grupos sociais que os produziram, revelando

modos de vida, valores e estruturas sociais de um determinado período e em local específico.

Além dessa importância histórica, os acervos eram usados como lugar de fruição, como se pode observar nos documentos da Igreja Católica citados pelo autor:

Os arquivos, enquanto bens culturais, são oferecidos, em primeiro lugar, à fruição da comunidade que os produziu, mas com o passar do tempo eles assumem um destino universal, tornando-se o patrimônio de toda a humanidade. O material depositado não pode ser fechado àqueles que podem se beneficiar para conhecer a história do povo cristão, seus eventos religiosos, civis, culturais e sociais. Os responsáveis devem garantir que a fruição dos arquivos eclesiais possa ser facilitada não só para aqueles que têm direito a ele, mas também para o mais amplo círculo de estudiosos, sem preconceitos ideológicos e religiosos, como está na melhor tradição eclesial, salvo as normas apropriadas de proteção, dada pela lei universal e pelas normas do Bispo diocesano. Tais perspectivas de abertura desinteressada, de acolhimento benevolente e de serviço competente devem ser levadas em cuidadosa consideração para que a memória histórica da Igreja seja oferecida a toda a comunidade (Berto, 2018, p. 56).

Compreende-se, portanto, que a importância desses documentos vai além do valor histórico, posto que constituem patrimônio cultural e expressão da memória coletiva, pertencem à sociedade como um todo e, por isso, exigem esforços contínuos de preservação.

Diante dessa relevância atribuída aos documentos, especialmente aqueles de produção eclesial, a conservação preventiva torna-se uma ação indispensável para garantir a continuidade de sua função como suporte de memória. Mais do que conservar fisicamente o objeto, a preservação preventiva atua na mitigação de riscos e na manutenção das condições ambientais e de manuseio adequado, visando prolongar a vida útil dos documentos e evitar danos irreversíveis. Assim, preserva-se não apenas o suporte material — papel, tinta, encadernações —, mas sobretudo o conteúdo simbólico, social e afetivo que esses registros carregam, assegurando que a memória coletiva neles inscrita permaneça acessível às gerações futuras.

Para Gurgel (2024) a conservação preventiva se configura como uma estratégia fundamental para a preservação do patrimônio documental, especialmente em acervos eclesiais, que guardam informações históricas, sociais e culturais insubstituíveis. Diferentemente do restauro, que é uma intervenção sobre os danos já ocorridos, a conservação preventiva tem caráter proativo, buscando evitar a degradação física, química e biológica dos documentos, prolongando sua vida útil e garantindo a manutenção de seu valor informativo e simbólico. Sobre a definição do conceito de conservação preventiva, de acordo com Carvalho (2015), esta foi validada em 2008 na cidade de Nova Delhi, na Índia, durante a XV Conferência

Triennial do International Council of Museums – Committee for Conservation (ICOM-CC), ocasião em que 97% dos votantes validaram a seguinte definição para conservação preventiva:

Conjunto de medidas e ações voltadas para evitar e minimizar a deterioração futura e a perda. São desenvolvidas no contexto ou no entorno de um objeto, ou mais frequentemente de um grupo de objetos, qual seja a sua idade e condição. Estas medidas são indiretas – não interferem no material nem na estrutura dos objetos. Não modificam a sua aparência (Carvalho, 2015, p. 143).

Nesse contexto, a conservação preventiva nos acervos paroquiais de Minas Gerais, assume papel central diante de desafios específicos: a exposição dos documentos a variações climáticas, luz e calor, a presença de pragas, o manuseio e intervenções inadequadas e a insuficiência de infraestrutura adequada são fatores recorrentes que aceleram a deterioração. Ao adotar medidas preventivas, como o controle de temperatura e umidade nos locais de guarda, o bloqueio da luz sobre os objetos, a higienização regular, o acondicionamento correto dos livros e a capacitação de gestores e usuários, destaca-se que é possível reduzir significativamente os riscos de danos irreversíveis nos livros. A implementação de ações simples pode contribuir significativamente para resultados positivos na preservação dos acervos documentais.

As ações citadas acima, além de preservar a integridade material dos documentos, atua diretamente na salvaguarda da memória coletiva e da identidade cultural. Os registros contidos nos livros de batismo, casamento e óbitos, assim como os missais e outros livros litúrgicos, representam testemunhos da vida comunitária, das tradições religiosas e das práticas sociais que marcaram o desenvolvimento histórico das localidades. A perda desses documentos compromete não apenas o estudo acadêmico, mas também o vínculo da população com sua própria história.

Percebe-se que a herança cultural se torna fragilizada na ausência da conservação. Assim, “devemos ter em mente que o ciclo da natureza dita que tudo o que é feito de matéria orgânica se decompõe. Desse modo, apenas podemos pensar em aumentar a esperança de vida do nosso patrimônio em suporte papel [...]” (Teijgeler, 2007. p. 45). E a prevenção sempre será o melhor caminho para evitar os danos e perdas dos acervos documentais.

Portanto, a conservação preventiva se revela como uma ferramenta estratégica e ética na gestão de acervos, ao possibilitar que futuras gerações tenham acesso à memória registrada em papel. Ela integra conhecimento técnico, planejamento institucional e sensibilização

cultural, promovendo uma abordagem sustentável e de baixo custo para a preservação do patrimônio histórico documental. Nesse sentido, investir em ações preventivas não é apenas uma prática de proteção material, mas também um compromisso com a continuidade da memória social e da história cultural das comunidades.

Da pesquisa ao produto acadêmico: Diagnóstico e guia de conservação preventiva

A dissertação *Acervos em Agonia: Conservação Preventiva e a Preservação da Memória em Acervos Paroquiais Mineiros* foi defendida em 2024. Como produto, propunha a elaboração de um e-book sobre conservação preventiva para os acervos paroquiais, uma vez que enquanto, conservadora-restauradora, percebeu-se que parte dos danos encontrados em livros em que a autora atuou diretamente no restauro eram fruto de mal uso, de falta de algumas ações simples, mas que fazem muita diferença em relação a preservação de acervos.

A pesquisa foi de cunho qualitativo, combinando alguns procedimentos metodológicos, como levantamento documental e entrevista. Tratou-se de um estudo de caso, explorando dois arquivos documentais distintos em Minas Gerais. O primeiro, foi o arquivo com relatórios técnicos impressos e digitais da Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP), onde foram realizadas as análises dos relatórios de restauro da área de papel, elaborados pelos alunos do Curso Técnico em Conservação e Restauro de Bens Culturais da Escola de Arte Rodrigo Melo Franco de Andrade (EARMFA). Essas análises permitiram identificar o estado de conservação dos livros que chegaram ao laboratório de papel para serem restaurados e seus principais danos. O segundo estudo ocorreu no Arquivo Histórico de Diamantina, em que foi avaliado o estado de conservação em que os livros chegaram ao arquivo para guarda e procedeu-se à realização de entrevista. Essa abordagem permitiu uma análise aprofundada das condições de conservação dos acervos e a identificação dos desafios enfrentados em diferentes contextos geográficos e institucionais.

A escolha do arquivo da FAOP se justificou pela experiência profissional de uma das autoras deste capítulo como professora da disciplina de Conservação e Restauração de Papel na Escola de Arte Rodrigo Melo de Franco Andrade (EARMFA), vinculada à FAOP. Durante as aulas, o contato com inúmeros livros e documentos da Igreja Católica que chegavam para restauro em estados alarmantes de conservação motivaram a presente pesquisa. Os documentos restaurados pela FAOP são, em sua maioria, históricos e provenientes da Arquidiocese de Mariana, que abrange 79 municípios e 123 paróquias, o que confere à análise um vasto espectro

de amostras. A técnica metodológica utilizada foi a análise de relatórios técnicos impressos e digitais da área de restauro de papel, elaborados pelos alunos do curso técnico entre os anos de 2009 e 2023.

Já o Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina, visou a uma representação da região do Norte de Minas, que também possui um rico acervo documental proveniente de diversas paróquias (atualmente 59 municípios sob a Arquidiocese de Diamantina). A metodologia envolveu uma visita técnica *in loco* para avaliação do estado de conservação dos livros que chegavam para guarda no arquivo. Adicionalmente, foram realizadas entrevistas com a funcionária do arquivo para compreender as práticas de conservação existentes e os principais desafios enfrentados pela instituição, como a carência de recursos financeiros e a falta de profissionais qualificados. O acervo do Arquivo Histórico de Diamantina é composto por Livros de Batismo, Crisma, Casamento e Óbitos das irmandades da região, além de documentos pessoais de bispos e um acervo completo do jornal "A Estrela Polar", de grande relevância histórica.

A justificativa para a escolha desses dois estudos de caso, um no Sul (Mariana/FAOP) e outro no Norte (Diamantina) de Minas Gerais, reside na capacidade de proporcionar uma ampla análise do estado de conservação de diversos livros provenientes de localidades distintas. Essa abordagem comparativa permitiu não apenas um diagnóstico dos danos, mas também uma reflexão sobre a existência ou ausência de atividades de preservação nos acervos de origem. Ao analisar o estado de conservação dos documentos, foi possível compreender as condições em que esses materiais eram mantidos antes de serem enviados para restauração ou guarda, e assim, associar o aparecimento dos danos aos possíveis problemas presentes nos acervos de origem. A dissertação dialoga diretamente com autores como Spinelli Junior e Pedersoli (2011), que listam os 10 agentes de deterioração, e Bojanoski (2018), que conceitua degradação e deterioração.

Os achados da pesquisa confirmam a prevalência desses agentes em acervos eclesiais e a vulnerabilidade do suporte papel. A pesquisa, contudo, avança ao aplicar essas conceituações a um contexto específico de acervos paroquiais mineiros, demonstrando, na prática, as consequências da inobservância dos métodos de conservação preventiva. A ênfase na degradação da tinta metaloácida, com a descrição dos estágios de deterioração propostos por Reibland e Graaff (2001), demonstra a aplicação de conhecimentos técnicos avançados ao diagnóstico dos acervos mineiros.

Os resultados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa, revelaram um panorama preocupante sobre o estado de conservação dos acervos paroquiais mineiros, reiterando a "agonia" expressa no título da dissertação. A análise diagnóstica, tanto nos relatórios de restauro da FAOP quanto na visita técnica ao Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina, constatou que a maioria dos livros e documentos eclesiais chegou aos centros de conservação em "ruim" estado de conservação, muitos deles com danos irreversíveis. Essa constatação evidencia uma severa carência de ações preventivas nas áreas de guarda de origem.

Além disso, cabe ressaltar o desinteresse das paróquias detentoras de acervos em contribuir com as pesquisas. Destaca-se que a metodologia utilizada de estudo de caso, embora intensiva e detalhada para os acervos selecionados, não permite a generalização direta para todos os arquivos paroquiais do Brasil sem estudos adicionais. No entanto, oferece insights profundos sobre os tipos de danos, as causas subjacentes e os desafios comuns enfrentados por esses acervos. A experiência prática e a combinação da análise documental com as observações *in loco* e entrevistas forneceram uma base sólida para a elaboração das recomendações e do produto técnico (e-book), focado em ações de conservação preventiva que são replicáveis e de baixo custo, mesmo em contextos de recursos limitados.

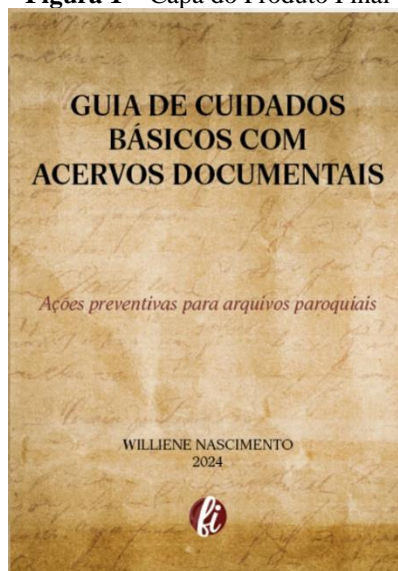
A partir da análise dos achados principais nos dois estudos de caso, buscou-se categorizar e discuti-los em relação aos objetivos propostos na construção do e-book. Para elaboração do Guia de Cuidados Básicos com Acervos Documentais, foi realizada uma extensa busca na literatura existente e, implicitamente, evidenciando as lacunas e as necessidades de ações preventivas.

Com esse conhecimento organizado, elaborou-se um e-book com recomendações e orientações sobre os principais cuidados com os livros e documentos presentes nos acervos históricos paroquiais. Esse produto faz parte das exigências do Programa do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania do Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa. O e-book possui 38 páginas com linguagem clara e objetiva para melhor compreensão dos leitores. Sua estrutura é composta por objetivos, conceitos, e aborda sobre qual a melhor forma de preservação dos livros, discorre sobre degradação e deterioração, diagnosticando seus principais agentes de deterioração, gestão de acervos e ainda, sobre os principais cuidados básicos com os livros.

Na ocasião da defesa da dissertação, o e-book foi apresentado em formato digital, estruturado inicialmente como um arquivo elaborado na plataforma *Canva*. Posteriormente, o

material foi revisado, encaminhado para diagramação profissional e publicado pela Editora Fique Firme. Atualmente, encontra-se em formato digital disponibilizado no site da editora para ser acessado gratuitamente. O e-book é enviado para os arquivos paroquiais e para os seminários de formação dos padres, podendo, inclusive, ser disponibilizado de forma impressa.

Figura 1 – Capa do Produto Final



Fonte: <https://www.editorafi.org/ebook/c143-guia-cuidados-basicos-acervos-documentais>, 2025.

A escolha pelo formato digital foi intencional, visando uma maior abrangência e circulação da obra. Além do formato digital ampliar o alcance do material, a gratuidade e a linguagem clara e acessível reforçam seu caráter social e educativo. A opção por um texto simples, direto e visualmente organizado busca romper com a ideia de que o conhecimento técnico sobre preservação é restrito a especialistas, permitindo que agentes comunitários, secretários paroquiais, religiosos e qualquer pessoa responsável pelos acervos possam compreender e aplicar as orientações com autonomia. Dessa forma, o e-book não se apresenta apenas como um produto acadêmico, mas como uma ferramenta que objetiva a democratização do conhecimento, favorecendo o empoderamento das comunidades na gestão de sua própria memória documental.

Acredita-se que o direcionamento do Guia de cuidados básicos com os acervos paroquiais para os gestores dos arquivos paroquiais, os padres e funcionários, vai contribuir com as ações de preservação desse patrimônio que se encontra em risco, seja por falta de orientações e informações ou, mesmo, pela negligência. Afinal, o Guia pretende evidenciar

muitas medidas simples e rotineiras, como inspeções periódicas, acondicionamento adequado e cuidados com o ambiente físico que podem evitar danos irreversíveis. Além disso, o caráter acessível do guia, associado a linguagem clara e prática, torna-o uma ferramenta essencial para a gestão consciente dos arquivos paroquiais, promovendo a articulação entre técnica, administração e participação comunitária na manutenção da memória documental.

Considerações finais

A trajetória apresentada ao longo deste trabalho evidencia que os acervos paroquiais mineiros são guardiões de uma memória coletiva de valor inestimável, representando não apenas a história religiosa, mas também os aspectos sociais, culturais e artísticos que moldaram a identidade das comunidades locais. No entanto, os resultados da pesquisa revelam um cenário preocupante, marcado pela deterioração física dos livros, pela ausência de políticas preventivas e de gestão administrativas, assim como pela escassez de recursos técnicos e humanos. Essas fragilidades apontam para a urgência de se adotar ações para a preservação preventiva como estratégia essencial à salvaguarda desse patrimônio.

Mais do que restaurar o que já foi danificado, é preciso investir em medidas educativas, acessíveis e contínuas, capazes de promover o cuidado cotidiano com os acervos, evitando ou retardando o seu desgaste. Uma vez que a restauração recupera parte da integridade física dos documentos, mas outra parcela das informações é perdida para sempre. A pesquisa demonstrou que muitos danos observados não decorrem da negligência, mas da falta de orientação técnica adequada — lacuna que motivou a criação do Guia de Cuidados Básicos com Acervos Documentais. O e-book, produto técnico derivado da dissertação, cumpre uma função social relevante ao traduzir o conhecimento acadêmico em linguagem simples e prática, tornando-o compreensível e aplicável por gestores, padres, funcionários e comunidades responsáveis pela guarda dos documentos.

A publicação digital e gratuita do guia reforça o compromisso com a democratização do conhecimento e com a ampliação do acesso à informação. Ao propor ações preventivas de baixo custo e grande impacto, o material contribui diretamente para o fortalecimento das práticas de preservação, promovendo uma cultura de cuidado e valorização da memória histórica. Assim, o trabalho cumpre uma dupla função: de um lado, consolida um diagnóstico técnico e científico sobre o estado dos acervos paroquiais mineiros; de outro, oferece soluções práticas que podem ser implementadas mesmo em contextos de limitação financeira e estrutural.

Conclui-se, assim, que a preservação dos acervos paroquiais exige mais do que o olhar técnico do restaurador, visto que demanda uma rede de colaboração entre instituições, gestores, pesquisadores e comunidades. É na articulação entre teoria e prática, ciência e sensibilidade, que se torna possível garantir que esses livros — testemunhos da fé, da história e da vida — continuem a cumprir sua função de suporte de memória e identidade. Preservar esses acervos é, portanto, preservar a própria história de Minas Gerais e assegurar que as futuras gerações possam continuar a se reconhecer nas páginas do passado.

Referências

- BERTO, João Paulo. **A preservação de bens culturais sacros: os museus de arte sacra e suas especificidades**. 2016. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, SP, 2016.
- BOJANOSKI, Silvana de Fátima. **Terminologia em conservação de bens culturais em papel: produção de um glossário para profissionais em formação**. 2018. 292 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2018. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2018/04/tese_Silvana_F_Bojanoski.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.
- BOJANOSKI, Silvana de Fátima; ALMADA, Márcia. **Glossário ilustrado de conservação e restauração de obras em papel: danos e tratamentos**. Português, espanhol, inglês, grego. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.
- CARVALHO, Claudia S. Rodrigues. **Conservação preventiva de edifícios e sítios históricos: pesquisa e prática**. Revista CPC, São Paulo, n. 18, p. 141-53, dez. 2014/abr. 2015.
- GURGEL, Williene Fátima Nascimento. **Acervos em Agonia: conservação preventiva e a preservação da memória em acervos paroquiais mineiros**. 2024. 207 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio, Paisagens e Cidadania) – Departamento de História, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2024. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/32444>.
- LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Projeto História, São Paulo, n. 17, nov. 1998. p. 63-201.
- NORA, Pierre. “**Entre memória e história: a problemática dos lugares**”. Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- SPINELLI, Jayme; PEDERSOLI, José Luiz. **Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos, salvaguarda & emergência**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011. SPINELLI
- TEIJELER, René. **Conservação preventiva da herança documental em climas tropicais: uma bibliografia anotada**. Lisboa: BN, 2007.
- JUNIOR, Jayme. **Patrimônio cultural: preservação, salvaguarda e conservação de bens culturais**. Revista BBM, São Paulo, n. 2, p. 108-19 jan./jun. 2020.

CRIMINALIDADE, RESISTÊNCIA E LIBERDADE: uma pesquisa histórica voltada ao Ensino Básico por meio de um podcast educativo

Elania Nunes Bezerra
Leandro Nascimento de Souza

Introdução

O presente capítulo resulta da pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em História da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), intitulada *Criminalidade, resistência e liberdade: um estudo sobre práticas sociais ‘ilegais’ da população negra no Recife (1842–1850)*. O estudo propõe uma reflexão sobre as relações entre escravidão, poder e resistência na cidade do Recife durante o século XIX, tomando como ponto de partida as práticas consideradas “criminosas” pela elite e pelo aparato policial da época. O trabalho parte da premissa de que a criminalidade atribuída à população negra deve ser compreendida como expressão de agência social e como forma de contestação à ordem escravista, mais do que como simples transgressão à lei.

Entre as décadas de 1840 e 1850, o Recife se configurava como um dos principais centros urbanos do Império. A cidade passava por intensas transformações materiais e simbólicas, que acompanhavam o ideário de “civilização” e “progresso” promovido pelas elites locais. Obras públicas, como a construção do Teatro de Santa Isabel, do Cemitério de Santo Amaro e de novas pontes, conferiam à cidade um aspecto de modernização (Arares, 2004; Carvalho, 2010). Contudo, sob a superfície desse “progresso”, mantinham-se profundas desigualdades sociais e raciais. A capital pernambucana abrigava uma maioria de população negra, escravizada, liberta e livre, submetida à pobreza, ao racismo e à violência cotidiana.

Nesse contexto, os registros policiais e os anúncios do *Diário de Pernambuco* revelam uma sociedade marcada por tensões e contradições. As ruas do Recife oitocentista eram,

simultaneamente, espaços de convivência, circulação e conflito. Nelas se misturavam trabalhadores de ganho, canoieiros, vendedores ambulantes, criados domésticos e libertos, sujeitos que, em suas ações diárias, desafiavam as normas impostas pelas elites e pelas autoridades policiais. A repressão a esses comportamentos “desordeiros” ou “ilegais” expressava mais do que o zelo pela ordem pública: refletia o esforço de manutenção de um projeto de sociedade racialmente hierarquizada.

A pesquisa se insere, portanto, no campo da História Social, dialogando com as contribuições de Sidney Chalhoub (1990), Marcus J. M. de Carvalho (2010), João José Reis e Eduardo Silva (2009), que repensaram a escravidão como experiência social complexa, marcada por negociações e resistências. Como afirma Chalhoub (2011), compreender o crime e a punição no mundo escravista exige observar o ponto de vista dos sujeitos subalternizados, cujas ações revelam estratégias de sobrevivência e afirmação de humanidade.

Nessa perspectiva, o “crime” deixa de ser apenas um ato individual de transgressão e passa a ser interpretado como forma de resistência cotidiana, aquilo que E. P. Thompson (1975) e Eric Hobsbawm (2010) denominaram de “economia moral” e “banditismo social”. Esses conceitos ajudam a perceber como gestos aparentemente isolados, fugas, furtos, desacatos, bebedeiras ou insultos, eram, na verdade, manifestações de inconformismo diante das estruturas de poder.

O estudo também dialoga com Michel de Certeau (1982) e Michel Foucault (2004), que permitem compreender a relação entre poder e resistência nas práticas cotidianas. A criminalização da população negra funcionava como dispositivo de controle social, mas também como espaço de fricção, onde se abriam brechas de autonomia. Ao mesmo tempo em que o poder disciplinava, os sujeitos reinventavam modos de existir, negociando significados e construindo novas formas de liberdade.

As fontes utilizadas, os relatórios da Polícia Civil e as edições do *Diário de Pernambuco*, oferecem uma rica perspectiva sobre o cotidiano urbano. Nelas, as “vozes do poder” registram e tentam enquadrar as “vozes subalternas”. Entretanto, por meio de uma leitura atenta ao não dito, é possível vislumbrar fragmentos de vida, de solidariedade e de resistência. A pesquisa analisou 4.097 registros de prisões no Recife entre 1842 e 1850, demonstrando que a aplicação das leis e o funcionamento do Código Criminal de 1830 eram seletivos, privilegiando a manutenção da estrutura escravista.

Ao compreender o Recife oitocentista como espaço de desigualdades, mas também de

criação e resistência, a pesquisa reconhece a população negra como protagonista da história. Suas ações, muitas vezes classificadas como “desordem” ou “crime”, são, aqui, ressignificadas como práticas de liberdade. Essa abordagem se alinha à perspectiva defendida por Reis e Silva (2009), segundo a qual os escravizados e libertos não foram apenas vítimas passivas do sistema, mas agentes de transformação que atuaram no desmonte progressivo da ordem escravocrata.

Do ponto de vista educacional, a pesquisa culmina na criação de um podcast pedagógico, pensado como recurso didático acessível para professores e estudantes da educação básica. O produto técnico foi concebido com o objetivo de traduzir o conhecimento historiográfico em linguagem narrativa, sonora e interativa, aproximando os jovens das experiências da população negra do século XIX e estimulando o pensamento crítico sobre o racismo e a desigualdade no Brasil contemporâneo.

Assim, o podcast não é um apêndice da pesquisa, mas sua síntese e extensão social. Ele transforma o resultado acadêmico em ferramenta de ensino alinhada à Educação para as Relações Étnico-Raciais (Lei nº 10.639/2003) e às práticas de uma História Pública comprometida com a diversidade e a cidadania. Nesse sentido, o produto reafirma o papel social da História como campo de conhecimento que não apenas interpreta o passado, mas também contribui para a construção de um futuro mais justo, plural e consciente.

Discussão teórica e metodológica

A pesquisa que originou o produto técnico parte de uma perspectiva historiográfica situada no campo da História Social, herdeira das transformações metodológicas impulsionadas pela Escola dos Annales e pela história das mentalidades. Essa abordagem possibilita deslocar o foco da narrativa tradicional centrada nas elites, nas instituições e nos grandes eventos, para a análise das experiências, conflitos e resistências das classes subalternizadas. No caso específico do Recife oitocentista, essa lente permitiu compreender os sujeitos negros — escravizados, libertos e livres — não como meros receptores da violência social, mas como agentes históricos que, por meio de práticas cotidianas, desafiaram e negociaram os limites impostos pela escravidão e pela ordem racial.

A obra de Sidney Chalhoub (1990; 2011) foi referência fundamental nesse sentido. Ao estudar o cotidiano dos escravizados na Corte imperial, Chalhoub revelou que os crimes e os processos judiciais funcionavam como arenas de confronto, onde se expressavam concepções de liberdade e humanidade. Essa leitura dialoga com as contribuições de Marcus J. M. de

Carvalho (2010), que analisou o escravismo urbano no Recife, destacando as complexas redes sociais e de solidariedade tecidas entre escravizados e libertos. Ambos os autores sustentam uma concepção ativa do sujeito negro, cuja trajetória combina submissão, astúcia, resistência e negociação.

O conceito de resistência escrava é aqui ampliado, seguindo Reis e Silva (2009), para abarcar não apenas as fugas, revoltas e quilombos, mas também as resistências do cotidiano — os pequenos gestos de desobediência, ironia ou apropriação do espaço urbano. Sob essa ótica, práticas consideradas “ilegais” pelos códigos da época, como furtos, bebedeiras ou desacatos, ganham outro significado: revelam formas sutis de enfrentamento à opressão e à precariedade da vida escrava e pós-escrava.

Essa leitura se articula com o conceito de “banditismo social” proposto por Eric Hobsbawm (2010), que identifica nos “criminosos” populares da era moderna não simples delinquentes, mas atores políticos inseridos em lógicas de injustiça e exclusão. De modo semelhante, E. P. Thompson (1975) argumenta que as normas e os sistemas penais refletem valores de uma “economia moral” das classes dominantes, o que significa que a criminalização é também uma forma de disciplinar o corpo social e assegurar a obediência.

Essas contribuições convergem para a ideia de que a criminalidade oitocentista no Recife deve ser compreendida como produto de relações desiguais de poder. É nesse ponto que o diálogo com Michel Foucault (2004) e Michel de Certeau (1982) se torna central. Foucault permite pensar o poder não como uma estrutura fixa, mas como uma rede que atravessa todos os níveis da vida social. O poder circula e se manifesta em práticas, discursos e instituições, entre elas, a polícia, os tribunais e a imprensa, que produzem não apenas repressão, mas também subjetividades. Já Certeau enfatiza as táticas do cotidiano, isto é, os modos pelos quais os sujeitos “comuns” ressignificam e subvertem as estratégias do poder dominante.

A criminalização da população negra, nesse sentido, aparece como um dispositivo de controle e de produção de discursos de inferiorização, mas também como espaço de fricção, onde se inscrevem gestos de insubmissão. As ações cotidianas, os desvios, as fugas e até as falas dos sujeitos estudados configuram aquilo que Certeau chama de “invenção do cotidiano”: formas de agir e pensar que, embora invisíveis, corroem silenciosamente as estruturas de dominação.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa foi construída a partir da análise de duas categorias principais de fontes: os relatórios da Polícia Civil da Província de Pernambuco

(1842–1850), preservados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), e as publicações do Diário de Pernambuco, principal periódico da época. Essas fontes oferecem visões complementares do mesmo fenômeno: enquanto os relatórios policiais traduzem a perspectiva institucional do controle e da vigilância, o jornal revela o imaginário social, as moralidades e as sensibilidades políticas do período.

No total, foram analisados 4.097 registros de prisões referentes ao período estudado. As informações foram sistematizadas em tabelas, contemplando o estatuto legal dos detidos (livres, libertos ou escravizados), a classificação racial atribuída (negro, pardo, crioulo, etc.), os motivos das prisões e os locais de ocorrência. Embora fragmentária, essa documentação permitiu identificar padrões e tensões sociais, como o aumento das prisões entre 1848 e 1850, anos da Revolução Praieira, e a seletividade racial do sistema penal.

A leitura das fontes foi orientada por uma postura crítica, seguindo as recomendações de Antoine Prost (2015): confrontar o documento com o contexto de sua produção, com as intenções de seus autores e com o “não dito” que emerge nas entrelinhas. A análise buscou, portanto, deslocar o olhar da autoridade que escreve para o sujeito que é escrito, do delegado e do redator para o preso e o denunciado.

Ao mesmo tempo, a pesquisa incorporou a dimensão espacial e sensorial da cidade. As descrições das ruas, becos e pontes do Recife oitocentista, registradas por cronistas como Antônio Pedro de Figueiredo e pelo artista Emil Bauch, foram utilizadas não apenas como ilustração, mas como parte do processo de reconstrução das experiências urbanas. O espaço urbano foi compreendido como cenário de encontros, vigilâncias e resistências, onde o poder se exercia e era constantemente tensionado.

O percurso metodológico da investigação, centrado na análise histórica e social das práticas “ilegais”, encontrou seu desdobramento natural na construção de um produto técnico-pedagógico: o podcast educativo “Criminalidade, resistência e liberdade”. O objetivo foi transformar o resultado da pesquisa em um recurso de História Pública e educação crítica, acessível a professores e estudantes da educação básica.

A escolha do formato sonoro responde a duas preocupações: a democratização do acesso ao conhecimento histórico e a incorporação das tecnologias digitais como mediadoras do ensino-aprendizagem. O podcast foi estruturado em episódios curtos, cada um deles abordando temas derivados da pesquisa, o cotidiano dos escravizados, as fugas, as prisões, a cidade do Recife, a noção de liberdade, com linguagem acessível e recursos de ambientação

sonora.

Durante sua elaboração, foram utilizadas estratégias de narrativa histórica aplicada, em que o texto acadêmico se converte em roteiro didático, aproximando o público de personagens, lugares e conflitos do passado. O resultado é um produto que preserva o rigor da pesquisa, mas adota uma estética comunicativa capaz de instigar a reflexão crítica e emocional.

A produção do podcast foi, portanto, mais do que uma etapa final: representou a síntese metodológica da pesquisa. Transformar dados, documentos e análises em uma narrativa sonora significou reconstituir a História como experiência compartilhada, reafirmando o compromisso do Mestrado Profissional em História da UNICAP com a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Assim, a discussão teórica e metodológica deste estudo não se encerra na análise historiográfica, mas se projeta em uma dimensão pública e educativa. Ao narrar as experiências da população negra no Recife oitocentista, o produto técnico convida professores, alunos e ouvintes a compreenderem o passado não como vestígio distante, mas como parte viva das disputas contemporâneas por memória, igualdade e justiça social.

Discussão sobre o formato do produto técnico

Optamos por disseminar os resultados deste trabalho de pesquisa por meio de um podcast. A escolha do produto partiu da necessidade de oferecermos um produto pedagógico prático e atrativo. Além de potencializar o entendimento sobre o assunto e auxiliar os docentes em sala de aula, este produto pode ser usado por qualquer pessoa, em qualquer lugar, que queira conhecer a temática tratada.

O podcast é um modo de difusão de emissões de rádio. Através de subscrição de um “feed RSS”, e com a ajuda de um programa específico, pode-se descarregar automaticamente para o computador ou o iPod as emissões de rádio previamente selecionadas. Depois, transferi-las para um leitor de ficheiros MP3. Podem ser ouvidas onde e quando o utilizador pretender. Uma grande vantagem do podcast é que podemos acessá-los em inúmeras situações e momentos do dia. A miniaturização dos dispositivos de áudio, bem como a incorporação de funções de tocador de MP3 em outros aparatos associa a execução do podcast a diversos aparelhos, como celulares e notebooks.

O podcast contém 10 episódios. O primeiro, apresenta aspectos da história do Recife, as transformações sofridas ao longo do tempo e quem eram seus moradores. O segundo, aborda a

escravidão, o cotidiano dos escravizados, as redes de solidariedades e problematiza o conceito de liberdade, no contexto da escravização no Recife oitocentista. Os episódios seguintes narram recortes da vida de homens e mulheres negras que viveram no Recife. Nesses recortes, nossos personagens protagonizam ações, na época, consideradas crimes. O último episódio sistematiza a ideia que construímos ao longo dos episódios, traçando um paralelo com os dias atuais.

Os episódios duram entre 5 e 10 minutos. Nosso público-alvo, são os estudantes do ensino fundamental II e médio. Usamos uma linguagem simples e acessível para possibilitar que todos consigam entender as narrativas.

Os personagens das nossas histórias não são do tempo presente. São pessoas negras e mestiças que moraram no Recife, em tempos passados (1842-1850). É a história do Recife sendo contada. A transmissão de um conhecimento que valoriza a história regional, a memória e o fortalecimento das identidades locais. A forma como o podcast foi estruturado, busca construir um entendimento de como a história se conecta com tempo presente, e como ela é um instrumento de reflexão crítica para a busca de soluções dos antigos problemas da sociedade, como o racismo, o preconceito, a falta de oportunidades sociais para determinados grupos, a pobreza, o desemprego, criminalidade e todo tipo de violência.

Todas as histórias têm como elemento comum a prática de uma ação considerada, na época, como crime. Através dessas ações, podemos refletir sobre diversos aspectos do cotidiano da população negra. Após a escuta dos episódios, o professor pode iniciar debates, rodas de conversa, trabalhos em grupo, atividades escritas e etc. Além de potencializar o entendimento sobre o assunto e auxiliar os docentes em sala de aula, este produto pode ser usado por qualquer pessoa, em qualquer lugar, que queira conhecer a temática tratada.

As histórias foram construídas a partir do conhecimento que adquirimos ao longo da pesquisa. Foram extraídas das fontes históricas que usamos os relatórios da Polícia Civil e o periódico Diário de Pernambuco. As narrativas mesclam informações reais e fictícias, com total fidelidade ao contexto histórico. O conteúdo é fundamentado por uma teoria que nos auxilia a interpretar os fatos e a reconstruir as histórias. Com a pretensão de tornar o enredo mais atrativo elas mesclam personagens reais e fictícios. Contamos histórias coerentes com o contexto social, econômico e político da época. Os cenários foram construídos a partir das informações descritas nas fontes e na bibliografia utilizada.

Em cada episódio refletimos sobre alguns aspectos retratados na narrativa. Concluimos cada episódio com perguntas e/ou propostas de reflexão. Momento valioso para os estudantes

refletirem sobre as histórias narradas, situando-as dentro do contexto histórico da época. Oportunidade de pensar nas relações de poder, no controle social sobre a população negra, na criminalização desse grupo e nas resistências que resultaram na prática de crimes. Sentimos a necessidade de esclarecer em alguns episódios, determinadas questões. Para isso, criamos uma sessão “SAIBA MAIS!”. O professor que utilizar o podcast em sala de aula terá a responsabilidade de mediar e proporcionar aos estudantes os possíveis significados, dando sentido ao conteúdo. O podcast foi hospedado e distribuído no Spotify.

Apresentação do produto técnico

Plataforma de hospedagem:

SPOTIFY

Link: <https://open.spotify.com/episode/378fnfyzwGj1Bgp1VIOfgJ?si=scpINpI8QCCdY-ZEWziwQw>

Imagem 1 – Capa do podcast: Rua da Cruz, cromolitografia do artista alemão Emil Bauch.



Fonte: Disponível em: <https://www.brasiliaiconografica.art.br>.

Episódio de abertura

Neste podcast analisamos os crimes praticados pela população negra no Recife oitocentista, de 1842 a 1850. Apresentamos recortes da vida de mulheres e homens negros envolvidos na prática de crimes. Desejamos que os saberes transmitidos neste trabalho sejam ressignificados e compreendidos por todos, principalmente por nossos estudantes. O estudo da

história das populações africanas e afro-brasileiras é parte do caminho em direção a prática do respeito às diversidades, à dignidade humana, às garantias legais e à diversidade racial e étnica do nosso território.

Episódio 1: O Recife do século XIX, mudanças e permanências

Este é o primeiro episódio do **PODCAST CONSTRUINDO SENTIDOS**". O conteúdo que iremos apresentar estimulará você a pensar sobre um período muito significativo da história do Recife, a década de 1840. Falaremos sobre o desenvolvimento do Recife ao longo do tempo. Mostraremos como as características naturais do território influenciaram diretamente a economia, as relações sociais e políticas da época. Refletiremos sobre um tempo marcado pela escravização dos negros africanos, pelo jogo de interesse das elites, pelo preconceito, racismo e pelas desigualdades sociais.

Episódio 2: Negros, pardos e mestiços no Recife oitocentista

Neste episódio apresentamos os moradores da cidade do Recife. Falamos sobre a escravidão africana e como a origem e a cor de pele influenciavam o status social dos indivíduos. Mostramos como a população negra conseguiu, diante dos obstáculos, resistir às dificuldades e traçar caminhos em busca de melhores condições de vida.

Episódio 3: O preto Joaquim espanca a preta severina

Neste episódio narramos o crime de agressão física praticado pelo preto Joaquim a preta Severina, com a qual mantinha um relacionamento. Ambos escravizados. O preto Joaquim ao saber que Severina se mudaria para uma região distante ficou com muita raiva da sua amada, machucando-a com tapas e socos.

EM BUSCA DE SENTIDOS!

Caro estudante, qual foi o crime praticado pelo preto Joaquim?

Reflita sobre a relação entre a condição de escravizado do preto Joaquim com a maneira cruel que ele reagiu à notícia do possível distanciamento da preta Severina, agredindo-a violentamente.

Fonte principal: Ofício do chefe de polícia, Antônio Ignácio de Azevedo, ao Presidente da Província, Francisco do Rego Barros, 12 de agosto de 1842, APEJE, PC, cód. 05, fl. 160.

Episódio 4: Escravos bebendo e proferindo palavras obscenas

Neste episódio contamos a história de um grupo de escravizados presos por se encontrarem em uma taberna, tarde da noite, bebendo e proferindo palavras obscenas (motivo expresso pelas autoridades policiais).

EM BUSCA DE SENTIDOS!

Caro estudante, qual foi o crime praticado pelos escravizados presos?

Mesmo com a criminalização de encontros de negros pelas elites políticas para assegurar o controle social e a manutenção do sistema escravista, os negros continuavam se encontrando, para diversos fins, como para divertimentos, práticas culturais e religiosas, organização de fugas e quilombos. Estudante, você acha que esses encontros podem ser interpretados como ações que se opõem ao sistema de opressão, exploração e discriminação da época? São ações de resistência?

Fonte principal: Ofício do delegado de polícia, Joaquim José da Fonseca, ao Presidente da Província, Francisco do Rego Barros, 27 de dezembro de 1843, APEJE, PC, cód. 07, fl. 306.

Episódio 5: O pardinho Augusto tenta vender um cordão de ouro

Neste episódio contamos uma situação ocorrida com o pardinho Augusto, de 14 anos. Ele tentou vender algo que não lhe pertencia. Para as elites da época, o cordão de ouro que estava com o pardinho não poderia ser dele. Ele teria roubado. Uma dedução muito simples diante da complexidade das existências e das dinâmicas cotidianas de cada pessoa.

EM BUSCA DE SENTIDOS!

Caro estudante, qual foi o crime praticado pelo Pardinho Augusto?

O pardinho Augusto era livre. Sua mãe, escravizada. Os dois moravam juntos. Qual o sentido da palavra liberdade na vida cotidiana do pardinho Augusto?

Fonte principal: Diário de Pernambuco, 1845, Ed. 00140, p. 03.

Episódio 6: O preto João não voltou!

Neste episódio contamos a história do preto escravizado João. Durante a realização de um trabalho ele aproveitou para fugir. Levou com ele umas mercadorias.

EM BUSCA DE SENTIDOS!

Caro estudante, qual foi o crime praticado pelo preto João?

Os deslocamentos dos escravizados em áreas urbanas, exercendo atividades de ganho ou cumprindo alguma solicitação dos senhores, favorecia a prática de fugas?

Fonte principal: *Diário de Pernambuco, 1845, Ed. 00161, p. 03.*

Episódio 7: Luiz Hipolito Mariano: este preto é perigoso!

Neste episódio contamos o caso do preto, Luiz Hipolito Mariano. Foi preso! No entanto, não praticou nenhum delito. Foi preso, por ser, na visão das autoridades policiais, propenso a práticas de crimes.

EM BUSCA DE SENTIDOS!!

Caro estudante, qual foi o crime praticado pelo preto Luiz Hipolito Mariano?

Qual a relação entre o recrutamento no Recife oitocentista com o controle social da população negra?

Fonte principal: *Ofício do chefe de polícia, Antônio Affonso Ferreira, ao Presidente da Província, Antônio Pinto Chichorro da Gama, 9 de novembro de 1846, APEJE, PC, cód 15, fl. 219.*

Episódio 8: A crioula Rita furta um relógio de ouro

Neste episódio apresentamos a história do crime praticado pela crioula escravizada Rita. Uma infração praticada dentro de um cenário de medo, de necessidades, de muito trabalho e de uma gestação.

EM BUSCA DE SENTIDOS!

Caro estudante, qual foi o crime praticado pela crioula Rita?

Você consegue perceber semelhanças entre a história de Rita e a de muitas mulheres negras hoje? Reflita sobre as barreiras estruturais originárias do racismo e do sexismo presente na sociedade atual.

Fonte principal: *Diário de Pernambuco, 1847, Ed. 00013, p. 02.*

Episódio 9: Benedito, governador dos pretos da Costa, é preso

Neste episódio apresentamos a história da prisão do preto liberto Benedito, conhecido como Governador dos Pretos da Costa. Uma prisão que mostra que os negros eram alvos constantes de repressão e de medidas de controle. E que mesmo assim, os negros continuavam traçando estratégias de resistência cultural e continuavam lutando por liberdade.

EM BUSCA DE SENTIDOS!

Caro estudante, qual foi o crime cometido pelo preto Benedito?

Na sua opinião a raça e cor ainda são marcadores de diferença fundamentais que configuram a sociedade atual?

Fonte principal: Ofício do chefe de polícia, Jerônimo Martiniano Ferreira de Melo, ao Presidente da Província, Manoel Vieira Costa, 20 de janeiro de 1849, APEJE, PC, cód 21, fl.

Episódio 10: elos com o tempo presente

Este último episódio falamos de uma estrutura social presente no nosso país hoje e que teve origem no sistema escravista. Estrutura social que ainda impõe obstáculos à integração social da população negra.

Aplicação do produto técnico

O podcast foi hospedado e distribuído no Spotify. É uma das maiores plataformas de streaming de áudio do mundo. Qualquer pessoa com um celular pode baixar a versão gratuita. Tanto os criadores de podcast, como os usuários, conseguem usar com facilidade os recursos disponíveis na plataforma. A miniaturização dos dispositivos de áudio, bem como a incorporação de funções de tocador de MP3 em outros aparatos associa a execução do podcast a diversos aparelhos, como celulares e notebooks. Além disso, a plataforma utiliza algoritmos avançados para recomendar podcasts com base nos interesses dos usuários. Para os produtores de conteúdo, isso aumenta a chance de serem descobertos. Para os ouvintes, oferece uma personalização do conteúdo, passando uma ideia de que a plataforma conhece os interesses de cada pessoa.

Orientamos que os professores utilizem o material por meio de uma sequência didática de 3 aulas. Na primeira, os estudantes escutarão os podcast 1 e 2. Os primeiros episódios são introdutórios, apresentando o lugar, o tempo, o contexto da época e os sujeitos da pesquisa. O professor pode pedir aos estudantes resumos dos episódios. Na segunda aula, o professor

mediará uma atividade em grupo. O ideal é que o professor organize os estudantes em 7 grupos. Cada grupo deve escolher um episódio, do 3 ao 9 e responder as perguntas. Na terceira aula, todos os alunos escutaram o episódio 10 e em seguida o professor organizará um debate. As questões propostas nos episódios 3 a 9 guiarão esse momento de aprendizagem.

Os conteúdos apresentados neste trabalho têm um teor muito sensível. Por isso, abordamos o tema com leveza e criatividade. Nosso foco não são os sofrimentos, dores e a desumanização vivenciada pelos nossos personagens, mulheres e homens negros do Recife oitocentista. Queremos desconstruir estereótipos, revelar histórias escondidas, valorizar etnias, dar novos significados às ações dos nossos personagens, mostrar a importância de determinados grupos na construção da história nacional e problematizar a prática de crimes pela população negra, analisando-as com fundamentação teórica.

Elaboramos um material didático-pedagógico de acordo com as principais teorias atuais da educação e com as diretrizes educacionais presentes nos principais documentos norteadores da educação básica no Brasil. No final do século XX, uma concepção educacional começou a ganhar espaço no mundo, a educação inclusiva. Sociedades marcadas pelas diferenças culturais, étnicas, sociais, religiosas e etc., exigiram que a escola reestruturasse suas ações em busca da valorização do diferente e do resgate de autoestima de determinados grupos. No Brasil, a escravidão e o racismo estrutural tiveram impacto duradouro nas condições de vida da população negra. Por isso, a inclusão se atrela a noção de respeito, reparação histórica e a busca de melhores condições de vida para todos. Diferentes aspectos da sociedade são colocados em pauta, tais como emprego, transportes, escolarização, pobreza e pessoas com “necessidades especiais”.

A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), sancionada em 20 de dezembro de 1996, apresentou em seu texto a necessidade do ensino de História do Brasil mostrar a contribuição de todos os grupos na formação da sociedade brasileira. Em seu Capítulo II (Da Educação Básica), Artigo 26, Parágrafo 4º, estabelece que “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (Brasil, 1996).

A Lei 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares. As Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, de 2004, fomenta reparações sociais,

reconhecimento e valorização da identidade, cultura e história dos negros brasileiros, num processo educativo, político e social.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta que os currículos construam uma práxis de ensino antirracista que contemple a legislação vigente sobre relações étnico-raciais. Os conteúdos devem ser trabalhados de forma Multicultural reconhecendo as diferentes culturas e suas particularidades regionais. As relações étnico-raciais devem ser estudadas como um tema transversal e integrador, pelos sistemas de ensino e escolas, a partir da sua autonomia e competência (Brasil, 2017).

O presente produto aplica-se a estudantes da educação básica, tanto do Ensino Fundamental II como do Ensino Médio. A linguagem acessível das abordagens e das narrativas apresenta temas atuais, como os preconceitos, o racismo, as violências, a criminalidade e as desigualdades sociais.

Considerações finais

O podcast “Construindo Sentidos” transmite um conhecimento histórico que apresenta as origens, no nosso território, de determinados problemas e seus desdobramentos até os dias atuais. Com um olhar sensível e com a seriedade de uma produção científica, estimulamos o estudante a interpretar os fatos e a pensar nas desigualdades sociais relacionadas à questão étnica e racial que ainda permanecem. Pensar no contexto social do Recife (1842-1850) a partir da lógica das desigualdades instiga o sujeito (estudante) a agir no mundo (protagonismo). Enquanto a cidade era cada vez mais urbanizada, através da realização de inúmeras obras públicas e de projetos de higienização, a população negra buscava sobreviver como podia. Mas sobreviver não era nada fácil em uma sociedade onde as relações de poder privilegiavam uma elite branca e escravocrata. Sobreviver não era fácil quando se era tratado como propriedade, mercadoria e instrumento de trabalho.

No jogo de interesse das elites e na luta por sobrevivência o crime passa a existir. Ao dar sentido à prática de crimes pela população negra, conseguimos perceber a relação direta entre a criação do corpo jurídico e os interesses dos grupos no poder. No entanto, no cenário de contradições da época, a prática de crime revela o que os discursos da época queriam esconder: o escravizado como ser humano, possuidor de desejos e impulsos próprios. Ao tratar sobre a prática de crimes poderíamos ter abordado o assunto a partir do ângulo da repressão policial, das dores e das violências. No entanto, optamos pelo viés das lutas e das conquistas.

Valorizando assim, o papel do negro na construção da sociedade brasileira.

Entender o cotidiano da população negra no Recife oitocentista e sua “inclinação” ao universo da criminalidade pode nos ajudar a compreender as raízes históricas de muitos problemas sociais. Pode nos instrumentalizar para buscarmos juntos formas de desconstruir o racismo estrutural. Um racismo que é decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares (Almeida, 2008, p.38). Muitos negros vivem em bairros onde tem menos acesso a escolas de qualidade, serviços de saúde e transporte. Uma segregação e marginalização de longas datas e que todos nós temos o dever de combater.

A população brasileira é miscigenada, resultado da mistura, principalmente de povos indígenas, colonizadores europeus (especialmente portugueses) e africanos. Não se pode permitir que o racismo ainda exista em uma sociedade tão plural como a nossa. A grande maioria dos brasileiros tem ascendência africana. Queremos transmitir essas discussões principalmente para os jovens e adolescentes. Eles têm um caminho longo a seguir. Para mudanças precisamos de tempo. Não podemos esquecer o que aconteceu no passado. Precisamos reaver vivências. Se sensibilizar. Despertar em nós, o que às vezes parece que morreu, o desejo de um mundo melhor para todos.

Referências

Fontes

-Coleção Polícia Civil (1842-1850). Disponível: Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Rua na rua Imperial Pedro II, 371, Santo Antônio, no Recife.

-Diário de Pernambuco (1842-1850). Disponível:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2004.

BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e Viajantes no Brasil do século XIX: cultura e**

cotidiano, tradição e resistência, São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BECKER, G. S. (1968). Crime and punishment: An economic approach. In: **The economic dimensions of crime**. Palgrave Macmillan, London, p. 13-68.

BRASIL, Bruno. **Revolução Praieira na imprensa**: voltas e revoltas. Disponível: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/imperio-do-brasil-revolucao-praieira-na-imprensa-voltas-e-revoltas/> Acesso em: 04 de fev. 2024.

BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96). Diário Oficial da União. Brasília: nº 248, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. “**Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**”. Novembro de 2009.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. O Recife e os motins antilusitanos nos anos que antecederam a insurreição praieira: o aprendizado do protesto popular e outras variações. **Dossiê: Histórias e Teorias**. Ano IV, nº 4, 2005/06/07.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **A repressão do tráfico atlântico de escravos e a disputa partidária nas províncias**: os ataques aos desembarques em Pernambuco durante o governo praieiro, 1845-1848. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/zm9V6mmBS8XnThYm8G7ZSbz/> Acesso em: 07 de março de 2014.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **de. Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

CARVALHO, Marcus J. M. de. O quilombo de Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. 1 ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 465-493.

CARVALHO, Marcus J. M. de. de. O tráfico Atlântico e o protagonismo senhorial depois de 1831. **Z Cultural-Revista do Programa de Cultura Contemporânea**. Ano XIV, 01, 2019.

CARVALHO, Marcus J. M. de; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. A Rebelião Praieira. In. DANTAS, Mônica (Org.). **Revoltas, motins e revoluções**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

CAVALCANTI JR., Manoel Nunes. **Praieiros, guabirus e “população”**: as eleições gerais de 1844 no Recife. 2001, 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife.

CAVALCANTI JR., Manoel Nunes. As transformações da paisagem urbana em Santo Antônio e São José: ruas, edifícios e marginalidade (1837-1844). In: **VII Congresso de Iniciação Científica da UFPE**, 1999, Recife. Anais do VII Congresso de Iniciação Científica, 1999.

CAVALCANTI JR., Manoel Nunes. “**O Egoísmo, a degradante vingança e o espírito de**

partido”: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834 – 1837), Recife, 2015.

CAVALCANTI JR., Manoel Nunes. "População", praieiros e baronistas: luta política e participação popular nas eleições gerais de 1844 no Recife. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 22., 2003, João Pessoa, PB. Anais [...]. São Paulo: Associação Nacional de História, 2003. p. 1-7.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Alba Helena Duarte de Araújo. **“E trovejou o cacete”**: cotidiano, resistência e criminalidade escrava (Recife, 1879-1888). Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, História, 2009.

COSTA, Robson Pedrosa. **Cotidiano e resistência nas últimas décadas da escravidão, Olinda, 1871-1888**. Dissertação de Mestrado-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

COSTA, Vivian Chierigati. **Codificação e formação do Estado-nacional brasileiro: o Código Criminal de 1830 e a positivação das leis no pós-Independência**. Dissertação de Mestrado. IEB-USP, 2013.

DANTAS, Monica Duarte. O Código do Processo Criminal e a Reforma de 1841-Dois Modelos de Organização dos Poderes. **História do Direito: RHD**. Curitiba, v.1, n.1, p. 96-121, jul-dez de 2020.

DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DUARTE, Mirela Carina Rêgo. **A paisagem urbana nas representações imagéticas do Recife do século XIX**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE) Recife: O autor 2014.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

FERREZ, Gilberto. **O Recife de Emil Bauch – 1852**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1984.

FIGUEIREDO, Antônio Pedro de. IN: MELLO, José Antônio Gonsalves de. **O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste**. Recife: 1975, v. II.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de Frances, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1991.

FREIRE, Eugênio Pacceli Aguiar. A. Podcast: breve história de uma nova tecnologia educacional. **Educação Em Revista**, 18(2), 2010, 55–71. <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2017.v18n2.05>, p.55 Acesso em: 08 de abril de 2024.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. A arqueologia de Palmares-sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. IN: REIS, João José; GOMES, Flávio

dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 29-57.

GOÉS, J. M. de. (2022). Reflections on pigmentocracy and colorism in Brazil. **REVES - Revista Relações Sociais**, 5(4), 14741–01i. <https://doi.org/10.18540/revesv15iss4pp14741-01i>

HOBBSAWM, E. J. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOBBSAWM, E. J. **Bandidos**. 5ª ed. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo-sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos NAEA** vol. 2, nº 2 - dezembro de 1999.

PLAISANCE, Eric. Da educação especial à educação inclusiva: esclarecendo as palavras para definir as práticas. **Educação** (Porto Alegre, impresso), v. 38, n. 2, p. 230-238, maio-ago. 2015.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. 2. ed.; 4. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)**. 2003. 278 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Rebeldes encarcerados: repressão policial durante a Revolução Praieira (Recife, 1848-1849)**. *História Social*, 13(16), 29–44. <https://doi.org/10.53000/hs.v13i16.232>, 2011.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre sobrados e mucambos: escravidão e resistência negra no Recife oitocentista (1830-1850)**. 1. ed. Recife - PE: Editora Universitária da UFPE, 2022.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores**. A origem da Lei Negra. Trad. Denise Bottmann. 2 ed. Col. Oficinas da História. Rio: Paz e Terra, 1997.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **Os Construtores do Império**. Brasília: Edições Câmara, 2ª ed., 2017.

VIANA, Larissa Moreira. As festas Negras (p.48,49), In: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe. (org.). **O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história**. 1ªed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

GAME OF THRONES: possibilidades de ensino – Idade Média

Henrique Bondan Rampazzo
Roberto Radünz

Considerações iniciais

Existe um mundo dentro de cada um onde castelos e dragões, fadas e feiticeiros, ogros e elfos e toda sorte de galantes cavaleiros existem em repouso, numa espécie de arquétipo coletivo, apenas para serem despertados por um filme, um desenho, uma pintura, um seriado. Esse mundo de contos de fadas da infância sempre desperta nostalgia e animação; as pessoas se imaginam no lugar de um paladino heroico lutando contra orcs ou uma bela princesa com poderes mágicos. Esse é o mundo da fantasia, da imaginação, da infância. Hoje em dia, vê-se isso principalmente em livros e filmes, ou seriados, nos momentos de entretenimento. Os espectadores se sentam em frente a uma televisão ou nas poltronas do cinema e aproveitam uma boa história de cavalaria e castelos, absorvendo a narrativa e suas nuances.

Conforme as pessoas crescem, a infância torna-se mais opaca, mas ainda lhes suscita as mais profundas memórias. No entanto, se a imaginação e o encanto são os mesmos, os interesses são diferentes; para continuar a instigá-las, a fantasia deve crescer com elas. Assim, acompanhadas as narrativas tornarem-se mais complexas, os mundos mais detalhistas e as tramas mais humanas. Atualmente, as mídias chegam a esse ponto adicionando camadas em cima de camadas de realismo para dar a impressão de verossimilhança e realidade a uma obra que, de outro modo, seria basicamente inacreditável. Se antes o herói era justo e imaculado, hoje ele é cheio de falhas e comete erros, tão humanos quanto qualquer pessoa; se antes os castelos eram palácios brancos magníficos onde moravam os reis, hoje eles são fortalezas de pedra prontas para a defesa de um cerco.

Contudo, se a justificativa para o realismo, seja de caráter ou de concepção literária, parece ser puramente estética ou, até mesmo, editorial, para alcançar um novo tipo de público,

trata-se de uma característica que facilita uma análise dessas obras para além de seu aspecto literário ou filmográfico. Ao se usar de modo crescente elementos realistas, fica mais palpável, por exemplo, a sensação da Idade Média, o pano de fundo histórico sobre o qual as obras de fantasia medieval são construídas. Cada vez mais as pessoas consomem obras fantásticas que apresentam esse panorama e, como elas associam a diferenciação do modo de tratamento da estética à racionalidade e verossimilhança históricas, imaginam que as características do medieval são aquelas dessas obras que se apresentam como mais realistas.

Foi proposta uma análise de que maneira a fantasia, especialmente a medieval, pode ser utilizada para ensinar História¹², realizando-se esse objetivo a partir do exame da série da emissora norte-americana HBO, *Game of Thrones*¹³, baseada na obra original de George R.R. Martin, grande sucesso de audiência e um dos pilares do entendimento popular acerca da representação medieval em uma perspectiva histórica. Assim, pretendeu-se didatizar determinados excertos da série para serem utilizados pelos professores no ensino de História Medieval.

Teórico-metodologicamente, utilizou-se os preceitos da Nova História Cultural, uma vez que é a partir de sua visão que será possível a análise de outros tipos de fontes, como o cinema ou os seriados, sendo que seus fundadores expandiram as concepções limitadas do Positivismo e generalizantes do Marxismo Histórico. Dessa forma, a análise ocorreu a partir dos preceitos dos historiadores dos Annales, muitos dos quais figuram dentre as fontes dessa pesquisa.

A justificativa do tema proposto se dá precisamente em um ponto sempre presente dentro do ensino de História: os estereótipos sobre o medieval. Não sendo novos, datando ainda dos autores renascentistas que buscavam separar a nova “Idade das Luzes” da “Idade das Trevas” do medieval, os estereótipos negativos sobre o período foram reforçados, e muitos, inclusive, criados pelo cinema e pela televisão do hemisfério Ocidental. Com a ressurgência de estudos sobre o medieval, e conseqüentemente sobre o tema da nomenclatura, já questionada no século passado pelos historiadores dos Annales, bem como as organizações de grupos de pesquisa e seminários medievalistas, é um momento adequado para lidar com essa

¹² A dissertação na íntegra está disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/10682>.

¹³ *Game of Thrones* é uma série da HBO (2011–2019) baseada nos livros *As Crônicas de Gelo e Fogo* de George R. R. Martin. Ambientada em um mundo medieval fictício, narra disputas de poder entre famílias nobres pelos Sete Reinos de Westeros, mesclando política, guerra e fantasia. Tornou-se um marco da cultura pop pela complexidade dos personagens e pelo impacto visual. Disponível em: <https://www.hbo.com/game-of-thrones>. Acesso em: 29/10/2025.

problemática: é preciso que essas obras midiáticas, especialmente as de fantasia, sejam trabalhadas em sala de aula, separando o que é fantástico, parte do mundo do autor, daquilo que é medieval ou, mais especificamente, que tem verossimilhança¹⁴ com o medievo e pode enganar o espectador que não detém o conhecimento histórico adequado.

Não bastasse a necessidade de utilizar-se das obras do grande mercado que apresentam uma narrativa própria sobre o medievo, mesmo aquele fantasioso onde a inspiração do mundo real está presente, ainda se deve denotar a importância da utilização da cultura popular dos alunos, que configura um conhecimento significativo, para conseguir chegar em suas realidades e das tecnologias informacionais que se expandem a cada dia nessa era de Internet, streaming e YouTube.

Portanto, para circunscrever o objetivo, partiu-se da pergunta: como utilizar a fantasia medieval no ensino de História? Para tanto, foi necessário levantar uma série de outras perguntas: de que maneira a fantasia pode ser analisada historicamente? Quais são seus fundamentos literários e históricos para justificar essa análise? E como esses fundamentos se traduzem para o cinema, a televisão e os seriados, onde a fantasia alcança o público? Da mesma maneira, deve-se ponderar: por que *Game of Thrones*? O que faz da série um exemplo, um pilar da fantasia medieval contemporânea? E como é possível adaptá-la para a sala de aula?

Para responder a tais perguntas, realizou-se uma problematização histórica dos principais temas medievais relacionados à série, mediante as habilidades que a Base Nacional Curricular Comum apresenta como fundamentais para a compreensão do medievo (BNCC, 2021). Buscou-se, assim, auxiliar o professor de História na utilização da fantasia medieval – a partir da série mencionada – mediante a apresentação de trabalhos acadêmicos sobre a obra que explicitam sua importância e o vulto que a fantasia medieval tem na sociedade. Foram também fundamentados conceitos basilares para a análise da construção da fantasia na série – tanto literária como seriada, bem como das características medievais da verossimilhança observada pelo seriado.

A utilização de obras midiáticas em sala de aula, expondo brevemente a história do cinema, da televisão e dos seriados, também foi tratada, para possibilitar a compreensão das problemáticas envolvidas no estudo e uso da mídia em sala de aula e para a confecção de vídeos

¹⁴ No campo da História e das representações do passado, “verossimilhança” refere-se à qualidade de algo (uma narrativa, uma imagem, um filme etc.) que parece crível, coerente ou plausível à luz do que se entende como realidade histórica.

sobre esses tópicos. Essa abordagem foi realizada com vistas a criar uma série de videoaulas, a partir dos conceitos discutidos acerca de mídia seriada e vídeos, sobre os temas que se assemelham ao medievo apresentados pela série em seu ambiente fictício para servir de apoio e inspiração à prática didática do professor, fornecendo uma série de sugestões acerca do uso desse material.

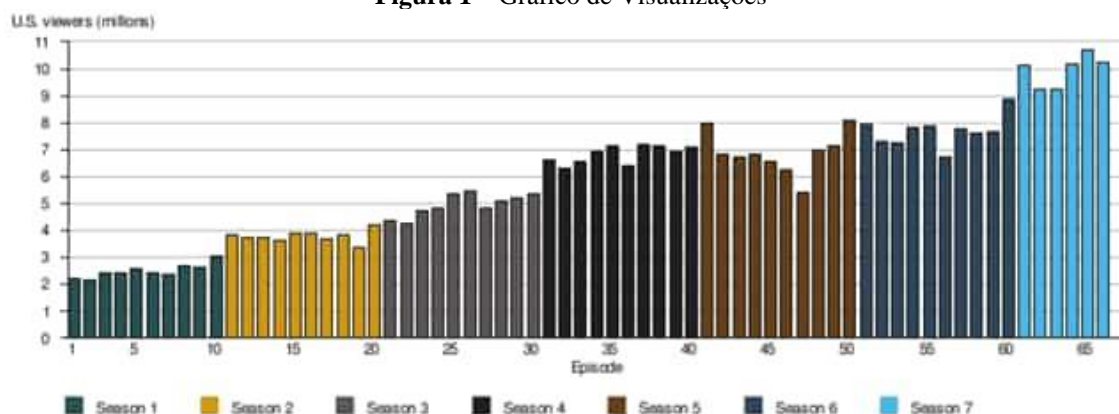
A trajetória que antecedeu o produto final

A obra *Game of Thrones* foi abordada segundo duas grandes premissas. A primeira faz referência à obra em si, dividida entre a saga literária – lançada originalmente em 1996, com seu mais recente, embora não final, volume, tendo sido publicado em 2011, para além de outras obras complementares – as origens dos escritos de George Martin – fortemente inspirados tanto nos escritos de J.R.R. Tolkien, como na guerra civil inglesa, a Guerra das Rosas¹⁵ –, seu número de livros, datas de lançamento, particularidades narrativas – especialmente no que tange à trama, e breve resumo da história, que se passa no continente e mundo fictícios de Westeros, com uma série de intrigas que levam o reino a uma guerra civil enquanto perigos mais sobrenaturais espreitam as fronteiras do mundo conhecido.

Abordou-se, também, a série de televisão, sua criação, trajetória, datas de lançamento, número de temporadas – produzida entre abril de 2011 e maio de 2019, com oito temporadas –, seus recordes de audiência, gráficos de popularidade e rentabilidade, e informações gerais da mídia – uma vez que é o seriado o escolhido para tratar da saga, dada sua maior abrangência social. O gráfico a seguir, que contém as visualizações da série em cada uma de suas temporadas, é ilustrativo da razão pela qual o seriado foi escolhido para servir de exemplo à aplicação da teoria.

¹⁵ Como George Martin declarou ao The Guardian, em 2018: Meu modelo para isso foi a história em quatro volumes dos Plantagenets que Thomas B. Costain escreveu nos anos 50. É uma história à moda antiga: ele não está interessado em analisar tendências socioeconômicas ou mudanças culturais, mas sim nas guerras, nos encontros amorosos, nos assassinatos, nas conspirações e nas traições, todas as coisas interessantes. Costain fez um trabalho maravilhoso com os Plantagenetas, então tentei fazer o mesmo com os Targaryens (tradução própria). Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2018/nov/10/books-interview-george-rr-martin>. Acesso em: 21 out. 2025.

Figura 1 – Gráfico de Visualizações



Fonte: Jornal Hindustan Times (2017).

Como pode ser observado, o número de telespectadores – apenas nos EUA – foi aumentando progressivamente em cada temporada, o que mostra a fama mundialmente alcançada pelo seriado, que teve ampla influência na cultura popular. Portanto, ao se considerar todos esses dados e levar em conta que a cultura popular de praticamente toda a década, a partir de 2011, foi influenciada pela obra, sendo que o criador dos livros que deram origem à série foi incluído na lista das 100 pessoas mais influentes do mundo pela revista Times (Folha de S. Paulo, 2011), não é aleatória a escolha do seriado como objeto de análise, e, igualmente, para as análises das videoaulas.

A segunda premissa diz respeito à apresentação de trabalhos acadêmicos sobre o universo fantástico onde se situa o continente fictício de *Game of Thrones*, Westeros. De uma maneira geral, os trabalhos¹⁶ costumam estar alinhados à literatura, à comunicação e aos estudos midiáticos, mas eles também podem abordar áreas tão variadas e diversas como administração ou pedagogia, demonstrando a ampla interdisciplinaridade presente nos estudos.

Em suma, a popularidade e alcance da saga literária e do seriado permitiram com que diversas áreas do conhecimento formal universitário observassem e pesquisassem as reações causadas por essa abrangência, gerando uma grande quantidade de conhecimento científico sobre o assunto, inclusive no campo histórico, onde os resultados apenas evidenciaram a necessidade de mais propostas de utilização das vivências culturais dos estudantes para a melhor didatização e compreensão dos conteúdos apresentados em sala de aula; nesse caso, relacionados à Idade Média.

¹⁶ Para uma bibliografia mais completa, sugere-se consultar a dissertação mencionada no início do capítulo a partir do subtítulo 2.2, Trabalhos Acadêmicos.

Em seguida, foram apresentados os conceitos balizadores dos entendimentos acerca da literatura, como, por exemplo: a definição de ficção, fantástico e fantasia – onde não há exatamente um consenso sobre, e são apresentadas perspectivas de diversos autores, a exemplo de Camarini (2014) ou Tzvetan Todorov (1973; 1975; 1979); as semelhanças e diferenças dos pensamentos dos diversos autores que tentaram categorizar o que se entende por “literatura fantástica” – que são igualmente variadas e inconstantes, como dirá Marques (2015); e a classificação do gênero da fantasia dentro dela, bem como a divisão de seus subgêneros, como a Alta e a Baixa fantasia, mas também a diferenciação entre ficção científica e fantasia.

Ainda, sobre as definições, é o ponto onde há maior volume de informação e, talvez, a maior discrepância entre os autores. Dentre estudos Clássicos como os de Tolkien (2013), Stableford (2009) ou Attebery (1980), chega-se, por fim, ao denominador comum do autor sobre o conceito de fantasia, esse definido em sua forma mais “pura” pela existência de um mundo secundário, com ou sem ligação com o mundo primário, ou seja, o real, onde o escritor está inserido. Tais entendimentos fundamentam a compreensão acerca do que é fictício e do que é real, ou, mais especificamente, do que tem influência do racional histórico dentro do pano de fundo do mundo secundário medieval, do que contém verossimilhança com o real – que é exatamente o que permite uma análise muito cautelosa traçando certos paralelos entre o fictício e o real e possibilita, assim, uma abordagem para o ensino de História dentro da literatura.

Apresenta-se, também, uma série de exemplos sobre medievalistas para a fundamentação da representação do racional na fantasia. Por uma questão de organização, foi estabelecida uma seleção de assuntos preliminares que podem ser tratados a partir das oito temporadas do seriado. Apresentam-se, a seguir, dois autores de cada subdivisão, com o objetivo de exemplificar parte da fundamentação do trabalho¹⁷.

¹⁷ Cada uma das temáticas elencadas aparece nas cenas do seriado e seus estudos estão fundamentados no capítulo com obras dos medievalistas indicados, dentre outros, especialmente aqueles da Escola dos Annales, movimento historiográfico iniciado na primeira metade do século XX que foi essencial para lançar uma nova visão sobre as fontes historiográficas passíveis de análise.

Quadro 1 – Assuntos preliminares

Assunto	Autores
- relações de poder	Bloch (1998) Le Goff (2016)
- entendimento sobre justiça	Classen e Scarborough (2017)
- guerra e ciência	Barthélemy (2010) Pirenne (2010)
- economia feudal	Duby (1987) Pirenne (2007)
- educação e religião	De Boni (2000) Le Goff (2006)
- cotidiano	Adamson (2004) Rosen (2015)
- cultura	Neubecker (1997) Said (2007)

Fonte: dos autores

Ademais, são apresentadas as discussões concernentes ao cinema, à televisão e aos seriados, bem como as particularidades do uso do vídeo e da videoaula na prática didática. Inicia-se, pois, com uma revisão básica de conceitos fundamentais para o entendimento da estreita relação entre a produção fílmica, o ensino e a disciplina de História, perpassando temas basilares para possibilitar um entendimento inicial do assunto a partir de pressupostos veiculados por diversos autores, dentre os quais Aumont e Marie (2003), Napolitano (2003) e Esquenazi (2011). Dentre os conceitos trabalhados nessa etapa, o de videoaulas é fundamental para a confecção do produto final:

A videoaula é um gênero que nitidamente assimila características da aula presencial, como a existência de um enunciado expositivo, planejado e, muitas vezes, apresentado por um professor, com a intenção de levar conhecimento ao aluno em um processo de ensino-aprendizagem. Todavia, cabe ressaltar que, como já retratamos anteriormente, a videoaula também pode se transmutar de acordo com o veículo de transmissão a que ela está inserida, de forma a ressignificar seus usos e seus próprios objetivos (Mussio, 2014, p. 4).

A partir desses conceitos, fez-se um breve relato acerca da relação entre História, televisão e cinema antes de iniciar a análise crítica referente às questões técnicas dessas produções, como sua intenção ou a mensagem que transmite ou pretende transmitir. Inicialmente, uma perspectiva histórica do cinema se faz necessária para a compreensão do contexto da mídia contemporânea, logo, uma introdução sobre as origens do cinema, da televisão e, especialmente, dos seriados e da serialização das produções da sétima arte, é apresentada. A partir de autores como Ferro (2010) e Barros (2011), também é problematizada na dissertação a correlação entre cinema e intencionalidade. É fundamental para qualquer

análise midiática compreender que o diretor, mesmo quando busca a produção de um documentário, especialmente um histórico – o que dirá um filme dramatizado –, acaba por falar mais de si e, especialmente, do tempo em que está inserido do que do tempo que está usando como pano de fundo para sua obra fílmica.

Essa noção é expandida para a inter-relação entre a verossimilhança apresentada nas telas e os desejos de lucro do mercado, portanto, fez-se um breve aparte sobre as licenças poéticas tomadas nas produções e como elas afetam a mentalidade daqueles que as estão recebendo. Nesse contexto, são elencadas diversas perguntas para orientar a produção e satisfazer as requisições para a análise da verossimilhança de forma Histórica dentro da literatura e do cinema; a exemplo, o que a série em questão quer mostrar e por que ela mostra essas imagens? E por que cenas são retiradas ou incluídas? Ao se analisar a adaptação da saga de livros, o que quer mostrar o autor deles? Qual sua inspiração? Da mesma forma, quando os produtores mostram determinados aspectos do universo em oposição a outros, por que o fazem? Quais clichês de Hollywood, e usa-se Hollywood aqui como representante do cinema ocidental de forma generalizada, se mostram presentes aqui? E por que eles estão aqui? E uma vez respondido isso, os clichês servem, então, para reforçar a percepção já construída sobre o medieval? As cenas foram selecionadas por puro valor mercadológico, visto a série ser uma produção visando ao lucro, ou há outros aspectos envolvidos nesse processo?¹⁸

Ainda, tendo em mente o produto final dessa dissertação, foram abordados temas concernentes ao entendimento técnico, à confecção e, especialmente, à reprodução de vídeos em sala de aula, com enfoque particular na área de História. Nesse contexto, convém a menção a Barrére (2014), para quem a combinação de áudio, texto e imagem pode ser característica que torne a videoaula bem-sucedida. Laurentino e Miranda da Silva (2023), por sua vez, asseveram que uma videoaula requer

- (a) tratar de uma prática de ensino que apresente um foco didático, relacionando conhecimento curricular, teoria e metodologia;
- (b) ser realizada de modo assíncrono;
- (c) apresentar a figura de um sujeito empenhado em conduzir as práticas de ensino, empregando saberes e competências relativos à profissão docente.

Ainda no que diz respeito ao passo a passo necessário à realização das videoaulas,

¹⁸ Novamente, recomenda-se ler o subtítulo 4.2 Recortes sobre Cinema, Televisão e Séries, da dissertação que precedeu este texto, para conhecer as respostas individuais de cada pergunta.

especialmente por meio de Ferrés (1996) e Napolitano (2003), faz-se uma problematização do uso da mídia em sala de aula, questões fundamentais sobre seu desenvolvimento em conjunto aos estudantes, a utilização do cotidiano destes para alcançá-los com maior facilidade, as limitações do uso midiático na escola no Brasil, a indispensável ideia de interdisciplinariedade entre as áreas abordadas, e também a ideia fundamental de um roteiro para a utilização dessas mídias, perpassando as dimensões, técnicas, literárias, tecnológicas, didáticas e as atividades e competências pré, durante e pós a exibição da mídia pretendida. É, afinal, o papel fundamental do professor como mediador que irá possibilitar uma compreensão não apenas voltada ao entretenimento.

Finalmente, apresentou-se a sugestão para utilização da fantasia em sala de aula, e também um exemplo de como fazê-lo, a partir das videoaulas que utilizam cenas do seriado para trabalhar o medieval histórico. Foi realizado um relato acerca da evolução do conceito dos vídeos e quais mudanças foram mais relevantes à sua concepção, bem como uma descrição da metodologia e do processo de confecção de cada um deles, delineando os aspectos técnicos da produção, as escolhas de cenas e suas justificativas, seu propósito duplo como auxílio e inspiração para o professor, e as reflexões pertinentes à sua disponibilidade.

O produto final: as videoaulas

Para José M. Moran (2009), as videoaulas possuem particularidades que beneficiam a sua utilização para fins pedagógicos:

facilitam a motivação e o interesse por novos assuntos; são mais dinâmicas em razão da possibilidade de contar história, mostrar imagens e possibilitar dramatizações; oferecem apoio sensorial para além da linguagem meramente textual, apoiando-se fortemente no recurso visual e auditivo; adaptam-se a todo processo de ensino e aprendizagem; têm maior potencial de despertar a curiosidade e o interesse.

No contexto em questão, as videoaulas se mostraram como um instrumento de maior alcance, visando não apenas sugerir ao professor o que ele pode utilizar em sala de aula com seus alunos, mas enfatizar as possibilidades que a teoria desenvolvida permite e inspirar a criatividade de cada educador para com cada turma – que, por sua vez, tem necessidades particulares e únicas entre si.

Foi apresentada e explicada a metodologia acerca da fundamentação do conteúdo analisado em cada videoaula, assim como questões técnicas desse assunto, tais como a escolha

dos conteúdos a serem trabalhados. Isso se mostrou evidente nos mais simples aspectos, como o estilo de vídeo que se propunha – no caso, escolhido como um misto de vídeos e excertos do seriado, seguidos de análise e acompanhados por slides em planos de movimento, para passar a impressão do “dinâmico” e do “movimento”, característica que prende mais facilmente a atenção das pessoas – até detalhes como a duração – cerca de 10 minutos, para poder ser utilizado tanto em sala de aula como dever de casa, buscando um equilíbrio entre o tempo necessário para uma análise minimamente de qualidade, e algo sucinto para não se tornar maçante – ou mesmo a escolha do meio de divulgação, tendo o YouTube sendo escolhido por seu alcance e facilidade.

Seu encerramento se deu com a descrição detalhada de cada videoaula¹⁹, onde foram apresentadas as cenas a serem utilizadas, sua análise histórica a partir da verossimilhança com o medievo e outros aspectos relevantes em cada produção, como a escolha dos assuntos, que se deu em seguimento às competências relacionadas ao medievo na Base Nacional Curricular Comum, que salientavam os aspectos religiosos, com foco no cristianismo e sua influência; aspectos econômicos, como os meandros do funcionamento do feudalismo, e de relações entre servos e senhores, no ambiente feudal.

A organização descrita acima, com destaque na produção prática, também serviu como diário da produção, e visou auxiliar futuros educadores que pretendam utilizar a série ou obras similares em suas práticas didáticas. Sua estruturação foi disposta na forma de diversos vídeos sobre os assuntos abordados pelo seriado e selecionados pelo autor, com a mistura de imagens, áudio e vídeos para melhor exemplificar os conceitos elencados. Com enfoque principalmente voltado ao professor, assim como aos alunos das três séries do Ensino Médio, cada videoaula pretendeu ser, ao mesmo tempo, autoexplicativa, caso um estudante esteja visualizando a produção sozinho, e duplamente auxiliar e inspiracional, para a prática didática do educador em sala de aula ao ensinar sobre o período feudal.

¹⁹ As videoaulas estão disponíveis no canal do YouTube: <https://www.youtube.com/channel/UCCVzVhdOtFkdDqIfMVgKjQ/videos>

Figura 2 – Introdução das videoaulas



Introdução Geral – Game of Thrones e a Idade Média

Fonte: Captura de tela de Da Tinta ao Sangue (2022). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_R06EBpY6v0.

Em ordem de gravação, os conteúdos utilizados, escolhidos pelo autor para criar uma fluidez tanto acerca dos conteúdos como em relação às cenas utilizadas, constituem o Quadro 2.

Quadro 2 – Divisão das séries e subdivisões

	Primeira série Religião na Idade Média e em <i>Game of Thrones</i> (https://youtube.com/video/0S GE7u1RSf4/edit)	Segunda série As Relações Feudais (https://youtube.com/video/1R Lv1fufDjw/edit)	Terceira série A Economia Medieval em <i>Game of Thrones</i> (https://youtube.com/video/0K7 ouLSCDtE/edit)
Subdivisão	<ul style="list-style-type: none"> - Divergência e diversidade religiosas - As Heresias - As Bruxas no Medievo - O Casamento Medieval - A Igreja e o Rei 	<ul style="list-style-type: none"> - Os Senhores e a Nobreza - Entre Senhores e Senhores - A Cavalaria e os passatempos da Nobreza - Os Camponeses e os Burgueses - A Relação entre os Camponeses e os Senhores 	<ul style="list-style-type: none"> - O Sistema Feudal - Diferença entre Moeda e Produto - Os Bancos e o Dinheiro - Entre a cidade e o campo

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Como as videoaulas criadas foram muitas e com roteiros e análises extensas, 16 ao todo, optou-se por deixar, aqui, apenas um dos roteiros e uma das análises para ilustrar o processo prático de criação do conteúdo. No caso específico, foi escolhida a primeira aula – excetuando-se a introdução – da série de vídeos sobre Religião.

Videoaula 2 – Divergência e diversidade religiosas

O segundo encontro, intitulado “Divergência e Diversidade Religiosas”,²⁰ o primeiro em que se encontra a presença de cenas do seriado, tratou sobre a relação da Igreja, e dos cristãos de forma geral, para com as outras manifestações religiosas a seu redor, especialmente em relação ao mundo mediterrânico, com os contatos com o Islã e os judeus, mas também ao norte e leste, com a expansão para o território dos politeístas tradicionais.

As duas cenas da videoaula, de dois minutos e meio e um minuto e vinte segundos, respectivamente, provêm da segunda temporada do seriado, do primeiro episódio, “O Norte se Lembra”, e do nono, “Água Negra”²¹.

A primeira cena mostra a sacerdotisa Melisandre, adepta de uma religião oriental, estrangeira ao continente de Westeros, onde o seriado se passa, convertendo um rei feudal a partir de uma espécie de batismo, juntamente com boa parte da população serva a esse senhor, com a exceção de um dos anciões, que se opõe à conversão, apesar da vontade de seu senhor.

Figura 2 – Melisandre, a sacerdotisa vermelha



Fonte: Seriado *Game of Thrones* (2012).

A análise acerca da verossimilhança realizada na videoaula estabelece possíveis paralelos para essa ação; ela pode representar, como diz Le Goff (2016), algo semelhante à conversão dos senhores germânicos ao cristianismo, como foi o caso dos francos: como no seriado, nem todos adotaram a fé de seu senhor imediatamente; na mesma medida, pode aludir à conversão de senhores cristãos em terras conquistadas por outras religiões, especialmente o Islã. É possível, também, falar sobre a conversão que os cristãos impunham a outros grupos, como será o caso dos povos da Europa Central no reinado de Carlos Magno, ou, como também

²⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LbdwgdOq4HE>

²¹ Os tempos de cada episódio são, em ordem, 00:24:27 – 00:28:34 e 00:03:27 – 00:04:45.

observa Delumeau (2009), será o tratamento reservado aos judeus, sob penas severas para a recusa, variando de ostracismo à violência extrema.

A segunda cena, por sua vez, tem como tema a filosofia de conversão medieval, onde um pai, Davos, almirante da frota do senhor da cena anterior, que se prepara para atacar a cidade capital do reino que ele pretende tomar para si, no diálogo com seu filho, Matthos, um recém-convertido da nova religião.

A análise realizada estabelece possíveis paralelos com diversas situações do mundo medieval. Todas elas giram em torno da conquista – simbólica ou física – de uma cidade ou local importante para um grupo de outra religião; sejam as conquistas dos mongóis na Europa Oriental (Weatherford, 2011), as guerras entre os muçulmanos e cristãos pelo controle da Terra Santa (Flori, 2013), ou as expedições cristãs contra os escandinavos e bálticos (Le Goff, 2016). A retórica da “guerra santa” será retomada nas próximas falas do vídeo, com a comparação entre os motivos econômicos e religiosos das Cruzadas.

Além dessas análises, o encontro utiliza as obras de Richards (1993) e Bloch (1998) e trata brevemente sobre os encontros dos cristãos com outros povos, quais sejam, os escandinavos vikings, adoradores de Odin, representados pelos Homens de Ferro no seriado; e os Povos do Leste: magiares, eslavos ou povos turco-mongólicos vindos das estepes longínquas da Ásia, normalmente grupos politeístas com veios xamanistas. A origem geográfica da religião judaica e muçulmana também foi delineada, com suporte de mapas da região do Oriente Médio, e uma breve menção é feita acerca de seu contato com o mundo cristão: no caso judaico, como comerciantes itinerantes; no caso muçulmano, como vizinhos beligerantes, com foco expansionista que virá a estender seu império da Índia à Península Ibérica, tendo eles encontrado seu limite com os francos, na região da França medieval.

O Quadro a seguir, que é o roteiro do vídeo nº 2, “Divergência e Diversidade Religiosas”, constitui exemplo do modo como foi estruturada cada uma das videoaulas.

Quadro 3 – Vídeo²² nº 2: Roteiro

VISUAL	SONORO	TEMPO
CENA 1: Rodar a Vinheta. Seleção diversa de imagens da série.	Música tema das videoaulas.	20 segundos
CENA 2: Eu apareço, filmado, falando a introdução.	Olá! Bem-vindos de volta. Eu sou Henrique Bondan Rampazzo, mestre em História pela Universidade de Caxias do Sul, e estamos começando mais uma aula sobre a Idade Média e Game of Thrones.	10 segundos
CENA 3: Mostrar mapa das religiões do mundo medieval.	Na aula de hoje, vamos falar brevemente sobre a relação da Igreja e dos cristãos com as outras religiões a seu redor. Dominando o mundo ao redor do Mar Mediterrâneo, os cristãos medievais se expandiram pelo mundo, e assim, encontraram outras fés.	20 segundos
CENA 4: Mostrar mapas em seqüência dos territórios vikings e eslavos. Zoom out em uma imagem de árvore coração do seriado.	No Norte teremos os germânicos e os afamados vikings, os escandinavos; no Leste, os povos da Estepe – desde os eslavos até os magiares e os mongóis. Em Game of Thrones esses politeístas serão representados pelos “Deuses Antigos”, dos povos do Norte. Mas, ao contrário do seriado, estes povos serão, mais cedo ou mais tarde, convertidos ao cristianismo. Será do Sul que virão as outras duas grandes religiões do medievo: os judeus e os muçulmanos.	30 segundos
CENA 5: Zoom in de um mapa do Levante. Zoom out de um mapa da diáspora judaica. Zoom in de um mapa do califado Abássida.	Tanto os judeus como os muçulmanos irão se originar no mesmo lugar de onde veio o cristianismo; o Oriente Médio, sendo os judeus mais antigos, e os muçulmanos, mais novos. Os judeus estarão na Europa desde os tempos de Roma, especialmente como comerciantes, já os muçulmanos empreendem uma conquista que os levará da Arábia até a Europa.	20 segundos
CENA 6: Cena corrida lateral direita de um mapa da expansão muçulmana. Cena corrida lateral esquerda um mapa da França medieval.	Eles irão até o Ocidente pela península Ibérica, percorrendo o mundo medieval até a região da França. Apesar de semelhantes aos cristãos, adorando o “Deus de Abraão” como eles, os muçulmanos começarão serem vistos como os “inimigos da cristandade” a partir da batalha de Poitiers, no século VIII. Vejamos agora uma cena de como Game of Thrones trata as relações entre os Sete Deuses, análogos aos cristãos medievais, e as religiões orientais no seriado.	30 segundos
CENA 7: Melisandre queima os deuses antigos e converte a população.	Fala e áudio da cena.	2 minutos
CENA 8: Congelar imagem dos deuses queimados com efeito zoom in.	Vemos na cena a conversão de um rei à uma nova religião para que esta lhe dê poderes. Percebe-se que os mais antigos não desejam curvar-se para o “novo deus”, e que o povo fica dividido entre fervor e hesitação. Rhllor, o Deus da Luz, é aqui uma religião do oriente que se sobrepõe a uma religião tradicional, podendo ser vista tanto como	30 segundos

²² Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=LbdwgdOq4HE>

	o cristianismo suplantando os politeístas como regiões cristãs sendo forçadas à conversão, seja por seus líderes ou por discursos cativantes.	
CENA 9: Zoom out em uma iluminura representando um comerciante judaico. Cena corrida lateral direita de Melisandre.	No medievo, quaisquer religiões que não a cristã, uma vez inserida dentro da sociedade feudal, tenderá a ser relegada a segundo plano e, muitas vezes, será alvo de propagandas para conversão, quando não conversão forçada; os judeus, por exemplo, ficarão à margem da sociedade durante todo o período. A ação muçulmana era de certa forma semelhante, introduzindo impostos sob aqueles não muçulmanos; isso, aliado à conquista de territórios cristãos, fará com que os muçulmanos, assim como Rhllor, sejam vistos com maus olhos.	30 segundos
CENA 10: Congelar a imagem anterior de Melisandre.	Vejamos agora uma cena de discussão acerca de filosofia religiosa entre um pai e um filho, este que recentemente se converteu.	10 segundos
CENA 11: Davos e seu filho falam sob a invasão da cidade e a proteção do Deus da Luz.	Fala e áudio da cena.	1 minuto
CENA 12: Congelar imagem de Davos falando com seu filho. Mostrar iluminuras sucessivas da conversão dos povos germânicos, de um cerco mongol e de cruzados em guerra.	Vemos nessa cena um exército de outra religião indo tomar uma cidade. Podemos, aqui, ver tantos paralelos com o medievo; podemos tratar das expedições dos reis cristãos contra os escandinavos e eslavos; podemos falar dos cercos mongóis no século XIII; podemos falar sobre as Cruzadas, quanto os cristãos ocidentais se lançarem em guerra contra os muçulmanos sob o pretexto da religião.	20 segundos
CENA 13: Cena corrida lateral direita de um mapa da Terra Santa.	Será por essa razão, a retomada da Terra Santa, onde Jesus nasceu, que as mais duradouras relações dos cristãos com as religiões vizinhas vão se pautar, normalmente de forma violenta.	10 segundos
CENA 14: Zoom in em uma imagem de cristãos e muçulmanos conversando. Zoom out de uma imagem de Davos e seu filho.	Contudo, se os judeus e muçulmanos terão histórias conturbadas com os cristãos e com a Igreja, com motivos econômicos e religiosos se misturando e se confundindo em retórica, também haverá instâncias de paz e convivência pacífica entre eles; podemos ver na cena que há certa universalidade em como o “senhor da luz” trata as pessoas.	20 segundos
CENA 15: Eu apareço, filmado, falando a conclusão.	Por hora, ficaremos por aqui! Espero que todos tenham tido bom proveito da aula, e fiquem ligados; na aula que vem, vamos falar sobre outros aspectos da convivência cristã – dessa vez, dentro do próprio cristianismo. Tenham um ótimo dia, e até a próxima!	20 segundos
CENA 16: Rodar a Vinheta. Seleção diversa de imagens da série.	Música tema das videoaulas.	20 segundos

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O Quadro permitiu a sincronicidade, por exemplo, da apresentação de imagens acompanhadas de sons, dentro do tempo estipulado. Trata-se de um roteiro prévio que levou ao

ensaio que antecedeu a realização do vídeo, o qual foi fundamental para garantir a sua qualidade.

Considerações finais

A influência das obras de fantasia, nesse caso exemplificadas por *Game of Thrones*, é generalizada no dia a dia de muitas pessoas. Essa fama não passou despercebida por diversas camadas do mundo acadêmico, no entanto, no quesito histórico, o que se avaliou foi uma escassez de trabalhos sobre o assunto e, dentre aqueles encontrados, a maioria tratava dos livros ou dos jogos, ao invés do seriado.

Acerca da obra fictícia, a partir de seu formato literário, especificamente, foi possível compreender que qualquer obra fantástica e, por conseguinte, de fantasia, é, por vezes, permeada pela vida real e pela realidade do autor que a escreveu. Dessa forma, por mais abstrato que o escrito for, ele ainda será ancorado no real, tendo um grau maior ou menor de realismo, de verossimilhança. É a partir dessa verossimilhança que se torna possível analisar historicamente uma obra de fantasia, que tem um mundo secundário, desligado ou não do mundo primário, real, criado pelo escritor; são os aspectos da realidade e da inspiração, que transparecem em *Game of Thrones*, e em tantas outras obras, como o cenário medieval, que permitem que esse período seja vislumbrado através das lentes do fantástico e que os aspectos históricos possam ser separados da ficção.

Ainda, para aplicar em sala de aula um seriado, é preciso levar-se em conta essas nuances e ter um conhecimento, ao menos básico, sobre a produção midiática. Uma vez que é natural a aliança entre a escola e o conhecimento, e a mídia e as novas tecnologias, sendo a utilização de filmes em ambiente escolar inclusive amparada pelo aparelho legal estatal, os preceitos e cuidados necessários à utilização dessas produções provaram-se imprescindíveis, não apenas para a fundamentação do uso da fantasia seriada em sala de aula, mas, igualmente, para a idealização e confecção das videoaulas.

Em reflexões posteriores, no entanto, dois pontos se mostraram mais prementes para a continuidade da metodologia e a aplicação do produto de forma adequada; em primeiro lugar, a necessidade tácita de se ater à verossimilhança para realizar a análise adequada do fantástico. Reitera-se, aqui, a necessidade imperativa do professor como mediador e do requerimento de sua alta preparação para não realizar uma análise errônea do material em questão – é preciso particular entendimento e pesquisa dos meandros da fantasia a ser trabalhada para não criar

analogias inicialmente não pretendidas ou explicadas de maneira diversa dentro da própria lógica da obra. Ao mesmo tempo que não se pode excluir o material do tempo e das condições em que foi produzido – tendo a noção de neutralidade absoluta da História, e dos sujeitos dentro dela, sendo já algo ultrapassado –, não se deve ignorar a construção de mundo dentro de cada obra, para evitar fazer associações que vão contra a verossimilhança presentes nelas.

A produção das videoaulas se mostrou um acerto ainda maior do que o esperado devido à prevalência que a tecnologia – desde os módulos de ensino a distância até o emprego de inteligência artificial na sociedade e no ensino – vem ganhando com o tempo.

Nesse sentido, Kenski (2007, p. 46) afirma que “vídeos, programas educativos na televisão e no computador, sites educacionais, softwares diferenciados transformam a realidade da aula tradicional [e] dinamizam o espaço de ensino-aprendizagem”.

Em um mundo pós-pandêmico onde boa parte do conhecimento não está mais dentro dos modelos, ou mesmo das instituições tradicionais de ensino, a ideia de aulas virtuais e vídeos de curta duração parece ter sido acertada como opção para a disseminação do conhecimento. Particularmente ao professor, espera-se que os roteiros e as ideias levantadas reiteradas nesse capítulo possam se configurar como meios de inspiração e facilitação para o trabalho com as tecnologias, a fantasia e o cotidiano dos alunos em busca de um ensino de História mais conectado e participativo com as demandas dos estudantes.

Referências

ADAMSON, Militta W. **Food in Medieval Times (Food through History)**. Westport: Greenwood, 2004.

ATTEBERY, Brian. **The Fantasy Tradition in American Literature: From Irving to Le Guin**. Bloomington: Indiana University Press, 1980.

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. **Dicionário teórico e crítico de cinema**. Campinas: Papyrus, 2003. Disponível em: <https://cineartesanotamaro.files.wordpress.com/2011/05/dicionario-teorico-e-critico-de-cinema-jacques-aumont-michel-marie.pdf>.

BARRÉRE, Eduardo. Videoaulas: aspectos técnicos, pedagógicos, aplicações e bricolagem. **Jornada de Atualização em Informática na Educação**, v. 3, n. 1, 2014. ISSN 23167734. Disponível em: <http://milanesa.ime.usp.br/rbie/index.php/pie/article/view/3154>. Acesso em: 24 out. 2025.

BARROS, José D’Assunção. Cinema e história – considerações sobre os usos historiográficos das fontes fílmicas. **Comunicação & Sociedade**, ano 32, n. 55, p. 175-202, jan./jun. 2011.

- BARTHÉLEMY, Dominique. **A Cavalaria**: da Germânia à França do século XII. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010.
- BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 1998.
- BNCC. Base Nacional Comum Curricular. **Educação é a base**. Brasília: Ministério da Educação, 2021. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 out. 2021.
- CAIN, Sian. ‘I’ve been struggling with it’: George RR Martin on The Winds of Winter. **The Guardian**, 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2018/nov/10/game-of-thrones-george-rr-martin-the-winds-of-winter-interview>. Acesso em: 21 out. 2025.
- CAMARANI, Ana L. S. **A Literatura fantástica**: caminhos teóricos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- CLASSEN, Albrecht; SCARBOROUGH, Connie. **Crime and Punishment in the Middle Ages and Early Modern Age**: Mental-Historical Investigations of Basic Human Problems and Social Responses. Berlim: De Gruyter, 2017.
- DE BONI, Luís A. **A ciência e a organização dos saberes na Idade Média**. Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DUBY, Georges. **Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval**. Coimbra: Almedina, 1987.
- ESQUENAZI, Jean-Pierre. **As séries televisivas**. Lisboa: Texto & Grafia, 2011.
- FERRÉS, Joan. **Vídeo e Educação**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- FERRO, Marc. **Cinema e História**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- FLORI, Jean. **Guerra Santa**: formação da ideia de Cruzada no ocidente cristão. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.
- FOLHA DE S. PAULO. Veja lista completa dos 100 mais influentes de 2011 da revista Time. **Folha de S. Paulo**, 2011. Disponível: <https://m.folha.uol.com.br/mundo/2011/04/905660-veja-lista-completa-dos-100-mais-influentes-de-2011-da-revista-time.shtml>.
- HINDUSTAN TIMES. Game of Thrones viewership in graphs: How the show went from nothing to global phenomenon. **Hindustan Times**, 2017. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/tv/game-of-thrones-viewership-in-graphs-how-the-show-went-from-nothing-to-global-phenomenon/story-k6L2XUuawSDuH59XfUevjN.html>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- KENSKI, Vani M. **Educação e tecnologia**: o novo ritmo da informação. Campinas: Papyrus, 2007.
- LAURENTINO, João V. Bezerra; MIRANDA DA SILVA, Williany. Práticas de ensino de Língua Portuguesa: um percurso metodológico de pesquisa. *In*: DOMINGOS, José; RODRIGUES, Linduarte Pereira (Eds.). **Emergências contemporâneas nas pesquisas em práticas de ensino e linguagem**. João Pessoa; Campina Grande: Marca de fantasia e Eduepb, 2023. p. 45-72.

- LE GOFF, Jacques. **O Deus da Idade Média**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente medieval**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- MARQUES, Mirane C. **Uma história que não tem fim**: um estudo sobre a fantasia literária. 2015. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José dos Campos, 2015.
- MORAN, José M. Vídeos são instrumentos de comunicação e de produção. **Portal do Professor**, 2009. Disponível em:
<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/noticias.html?idEdicao=16&idCategoria=8>.
- MUSSIO, Simone C. Transformações contemporâneas: as ressignificações do conceito videoaula tendo em vista a alteração do mídiu. In: **V COLÓQUIO DA ALED**. Universidade Federal de São Carlos, *Anais...*, 2014. Disponível em:
<http://www.revistaaledbr.ufscar.br/index.php/revistaaledbr/article/viewFile/59/>.
- NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.
- NEUBECKER, Ottfried. **Heraldry: Sources, Symbols, and Meaning**. Boston: Little, Brown, 1997.
- PIRENNE, Henri. **História econômica e social da Idade Média**. São Paulo: Mestre Jou, 2007.
- PIRENNE, Henri. **Maomé e Carlos Magno**: o impacto do Islã sobre a civilização europeia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- RAMPAZZO, Henrique B. **Da tinta ao sangue**: o ensino de idade média a partir de Game of Thrones. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2021.
- RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação**: as minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- ROSEN, George. **A History of Public Health**. Baltimore: Johns Hopkins, 2015.
- SAID, Edward W. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia de Bolso, 2007.
- STABLEFORD, Brian. **The A to Z of Fantasy Literature**. Maryland: Scarecrow, 2009.
- TODOROV, Tzvetan. As categorias da narrativa literária. In: BARTHES, Roland *et al.* **Análise estrutural da narrativa**. Tradução de Maria Zélia Barbosa Pinto. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 209-254.
- TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- TODOROV, Tzvetan. Introdução ao verossímil. In: TODOROV, Tzvetan. **Poética da prosa**. Tradução de Maria de Santa Cruz. Lisboa: Edições 70, 1979. p. 95-102.
- TOLKIEN, John Ronald R. Sobre contos de fadas. In: TOLKIEN, John Ronald R. **Árvore e folha**. Tradução de Ronald Kyrmse. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- WEATHERFORD, Jack. **Gengis Khan e a formação do mundo moderno**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: como a coleção didática conexões ciências humanas e sociais aplicadas interagem com as tecnologias digitais

Maria Aparecida Pires Ribeiro
George Leonardo Seabra Coelho

Introdução

Para compreender o significado do termo tecnologia, torna-se necessário investigar algumas definições. Segundo Okido (2021), a palavra tecnologia provém de uma junção do termo “tecno” – do grego *thechné* – que significa saber fazer e “logia” – também do grego *logus* – que significa razão. Portanto, para compreendermos o termo tecnologia, podemos partir do princípio que ela significa razão de saber fazer. No *Dicionário Aurélio* (2004, p. 1925), a palavra tecnologia significa: “Conjunto de conhecimentos” e/ou “princípios científicos que se aplica[m] a um determinado ramo de atividade”. Já no *Dicionário Houaiss* (2009, p. 1821), a palavra tecnologia significa “teoria geral e/ou estudo sistemático sobre técnicas, processos, métodos, meios e instrumentos de um ou mais ofícios ou domínios da atividade humana”.

Com base nesses apontamentos preliminares, o termo tecnologia pode ser compreendido com o estudo organizado e a aplicação racional de conhecimentos científicos e técnicos para resolver problemas ou otimizar toda e quaisquer atividades humanas. A tecnologia, ainda, pode ser entendida como algo que não se resume à máquina em si, mas abrange todo o processo, método e lógica – o saber fazer – que fundamenta o uso de instrumentos em qualquer domínio da vida.

Corroborando com essa interconexão entre ser humano e técnica, Castells (2021) aponta que a sociedade é a tecnologia, e esta não pode ser representada ou entendida sem suas criações

tecnológicas. No entanto, o autor ressalta que a tecnologia não determina a sociedade, assim como esta não se inscreve no curso da transformação tecnológica. Em outras palavras, “a tecnologia não determina a sociedade: incorpora-a. Mas a sociedade também não determina a inovação tecnológica: utiliza-a” (Castells, 2021, p. 82). Em síntese, pode-se afirmar que tecnologia e sociedade interferem uma na outra mutuamente²³.

Ao entender a tecnologia como um campo do conhecimento sistemático e racional voltado à resolução de problemas, fica evidente que o fenômeno não é estático. Kenski (2003, p. 12) conceitua tecnologia como:

Ao conjunto de conhecimentos e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, à construção e à utilização de um equipamento em um determinado tipo de atividade, chamamos de “tecnologia”. Para construir qualquer equipamento – uma caneta esferográfica ou um computador –, os homens precisam pesquisar, planejar e criar o produto, o serviço, o processo. Ao conjunto de tudo isso, chamamos de tecnologias.

Conforme postula Kenski (2007), a tecnologia é intrínseca à trajetória humana. Para além da afirmação genérica, compreende-se o termo como qualquer intervenção ou criação do homem sobre o meio, englobando desde artefatos de baixa complexidade, a exemplo de uma torneira, até tecnologias avançadas, como a robótica. A autora ressalta, inclusive, que existe uma tendência em restringir o conceito de tecnologia apenas a equipamentos e maquinários. Todavia, para a autora, a expressão tecnologia se refere a muitas coisas além de máquinas, uma vez que o termo abarca a totalidade de coisas que o cérebro humano conseguiu produzir ao longo do tempo (Kenski, 2007).

A partir da década de 1970, ocorreu um grande avanço no desenvolvimento das tecnologias. Com a invenção de microeletrônica, da telemática e principalmente da *internet*, a produção tecnológica teve um crescimento nunca visto antes. Elas se desenvolveram de maneira mais ágil e conseguiram alcançar um maior número de pessoas em um menor espaço de tempo. Para exemplificar essa expansão, Costa Bisneto (2003) destaca que enquanto o rádio levou 38 anos e a TV 13 anos para atingir 50 milhões de usuários, a *internet* conseguiu alcançar esse número em apenas 5 anos. Em síntese, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) emergiram nos últimos cinquenta anos como a manifestação mais evidente destes

²³ Castells (2021) pontua, também, que mesmo a sociedade não determinando a tecnologia, ela pode alavancar ou sufocar seu desenvolvimento, principalmente por intermédio do estado.

avanços. As TDIC estão presentes em diversos ambientes sociais e em nossas atividades cotidianas mais habituais, como dormir, comer, trabalhar, ler, conversar, deslocar-se para diferentes lugares e lazer (Kenski, 2007).

Hoje vivemos o que Castells (2021) chama de Sociedade da Informação ou Sociedade em Rede. Nesta sociedade profundamente impactada pelas tecnologias digitais, Lévy (2010) aponta a emergência de novas formas de pensar, agir e se comunicar. Tais transformações reconfiguram a epistemologia contemporânea, deslocando a construção do saber para um campo onde ferramentas digitais catalisam a inventividade humana. O conhecimento não é mais apenas transmitido, mas coautorado por tecnologias que expandem as fronteiras da criação. Contudo, essa mesma mediação tecnológica, se destituída de criticidade, pode converter-se em um mecanismo de engessamento cognitivo, limitando a fluidez do pensamento a padrões pré-estabelecidos. Todavia, há uma linha tênue nessa relação: o uso puramente instrumental e acrítico dessas ferramentas corre o risco de algoritmizar a mente, inibindo a ruptura e a originalidade que definem o pensamento disruptivo.

Posto isto, e partindo do pressuposto de que a escola é o principal ambiente responsável pela formação e desenvolvimento das criatividades humanas, espera-se que os recursos tecnológicos façam parte do cotidiano escolar de forma crítica e construtiva. Ressalta-se que o advento de novos recursos tecnológicos deve ser compreendido como uma forma de integração aos meios tradicionais, e não para a total superação ou substituição. Sustentamos que as TDIC devem atuar como extensões da inteligência coletiva, mediando o saber sem jamais eclipsar a subjetividade e o encontro humano, que permanecem como o núcleo irredutível da verdadeira educação. Entendemos, ainda, que o uso das TDIC no ensino não pode partir apenas do professor, precisa existir outros mecanismos no contexto escolar que criem engajamento entre as tecnologias e outros sujeitos imersos no ambiente escolar. Pensando nisso, a proposta da presente pesquisa foi analisar como as ferramentas tradicionais de ensino interagem com novas tecnologias, no sentido de fomentar nos alunos o interesse em utilizá-las para ampliar e produzir conhecimento.

Para fazer essa análise, escolhemos um livro didático, que de acordo com Bittencourt (1993), é o instrumento pedagógico de maior utilização no cotidiano escolar. Atualmente, mesmo que o livro se apresente no formato digital, ele continua tendo um papel de destaque no ensino. Em razão disso, se no livro didático há orientações, incentivos ou menções às TDIC.

Desse modo, o problema que nos instigou a realizar esta pesquisa se baseou nas possibilidades de usos das TDIC e sua incorporação ao manual didático, gerando mais engajamento na busca de conhecimento.

O cerne desta investigação consistiu em analisar a convergência entre o livro didático e as TDIC, investigando como essa integração pode fomentar o protagonismo discente na mobilização de tecnologias para a curadoria, aprofundamento e autoria do conhecimento. O problema levantado se desdobrou nas seguintes questões: os livros têm acompanhado o desenvolvimento das tecnologias no sentido de propor aos alunos e professores atividades que envolvam os diversos meios tecnológicos como, por exemplo, mídias digitais, o uso do *QRcode*, realidade virtual, redes sociais, entre outros? Ou ainda: O livro didático traz orientações para professores e alunos de como utilizar as tecnologias para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem?

A delimitação da coleção e do componente curricular desta pesquisa deu-se em função das diretrizes da BNCC. Sob essa nova lógica, os livros didáticos deixaram de ser segmentados por disciplinas isoladas e passaram a ser organizados por áreas do conhecimento. Sendo assim, a área de conhecimento escolhida para este estudo é a de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Essa área engloba as disciplinas de Geografia, Filosofia, Sociologia e História, sendo a última a escolhida para fins deste estudo. A coleção utilizada, que é a que está disponível na rede estadual do Tocantins, foi a *Coleção Conexões* da Editora Moderna, publicados em 2021. A coleção é composta por seis volumes de livros, dentro de cada volume foi feita a seleção dos conteúdos relacionados à disciplina de História.

O objetivo geral foi analisar como os manuais didáticos de História interagem com as TDIC. Os objetivos específicos foram: Verificar se os livros abordam as relações entre tecnologias e sociedade; Averiguar se há nos livros indicação de uso das tecnologias como ferramenta de apoio para pesquisa ou para desenvolver alguma outra atividade; Analisar se os livros incentivam e orientam os alunos a utilizar as diversas tecnologias digitais com o objetivo de ampliar e também produzir conhecimento; Compreender como os diversos documentos que disciplinam a educação nacional abordam o uso de tecnologias no ensino; Contribuir com a prática pedagógica por meio do produto final com a elaboração de uma cartilha com orientações de como trabalhar com algumas ferramentas tecnológicas em sala de aula.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi imprescindível a leitura de algumas obras

clássicas sobre tecnologia e, ainda, a leitura de diversos trabalhos, como artigos, teses e dissertações, que abordam tecnologia e educação, com o intuito de construir uma base teórica sólida. Isso posto, destaca-se que a base teórica da pesquisa se apoiou nos estudos de autores como: Pierre Lévy (2010), Manuel Castells (2021), Andrew Feenberg (2017), Manuel Moran (2013), Vani Kenski (2007), Fantin e Rivoltella (2012), Circe Bittencourt (2008), entre outros.

Dentre as leituras realizadas, cabe apontar a leitura do livro: *Cibercultura* de Pierre Lévy (2010). Nesse livro, o autor trouxe apontamentos sobre uma sociedade contemporânea fortemente marcada pelo uso das tecnologias digitais, apresentando alguns conceitos como: cibercultura, ciberespaço e inteligência coletiva. O autor também realizou reflexões sobre as novas formas de ensinar e de aprender que são viabilizadas pelo uso das tecnologias. Outro autor importante nesse viés é Manuel Castells (2021). Há de se considerar que seus estudos foram importantes para embasar a reflexão acerca dos impactos das tecnologias em diversas esferas sociais: economia, mundo do trabalho, organização de empresas entre outros. Há ainda, nesta pesquisa, a colaboração dos estudos de Andrew Feenberg (2017), que nos permitiu compreender as relações entre tecnologia e sociedade na contemporaneidade, e nos ajudou a pensar as formas como essas tecnologias são entendidas por quem as utiliza. Partindo para o campo das tecnologias e seus usos na educação, os autores Vani Moreira Kenski (2007) e Manoel Moran (2013) nos deram um suporte teórico na compreensão de como fazer educação mediada pelas tecnologias digitais.

Nesses estudos foram abordados diversos aspectos relacionados ao uso das tecnologias na educação, como por exemplo, as diversas possibilidades de usos de diferentes plataformas e mídias digitais no ensino, formação de professores e futuro da educação com as tecnologias. O texto dissertativo²⁴ foi dividido em três capítulos principais. No primeiro, realizou-se um breve histórico do desenvolvimento das Tecnologias Digitais, focando principalmente na criação e no desenvolvimento do computador e da *internet*, dois elementos que formam as bases das TDICs. Ainda, nesse capítulo, foi feita uma reflexão acerca da relação do homem com a tecnologia no sentido de transformar suas relações sociais e a sociedade como um todo. Fez-se essa contextualização para que o leitor possa se situar na significação que a palavra tecnologia recebe na contemporaneidade, especialmente pelas produções midiáticas e para compreender que a

²⁴

Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/browse?type=author&value=Ribeiro%2C+Maria+Aparecida+Pires> Acesso em: 27 fev. 2026.

tecnologia e o homem estão interligados.

No segundo Capítulo discutiu-se a relação entre as tecnologias, mídias e a educação. Esse exercício foi realizado por um levantamento bibliográfico sobre os usos das tecnologias digitais na educação. Apresentou-se, também, considerações de alguns autores acerca da trajetória da mídia-educação/tecnologias na educação. Foi discutida a temática da formação de professores para uso das TDIC, assim como seus usos no ensino de História.

No primeiro tópico falou-se sobre as várias tecnologias que compõe o universo escolar, que vai desde o quadro-negro até a lousa digital. Procurou-se refletir acerca das expectativas de mudanças no ensino, que foram depositadas nas tecnologias. No segundo tópico foi pontuado a inserção das TDIC na educação, enfatizando a necessidade de um planejamento com objetivos já pré-estabelecidos, para que essa inserção venha de fato produzir mudanças positivas no ensino. No terceiro tópico ocupou-se da questão sobre a formação de professores, expondo a necessidade de uma formação que contemple a utilização de tecnologias no ensino. Visando que esses professores tenham conhecimento e automaticamente segurança para trabalhar com as TDIC na sala de aula. No quarto tópico do capítulo falou-se a respeito do uso da TDIC no ensino de História. Visto que o uso de tecnologias nas aulas de história representa novas possibilidades de práticas pedagógicas. No último tópico apresentou-se reflexões acerca da exclusão digital, pois é um tema sensível e que impacta diretamente no uso de tecnologias na educação

No terceiro capítulo, partimos para o componente prático da pesquisa: a análise dos livros didáticos. Foram analisados os seis volumes da *Coleção Conexão* (2021), em cada livro os conteúdos das disciplinas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia se mesclam, no entanto, a nossa análise se fixou nos conteúdos de História. Num primeiro momento é feita uma análise de legislações e documentos curriculares, com o intuito de verificar como esses documentos abordam o uso de tecnologias no ensino. Nesse momento foi estudado a Lei nº 9496/1994 que intitucionalizou as Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), BNCC, o Programa Nacional do Livro Didático e Materiais Didáticos, Programa Nacional de Educação e Diretrizes Curriculares do Tocantins (DCT-TO).

Em um segundo momento foi realizada uma descrição detalhada da coleção pesquisada. Num terceiro momento realizamos a análise dos conteúdos com o intuito de responder aos questionamentos da pesquisa: Existem nos livros conteúdos referentes à história e

desenvolvimento das tecnologias? Quais e como são abordados? Há nos livros indicação de uso das tecnologias como ferramenta de apoio para pesquisa ou para desenvolver alguma outra atividade? Os livros incentivam e orientam os alunos a utilizarem diversas tecnologias digitais com o objetivo de ampliar e produzir conhecimento? Existem nos manuais didáticos indicação de *Podcast*, jogos, *YouTube*, *blog*, rede sociais entre outros que tenham conteúdos relacionados aos temas estudados? E para concluir o texto da dissertação, as considerações finais com as conclusões do que foi encontrado na análise dos livros.

Ao final desta pesquisa, foi proposto, enquanto produto, a elaboração de uma cartilha digital, com instruções e orientações para os professores usarem as TDIC. Este produto educacional constitui-se como uma ferramenta estratégica para o ensino-aprendizagem, adotando o *podcast* como suporte mediador. A escolha dessa mídia fundamenta-se em suas amplas potencialidades pedagógicas, especialmente no campo da História, onde a oralidade e a narrativa favorecem a construção de um pensamento crítico

Sabe-se que muitos professores não usam as tecnologias em suas aulas porque não possuem o conhecimento de como utilizá-las. Nesse sentido, a presente cartilha foi concebida como um suporte prático ao trabalho docente, oferecendo diretrizes para a integração de recursos tecnológicos em sala de aula. O material assume a forma de um guia instrucional, apresentando um passo a passo detalhado para a produção de podcasts no contexto educativo.

No manual há ainda recomendações de *podcasts* para o professor indicar aos seus alunos, conforme os conteúdos estudados. De acordo com Nunes e Inoue (2023), a escuta de episódios relacionados ao conteúdo estudado aumenta o repertório de conhecimento dos discentes. Defendemos que esta cartilha digital, enquanto produto educacional, converge com os objetivos da pesquisa ao oferecer aos docentes subsídios teóricos e práticos para a integração tecnológica. O material fornece orientações estratégicas tanto para o planejamento quanto para a regência de classe, com o diferencial de ser um recurso nativo digital, otimizado para o acesso via dispositivos móveis.

Produto Final

O produto final elaborado se refere a uma Cartilha Didática feita para o professor regente da disciplina de História na Educação Básica. Ela se apresenta no formato digital e contém instruções para o docente produzir *podcast* com seus alunos. A cartilha também conta com

indicações de *podcasts* já prontos na *internet*, que podem ser indicados de acordo com as demandas e necessidades dos alunos.

O título é *Cartilha para o docente: usando Podcast para ensinar História* e foi desenvolvido com o intuito de ajudar os professores nas suas práticas cotidianas. Esta pesquisa analisa a interação entre os livros didáticos contemporâneos e as TDIC, investigando como esses recursos se articulam no cotidiano escolar. Constatou-se que a subutilização das tecnologias em sala de aula decorre, muitas vezes, da carência de domínio técnico e metodológico por parte dos docentes. Diante desse cenário, este produto educacional foi concebido para suprir tais lacunas e instrumentalizar a prática pedagógica.

O *podcast* foi a mídia escolhida por ser de fácil acesso, por apresentar diversas possibilidades de potencializar o processo de ensino e aprendizagem e ainda ter a possibilidade de ser utilizada sob demanda. O ouvinte pode escolher quando e quais conteúdos ouvir. Conforme Nunes e Enoue (2023), o professor pode recorrer aos conteúdos do próprio livro didático e utilizar o *podcast* para ampliar o conhecimento do aluno relacionada ao tema escolhido. De acordo com os autores, o *podcast* pode ser utilizado de diferentes formas pelo professor, de modo avaliativo, introdutório, motivacional entre outros. Existe também a possibilidade dessa mídia ser trabalhada em conjunto com outras mídias como as redes sociais. Os *podcasts* produzidos podem ser divulgados por meio das redes sociais dos alunos num processo de divulgação do conhecimento.

Diante do exposto, convidamos à exploração da '*Cartilha para o docente: usando Podcast para ensinar História*', um recurso pensado para romper com as barreiras do ensino tradicional. Mais do que um manual técnico, este produto final é um convite à inovação pedagógica, oferecendo os subsídios necessários para que o professor assume o papel de mediador de uma aprendizagem viva, conectada e verdadeiramente protagonista. Descubra como a voz e a tecnologia podem redimensionar o ensino de História em sua sala de aula.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS
POPULAÇÕES AMAZÔNICAS - PPGHISPAM
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL**



CARTILHA PARA O DOCENTE

USANDO PODCAST PARA ENSINAR HISTÓRIA

**ORIENTAÇÕES PARA UTILIZAR AS TECNOLOGIAS DIGITAIS
COMO RECURSO DIDÁTICO NO PROCESSO DE ENSINO E
APRENDIZAGEM**





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES
AMAZÔNICAS - PPGHISPAM
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL**

Discente: Maria Aparecida Pires Ribeiro

Orientador: Prof. Dr. George Leonardo Seabra Coelho

**Porto Nacional - TO
2023**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

R484c Ribeiro, Maria Aparecida Pires.
Cartilha para o docente: usando Podcast para ensinar História. /
Maria Aparecida Pires Ribeiro. – Porto Nacional, TO, 2024.
22 f.

Relatório Técnico (Mestrado Profissional) - Universidade Federal
do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de
Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em História das Populações
Amazônicas (PPGHSPAM), 2024.

Orientador: George Leonardo Seabra Coelho

1. Educação. 2. Tecnologias Digitais. 3. Ensino e Aprendizagem.
4. Podcast. I. Título

CDD 901

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha
catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

SUMÁRIO

01	Apresentação.....	5
02	Conduta Docente.....	6
04	O que é um Podcast?.....	7
05	Podcast como recurso didático.....	8
06	Orientações para elaborar um Podcast.....	9
08	Outras formas de usar Podcast na Educação.....	20
09	Glossário.....	21
10	Referências e links.....	22



APRESENTAÇÃO

Esta cartilha é fruto da reflexão e construção do Produto Final da pesquisa intitulada “Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na escola: como o livro didático interagem com as tecnologias”.

Esse material foi desenvolvido para docentes, preferencialmente, da disciplina de História da Educação Básica de diferentes instituições. Tem como objetivo auxiliá-los no uso de ferramentas tecnológicas nas aulas.

Diante do imenso repertório de recursos digitais escolhemos trabalhar com o Podcast. Nesta cartilha contém orientações que irá ajudar professor a inserir esse recurso na sua prática docente.

Os podcasts são ferramentas ricas que podem ser aproveitadas tanto por professores quanto por alunos.

Bom trabalho!



CONDUTA DO DOCENTE



A tecnologia tem impactado nossas vidas de muitas maneiras, o que exige que busquemos novas práticas educacionais alinhadas com as atitudes infocomunicacionais. Como educadores, devemos estar abertos a mudanças para melhor atender às necessidades dos alunos (BARBOSA, 2022).



Para trabalhar com tecnologias digitais na sala de aula o professor precisa:

- Ter uma postura proativa ;
- Colocar seu aluno numa posição ativa e crítica;
- Fomentar o processo comunicativo e a troca de experiência entre professores e alunos;
- Assumir a postura de mediador no processo de ensino e aprendizagem;
- Orientar seus alunos.



O QUE É UM PODCAST?

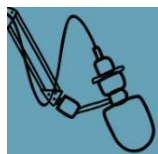
O podcast é uma mídia da cibercultura em formato de áudio ou vídeo. Sua principal finalidade é compartilhar conteúdo de áudios, os mais variados possíveis.

Embora similar ao rádio, o podcast é disponibilizado para ser ouvido sob demanda, o que o diferencia de um programa ao vivo no rádio.

Além disso, o podcast permite a criação de conteúdos criativos e envolventes para entreter o público.

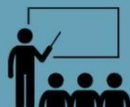
Os podcasts são muito populares pela sua praticidade, permitindo que o ouvinte escolha quando e onde deseja ouvir.





PODCAST COMO RECURSO DIDÁTICO

• Para professores



Os podcasts são uma excelente maneira de complementar o ensino em sala de aula. Eles podem ser usados para transmitir conteúdos produzidos pelo próprio professor ou por terceiros (nesse caso o professor pode indicar programas de sua confiança para seus alunos). Além disso, também podem servir como uma ferramenta de avaliação. Nessa situação, peça que os alunos criem seus próprios áudios com base no conteúdo estudado. Essa estratégia pode substituir os seminários tradicionais.

• Para alunos



Os podcasts proporcionam a capacidade de ouvir conteúdo sob demanda, o que é uma grande vantagem. Isso permite que os alunos revisem o material de aula, aprendam curiosidades relacionadas ao conteúdo e até mesmo criem seu próprio conteúdo.



ORIENTAÇÕES PARA ELABORAR UM PODCAST

Podcast para a sala no processo de ensino e aprendizagem

Como elaborar um podcast para a sala de aula

Passo 1 - Escolhendo o formato

Há vários tipos de podcast, e é importante que a escolha seja feita de acordo com seu público-alvo. Para que os alunos consuma o material o formato precisa ser atraente.



Exemplo de formatos: Bate pato, Debate, Mesa redonda; Educativos; Entrevistas; Informativos; Monólogo, entre outros.



Passo 2 - Escolhendo um nome para o seu Podcast

Escolhido o formato, é necessário que você estabeleça sobre o que será o seu Podcast. Exemplo: Eu sou professor (a) de História e vou gravar conteúdos relacionados a disciplina, para meus alunos nesse formato.

Para a escolha do nome é preciso que seja um nome que deixe claro do que se trata e que os alunos consigam identificar.

Exemplos: História em meia hora, Historiando com Maria, etc.



Podcast para a sala no processo de ensino e aprendizagem

Como elaborar um podcast para a sala de aula

Passo 3 - Identidade Visual

Para divulgação do Podcast nas plataformas de áudio é importante que ele tenha imagem que traga sua logo. Isso fará seu ouvintes associarem à sua marca assim que olharem.

A imagem precisa chamar atenção para gerar interesse nos alunos e demais ouvintes a consumirem o conteúdo.



PLANEJAMENTO

O planejamento é uma parte fundamental do Podcast, é necessário pensar qual tema, a duração do podcast e elaborar um roteiro de gravação

Passo 4 - Escolhendo do tema

Os temas não podem ser aleatórios, precisam está relacionados com os conteúdos estudados no momento. É interessante não fazer episódios muitos longos, por isso é recomendado fazer recortes temáticos dos conteúdo.

Exemplo: ao invés de falar de todo o processo de Independência do Brasil, que tal dividir o conteúdo e fazer vários episódios de 20 minutos cada. Também pode fazer episódios apenas resumindo o conteúdo para fins de revisão.



Podcast para a sala no processo de ensino e aprendizagem

Como elaborar um podcast para a sala de aula

Passo 5 - Elaborando o roteiro

Depois de definir o tema, é hora de criar um roteiro. O roteiro, que é um esboço do que será apresentado, deve incluir os principais tópicos organizados em uma sequência lógica, para que a apresentação tenha início, meio e fim definidos e não fique confusa.



Para elaborar o roteiro, faça uma lista com todos os pontos que deseja abordar. Talvez seja necessário pesquisar o tópico antes de começar.



Pense no seu público-alvo e considere o que eles já sabem sobre o assunto que será apresentado.



Podcast para a sala no processo de ensino e aprendizagem

Como elaborar um podcast para a sala de aula

ELABORANDO O ROTEIRO

Passo a passo para montar um roteiro

Vinheta - abre o programa, não é obrigatório, porém uma boa vinheta gera identificação com seu público.

Apresentação - após a vinheta é hora de se apresentar. Fale quem é você, nome, profissão, interesses, fale também sobre o Podcast, objetivos por exemplo.

Se você convidou alguém para participar diga quem é a pessoa, qual a formação e a área da atuação dela, e se o convidado possui redes sociais profissionais, já aproveite e as divulgue.

Ainda na apresentação você pode propor algumas ações que deseja que seus ouvintes façam, como por exemplo, avaliar o programa, deixar comentários, divulgar em outras redes sociais.

Introdução - a introdução é uma parte extremamente importante do Podcast, pois é aqui que você vai prender atenção do seu ouvinte e vai despertar a curiosidade do ouvinte para que ele sinta vontade e interesse de ouvir o episódio completo.



Lembre-se que você precisa falar a linguagem do seu público-alvo

Podcast para a sala no processo de ensino e aprendizagem

Como elaborar um podcast para a sala de aula

ELABORANDO O ROTEIRO

Passo a passo para montar um roteiro

Desenvolvimento - nessa seção será desenvolvido a pauta do programa.

Liste os tópicos que serão aludidos por ordem de importância:

1. *Contexto (o que estava acontecendo antes que colaborou para aquilo?)*
2. *Sintetize os dados mais importantes sobre o tema em tópicos chave.*
3. *Coloque uma ordem de temas que serão abordados, seguindo uma ordem cronológica ou lógica.*
4. *Anote nomes e datas que devam ser mencionadas.*

Conclusão - Nessa seção finalize seu assunto (faça uma breve descrição do que foi falado no episódio), agradeça seu público e os convidados caso tenha, aproveite para falar resumidamente sobre os próximos conteúdos, você também pode deixar recado para seus alunos.

ATTENTION



No roteiro também é importante estabelecer onde você pretende inserir algum efeito na hora da edição.



DICAS



1

ENTENDA O SEU PÚBLICO-ALVO (NESSE CASO, SEUS ALUNOS)

PARA GARANTIR QUE SEUS ALUNOS OUÇAM O SEU PROGRAMA, É FUNDAMENTAL CONHECÊ-LOS BEM. CRIE UM FORMATO QUE ATENDA ÀS NECESSIDADES DELES E CORRESPONDA ÀS SUAS EXPECTATIVAS.

2

AO CRIAR CONTEÚDO, É IMPORTANTE PENSAR EM TEMAS INTERESSANTES, MAS TAMBÉM NA FORMA COMO SERÃO DESENVOLVIDOS.

3

LEMBRE-SE DE USAR PALAVRAS SIMPLES DE PRONUNCIAR, MAS MANTENHA A FORMALIDADE E EVITE GÍRIAS. AFINAL, COMO PROFESSOR, É IMPORTANTE MANTER A LINGUAGEM ADEQUADA.

4

ESCREVA O SCRIPT COMO VOCÊ FALARIA;

5

É IMPORTANTE SER FLEXÍVEL, POIS NEM SEMPRE AS COISAS SAEM COMO O PLANEJADO.

ORIENTAÇÕES PARA ELABORAR UM PÓDCAST

Podcast para a sala no processo de ensino e aprendizagem

Como elaborar um podcast para a sala de aula

Passo 6 - Gravando o Podcast (Equipamentos que você irá precisar para gravar)

Não é necessário adquirir equipamentos especializados para realizar gravações. É possível adaptar os dispositivos que você já possui em casa.

Para realizar as gravações, você precisará de:

- Um computador ou celular;
- Um microfone, que pode ser aquele acoplado junto aos fones de ouvido;
- Acesso à internet (para fazer as edições e disponibilizar nas plataformas de streaming);
- Um ambiente silencioso que contribuirá para a qualidade do áudio.



ORIENTAÇÕES PARA ELABORAR UM PÓDCAST

Podcast para a sala no processo de ensino e aprendizagem

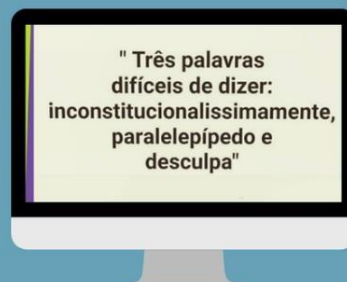
Como elaborar um podcast para a sala de aula

Dicas de gravação:



Para minimizar os ruídos externos, escolha um ambiente tranquilo e feche portas e janelas.

Antes de começar a gravar, é importante treinar sua pronúncia, especialmente quando se trata de nomes difíceis ou estrangeiros.



Atenção a oralidade, evite o uso de gírias, certifique-se que está pronunciando corretamente as palavras;

Antes de começar a gravar, faça exercícios vocais para melhorar a dicção. Além disso, preste atenção à tonalidade da sua voz.



[Exercícios para melhorar a dicção](#)



Podcast para a sala no processo de ensino e aprendizagem

Como elaborar um podcast para a sala de aula

Passo 7 Gravando o Podcast (Programas/Aplicativos para gravação)

Existem várias opções de programas disponíveis para gravar o seu podcast (alguns deles gratuitos). Eles permitem que você edite o arquivo de áudio, adicione efeitos e aprimore a qualidade.



Audacity

Compatibilidade: Windows, Linux, MacOS

Preço: Grátis

Ele pode ser utilizado desde para a gravação, quanto para a edição e exportar para os aplicativos de reprodução de podcasts

Link para baixar: [Clique aqui](#)

Link de tutorial: [Assistir tutorial](#)



Mp3 Skype Recorder

Compatibilidade: Windows

Preço: Grátis

Ele é ótimo para gravar Podcasts de entrevistas ou mesas redondas, já que cria um arquivo de áudio à partir de conversas realizadas pelo Skype

Link para baixar: [Clique aqui](#)

Link de tutorial: [Assistir tutorial](#)



Spreaker Studio

Compatibilidade: Android, IOS, Windows

Preço: Grátis

O Spreaker Studio permite a gravação, edição e distribuição do arquivo de áudio.

Link para baixar: [Clique aqui](#)

Link de tutorial: [Assistir tutorial](#)



DolbyOn

Compatibilidade: Android, IOS

Preço: Grátis

É uma das melhores opções disponíveis entre os gravadores de áudio.

Link para baixar: [Clique aqui](#)

Link de tutorial: [Assistir tutorial](#)

Podcast para a sala no processo de ensino e aprendizagem

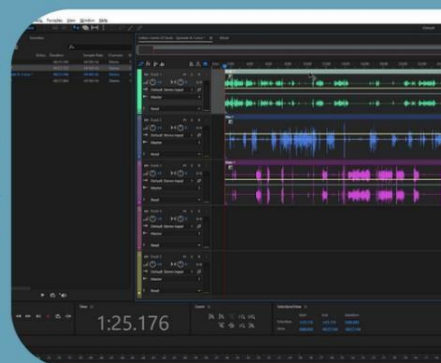
Como elaborar um podcast para a sala de aula

Passo 8 - Disponibilizando o Podcast

Edição

Sempre procure uma melhor qualidade do áudio.

Utilize as ferramentas disponíveis no software/aplicativo escolhido para a gravação e procure primeiramente reduzir os ruídos e aumentar o som da gravação.



Agregador

Antes de disponibilizar o seu podcast é necessário que você encontre um site onde o arquivo de áudio ficará hospedado e que irá gerar o Feed RSS que será utilizado pela plataforma de streaming para reproduzir este áudio.



Anchor

O Anchor é uma plataforma vinculada ao Spotify, na qual, gratuitamente você pode gravar, editar e hospedar o seu podcast para depois cadastrá-lo na plataforma de streaming. Além disso, com o tempo e engajamento, o Anchor te ajuda a monetizar seu podcast, ou seja, ser pago pelo conteúdo que você produz.



<https://anchor.fm/>



Podcast para a sala no processo de ensino e aprendizagem

Como elaborar um podcast para a sala de aula

Publicação

Podcast gravado e editado, agora é hora de divulgá-lo para o público. Existem diversas possibilidades de divulgação, desde enviar em grupos no Whatsapp até disponibilizá-los nas plataformas de streaming



Spotify

Uma das plataformas mais famosas e utilizadas, o Spotify permite a divulgação gratuitamente dos seus arquivos de áudio. Para isso, é necessário que você se cadastre na plataforma (seja via celular ou computador) criando um login e senha de acesso.

Em seguida, acesse a parte de “inscrição de podcasts”, leia e concorde com os termos de utilização, preencha as informações solicitadas e através de um agregador envie o arquivo do seu podcast.

<https://www.spotify.com/br/>



Deezer

Outra plataforma de músicas famosa e que permite a reprodução de podcasts é o Deezer. Nele, você pode, através de um agregador, incluir o link do seu arquivo e disponibilizar seu podcast para o público.

<https://www.deezer.com/br/>



19



OUTRAS FORMAS DE USAR O PODCAST NA EDUCAÇÃO

Explorando o potencial dos Podcasts na Educação, além de criar seu próprio Podcast, como professor, você pode incentivar e orientar seus alunos a produzirem seus próprios conteúdos. O Podcast pode ser usado como uma forma de avaliação, revisão de conteúdo e muito mais. Aproveite essa ferramenta poderosa para melhorar sua experiência no processo ensino e aprendizado.

Listando Podcast relacionados a disciplina de História

Indique podcasts aos seus alunos para complementar o aprendizado dos conteúdos estudados.

Confira abaixo 10 (dez) podcasts de História produzidos por historiadores e jornalistas disponibilizados gratuitamente.

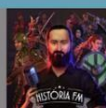
1- História em meia hora
[Ouça aqui](#)



6- Estudos Medievais
[Ouça aqui](#)



2- História FM
[Ouça aqui](#)



7- Mais História, por favor
[Ouça aqui](#)



3- Escriba Café
[Ouça aqui](#)



8- Presidente da Semana
[Ouça aqui](#)



4- Café História
[Ouça aqui](#)



9- Noites Gregas
[Ouça aqui](#)



5- Geopizza
[Ouça aqui](#)



10- História no Cast
[Ouça aqui](#)



GLOSSÁRIO



Tecnologias Digitais - é um conjunto de tecnologias que permite, principalmente, a transformação de qualquer linguagem ou dado em números, ou seja, em zeros e uns (0 e 1). Uma imagem, uma som, um texto ou a convergência de todos eles, que aparece para nós na forma final da tela de um dispositivo digital na linguagem que conhecemos (imagem fixa ou em movimento, som, texto verbal), são traduzidas em números, que são lidos por dispositivos variados, que podemos chamar, genericamente de computadores.

Cibercultura - é um conjunto de técnicas materiais e intelectuais, práticas, atitudes, modos de pensamentos e valores que se desenvolvem com o crescimento do ciberespaço. É um fluxo ininterrupto de ideias, ações e representações entre pessoas conectadas por computadores.

Roteiro - é a representação escrita do episódio, descrição detalhada do que deve ser feito.

Vinheta - pequena música que se toca no início, encerramento ou reinício de um programa de rádio, televisão, podcast, etc, para identificar o programa, a estação ou o patrocinador.

Streaming - é a tecnologia de transmissão de dados pela internet, principalmente áudio e vídeo, sem a necessidade de baixar o conteúdo.

Agregadores - são programas leitores de documentos baseados na tecnologia RSS (sigla em inglês para Really Simple Syndication), uma linguagem de formato simplificado para apresentação de conteúdo de um site.



REFERÊNCIAS E LINKS



BARBOSA, José Renato Alves. **PODCAST: Uma Proposta de Utilização para o Ensino de História**. 2022. 84 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ensino de História) - Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Santa Maria, 2022.

Disponível em:

<https://www.mkt4edu.com/blog/como-fazer-um-roteiro-de-podcast-que-funcione-na-pratica> Acesso em 05 out. 2023.

Disponível em:

<https://nastramasdeclio.com.br/organizacao/podcast-para-a-sala-de-aula-como-elaborar/> Acesso em 05 out. 2023.

Disponível em:

<https://www.bichodegoiaba.com.br/como-estruturar-um-roteiro-para-podcast/> Acesso em 06 out. 2023.



Referências

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo. Cortez. 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/35717280/Circe_Bittencourt_Ensino_de_Hist%C3%B3ria_fundamentos_e_m%C3%A9todos. Acesso em: 02 set. 2022.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro Didático e o Conhecimento Histórico: uma História do saber escolar**. 1993. 383 p. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- BRASIL. **Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997**. Estabelece critérios para a consolidação, a conversão e o refinanciamento da dívida mobiliária e contratual de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 set. 1997. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 27 fev. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: SEB, 2017.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Trad. Roneide Venancio Majer. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- COSTA BISNETO, Pedro Luiz O. **A História da Internet**. 2003. Disponível em: <http://www.pedroom.com.br/portal/vitae/download/cientificos/03%20A%20Historia%20da%20Internet.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- FANTIM, Monica; RIVOLTELLA, Pier Cesare. Cultura digital e formação de professores: Uso da mídia, práticas culturais e desafios educativos. In: FANTIM, Monica; RIVOLTELLA, Pier Cesare. **Cultura Digital e Escola: Pesquisa e formação de professores**. Campinas: Papirus, 2012. E-book, cap. 4, p. 117-181. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/33450>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- FEENBERG, Andrew. **Entre a Razão e a Experiência: Ensaio sobre a tecnologia e modernidade**. Trad. Eduardo Beira com Cristiano Cruz e Ricardo Neder. 2017.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio de língua portuguesa**. Curitiba: 3. ed. 2 imp. Positivo, 2004.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: 1.ed. Objetiva, 2009.
- KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias: O novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2007.
- KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas: Papirus. 2003.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.
- MORAN, José Manuel. Ensino e Aprendizagem Inovadores com Apoio de Tecnologias. In: MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos; BRHRENS, Marilda Aparecida (org.). **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21 ed. rev. atual. Campinas: Papirus, 2013. cap. 1, p. 11- 72.

NUNES, Radamés Vieira; INOUE, Samantha Harume Figueiredo. História, Podcast e Formação de Professores: uso de podcast no ensino de História, experimentações do Pibidhistória - UFCAT. **Convergências: estudos em humanidades digitais**, Goiânia, v.1, n. 2, p. 305 a 328, mai./ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/82>. Acesso em: 10 de fev. 2024.

OKIDO, João Victor Nogueira. **História da tecnologia no desenvolvimento humano**. 1.ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

CONSERVATÓRIO ESTADUAL DE MÚSICA DE VISCONDE DO RIO BRANCO-MG NA DÉCADA DE 1950: entre patrimônios eurocentrados e folclórico-regionais

Leonardo Civale
Yasser Youssif Khoury

Introdução

Na década de 1950, durante o governo estadual de Juscelino Kubitschek (1951-1955), foi criada uma rede de conservatórios públicos em Minas Gerais. Três fatores principais entrecruzaram-se para esta criação. O primeiro deles foi a inexistência de escolas profissionalizantes de música em Minas,²⁵ com exceção do Conservatório Mineiro de Música, instituído em Belo Horizonte em 1925, cujos encargos financeiros passaram para a responsabilidade do Executivo federal em 1950. Neste mesmo ano Conservatório Mineiro foi transformado em estabelecimento de ensino superior de música, mudança seguida por sua integração à Universidade Federal de Minas Gerais em 1962 (Sales, 2011, p. 26). O segundo motivo para criação de conservatórios musicais estaduais em Minas Gerais era de cunho político, pois o governo mineiro buscou projetar-se como uma instância que favorecia o estudo letrado e as artes. Por fim, o terceiro fator era pessoal, pois o governo JK mantinha estreita relação com a promoção da formação e performance musical²⁶.

²⁵ Houve um movimento em prol da criação de conservatórios em Minas Gerais desde a década de 1930, mas ele não vingou: “Intenções de se criarem escolas semelhantes, descentralizadas da capital, são registradas no final de 1930, quando o então diretor do Conservatório Mineiro de Música, Levindo Furquim Lambert, elabora, juntamente com Cincinato Duque Bicalho, músico juiz-forano e Francisco de Sales de Oliveira, diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, o anteprojeto, não consumado na época, que contemplaria o município de Juiz de Fora com um Conservatório” (Alves, 2017, p. 148).

²⁶ Juscelino mantinha estreita relação com a música: “Quando foi prefeito de BH, (1940-1945), buscou criar um

Assim, em 13 de dezembro de 1951, foi promulgada a Lei Estadual 811, que fundava 5 Conservatórios,²⁷ seguida pelo Decreto-lei 3.870, de 8 de setembro de 1952, que regulamentava o ensino nessas instituições. Como indica Alves,

[...] a escolha dos municípios que sediariam os quatro primeiros conservatórios gerou debates entre os representantes políticos e evidenciou a influência política: São João del Rei e Uberaba já explicitadas;²⁸ Diamantina - terra do então governador de Minas Gerais - e Visconde do Rio Branco - município de origem do então secretário do interior, Antônio Pedro Braga, posteriormente desembargador de justiça do estado de Minas Gerais²⁹.

Juiz de Fora, que possuía um anteprojeto de criação de conservatório datado da década de 1930, conseguiu ser agregado no último instante à promulgação da Lei 811, enquanto Pouso Alegre conquistou um sexto conservatório mediante a Lei 825, de 14 de dezembro de 1951, dia seguinte à data do primeiro documento (Alves, 2017, p. 43-44).

Contudo, a aprovação da legislação que autorizou a criação desses Conservatórios não assegurou, isoladamente, a efetivação de sua instalação como instituições de ensino. Assim, dos 6 Conservatórios estabelecidos por norma estadual, apenas 4 iniciaram suas atividades na década de 1950, conforme indicado na tabela abaixo:

Complexo Cultural como parte do processo de fortalecimento do espírito de modernidade que a nova capital mineira pretendia alcançar, associando arquitetura, política e música como tripé [...] em junho de 1951 Juscelino Kubitschek, já governador, ao lado de seu vice Clóvis Salgado e do prefeito Américo René Giannetti, optou por fundar ambas as instituições [Orquestra Municipal e Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais] numa só orquestra, que receberia o nome de Sociedade Mineira de Concertos Sinfônicos (SMCS), passando a nova entidade a ser subvencionada através de um convênio entre os poderes estadual e municipal” (Pimentel, 2015, p. 28).

²⁷ “Art. 1º - Ficam criados cinco Conservatórios Estaduais de Música, localizados, respectivamente, nas cidades de Diamantina, Uberaba, Visconde do Rio Branco, São João del-Rei e Juiz de Fora” (Minas Gerais, 13 dez. 1951).

²⁸ “[...] depoimentos que atribuem a Tancredo Neves, então deputado estadual, a solicitação de preservação do patrimônio musical de São João del Rei, enquanto o documento supracitado menciona também convênio e cooperação municipal e entidades artístico-musicais, a exemplo do pedido do proprietário do Conservatório privado de Uberaba, de aquisição do patrimônio deste conservatório pelo estado” (Alves, 2017, p. 43).

²⁹ Observe-se que “Os representantes políticos de Pouso Alegre e de Ouro Preto pleitearam a instalação de conservatórios em suas respectivas regiões”, mas não tiveram sucesso. (Alves, 2017, p. 43-44)

Tabela 1 - Conservatórios criados em Minas Gerais na década de 1950

Localização	Nome	Início de funcionamento
São João del Rei	Conservatório Mineiro de Música de São João del Rei. Em 1954, recebeu o nome de Padre José Maria Xavier, em homenagem a este compositor sanjoanense. (SALES, 2011, p. 28)	Março de 1953
Uberaba	Conservatório Renato Frateschi, que havia sido criado em 1949 como instituição particular de ensino de música.	1967
Diamantina	Conservatório Estadual “Lobo de Mesquita”, nome atribuído “em homenagem a José Joaquim Emérico Lobo de Mesquita, compositor, organista e regente nascido na Vila do Príncipe do Serro Frio (atual Serro) em c.1746 onde estudou música e atuou até c.1776, quando se transferiu para o Arraial do Tejuco (atual Diamantina). ³⁰	1970
Visconde do Rio Branco	Conservatório Estadual Professor Flausino Vale, que posteriormente foi designado como Professor Theodolindo José Soares. ³¹	Abril de 1953
Juiz de Fora	Conservatório Estadual de Música de Juiz de Fora, depois denominado Haidée França Americano.	Janeiro de 1955
Pouso Alegre	Conservatório Estadual de Música de Pouso Alegre, posteriormente intitulado Juscelino Kubitschek de Oliveira	Setembro de 1954

Fonte: Alves, 2017, p. 46.

Esta dissertação de mestrado tematiza de forma específica o Conservatório Estadual de Música de Visconde do Rio Branco no decorrer da década de 1950.³² Esse Conservatório, por sua vez, será abordado a partir da seguinte problemática: quais as concepções de tradição que, oriundas do modelo conservatorial francês e da valorização das manifestações folclóricas brasileiras e mineiras nas décadas de 1940 e início de 1950, nortearam seu projeto político-educacional?

Por modelo conservatorial, pode-se tomar por base a explanação de Pereira:

³⁰ Informações disponíveis em: <https://www.cemlobodemesquita.com.br/hist%C3%B3rico>. Acesso em: 23 maio. 2024.

³¹ Informações disponíveis em: <http://conservatoriovr.com.br/pagina/1>. Acesso em: 23 maio. 2024.

³² Foram criados, de 1951 a 1985, 22 Conservatórios Estaduais de Música. Dentre eles, 12 funcionam como escolas estaduais.

Ao analisar a constituição histórica do ensino superior de música no Brasil, identificamos as seguintes características do ensino, profundamente ligadas à instituição conservatorial: o ensino aos moldes do ofício medieval – o professor entendido, portanto, como mestre de ofício: exímio conhecedor de sua arte; o músico professor como objetivo final do processo educativo (artista que, por dominar a prática de sua arte, torna-se o mais indicado para ensiná-la); o individualismo no processo de ensino: princípio da aula individual com toda a progressão do conhecimento, técnica ou teórica, girando em torno da condição individual; a existência de um programa fixo de estudos, exercícios e peças (orientados do simples para o complexo) considerados de aprendizado obrigatório, estabelecido como meta a ser alcançada; o poder concentrado nas mãos do professor – apesar da distribuição dos conteúdos do programa se dar de acordo com o desenvolvimento individual do aluno, quem decide sobre este desenvolvimento individual é o professor; a música erudita ocidental como conhecimento oficial; a supremacia absoluta da música notada – abstração musical; a primazia da performance (prática instrumental/vocal); o desenvolvimento técnico voltado para o domínio instrumental/vocal com vistas ao virtuosismo; a subordinação das matérias teóricas em função da prática; o forte caráter seletivo dos estudantes, baseado no dogma do ‘talento inato’ (Pereira, 2013, p. 4).

O modelo conservatorial de ensino de música fez-se presente no Brasil desde a fundação do Conservatório Imperial, em 1848. Esta instituição veio atender à exigência político-cultural de legitimação da nova nação brasileira, independente em 1822, que pretendia ser reconhecida como um “país civilizado nos trópicos”. Por isso a adoção de referências europeias no repertório e no ensino da música (Augusto, 2010).

Quanto às balizas culturais que nortearam ações dos poderes públicos para configuração de uma nacionalidade (e, em desdobramento, de uma musicalidade) brasileira na década de 1950, destacamos a importância então conferida ao folclore, diretamente associado às “tradições do povo”. Assim, foi expressiva a atuação da Comissão Nacional do Folclore, criada em 1947, e do Movimento Folclórico (entidade para-oficial).³³ Em 1951, foi formulado, pelo I Congresso Nacional do Folclore, o Plano Nacional de Pesquisa Folclórica; em 1958, foi lançada a Campanha Brasileira de Defesa do Folclore.

Particularmente em Minas Gerais, houve uma interface entre movimento modernista e folclore (Duarte, 2011), desdobrada na criação da Comissão Mineira de Folclore em 1948. Esta Comissão, por sua vez, escolheu como tema de seu primeiro encontro “As origens do maxixe”, palestra proferida pelo professor Lindolfo Gomes, destacando assim o campo musical nos estudos folclóricos. Em paralelo, o Conservatório Mineiro de Música, sediado em Belo Horizonte, fundou o Centro de Pesquisas Folclóricas (Alves, 2017). Cabe ainda mencionar o

³³ Este movimento promoveu um mapeamento cultural do Brasil, em conjunção com a definição de suas regiões culturais, segundo critérios étnicos, geográficos e atividades de subsistência. Tal mapeamento ocorreu inclusive no inclusive no campo musical, culminando com o mapa musical de Luiz Heitor Corrêa de Azevedo, publicado em 1954 (Volpe, 2016, p. 265-266).

interesse do próprio governador de Minas, depois presidente do Brasil, pelas questões artísticas e folclóricas. Verifica-se, dessa maneira, que a música integrava as concepções e expressões de folclore, sendo considerada elemento importante da chamada “cultura nacional brasileira”.

A justificativa para a elaboração desta dissertação, voltada ao diálogo interdisciplinar entre Musicologia, História e Patrimônio, pode ser atribuído a três fatores. Um deles refere-se à minha formação superior. Minha primeira graduação foi, justamente, em História, campo de conhecimento em que tenho muito interesse e motivação em continuar atuando, principalmente em temáticas relacionadas a patrimônio, memória e identidades. Simultaneamente, cursei Licenciatura em Música, o que favorece a compreensão dos processos de ensino e as práticas e concepções adotadas no Conservatório que é tema de estudo desta dissertação.

O segundo fator diz respeito à minha trajetória familiar. Minha família fixou-se em localidade próxima à sede urbana de Visconde do Rio Branco, e alguns parentes com quem mantenho contato estudaram no Conservatório sediado neste município, o que tornou o cotidiano dessa instituição, assim como a prática musical, um assunto corrente entre nós.

Em terceiro lugar está a relevância da realização de um estudo acadêmico sobre os conservatórios em Minas Gerais. As teses e dissertações sobre o tema são poucas, estando concentradas no seu percurso institucional e na dimensão patrimonial de seus edifícios, como indicado na tabela abaixo. Percebe-se, portanto, a inexistência, até a presente data, de pesquisa em âmbito de pós-graduação sobre o Conservatório de Visconde do Rio Branco:

Tabela 2 – Pesquisas em âmbito de pós-graduação sobre os Conservatórios de Minas Gerais criados na década de 1950

Conservatório de São João Del Rei	SALES, Fernando Augusto. <i>A formação flautística no Conservatório Estadual de Música Padre José Maria Xavier: um estudo histórico</i> . 2011. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011. VIEGAS, Maria Amélia R. <i>O ensino de piano no curso técnico em instrumento no Conservatório Estadual de Música Padre José Maria Xavier: Limites e alternativas</i> . 190f. 2007. Dissertação de mestrado (Mestrado em Música) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
Conservatório de Juiz de Fora	ESTEVAM, Vicente. <i>Ensino de música e evasão escolar nos conservatórios estadual de Minas Gerais: dois estudos de caso</i> . 2010. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. ALVES, Denise Coimbra. <i>Conservatório Estadual de Música de Juiz de Fora: História e políticas atuais de capacitação de professores</i> . 2016. 179f, Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
Conservatório de Visconde do Rio Branco	-
Conservatório de Pouso Alegre	-

Fonte: Ferramenta de busca Google Scholar

Como objetivos desta dissertação, podem ser listados:

Objetivo Geral: Reconhecer elementos do modelo conservatorial e das tradições folclóricas nas práticas e concepções do Conservatório de Visconde do Rio Branco na década de 1950, identificando sua combinatória e hierarquia.

Objetivos Específicos:

1- Elencar e interpretar os sentidos atribuídos à concepção de patrimônio musical no Brasil na década de 1950, articulando-os com as principais noções de modernidade/modernismo, de folclore e de popular então vigentes.

2. Historicizar a criação do Conservatório de Música de Visconde do Rio Branco, indicando sua inclusão em um específico projeto de patrimônio e de modernidade culturais de Minas Gerais nos anos 1950.

3- Inventariar e analisar os elementos do modelo conservatorial e das tradições folclóricas brasileiras e mineiras destacados pela formação ministrada nesse mesmo Conservatório.

Como um dos grupos de fontes a embasar a pesquisa, iremos levantar a documentação institucional existente no Conservatório de Visconde do Rio Branco: “a grande vantagem da adoção do método da pesquisa documental consiste no fato de se apropriar, por meio dos documentos, de uma parte da História que não existia nos livros” (Silva, 2009, p. 4554). Outra justificativa para o uso de documentos em pesquisa é que ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de transformação de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009). Simultaneamente, além de desvendar a história do acontecido, do construído e do vivido, a pesquisa documental “permite recuperar ruídos e fragmentos da memória, [...] vetora das tantas figurações do passado” (Martins, 2009, p. 284).

Não obstante, a pesquisa documental demanda cuidados rigorosos: “Estudar documentos implica fazê-lo a partir do ponto de vista de quem os produziu, isso requer cuidado e perícia por parte do pesquisador para não comprometer a validade do seu estudo” (Silva, 2009, p. 4557). A pesquisa documental adota, assim, procedimentos capazes de serem submetidos à crítica por outros pesquisadores: levantamento e catalogação de informações constantes dos documentos estudados; interpretação desses dados mediante suas relações com outras referências documentais e com o contexto histórico; elaboração de sínteses narrativas (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009).

Como principais documentos a serem interpretados na pesquisa proposta podem ser citados atas de reuniões pedagógicas e/ou administrativas, currículos, leis, regimentos, estatutos e outros registros afins. Pretende-se também recorrer à leitura de jornais como fonte complementar, com base em metodologia correspondente. Nesse ponto, é importante destacar questões metodológicas para a utilização dos jornais e periódicos enquanto fonte de pesquisa, pois tais registros “[...] manifesta[m] o jogo de força dos que detêm o poder. Não são, portanto, produções isentas, ingênuas; traduzem leituras e modos de interpretação do vivido por um determinado grupo de pessoas em um dado tempo e espaço” (Silva, 2009, p. 4556).

Por razões de viabilidade de recursos financeiros e mesmo de tempo de pesquisa (a fim de que a dissertação possa ser efetivamente defendida ao final dos 24 meses de curso), este estudo irá priorizar a leitura e interpretação do periódico *Visconde do Rio Branco*³⁴, do município-sede do Conservatório de mesmo nome, que se encontra disponibilizado para consulta gratuita na internet para o ano de 1953.

No tocante à hipótese investigativa, esta dissertação considera, em primeiro lugar, que a formação ministrada pelo Conservatório Musical de Visconde do Rio Branco procedia a um hibridismo entre o modelo conservatorial europeu de cultura, associada às camadas letradas, e a valorização da cultura nacional e mineira sob o viés folclorístico.

Era um hibridismo peculiar, porque entre o modelo conservatorial e as expressões folclóricas, havia muitas contraposições. O modelo conservatorial baseava-se em um repertório letrado (notação musical), com compositores nomeados e valorizados por sua “genialidade”. Já as expressões folclóricas eram geralmente anônimas, e a originalidade era menos valorizada do que sua inclusão nos “saberes populares”. Em segundo lugar, o modelo conservatorial ressaltava a importância do campo artístico, pleiteando sua autonomia; já as expressões folclóricas misturavam-se a outros ritos sociais, muitas vezes na área da religiosidade. Além disso, o modelo conservatorial conferia proeminência à linguagem musical isolada, enquanto as expressões folclóricas entrecruzavam música, dança, teatro etc., sem uma separação entre as artes.

Ainda assim, sugere-se a hipótese de que este entrecruzamento entre os dois formatos culturais – conservatorial e folclórico – fez-se presente na concepção e na prática no Conservatório de Visconde do Rio Branco na década de 1950, ainda que tais formatos pudessem ser combinados de forma hierarquizada nas práticas dessas instituições.

³⁴ Site para consulta dos exemplares: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/Visconde-do-Rio-Branco/849545>. Acesso em: 4 ago. 2024.

Em desdobramento, esta dissertação defende, como segunda hipótese, que tal hibridização só foi possível mediante um processo de “museificação”, que viria a ser exercido justamente pelos conservatórios musicais na década de 1950: músicas folclóricas e populares, tidas como patrimônios culturais da nação brasileira, foram alçadas aos repertórios a serem estudados pelos alunos, ao lado de peças musicais canônicas europeias, ficando assim registradas como expoentes de uma cultura nacional em vias de desaparecimento.

Tal “museificação” musical, portanto, acompanhava o que foi denominado de “retórica da perda” pelo antropólogo José Reginaldo Gonçalves, que se fazia acompanhar, por sua vez, pela valorização da constituição de arquivos e museus (ou espaços musealizados), cujos objetos poderiam ser fruídos esteticamente ou consumidos como mercadorias (Gonçalves, 2002).

No que diz respeito as perspectivas teórico-metodológicas, esta dissertação promove, em termos teóricos, um diálogo interdisciplinar entre a Musicologia Histórica e o saber histórico. Quanto à musicologia, temos ciência de sua constituição como disciplina na segunda metade do século XIX, sobretudo no território da atual Alemanha (*Musikwissenschaft* – ciência da música) e na França (*Musicologie*). Este conhecimento é comumente definido como um saber sistematizado sobre a música, com base no método científico.

Em sua especificidade, a disciplina [Musicologia] pode enfatizar duas perspectivas, uma ligada à própria música, sua linguagem, sua escrita, sua transmissão, sua edição e sua crítica; outra considerando a música como processo, levando em consideração sua produção, transmissão e recepção, e, sobretudo a atuação de compositores, intérpretes e ouvintes (Ulhôa, 2022).

Neste século XXI, a Musicologia História perdura enfrentando antigos e novos desafios: a quebra do culto ao “gênio” (com inclusão de compositores antes tidos como menos expressivos) e à hegemonia das culturas musicais europeias (com inserção das culturas musicais de outros continentes e países); a incorporação do registro em áudio/vídeo como documento (que assim deixa de limitar-se ao texto escrito/partitura); o diálogo com perspectivas teóricas com postura crítica (como os Estudos Culturais, Estudos de Gênero etc.); a superação de uma perspectiva evolucionista e linear, baseada numa periodicidade da “história universal” (Rinaldi; 2020; Arcanjo Júnior, 2020). Tais mudanças foram provenientes de interlocuções com vertentes teóricas como o pós-estruturalismo, os estudos do gênero, a psicanálise etc. Houve, assim, uma tomada de consciência de que a musicologia abarca a multiplicidade de sistemas de representação que se cruzam, como o do autor, do público e da música (Scandarolli, 2016).

Alguns conceitos historiográficos têm desempenhado um papel importante nos estudos

musicológicos, como os de documento (que não mais se limitam a manuscritos musicais ou registros biográficos de compositores e intérpretes)³⁵ e de patrimônio (Arcanjo Júnior, 2020).

Também no Brasil, pesquisadores do campo da Musicologia Histórica têm buscado aproximar estudos musicais e estudos históricos; por sua vez, a recíproca também ocorre, com historiadores estudiosos de produções e processos musicais dialogando com musicólogos.³⁶ Pontos de convergência entre esses dois saberes encontram-se no reconhecimento da música como linguagem (portanto, como cultura histórica) e, em desdobramento, como constituidora (e não apenas representação) de identidades e conflitos sociais. Segundo José D’Assunção Barros, investigações sobre produções sonoras e musicais têm se debruçado sobre memórias e tradições, e o que antes era tido como uma dificuldade (por suas manifestações serem fluidas, imprecisas), agora é reconhecido como uma riqueza epistemológica, na perspectiva de uma ciência problematizante (Barros, 2011).

O diálogo entre História e Musicologia tem sido muito frutífero sobretudo em trabalhos de autores vinculados à História Cultural³⁷ e aos Estudos Culturais.³⁸ Os Estudos Culturais compreendem a cultura como uma prática social, mas sem limitarem-se à atuação do Estado na valorização seletiva do que seria considerado uma cultura nacional. Fazem forte crítica à dinâmica da modernidade, buscando refletir por quais processos os povos colonizados, representados como inferiores, atrasados, sem história, lutam por transformar essa condição. De forma especialmente relevante para a pesquisa aqui proposta, destacam as dinâmicas de hibridização no âmbito de uma globalização (Ballestrin, 2013).

Com base na História Cultural e nos Estudos Culturais, vem sendo alterada a noção de “tradição” anteriormente vigente no campo musical. Ela era geralmente compreendida como um legado de obras e meios de expressão deixado pelos compositores do passado, mas passou a ser tida como uma inter-relação entre esses legados e as distintas interpretações e reformulações feitas sobre eles e a partir deles. Nessa perspectiva, Eric Hobsbawn reflete sobre a invenção das tradições:

Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas

³⁵ Assim, foram incluídos fonogramas, instrumentos musicais etc.

³⁶ Como exemplo, podemos citar os trabalhos de José D’Assunção de Barros (2015; 2013a; 2013b), assim como Budasz (2009).

³⁷ Que tem Roger Chartier como uma de suas maiores referências. Este autor apresenta a História Cultural como um enfoque que visa interpretar “em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é constituída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17).

³⁸ Alguns dos principais intelectuais dessa vertente foram Richard Hoogart (Os usos da literatura, 1957), Edward Thompson (A formação da classe operária inglesa, 1963), Raymond Williams (Cultura e sociedade, 1958) e Stuart Hall (Codificação e decodificação no discurso televisivo, 1973).

por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. [...] Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições ‘inventadas’ caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a ‘invenção da tradição’ um assunto tão interessante para os estudiosos (Hobsbawn; Ranger, 1997, p. 9).

Vale, portanto, reiterar que a Musicologia histórica contemporânea, em interface com a Historiografia, entende a tradição como um processo contínuo de ressignificação, com novos significados e maneiras de performar as produções musicais alterando o legado recebido (Brandão; Holler, 2019). É esta concepção de tradição que norteia a presente dissertação.

Por fim, a consolidação de um produto final, como o Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania sugere, consistirá na edição de um inventário de repertório comentário de peças musicais utilizadas nas práticas de ensino-aprendizagem do Conservatório de Visconde de Rio Branco, evidenciando a combinatória ou hibridismo de elementos conservatoriais e folclóricos na composição do patrimônio musical brasileiro e mineiro dos anos 1950.

Música como patrimônio: um não reconhecimento entre as décadas de 1930-1950

No decorrer da década de 1950, o Brasil continuava sendo percebido como um país de fortes ambiguidades: tradicional e moderno, rural e urbano, ainda carente de uma identidade nacional que fosse contraposta às muitas desigualdades e contradições econômico-sociais. O modernismo emergente nos anos 1920 e preponderante nas décadas 1930-1940, que se fez aliado, em grande medida, aos projetos políticos varguistas, buscou enfrentar tais ambiguidades mediante a configuração de um Brasil política e culturalmente unificado, formado por um povo mestiço e promotor de uma música “genuinamente brasileira”. Tais assertivas, por sua vez, apoiavam-se em algumas categorias interpretativas centrais, das quais três foram selecionadas para serem interpretadas neste capítulo, devido à sua imbricação à discussão de uma “identidade nacional”, inclusive no campo musical: patrimônio, folclore e cultura popular. Foi sobretudo no contexto de crise da República oligárquica e tomada de poder pelo grupo político ligado a Getúlio Vargas, na década de 1930, que a reconfiguração do ideário nacionalidade brasileira mostrou-se indissociável da concepção de patrimônio, inclusive em âmbito artístico-musical.

Tratava-se, contudo, de uma concepção permeada de ambivalências.

Patrimônio musical brasileiro entre as ambivalências modernistas

Uma dessas ambivalências recaía sobre a tensão temporal entre passado e presente, expressa, como indicado José Luiz Fiorin (2009, p. 116), na compreensão do termo “patrimônio” como um conjunto de memórias socialmente compartilhadas (ou seja, provinda de heranças pretéritas), então alçadas ao estatuto de herança cultural comum (reconhecidas como tal em uma dada contemporaneidade).

Tal concepção, por um lado, pode ser remetida ao final do século XVIII, mais especificamente à conturbada conjuntura político-social da Revolução Francesa: em paralelo à urgência de destruição dos marcos simbólicos do Antigo Regime, houve o envio de tais referências (como obras de arte) aos museus, em sua clara associação a uma época que se tornara passada (Poulot, 2006). Patrimônio, portanto, pertencia a um tempo pretérito, distinto do presente, como preconizado igualmente pelo moderno regime de historicidade, que se constituía nesse mesmo período. Imbricava-se, por conseguinte, ao campo das tradições.

Não obstante, por outro lado, como o passado “não passa” por completo, imiscuindo-se no presente (Hartog, 2006, p. 272), mesmo remetido a uma época finda, o patrimônio assumia igualmente tal conotação de herança, de legado, a ser reempregado a cada atualidade: “A origem da palavra patrimônio é do latim e é derivada de *pater*, que significa pai. É utilizada no sentido de herança, legado, aquilo que o pai deixa para os filhos. Também se refere ao conjunto de bens produzidos por outras gerações, por bens que resultam em experiências, coletivas ou individuais, para se tornarem perpétuas” (Costa, 2006, p. 8). Com isso, o patrimônio não se mostrava indissociável das mudanças da modernidade.

Outra oscilação de sentido no tocante à concepção de patrimônio nos anos 1930 pautava-se na tentativa de articulação do particular/nacional com o universal, as quais também foram abarcadas pelo esforço romântico de constituição de uma síntese. Assim, por exemplo, Herder conferiu uma forma canônica à concepção de “totalidade” romântica ao configurar a cultura germânica como um ente específico, menor que a humanidade e maior e mais expressivo do que qualquer pessoa isoladamente considerada. Erigia-se assim o embasamento teórico da “nação moderna”, bem como das “culturas” (Duarte, 2004).

Tais ambivalências que permeavam a concepção de patrimônio já se faziam presentes no Brasil no século XX, sobretudo a partir os anos 1920, em especial no bojo do movimento

modernista: “A imensa fortuna crítica do modernismo o tem tratado, principalmente, como um ‘movimento artístico’ voltado a um só tempo para o combate da estética parnasiana então hegemônica e para a renovação da poesia, da literatura e das artes plásticas brasileiras, especialmente. E está certo. Em grande medida, o modernismo foi e é isso mesmo.” (Botelho, 2020, p. 176). Ou, seja, o modernismo cultural brasileiro combinava discussões sobre renovação estética e identidade nacional.

Tal movimento, a despeito de sua diversidade interna, contrapunha-se a estilos musicais até então preponderantes na música de concerto, os quais se alinhavam ao gosto elitizado da *belle époque*. Assim, entre as camadas sociais mais elevadas da sociedade brasileira ao menos até a década de 1920, predominava um repertório estrangeiro clássico-romântico, com compositores como Mozart, Bach, Beethoven, Schubert e Chopin (Contier, 2004, p. 3). As vanguardas musicais europeias do final do século XIX e início do século XX³⁹ não encontraram maior receptividade no Brasil. O estranhamento por elas suscitado residia tanto na adoção de modelos formais de composição quanto à preocupação nacionalista, vigente no campo musical brasileiro sobretudo a partir dos anos 1920 (Contier, 2004, p. 3).

O modernismo brasileiro, no campo musical, privilegiou a incorporação de elementos sonoros musicais e regionais do país. Ainda assim, algumas técnicas composicionais das vanguardas musicais (como simultaneidade, polirritmia, polimodalidade, politonalidade etc.) poderiam ser adotadas, pois eram compatíveis com o nacionalismo circulante. Para tanto, porém, considerava-se a necessidade de um processo antropofágico (ou de deglutição) dessas técnicas ditas “universais” da música contemporânea (entenda-se de matriz europeia) pela cultura nacional (Contier, 2004, p. 19), mescla que convergiria a um futuro grandioso a ser construído (Gonçalves, 2015, p. 218). O desafio, portanto, era perpassar as composições musicais com elementos locais e regionais sem abandonar o diálogo com tendências estéticas europeias⁴⁰.

A história e tradição brasileira foi retomada pela produção modernista para construir uma literatura nacional, distanciando-se de valores ufanistas e tampouco apegados à adesão completa aos estrangeirismos. O passado não é retomado, mas reinventado ao abrir-se no presente para construção de um futuro, no cruzamento de temporalidades (Francisco, 2021, p. 39).

³⁹ Como o expressionismo alemão (Arnold Schoenberg), o futurismo italiano (Luigi Russolo, Balilla Pratella) e as obras esteticamente mais radicais de Erik Satie (Contier, 2004, p. 3).

⁴⁰ É interessante observar o quanto esse modernismo musical nacionalista brasileiro não foi um movimento isolado. Ele manteve interlocução com vários movimentos similares nas Américas após a I Guerra Mundial (Contier, 2004, p. 19).

De forma concomitante, alguns literatos e artistas modernistas (inclusive do campo da música) passaram a trabalhar em diferentes níveis dos governos estaduais e federal, sobretudo após a Revolução de 1930. Ao longo desse período, e depois no Estado Novo, tentou-se forjar uma certa “cultura brasileira” através de uma política de Estado⁴¹.

Vale ainda mencionar que o modernismo cultural das décadas de 1920-1930 foi promovido em íntima ligação com a chamada cultura midiática emergente entre 1890 e 1940 (litografia, fotografia, cinema, propaganda, revistas de grande circulação, rádio). Tais canais constituíam-se na vida pulsante da modernidade cultural no Brasil. As revistas da época (como a *Kosmos*, *FonFon*, *O Malho* e *Para todos*) foram muito importantes para o modernismo cultural, porque disseminaram posturas e linguagens modernizantes, criaram um espaço de debate e reflexão sobre arte para além dos grupos de vanguarda. Nomes canônicos do modernismo leram essas revistas na juventude e absorveram suas contribuições, além de ajudarem a formar um público para as ideias e proposições modernistas.

No campo musical, por exemplo, houve o lançamento, em 1923, do periódico modernista *Ariel: Revista de Cultura Musical*, uma publicação mensal que também contava com colaboradores de outras áreas artísticas. A *Ariel* teve 13 edições, a última em outubro de 1924⁴² (Rodrigues, 2011, p. 114). Pouco depois, em 1926, foi lançado o livro *História da Música Brasileira*, de Renato Almeida, que também destaca o modernismo nacionalista (Rodrigues, 2011, p. 116).

Dentre as personalidades que se destacaram na Semana de Arte Moderna de 1922, cabe mencionar a decisiva atuação de Mário de Andrade⁴³, possibilitando que o modernismo cultural

⁴¹ “Tratar o modernismo brasileiro como movimento cultural implica discuti-lo como um modo de ação coletiva, ao menos inicialmente, fracamente institucionalizado, mas que, ao buscar produzir mudanças de ordem cultural no conjunto da sociedade, se vê constringido a interagir de modo conflituoso e colaborativo com o Estado.” (Botelho, 2020, p. 177).

⁴² Mário de Andrade, que já contribuía desde o primeiro número, assumiu a direção a partir da 9ª. edição. Esta Revista possibilitou o compartilhamento de inúmeras experiências musicais de feição nacional (Rodrigues, 2011, p. 114). Vale também indicar que Mário de Andrade manteve uma coluna no jornal *Folha da Manhã* intitulada “O mundo musical” de 1943 até a sua morte em 1945, na qual “revelou o principal conjunto de suas ideias sobre como se configurava a música naquela época.” (Klamt, 2003, p. 25). Os textos foram publicados em COLI, Jorge. *Música final: Mário de Andrade e sua coluna jornalística Mundo Musical*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

⁴³ Mário Raul de Moraes Andrade nasceu em São Paulo a 9 de outubro de 1893. Foi uma figura central do modernismo brasileiro, destacando-se como escritor, crítico, musicólogo e pesquisador do folclore nacional. Sua carreira começou com a publicação de poemas e a formação em música. Em 1922, foi um dos principais articuladores da Semana de Arte Moderna e lançou *Pauliceia desvairada*, defendendo o verso livre e a estética modernista. Ao longo de sua vida, Mário de Andrade dedicou-se à valorização da cultura brasileira. Realizou viagens etnográficas por Minas Gerais, Amazônia e Nordeste, coletando dados sobre tradições populares e música,

assumisse configurações nacionais. Para este autor, as expressões culturais locais e regionais (cantos, danças, ritos, tradições orais, costumes, ofícios etc.) deveriam ser empregadas como temáticas e motivos (figuras) estéticos das artes plásticas, da literatura e da música de concerto. O propósito era criar uma arte nacional e, a seguir, universalizá-la através de sua difusão em importantes centros culturais estrangeiros, sobretudo europeus (Contier, 2004, p. 1).

O mesmo Mário de Andrade redigiu, a pedido do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, o *Anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional*. Por esse anteprojeto, a noção de patrimônio abarcava as mais diversas manifestações culturais brasileiras, inclusive a música⁴⁴, conforme indicado na transcrição desse documento, abaixo realizada:

Obras de arte patrimonial

Definição: Entende-se por obra de arte patrimonial, pertencente ao Patrimônio Artístico Nacional, todas e exclusivamente as obras que estiverem inscritas, individual ou agrupada mente, nos quatro livros de tombamento. Essas obras de arte deverão pertencer pelo menos a uma das oito categorias seguintes:

1. Arte arqueológica;
2. Arte ameríndia;
3. Arte popular
4. Arte histórica;
5. Arte erudita nacional;
6. Arte erudita estrangeira;
7. Arte aplicadas nacionais;
8. Arte aplicadas estrangeiras; [...]

Da arte popular (3). Incluem-se nesta terceira categoria todas as manifestações de arte pura ou aplicada, tanto nacional como estrangeira, que de alguma forma interessem à Etnografia, com exclusão da ameríndia.

Essas manifestações podem ser:

- a) Objetos: Fetiches, cerâmica em geral, indumentária, etc.;
- b) Monumentos: arquitetura popular, cruzeiros, capelas e cruzeiros mortuários de beira-estrada, jardins, etc.;
- d) Paisagens: determinados lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular, vilejos lacustres vivos da Amazônia, tal morro do Rio de Janeiro, tal agrupamento de mocambos no Recife, etc.;
- d) Folclore: música popular, contos, históricos, lendas, superstições, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos, danças dramáticas, etc.

(Andrade, 1936 *apud* Iphan, 1980, p. 56).

que influenciaram obras como *Macunaíma* e crônicas como *O turista aprendiz*. Como diretor do Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938), implementou importantes iniciativas como a Discoteca Pública e a Sociedade de Etnografia e Folclore, e idealizou [um *Anteprojeto* para] o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Embora sua visão nacionalista e a proposta de tratar o folclore como patrimônio cultural nem sempre tenham sido plenamente compreendidas em sua época, Mário de Andrade deixou um legado imenso para a arte e a cultura do Brasil. (Moya, 2014)

⁴⁴ Mário reconheceu, por exemplo, o valor das casas e capelas simples, até mesmo de cruzeiros de beira de estrada, como parte do patrimônio

Contudo, a música não foi incluída na legislação federal que aprovou, em 1937, a criação do SPAN (Serviço do Patrimônio Artístico Nacional), a qual deu início à oficialização da gestão governamental acerca do patrimônio⁴⁵, pautado no imaginário da monumentalização nacional.⁴⁶ Dessa forma, foi elaborada uma concepção patrimonial nacional e um léxico particularizado para as políticas de patrimônio, que se coadunava, muitas vezes de forma paradoxal, com o ideário da modernidade (Silva, 2018, p. 4).

No período de elaboração dessa primeira legislação patrimonial, o nível de conhecimento sobre o passado musical brasileiro estava basicamente circunscrito à obra do padre José Maurício Nunes Garcia, músico da corte de Dom João VI, cuja obra fora preservada, mas não suficientemente estudada (Duprat, 2013)⁴⁷.

Paralelamente, no tocante às músicas indígenas, havia registros fonográficos e transcrições musicais promovidas pela Missão Rondon em 1917 (Volpe, 2016), vinculada ao SPI (Serviço de Proteção ao Índio), que fora criado em 1910. Para o alargamento do registro das músicas locais e regionais, inclusive (mas não somente indígenas), a contribuição de Mário de Andrade foi igualmente fundamental. Ela

[...] se intensificou após a viagem [de Mário de Andrade] ao Nordeste em 1928, quando as gravações passaram a dar apoio complementar às suas pesquisas servindo de base para estudos posteriores sobre o material anotado [...]. Este período entre 1928 e 1935 foi o de maior atenção de Mário de Andrade aos [registros gravados e] discos. [...] Dos 161 discos de música popular da coleção de Mário de Andrade, 102 foram lançados até o final de 1932. Em 1935 a coleção chegava a 126, quando Mário usou parte deles para elaborar o ensaio ‘A música e a canção populares no Brasil’ para ser publicado pelo Institut de Coopération Intellectuelle de Genebra. Este texto passou a figurar como segunda parte do *Ensaio sobre a Música Brasileira* [...] (Egg, 2013, p. 88-89).

Dessa maneira, no livro *Ensaio sobre a música brasileira*, publicado em 1928⁴⁸, Mário de Andrade perfilou 122 peças, indicando características dos elementos musicais por ele chamados de primordiais (melodia, ritmo, harmonia e instrumentos). Entre tais cantigas e

⁴⁵ As palavras música, canto e folclore não apareceram no Decreto 25/1937 (Volpe, 2016, p. 264).

⁴⁶ Diretamente associado a essa primazia do monumental, o Decreto-lei n. 25, de 1937 definiu o escopo do patrimônio histórico e artístico nacional como o conjunto dos bens móveis e imóveis de valor histórico, arqueológico e etnográfico, bibliográfico ou artístico. Equiparou a esse conjunto os monumentos naturais, sítios e paisagens. O mesmo decreto estabelecia as normas de tombamento e previa as ações de conservação e proteção (Volpe, 2016, p. 262).

⁴⁷ Tais estudos foram promovidos posteriormente, principalmente por Cleofe Person de Mattos, em seguimento às pesquisas de Curt Lange (Duprat, 2013).

⁴⁸ Neste mesmo ano, Mário publicou *Macunaíma*. Em 1927, ele havia promovido uma viagem “etnográfica” à Amazônia (Rodrigues, 2011, p. 117).

danças, conjunto do país não está representado de maneira uniforme, com predominância de obras de algumas regiões. A maior parte das melodias provém no Nordeste e do Sudeste, em grande parte devido à contribuição enviada por amigos e alunos de Mário, que então se encontravam nessas regiões (Toni, 2013, p. 61).

A partir de 1935, quando passou a chefiar o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, Mário de Andrade viabilizou a criação da Discoteca Pública, órgão que além de formar coleção de discos comerciais, também adquiriu equipamento de gravação e editou uma coleção de músicas coletadas em campo, pois nelas reconhecia um patrimônio musical do país (Egg, 2013, p. 89). Pouco depois, Mário de Andrade concentrou sua atenção no canto, inclusive promovendo o I Congresso de Língua Nacional Cantada em 1937 (Contier, 2004, p. 2).

Dessa maneira, no Brasil das décadas de 1930, o circuito político-letrado poderia discutir a presença ou ausência do patrimônio musical no país, a necessidade ou não de preservá-lo, porém não refutar sua existência (Gonçalves, 2003).

Patrimônio musical mineiro para além do barroco

No país do governo Vargas, o barroco – destacadamente aquele produzido durante o período colonial em Minas Gerais – foi considerado expressão privilegiada do patrimônio nacional, com base no caráter monumental pelo qual era apreciado.

Uma década antes, em 1923, Mário de Andrade escrevera a Tarsila do Amaral, afirmando que ela e Oswald de Andrade deveriam trazer as vivências de “caipiras em Paris” para um mergulho no Brasil, ao invés de se manterem em certo cosmopolitismo artístico: “Abandona Paris! Tarsila! Vem para a mata-virgem, onde não há arte negra, onde não há também arroios gentis. Há MATA VIRGEM. Criei o mata-virgismo. Sou matavirgista. Disso é que o mundo, a arte, o Brasil e minha queridíssima Tarsila precisam.” E conclui a passagem: “Se vocês tiverem coragem venham para cá, aceitem meu desafio” (Carta de Mário de Andrade a Tarsila do Amaral, 15 de novembro de 1923. In: Amaral (Org.), 2001). Assim, por sugestão de Oswald de Andrade, Paulo Prado convidou, ao final de 1923, o poeta franco-suíço Blaise Cendrars (1887-1961), participante destacado de vanguardas artísticas francesas, para visitar o Brasil. O modernismo cultural constituía-se, portanto, de forma pragmática, na mescla entre a perspectiva brasileira e a estrangeira. Finalmente, em fevereiro de 1924, Graça Aranha recepcionou Cendrars no porto do Rio de Janeiro, junto com um expressivo grupo de jovens intelectuais, assim que o navio que o trazia desembarcou na capital brasileira.

Em abril, durante a Semana Santa de 1924, Cendrars viajou para Minas Gerais, junto com a “Caravana Modernista”, composta por Mário de Andrade, René Thiollier, Gofredo da Silva Teles e de Nonê (o filho ainda menino de Oswald). Essa Caravana visitou São João del Rei, Tiradentes, Mariana, Ouro Preto e, via Divinópolis, Sabará e Belo Horizonte. A ideia era “redescobrir o Brasil” na originalidade da cultura mineira colonial. Mas antes mesmo da ida a Ouro Preto, Oswald de Andrade, em entrevista ao *Diário de Minas* no mês de abril de 1924, chamou a atenção para a necessidade de preservação da arquitetura colonial, pois a “civilização do ouro, representada pela velha Minas está num mesmo patamar de qualquer das civilizações correspondentes da Europa”

A arquitetura de São João del Rei, Tiradentes e Sabará e de outras que vamos percorrer está aí como uma censura viva aos inconscientes que pretendem transplantar para o nosso clima o horror dos bangalôs e das casas de pastelaria. As cores vivas e o aspecto sólido e calmo das casas mineiras é a melhor lição que pode ser dada aos nossos construtores. Como é um crime substituir, nos altares, as velhas imagens maravilhosas feitas à mão pelos nossos melhores santeiros por uma súcia de santos almofadinhas e sem caráter definido, saídos da industrialização italiana e alemã, é outro crime desprezar o cor-de-rosa das fachadas, o abrigo dos beirais e azul das janelas – nascidos da paisagem brasileira e da tradição, e tão naturalmente de acordo com elas – pelas cores cinzentas da Europa (Andrade, 1990, p. 16).

E acrescenta: “O que é preciso é defender as cidades que têm um caráter marcado e antigo. Nessas não há necessidade de transformações. Que se adapte o velho e lindo estilo colonial às necessidades de conforto e aumento” (Andrade, 1990, p. 17). Portanto,

Em busca de inovação e estabelecimento de uma literatura autêntica e nacional, digna de exportação, tal qual propunha o manifesto de Oswald, estes modernistas iniciaram o estudo aprofundado das tradições populares antes menosprezadas, e a abertura e diálogo com outras regiões foram firmados a partir deste encontro com a cultura histórica e colonial presente em terras mineiras (Francisco, 2021, p. 39).

Em desdobramento, em 1925, motivado pelo desejo de renovação por meio das tradições brasileiras publicou o *Manifesto Pau-brasil*, marcando um segundo momento do modernismo, que se volta à questão da nacionalização da cultura brasileira e a expansão do movimento. Por sua vez, Tarsila do Amaral teve transformações visíveis em sua obra ao reencontrar as cores que tanto a animavam na infância entre paisagens mineiras e caipiras a partir de 1924. Simultaneamente, Olívia Guedes Penteado, rica mecenas, fundou uma Sociedade dos Amigos dos Monumentos Históricos do Brasil, face aos roubos de obras de arte ocorridos na região. Embora o texto tenha permanecido em esboço, entre as ações dos comitês estaduais estaria organizar festas populares tradicionais nos diferentes estados, cuidar da arte popular (pintura,

esculturas, arte da mobília e caseira, músicas, canções e danças). Uma das maneiras de arrecadar fundos para a entidade seria através da venda de discos (Toni, 2013, p. 64). Mas a revolução de 24 põe fim a este projeto modernista, pois os interessados se dispersaram em suas fazendas no interior paulista.

[...] depois da viagem de Minas, todo o grupo modernista elaborou um plano para a formação de uma Sociedade dos Amigos das Velhas Igrejas de Minas Gerais. O objetivo seria a preservação das igrejas preciosas tão abandonadas, como tinham tido oportunidade de observar. ‘Padres vendiam imagens por dificuldades financeiras’, declarou-nos Godofredo da Silva Telles, ‘algo precisava ser feito’. A primeira reunião realizou-se em casa de d. Olívia Guedes Penteado, na volta da viagem (Amaral, 1997, p. 85, nota 1).

O ideal de Tarsila e Oswald – o restabelecimento da identidade brasileira, a partir da valorização do passado artístico barroco –, contudo, reaparece na década seguinte e toma uma dimensão oficial. Em 12 de julho de 1933, pelo Decreto n. 22.928, a cidade de Ouro Preto foi declarada monumento nacional.

É interessante observar que o barroco, como vertente artística, fora desqualificado no período imperial e início da República, porque vinculadas ao registro da condição colonial da América portuguesa. Contudo, o SPHAN reformulou tal interpretação, considerando ser o barroco a expressão de uma genuína brasilidade, uma releitura artística de padrões europeus (e, com isso, desconsiderando manifestações indígenas ou africanas). Em outras palavras, através do barroco, foram “[...] sendo forjadas uma ancestralidade e uma herança que permitiriam à nação prosseguir acompanhando, sincronicamente, a partir de então, a evolução da ‘arte universal’.” (Chuva, 2003, p. 326). Essa brasilidade original consistiria, por sua vez, no baluarte de modernismos possíveis ao país, como indicado no tópico anterior.

Em busca de inovação e estabelecimento de uma literatura autêntica e nacional, digna de exportação, tal qual propunha o manifesto de Oswald, estes modernistas iniciaram o estudo aprofundado das tradições populares antes menosprezadas, e a abertura e diálogo com outras regiões foram firmados a partir deste encontro com a cultura histórica e colonial presente em terras mineiras (Francisco, 2021, p. 39).

Novamente, um exemplo emblemático desse entrecruzamento de passado e presente, bem como de universal, nacional, regional e local, voltado para as terras mineiras, encontra-se em Mário de Andrade. Através da noção de “tradições móveis”, por ele reconhecia as dinâmicas e transformações impressas pelos diferentes grupos sociais nas expressões musicais. Com isso, ele evitava as premissas da “originalidade” e da “imutabilidade” que predominavam em muitas

menções sobre patrimônio na primeira metade do século XX (Gomes Neto, 2011).

Dizem que sou modernista e... paciência! O certo é que jamais neguei as tradições brasileiras, as estudo e procuro continuar a meu modo dentro delas. É incontestável que Gregório de Matos, Dirceu, Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Euclides da Cunha, Machado de Assis, Bilac ou Vicente de Carvalho são mestres que dirigem a minha literatura. Eu os imito. O que a gente carece, é distinguir tradição e tradição. Tem tradições móveis e tradições imóveis. Aquelas são úteis, têm importância enorme, a gente as deve conservar *talqualmente* são porque elas se transformam pelo simples fato da mobilidade que têm. Assim por exemplo a cantiga, a poesia, a dança populares.

As tradições imóveis não evoluem por si mesmas. Na infinita maioria dos casos são prejudiciais. Algumas são perfeitamente ridículas que nem a ‘carroça’ do rei da Inglaterra. Destas a gente só pode aproveitar o espírito, a psicologia e não a forma objetiva (Andrade, 2002, p. 227).

Pouco depois, em meados da década de 1940, foi iniciado um estudo histórico-musical mais sistemático no Brasil, com enfoque em fontes primárias dos séculos XVIII e XIX encontrada em Minas Gerais, que teve no “Informe Preliminar” de Francisco Curt Lange⁴⁹ importante marco (Volpe, 2013, p. 21). Este musicólogo teuto-uruguaio foi um dos editores do tomo VI do *Boletim Latino-Americano de Música*, impresso no Rio de Janeiro pelo Instituto Interamericano de Musicologia. Tal dossiê buscou reunir artigos que “procuravam sair do enfoque meramente literário-musical para investigações mais profundas sobre o patrimônio musical brasileiro, reunindo trabalhos de: Curt Lange; Mário de Andrade; Pedro Sinzig; Luiz Heitor Correa de Azevedo; José Cândido de Andrade Muricy; Clóvis de Oliveira.” (Maia, 2011, p. 33). Não obstante, a concepção de patrimônio musical que perpassava este esforço ainda estava revestida de forte caráter colecionista, sendo igualmente adotada por vários outros

⁴⁹ Nascido em 12 de dezembro de 1903, em Eilenburg na Prússia/Alemanha, Franz Kurt Lange (mais tarde Francisco Curt Lange) foi um musicólogo de formação ampla, com estudos em música, arquitetura, filosofia e etnologia. Influenciado por grandes nomes da musicologia, emigrou para a América Latina em 1930 devido à crise alemã, estabelecendo-se no Uruguai. Lá, naturalizou-se, casou-se e iniciou uma prolífica carreira. Lange formulou o Americanismo Musical, movimento que defendia a integração cultural do continente através da música, amplamente divulgada no *Boletín Latino-Americano de Música*, fundado por ele em 1935. Ele estabeleceu laços com pesquisadores brasileiros, como Luis Heitor Corrêa de Azevedo e Heitor Villa-Lobos, e assessorou a criação da Discoteca Pública Municipal de São Paulo em 1935. Lange foi fundamental na promoção da música latino-americana, fundando o Instituto Interamericano de Musicologia (1938) e a Editorial Cooperativa Interamericana de Compositores (1941), que publicou obras de jovens talentos. Suas viagens ao Brasil resultaram em importantes pesquisas sobre a música colonial mineira, onde denunciou a destruição de manuscritos antigos e publicou trabalhos pioneiros. Em 1948, na Argentina, criou o Departamento de Musicologia da Universidad de Cuyo e dirigiu a *Revista de Estudios Musicales*. Apesar de um incêndio em 1958 ter destruído parte de seu acervo, Lange continuou ativo, lecionando, pesquisando e publicando. Ele foi crucial na preservação da música colonial, transferindo em 1983 sua vasta coleção de manuscritos musicais brasileiros para o Museu da Inconfidência em Ouro Preto. Recebeu o título de Doutor Honoris Causa da UFMG em 1989, universidade que hoje custodia seu acervo pessoal. Francisco Curt Lange faleceu em 1997 em Montevidéu, deixando um legado monumental para a musicologia e a cultura latino-americana (Moya, 2014).

pesquisadores, que assim se dedicaram a constituir “coleções pessoais compostas de fragmentos de arquivos de corporações musicais, de músicos ou de famílias de músicos” (Cotta, 2006, p. 40). Tal prática, contudo, descontextualizou registros musicais da historicidade de sua existência ao longo do tempo e de sua performance por grupos específicos.

Pouco depois, em uma possível tentativa de superação dos limites do colecionismo, surgiram iniciativas institucionais de organização e tratamento de acervos musicais. Assim, em 1954, foi inaugurado o Museu Carlos Gomes, no município de Campinas, que portava a guarda do arquivo Carlos Gomes. Em Minas, nos anos 1960, o arcebispo de Mariana, D. Oscar de Oliveira, fundou o núcleo inicial do Museu da Música, localizado na mesma cidade-sede do arcebispado (Cotta, 2006, p. 41).

Outra forma de estudo do patrimônio musical brasileiro entre os anos 1930 e 1950, que como indicado anteriormente não foi diretamente contemplado no processo de criação do SPHAN, foi a elaboração de biografias de compositores e intérpretes. Dessa maneira, “[...] os biógrafos nacionalistas fizeram biografias que eram na verdade currículos artísticos dos compositores, baseando-se em suas principais obras e o contexto de sua criação, viagens de estudo, prêmios obtidos, destaque recebido por suas obras pela crítica especializada na imprensa”⁵⁰ (Egg, 2007, p. 152).

Vale ainda mencionar a interface entre patrimônio musical brasileiro e a política externa norte-americana, que se apresentava, às vésperas da II Guerra, como expoente da liberdade em contraposição aos fascismos. Não por acaso, Carleton Sprague Smith, o chefe da Divisão de Música da Biblioteca Pública de Nova York, que em 1940 visitou a América do Sul como representante da Divisão Cultural do Departamento de Estado dos EUA, “[...] afirmou que o entendimento cultural provocado pela promoção do patrimônio musical das Américas contribuiria significativamente para a defesa da liberdade no hemisfério ocidental” (Pernet, 2014, p. 34).

Essa Divisão Cultural fora criada em 1938, durante o governo Roosevelt, com um setor especialmente direcionado à América Latina. Em paralelo, no campo musical, em setembro de 1939, a American Musicological Society havia promovido um Congresso Internacional sobre música latino-americana, sendo que Francisco Curt Lange foi o único latino-americano que fez uma palestra formal no evento (Pernet, 2014, p. 32). Os convidados foram instados a participar,

⁵⁰ O texto transcrito reporta-se especificamente às biografias dos compositores Camargo Guarnieri e Francisco Mignone, em suas relações com Mário de Andrade.

no mês seguinte, da “Conferência sobre as Relações Interamericanas no Campo da Música”, onde foi discutida uma ampla gama de temas – escolas de música, intercâmbios de rádio e coleções de música folclórica – e [cujos participantes] redigiram um memorando sobre *copyright*, uma grande preocupação para os latino-americanos, que se queixaram da falta de proteção dos direitos autorais que suas obras sofreram nos Estados Unidos” (Pernet, 2014, p. 33). Uma decisão de grande importância desdobrada dessa Conferência foi a criação do Centro Interamericano de Música, com financiamento do Gabinete da Coordenação de Assuntos Interamericanos de Nelson Rockefeller e também da Carnegie Endowment. Liderado por Charles Seeger, o novo Centro foi inaugurado em Washington no início de 1941.

A nomeação de Seeger como chefe do Centro de Música da UPA foi uma vitória para aqueles engajados em relações culturais interamericanas que privilegiavam o foco no folclore e na cultura popular – em oposição à música ‘séria’, defendida por Howard Hanson, diretor da Eastman School of Music e membro do comitê consultivo da área de música da Divisão de Cultural – para a nova diplomacia cultural. De fato, um forte lobby para estudos de folclore moldou as políticas da Divisão Cultural do Departamento de Estado. Charles Seeger argumentava que o folclore seria uma boa ferramenta na ‘tentativa de alcançar as pessoas, os povos dos países, e não apenas as classes dominantes’ – as pessoas mais pobres, que não iriam assistir a um concerto ou ballet (Pernet, 2014, p. 33-34).

No ano seguinte, em 1942, a Conferência Nacional dos Educadores Musicais dos EUA considerou que “o ensino de música folclórica da América Latina nas escolas norte-americanas era necessário para ‘americanizar as Américas’. Entre as atrações da Conferência estava uma conexão pelo rádio para o Brasil, em cuja entrevista o compositor Heitor Villa-Lobos respondeu a perguntas sobre a importância do folclore” (Pernet, 2014, p. 33). Percebe-se, assim, que no contexto histórico estudado por esta dissertação, as concepções de patrimônio musical e de folclore entremeavam-se, como o próximo tópico irá discorrer.

Música folclórica como expressão da “civilização nacional”

A partir dos anos 1920 no Brasil, o folclore foi uma instância que mediou a relação entre modernidade e tradição, popular e erudito e, sobretudo, projeto civilizatório e identidade nacional. Dois nomes capitanearam tal discussão no campo musical – Mário de Andrade e Villa-Lobos –, ainda que vários outros compositores tenham deixado importantes contribuições.

O folclore em âmbito (inter)nacional

Pensar os estudos de folclore no Brasil na primeira década do século XX implica em

historiar sua trajetória, iniciada na Europa durante o Oitocentos e que veio a ganhar força sobretudo a partir de 1870. Naquele período, intelectuais de tal continente passavam a atentar para um mundo rural que ainda se mantinha em paralelo ao processo de industrialização e urbanização. Por essa mesma época, vários países europeus publicaram coletâneas documentais da história musical nacional. Essas obras, vistas como definitivas, reforçavam a ligação dessas peças com o fortalecimento da imagem do Estado-nação. Por sua vez, as distinções entre “folclore” ou uma cultura “do povo” e arte e cultura “eruditas”⁵¹ foram herdadas do romantismo.

No Brasil, durante República Oligárquica, houve consideráveis investimentos no estudo do folclore. Mesmo em um contexto de políticas de branqueamento da população e de teorias sobre a degeneração e inferioridade das populações miscigenadas — amplamente difundidas por literatos, médicos, juristas e políticos favoráveis à imigração —, o folclore nacional, com foco nas festas, poesia e canção popular, tornou-se estandarte para intelectuais que se dedicavam a descobrir e divulgar manifestações culturais mestiças. Figuras como Mello Moraes Filho⁵², Francisco José de Santa’anna Nery⁵³, Alexina de Magalhães Pinto⁵⁴, Guilherme de

⁵¹ Aldo Bizzocchi (1999) indica que o termo “cultura erudita” está associado às representações ideológicas e artísticas de uma parcela minoritária da sociedade: as elites, que impõem as “regras do jogo”. Contudo, Carlo Ginzburg (1987), com base nos trabalhos de Balhtin, propôs que cultura erudita e cultura popular não são opostas; ele explorou a circularidade cultural, mostrando como as ideias e os pensamentos de segmentos socioculturais subalternizados e privilegiados se interligavam e influenciavam mutuamente.

⁵² Alexandre José de Melo Moraes Filho (1844-1919) nasceu em Salvador-BA, foi um intelectual que estudou humanidades no Rio de Janeiro e se doutorou em medicina em Bruxelas. Ele se dedicou à literatura, jornalismo e foi diretor do Arquivo Municipal do Rio de Janeiro. Relacionou-se com nomes da Escola de Recife como Castro Alves e Sílvio Romero. Como folclorista, Moraes Filho destacou-se por sua obra “Festas e tradições populares do Brasil” (1888). Diferente de outros intelectuais da época, ele não se limitou a estudar o folclore do Norte, incluindo também costumes do Rio de Janeiro. Sua obra é notável pela valorização da contribuição africana na cultura e na formação do povo brasileiro, algo que ele considerava mais influente que a portuguesa e a indígena. Ele também criticava o desprezo pelas tradições nacionais em favor de um “progresso europeizado” (Ribeiro, 2019).

⁵³ Frederico José de Santa-Anna Nery (1848-1901), também conhecido como barão de Santa-Anna Nery, nasceu em Belém, no Pará. Com 14 anos, Nery viajou para a Europa, onde realizou estudos de humanidades. Na Europa, ele se tornou doutor em Direito por uma universidade italiana e se destacou como jornalista em Paris, cidade onde fixou residência a partir de 1874. Santa-Anna Nery foi um “propagandista voluntário” do Brasil, dedicando-se a divulgar a nação na Europa por meio de jornais e revistas, se opunha à imagem negativa do país como uma “nação de selvagens”. Ele acreditava que o Brasil precisava se civilizar e que a imprensa era a ferramenta ideal para essa missão. Sua obra é vasta, abordando temas como folclore, imigração, geografia e economia. No entanto, sua trajetória foi marcada por contradições políticas e um suposto “esquecimento” pela historiografia republicana brasileira (Carneiro, 2013).

⁵⁴ Alexina de Magalhães Pinto (1869-1921) foi uma escritora, folclorista, musicista e educadora. Ela é considerada uma figura de grande relevância, embora pouco conhecida, por suas contribuições para a cultura e a literatura infantil brasileira. Em 1893, assumiu a Cadeira de desenho e caligrafia na Escola Normal de São João del-Rei, cargo que ocupou por três anos. Posteriormente, lecionou na Escola Normal do Rio de Janeiro por mais de vinte anos. Alexina foi pioneira na educação ao adotar o método global de ensino e por usar material folclórico na elaboração de livros didáticos, em oposição à tendência da época de excluir a cultura popular da literatura cívica e pedagógica. Ela defendia que o folclore era um “documento de identidade da nação” e que as tradições populares

Mello⁵⁵, Julia Brito Mendes etc. tiveram seus registros comercializados no Rio de Janeiro por editoras e revistas de renome, como a Editora Garnier e a revista *Kosmos*. As motivações desses folcloristas estavam intrinsecamente ligadas aos seus projetos políticos de construção da República e a uma avaliação seletiva do papel dos descendentes de africanos e da mestiçagem nos prognósticos – por vezes otimistas – para a nação (Abreu, 2011, p. 80).

Os próprios modernistas reconheciam alguns esforços, em períodos históricos anteriores à década de 1920, para transposição de tais fronteiras estético-culturais, mas as consideravam limitadas e pontuais. Mário de Andrade, por exemplo, em sua obra *Música no Brasil*, de 1941, atribuiu a Alexandre Levy⁵⁶ e Alberto Nepomuceno⁵⁷ tentativas de nacionalizar a música de concerto no Brasil entre o final do século XIX e o início do XX, utilizando a temática popular. Por sua vez, Renato Almeida, em sua *História da música brasileira* de 1942, considerou que, a partir do final do século XIX, músicos de concerto influentes como Carlos

poderiam ser usadas para educar moral e intelectualmente a população. Suas principais obras são: Contribuição do folclore brasileiro para a biblioteca infantil (1907), Cantigas das crianças e do povo e danças populares (1916) e Provérbios populares, máximas e observações usuais (1917) (Reis; Santos, 2022).

⁵⁵ Guilherme Theodoro Pereira de Mello (1867-1932), mais conhecido como Guilherme de Mello, nasceu em Salvador, Bahia. Ele é uma figura pouco lembrada na musicologia brasileira, com a maior parte das informações sobre sua vida restritas a poucas linhas em dicionários e enciclopédias musicais. O livro *A música no Brasil: desde os tempos coloniais até o primeiro decênio da República* (1908) é sua única obra conhecida, sendo considerado o primeiro livro do gênero na musicologia brasileira. Apesar das críticas recebidas por sua obra, que era vista como provinciana, desatualizada e sem critérios claros de periodização, seu livro é uma referência para trabalhos posteriores. Guilherme de Mello atuou principalmente como professor de música e estudioso da história da música. Durante décadas, trabalhou em instituições públicas e no ensino privado na cidade de Salvador. Como pesquisador, ele reuniu uma coleção de partituras de modinha brasileira e coletou temas folclóricos e manifestações musicais diversas. O livro *A música no Brasil* é considerado um precursor dos estudos histórico-musicais no país, trazendo informações exclusivas, especialmente sobre o folclore musical brasileiro e o contexto musical baiano do século XIX (Benetti, 2016).

⁵⁶Alexandre Levy (1864-1892) foi um compositor, regente, pianista e crítico musical nascido em São Paulo. Considerado um precursor do nacionalismo musical brasileiro, ele faleceu misteriosamente com apenas 28 anos, deixando uma produção notável. Mário de Andrade o descreveu como "um anúncio de gênio". Alexandre teve seu irmão, Luis Levy, como seu primeiro professor de música, e mais tarde estudou com o professor francês Gabriel Giraudon. Em 1887, ele viajou para a Europa para estudar harmonia e contraponto em Paris com Emile Durand. Em sua obra, Levy foi um nacionalista que utilizou temas do folclore brasileiro, sendo precursor nesse campo com as "Variações sobre um tema popular brasileiro" (1884). Sua música, embora influenciada por Schumann e Mendelssohn, era original ao incorporar formas populares brasileiras, como no "Tango Brasileiro". Ele também foi diretor do Clube Haydn em 1883 e atuou como crítico musical na imprensa paulista com o pseudônimo de Figarote. Alexandre Levy é o patrono da cadeira de número 29 da Academia Brasileira de Música (Casa Levy De Pianos, s. d.).

⁵⁷ Alberto Nepomuceno (1864-1920) foi um compositor, pianista, organista e professor nascido em Fortaleza, Ceará. Considerado um pioneiro na difusão de técnicas musicais modernas no Brasil, ele se dedicou a conciliar a forma e a harmonia europeias com a pesquisa do folclore nacional. No Rio de Janeiro em 1895, tornou-se professor de órgão no Instituto Nacional de Música (INM) e defendeu o uso do idioma português no canto. Em 1897, estreou obras sinfônicas como a "Série brasileira", que mesclava temas folclóricos e ritmos afro-brasileiros. Ele foi um dos primeiros a divulgar a obra de Heitor Villa-Lobos e teve seu prelúdio de *O garatuja* (1904) regido por Richard Strauss em 1920. Nepomuceno foi um dos primeiros a valorizar o estudo sistemático da música popular, utilizando elementos como o sétimo grau abaixado e o quarto grau aumentado em suas composições (Enciclopédia Itaú Cultural, s. d.).

Gomes⁵⁸ já mostravam alguma inclinação nacionalista, buscando “ouvir as vozes da terra através de temas populares” (Almeida *apud* Abreu, 2011, p. 76). No entanto, para Mário (cujo pensamento foi endossado por Renato Almeida) esses compositores foram precursores do que estava por vir, estabelecendo o que ele chamou de “tronco tradicional da árvore genealógica da nacionalidade musical brasileira” (Andrade *Apud* Abreu, 2011, p. 76). Em paralelo, a maioria dos compositores de música de concerto do regime imperial e da República Oligárquica foram associados pelos modernistas a um gosto musical no estilo da *belle époque*, ou seja, dissociados de uma escuta do “popular”.

Por sua vez, o movimento modernista se auto atribuiu o papel de ligação entre o folclórico e o erudito. Já nos anos 1920, Mário de Andrade elogiou os poucos trabalhos existentes de coleta das canções folclóricas, como os realizados por Luciano Gallet⁵⁹ e Renato Almeida⁶⁰ (Contier, 2004, p. 14). Em 1928, Mário e Gallet foram convidados por Renato Almeida para apresentar trabalhos no Congresso Internacional das Artes Populares, presidido por Henri Focillon⁶¹ (Toni, 2013, p. 62).

As abordagens desses autores atentavam para um enlace entre as expressões folclóricas e o meio social e a promovia, sem apresentá-las como manifestações típicas ou exóticas para observadores curiosos. Simultaneamente, na visão de Mário de Andrade e desses autores, entre

⁵⁸ Antônio Carlos Gomes (1836-1896), compositor, nasceu em Campinas, ele iniciou seus estudos musicais com o pai aos dez anos de idade e, na adolescência, já compunha músicas religiosas e modinhas. A carreira de Gomes ganhou impulso quando ele se mudou para o Rio de Janeiro. Em 1860, ele apresentou um trabalho escolar e recebeu uma medalha de ouro do imperador Dom Pedro II. Em 1861, sua primeira ópera, *A noite do castelo*, estreou e ele foi condecorado com a Ordem da Rosa pelo próprio imperador. Em 1866, após estudar em Milão com uma bolsa do Conservatório, ele obteve seu diploma de maestro-compositor. Seu maior sucesso, a ópera *O Guarany*, baseada no romance de José de Alencar, estreou em 1870 no Scala de Milão. O sucesso europeu repetiu-se no Brasil e consagrou o autor como um dos maiores compositores líricos da época. (Fundação Getúlio Vargas Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, s. d.)

⁵⁹ “Luciano Gallet (1893-1931) foi um influente musicista brasileiro, destacando-se como um dos pioneiros na abordagem científica da pesquisa e do ensino musical no Brasil. Embora sua formação inicial tenha sido em arquitetura, sua paixão pela música o levou a se dedicar integralmente a ela. Formado em piano no Instituto Nacional de Música com medalha de ouro, Gallet atuou como pianista, maestro, educador, crítico, pesquisador e compositor. Ele lecionou piano no Instituto, implementou a disciplina de Folclore e organizou importantes concertos de valorização da música brasileira [...] dirigiu[u] a sociedade Pró-Arte e fund[ou] a Associação Brasileira de Música. Sob a gestão de Getúlio Vargas, foi nomeado diretor do Instituto Nacional de Música, onde buscou reformar o ensino musical.” (Brum, 2007).

⁶⁰ Renato Almeida (1895-1981) nasceu na Bahia, veio para o Rio de Janeiro ainda adolescente, onde cursou Direito. Integrou o movimento modernista. Lançou em 1926 o livro *História da música brasileira*. Na segunda edição, de 1942, este livro aproximou-se das concepções de Mário de Andrade, que preconizava a pesquisa do folclore brasileiro como via para a renovação da música erudita. (Martins, 2009).

⁶¹ Henri Focillon (1881-1943) foi um historiador e teórico francês. Professor de história moderna na Universidade de Lyon e diretor do Museu de Belas-Artes desta cidade. Depois assumiu a cátedra de arqueologia medieval na Sorbonne, seguida por Yale, onde lecionou até sua morte em 1943. Suas ideias ganharam maior alcance *com A vida das formas* (1934), onde defendeu seus pensamentos sobre a natureza da forma e a história da arte (Focillon, 2012).

outros, o Brasil não se limitava a um país multiétnico, mas constituía-se como uma nação multicultural, diversidade que se tornava um elemento da identidade nacional (Toni, 2013, p. 62). Mário, inclusive, considerava tal pluralismo cultural um dos cerne da “civilização brasileira”. Esse era um debate então em voga no campo da estética, inclusive no campo musical: como pensar uma cultura nacional que articulasse um caráter identitário próprio, sem deixar de ser rica e multifacetada. Para responder a tal questão, Mário de Andrade não encontrava material relevante na bibliografia existente, o que o levou a defender as pesquisas de campo (Toni, 2013, p. 62).

Assim, em 1927, Mário realizara uma viagem que “durou mais de três meses, saindo de São Paulo dia 7 de maio [...] e retornando à cidade no dia 15 de agosto. As escalas no Nordeste foram rápidas, pois o foco da viagem foi a Amazônia, indo pelo grande rio até Iquitos, no Peru, e depois de voltar até Manaus, indo pelo Rio Madeira e por um trecho de estrada de ferro até a fronteira com a Bolívia, no que hoje é o estado de Rondônia” (Sandroni, p. 2022, p. 209). Não obstante, o objetivo desta viagem “não era fazer pesquisas, mas ‘escrever um livro modernista’, no caso *Macunaíma*, publicado em 1928, como indicado em nota do tópico anterior desta dissertação. A seguir,

[...] Mário partiu de São Paulo em novembro de 1928 para o Nordeste, com estadas em Pernambuco, Paraíba e, especialmente, no Rio Grande do Norte, retornando em fevereiro de 1929. Dessa vez, viajou sozinho, e com a firme intenção de pesquisar. Essa sim, foi por ele considerada uma ‘viagem etnográfica’; teria sido mais exato, porém, chamá-la de ‘viagem etnomusicológica’, se essa palavra já existisse (foi inventada apenas nos anos 1950).

A produção escrita da segunda viagem se divide em dois conjuntos bem diferentes: por um lado, há uma série de crônicas publicadas no *Diário Nacional*, jornal paulista que funcionou como ‘financiador’ da viagem [...]. Por outro lado, há um expressivo conjunto de notas de pesquisa, que diferentemente das notas literárias tomadas na viagem anterior, não visavam alimentar um futuro ‘livro modernista’, mas se associavam às transcrições musicais realizadas no período, tendo como horizonte um futuro livro de caráter ‘técnico’ sobre a música do Nordeste (Sandroni, 2022, p. 2010).

Em 1936, já como diretor do Departamento de Cultura do município de São Paulo, Mário de Andrade reiterou a importância das viagens para formulação de um conceito de brasilidade, conforme os princípios modernistas (Contier, 2004, p. 2): “Nós não precisamos de teóricos, os teóricos virão a seu tempo. Nós precisamos de moços pesquisadores, que vão à casa do povo recolher com seriedade e de maneira completa o que esse povo guarda e rapidamente esquece, desnordeado pelo progresso invasor” (Andrade *apud* Nogueira, 2007, p. 263)⁶². No ano

⁶² Coluna de Mário de Andrade no *Jornal Síntese*, publicada em 1936.

seguinte, ou seja, em 1937, Mário de Andrade fundou a Sociedade de Etnografia e Folclore (SEF) como um órgão vinculado ao Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo e cujas atividades duraram cerca de dois anos:

O primeiro esforço de pesquisa da SEF consistiu na produção de dez ‘cartas folclóricas’ como forma de participação do Departamento de Cultura de São Paulo no Congresso Internacional do Folclore que se realizaria junto à Exposição Universal de Paris em 1937. A ‘cartografia folclórica’ seria o tema de debate metodológico no Congresso [...] Ao final do levantamento, os ‘mapas de folclore’ enviados ao Congresso em Paris tinham os seguintes títulos: ‘Medicina Popular - Cura do terço com anel’; ‘Proibições alimentares relativas à manga’; ‘Danças populares - Samba ou Batuque’; ‘Danças populares - Cateretê ou Catira’; ‘Danças populares - Caiapó e suas variantes fonéticas’; ‘Danças populares - Congada e suas variantes fonéticas’; ‘Danças populares - Cururu ou Caruru’; ‘Mapa das unidades territoriais’; ‘Proibições alimentares - Leite com Frutas’; ‘Zona estudada’. O último dos mapas é significativo por revelar a extensão da pesquisa: são relativamente poucas as áreas sem levantamentos [...] Através da produção de arquivos e mapas, a SEF articulou diversas formas de pesquisa que eram praticadas pelos pesquisadores nela envolvidos. O primeiro projeto da Sociedade nesse sentido referia-se à produção de um ‘vocabulário etnográfico nacional’ (Valentini, 2009, p. 4/9).

Em seu último ano como diretor do Departamento de Cultura em São Paulo, em 1938, Mário de Andrade viajou novamente entre fevereiro e julho às regiões Norte (cidade de Belém do Pará) e Nordeste (estados de Pernambuco, Paraíba e cidade de São Luis do Maranhão), no âmbito da Missão de Pesquisas Folclóricas⁶³. O Nordeste apresentou-se para Mário de Andrade uma espacialidade central para reflexão acerca das manifestações folclóricas brasileiras. Para ele, essa região continha a maior quantidade e diversidade de “tradições móveis”, as quais ainda não tinham sido “desnorteadas pelo progresso invasor” provindo, por exemplo, das produções de rádio e do cinema. Observe-se, contudo, que Mário de Andrade, ao criticar o progresso que ameaçaria as tradições locais, não se posicionava de forma avessa à modernização, sendo ele próprio um modernista.

⁶³ Essa Missão resultou em um acervo impressionante: 169 discos (78 rpm), com diversos estilos de cantigas, 6 rolos cinematográficos silenciosos de 16mm com registro de 12 manifestações folclórico-musicais, 1060 fotografias de arquitetura popular religiosa, 7.000 páginas de melodias e poesias coletadas, 689 objetos, entre outros materiais.

Mário de Andrade colocou em circulação, entre os intelectuais do período, sobre a relação entre modernidade e tradição, entre a música popular e a erudita. Para Mário, o artista moderno (ou modernista) não deveria se apresentar ou pensar sua produção como negação do passado, mas sim como atualização do mesmo, não se afastando, portanto, de certo compromisso com a tradição que a cultura popular sintetizaria. Mário de Andrade propôs uma discussão sobre como deveria ser a música 'genuinamente' nacional, entendendo que caberia ao artista (músico) promover uma transfiguração erudita das manifestações populares, enfatizando-se os elementos folclóricos. Essa discussão sobre o papel de Mário como mediador entre música erudita e popular, bem como a influência que ele exerceu sobre os músicos de modo geral, foi encampada pela historiografia (Guillen, 2007, p. 238).

Logo a seguir, Mário perdeu o cargo de diretor do Departamento de Cultura do município de São Paulo, assim como todo o grupo político ao qual ele estava alinhado fora destituído com a instituição do Estado Novo (1937-1945). Ele seguiu então para o Rio de Janeiro, convidado pelos escritores que já estavam no Ministério da Educação e Cultura, como Carlos Drummond de Andrade e Rodrigo Mello Franco, sendo incorporado a essa instância federal. A colaboração de Mário de Andrade com o SPAN se estendeu até a sua morte precoce em fevereiro de 1945.

Em paralelo, outra importante referência no tocante à apropriação de estudos folclóricos para as composições de música de concerto foi Heitor Villa-Lobos⁶⁴. Este compositor participou, em 1922, da Semana de Arte Moderna, a convite de Ronald de Carvalho⁶⁵ e Graça Aranha⁶⁶. Mas o público presente no evento não apreciou as peças de Villa-Lobos, consideradas

⁶⁴ Heitor Villa-Lobos (1887-1959) nasceu no Rio de Janeiro. Com a morte do pai em 1899, Villa-Lobos teria começado a tocar violoncelo em teatros e cafés, além de estudar violão, contrariando sua mãe. Nesse período, foi influenciado por músicos populares como Quincas Laranjeiras, Anacleto de Medeiros e Pixinguinha. Atuou na Semana de Arte Moderna de 1922 e viajou duas vezes a Paris. Retornando ao Brasil, passou a realizar concertos de conteúdo nacional e patriótico. Suas principais obras incluem as *Bachianas Brasileiras*, *Choros*, quartetos de cordas, sinfonias, entre outras, caracterizadas pela imbricação da música de concerto e manifestações folclóricas e populares. Durante a era Vargas, foi protagonista no projeto de ensino do canto orfeônico, tornando-se diretor do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico em 1942. Posteriormente, ele se dedicou à carreira internacional, especialmente nos EUA, onde recebeu títulos de doutor honoris causa e realizou muitos concertos. Villa-Lobos compôs até o dia de sua morte (BORGES, 2008).

⁶⁵ Ronald de Carvalho (1893-1935) foi poeta com atuação na Europa e na América. Autor de *Luz gloriosa* (1913), *Epigramas irônicos e sentimentais* (1921, publicado em 1922) e *Toda a América* (1926). Simultaneamente, foi um historiador da literatura, sendo autor de *Pequena História da Literatura Brasileira* (1919). Figura atuante na Semana de Arte Moderna de 1922, geralmente considerado como um poeta simbolista que "flertou" com o modernismo (MARTINS, 2008).

⁶⁶ José Pereira da Graça Aranha (1868-1931) formou-se em Direito e atuou na magistratura no Espírito Santo, experiência que inspirou seu romance *Canaã* (1902). Sua obra abrangeu o drama *Malazarte* (1911), publicado na França, e, de volta ao Brasil, os ensaios *A estética da vida* (1920) e *A correspondência de Joaquim Nabuco e Machado de Assis* (1923). Desempenhou um papel importante na Semana de Arte Moderna de 1922. Após sua aposentadoria como diplomata, Graça Aranha retornou ao Brasil depois da Primeira Guerra Mundial. Em 1930, publicou seu último romance, *A viagem maravilhosa* (Academia Brasileira De Letras, s. d.).

demasiadamente inspiradas em Debussy⁶⁷, principal expoente do impressionismo francês, isto é, pouco voltadas à busca de uma música nacional.

Villa-Lobos seguiu então para Paris, onde conseguiu estabelecer contatos importantes. Em retorno ao Brasil, recebeu o apoio de Mário de Andrade, que elogiou o compositor em suas colunas em jornais paulistas e chegou a organizar apresentações nessa cidade. Mário atribuiu a alcunha de “primitivismo pau-brasil” à música de Villa-Lobos, num indicativo da mudança composicional promovida desde a Semana de 1922.

Retornando a Paris, Villa-Lobos conheceu um grande sucesso. Soava inovadora para a Europa a imbricação de rimos africanos, sonoridades indígenas e os padrões estéticos da música de concerto europeia. Segundo Flávia Toni, a genialidade do maestro residia em criar uma música que não concorria com a popular, pois era destinada a um público distinto e empregava uma técnica composicional sofisticada (Toni, 1987, p. 46). O cerne de sua proposta era a formulação de uma música de concerto nacional e modernista, como indicado no tópico anterior, acerca da concepção de patrimônio (inclusive musical) no Brasil.

A concepção de uma música de concerto (matriz europeia), nacional (com elementos afro e indígenas) e modernista resultou de uma singular combinatória

[...] do ideário das Luzes (com sua explícita valorização da racionalidade universal, definidora do estatuto humano), [o qual], longe de ser refutado, deveria, pelo contrário, ser reiterado, mas desde que articulado à valorização da sensibilidade estética [provinda do romantismo], com suas muitas nuances e singularidades [...]. Assim, o que Villa-Lobos traria de uma estética romântica francesa, já considerada anacrônica por seus contemporâneos, seria um elã de cunho político-filosófico: o universal não é alheio ao singular, o civilizatório não é excludente do particular (Buscacio; Buarque, 2017, p. 35).

Villa-Lobos também ficou conhecido por seu projeto de canto orfeônico em âmbito nacional. Ele defendeu o implemento de tal formação musical nas escolas do país. Em 1932, o ensino do Canto Orfeônico tornou-se obrigatório nas escolas do Rio de Janeiro, levando à criação da SEMA (Superintendência da Educação Musical e Artística) sob o comando de Villa-Lobos. Nesse mesmo ano, Getúlio Vargas assinou um decreto tornando obrigatório o ensino do canto orfeônico em todas as escolas brasileiras, com o Estado patrocinando o projeto de Villa-

⁶⁷ Claude Debussy (1862-1918) foi um famoso compositor francês. Aluno do Conservatório Nacional de Paris, em 1884, ganhou o maior prêmio desta instituição com a cantata *L'Enfant Prodigue*. Nacionalista convicto, traduziu em sua música as angústias e tragédias da Primeira Guerra Mundial. Nesse período, Debussy buscou inspiração em músicos franceses do século XVIII, como François Couperin e Jean Philippe Rameau, que marcaram o apogeu da escola francesa (Benedetti, 2005).

Lobos. Ele criou o sistema de Manossolfa para facilitar o ensino de ritmo, regência e notação musical. Em 1936, apresentou seu plano educacional no I Congresso de Educação Musical de Praga, como único representante da América Latina. Em 1942, tornou-se diretor do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, vindo a organizar grandes concentrações orfeônicas, reunindo milhares de estudantes para celebrar e difundir valores cívico-patrióticos por meio de hinos e músicas nacionalistas. No repertório de tais apresentações de canto orfeônico, músicas folclóricas faziam-se presentes. Através delas, Villa-Lobos buscava fortalecer o nacionalismo (o que se coadunava com os intentos do governo Vargas) e a cultura nos alunos e, por extensão, em suas famílias (Noronha, 2009).

Vários outros compositores, além de Villa-Lobos, atuaram de forma similar a este renomado maestro. Assim, por exemplo, “Devido à influência modernista e à força de Mário de Andrade, além, evidentemente dos modismos vigentes em Paris, que valorizavam o primitivo, especialmente de matriz africana, Villa-Lobos, Francisco Mignone⁶⁸ e Camargo Guarnieri⁶⁹, cada um a seu modo e tempo, trataram de incorporar em suas composições elementos da música popular” (Guillen, 2007, p. 239).

Em 1947 foi criada a Comissão Nacional do Folclore, como um órgão oficial do Ministério das Relações Exteriores junto à Unesco. A Comissão Nacional do Folclore articulou uma rede de correspondentes e pesquisadores de campo, inspirados por um “espírito de missão” (Vilhena, 1997, p. 208; VOLPE, 2013). Nessa mesma década, foi elaborado um mapa cultural do Brasil, com identificação de distintas regiões culturais, segundo critérios étnicos, geográficos e atividades de subsistência (Volpe, 2013, p. 21). A música integrava o rol das expressões folclóricas inventariadas por essa Comissão, sendo assim considerada elemento importante da

⁶⁸ Francisco Paulo Mignone (1897-1986). Com seu pai, estudou piano, flauta, teoria e improvisação. Em 1912, ingressou no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, onde foi colega Mário de Andrade. Em 1919, estreou obras sinfônicas que lhe renderam uma bolsa de estudos para a Europa. Aí compôs óperas e um poema lírico. Ganhou vários prêmios. De volta ao Brasil em 1929, começou a lecionar no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Seu estilo inicial, fortemente italiano, foi alvo de críticas de Mário de Andrade, mas as divergências cessaram quando Mignone compôs a *1ª Fantasia Brasileira para piano e orquestra*. Em 1933, mudou-se para o Rio de Janeiro e, em 1934 assumiu a cadeira de Regência Orquestral do Instituto Nacional de Música, função que ocupou por 35 anos. Em 1935, foi um dos fundadores do Conservatório Brasileiro de Música. De 1950 a 1951, foi Diretor do Teatro Municipal do Rio de Janeiro (Fonseca, 2000).

⁶⁹ Carlos Alberto de Carvalho Camargo Guarnieri (1907-1993) foi um renomado compositor brasileiro. Esteve sob a orientação estética de Mário de Andrade. Guarnieri se preocupava em como incorporar elementos da música afro-brasileira em suas composições, evitando uma caracterização excessiva que pudesse torná-la meramente exótica. Em termos de forma musical, Camargo Guarnieri nutria uma paixão pela simetria e pela predominância da forma ternária (ABA). Guarnieri preferia desenvolver em suas composições a melodia monotemática, um estilo que ele alcançou a partir do tratamento polifônico de suas obras. está presente, com o ostinato assumindo esse papel (De Paulo, 2015).

chamada “cultura nacional brasileira”.

Foram também criados periódicos que veiculavam estudos folclóricos (Viana, 2024, p. 84), a exemplo da “*Cultura Política*, [lançada] em 1941,⁷⁰ que tinha como função ser a porta voz do Estado Novo e das ações do governo. A revista tinha várias seções e uma delas era destinada ao folclore brasileiro, denominada de ‘O povo brasileiro através do folclore’ sob a responsabilidade de Basílio de Magalhães⁷¹” (Rubião, 2010, p. 29).

Ao longo da década de 1950, o Movimento Folclórico ganhou apoio do Estado. No decorrer do I Congresso Nacional do Folclore, em 1951, foi formulado o Plano Nacional de Pesquisa Folclórica. Efetivamente,

A década de 1950 marcou o auge do movimento folclorista no Brasil: em 1951, foi lançada a Carta do Folclore Brasileiro, conclamando à elaboração de um Plano Nacional de Pesquisa Folclórica; ao longo da década, foram sido realizadas quatro Semanas Nacionais do Folclore e cinco Congressos Nacionais, além de um Congresso Internacional em São Paulo, em 1954. Em especial, o VIII Congresso Brasileiro de Folclore, realizado em 1955, ampliou a reflexão sobre a relação entre folclore e educação básica [...] Já em termos de formação acadêmica, em 1952 Wanderley Júnior⁷² propôs a inclusão da disciplina ‘Folclore’ nos cursos superiores de Filosofia e Sociologia, iniciativa endossada pelo I Congresso Interamericano de Educação de Base, realizado em São Paulo no ano de 1954, seguida de amplos debates sobre o tema na imprensa da época (Viana, 2024, p. 84).

Uma das prioridades de tal formação em estudos folclóricos no ensino superior era formar profissionais de perfil “intelectual especializado no tema”, que atuariam em instituições ligadas à cultura nacional e no ensino em geral (Vilhena, 1997, p. 248; Viana, 2024, p. 86).

⁷⁰ Esta *Revista* foi publicada até 1945, tendo como subtítulo *Revista Mensal de Estudos Brasileiros*.

⁷¹ “Basílio de Magalhães (1874-1957), nascido na cidade de Barroso, Minas Gerais, próxima à histórica cidade de São João Del Rei, foi um grande historiador, jornalista, professor e poliglota. Foi membro do Conselho Municipal de Campinas, Presidente da Câmara e agente executivo de São João Del Rei. Foi Senador mineiro de 1922 a 1923 e deputado federal de 1924 a 1929. Desde 1930, dedicou-se, exclusivamente, ao ensino e à pesquisa histórica. Foi professor de História do Brasil do Ginásio de Campinas, da Escola Normal (depois Instituto de Educação) do Rio de Janeiro, do Colégio Pedro II e Diretor-Geral interino da Biblioteca Nacional, também no Rio de Janeiro, de 1917 a 1919. Escreveu livros didáticos de História e Geografia, preparado edições de obras inéditas e raras [....” (Viana, 2024, p. 84)

⁷² Afonso Guilhermino Wanderley Júnior (1891-1960). Formado em Direito, atuou como jornalista e professor. Em 1932, foi um dos cofundadores da Faculdade de Direito de Santa Catarina. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Na esfera política, Wanderley Júnior iniciou sua trajetória no Partido Republicano Catarinense. Posteriormente, teve um papel fundamental na fundação da União Democrática Nacional (UDN) em Santa Catarina. Como jornalista, foi um defensor ativo da redemocratização do Brasil durante o período do Estado Novo (1937-1945). Sua carreira política o levou a ser eleito deputado federal por Santa Catarina em três das quatro eleições que disputou (Memória Política de Santa Catarina, 2022).

Em 1958, teve início a Campanha Brasileira de Defesa do Folclore Brasileiro (Volpe, 2013, p. 21), dirigida justamente por um músico, Mozart Araújo⁷³, seguido por Edison Carneiro⁷⁴. Esta Campanha, que se organizava como uma agência governamental, pretendia proceder a uma cartografia folclórica do Brasil (Volpe, 2016, p. 265).

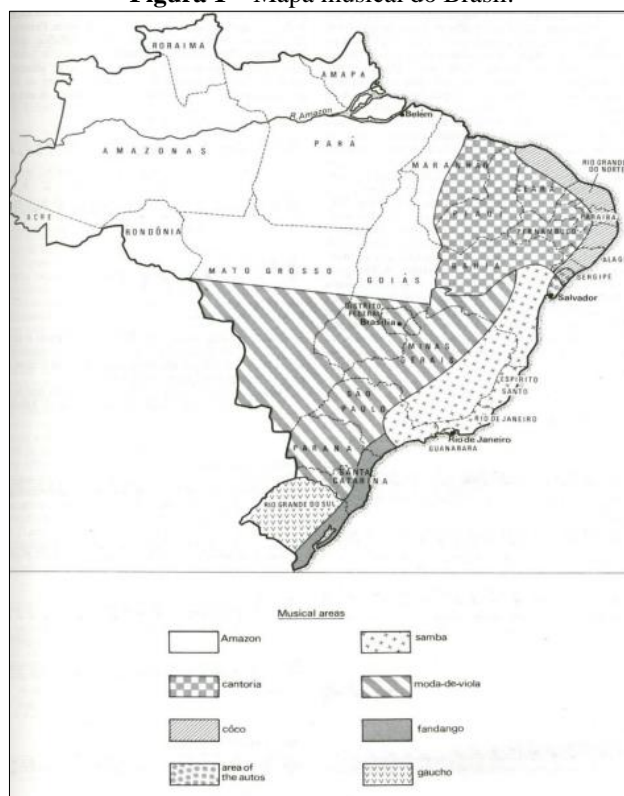
No campo da música, Luiz Heitor Corrêa de Azevedo⁷⁵ apresentou, já em 1954, um mapa musical do país, contendo as seguintes indicações: cantoria, cocos, autos, samba, moda de viola, fandango, gaúcho (Volpe, 2016, p. 265-266).

⁷³ José Mozart de Araújo (1904-1988) foi musicólogo, professor, historiador e violonista. Em 1928, ele se estabeleceu no Rio de Janeiro com a intenção de estudar medicina, mas sua trajetória mudou quando ele começou a frequentar o meio artístico e a dedicar-se à pesquisa de documentos sobre a música no Brasil. Ao longo de sua vida, ele reuniu uma vasta coleção de manuscritos e edições raras que datam desde o período colonial. Foi diretor da Rádio MEC, onde teve um papel crucial na fundação da Orquestra Sinfônica Nacional. Publicou o livro *A modinha e o lundu no século XVIII - uma pesquisa histórica e bibliográfica* em 1963. Presidiu o Clube do Choro, foi membro da Academia Brasileira de Música e atuou como vice-presidente do Conselho Superior de MPB do Museu da Imagem e do Som, instituição da qual também foi diretor. No âmbito do Conselho Federal da Cultura, Mozart de Araújo dirigiu a *Revista Brasileira de Cultura* e colaborou ativamente na edição da *Enciclopédia da Música Brasileira* (Wikipédia, s. d.)

⁷⁴ Edison de Souza Carneiro (1912-1972). Nasceu na Bahia. Foi ensaísta, etnólogo e folclorista. Na década de 1930, enquanto estudava Direito, Edison Carneiro aproximou-se das ideias comunistas e dedicou-se a pesquisas sobre a cultura afro-brasileira, denunciando a perseguição policial aos povos de terreiro. Desse período, resultaram obras importantes como *A situação do negro no Brasil* (1935), *Religiões negras* (1936) e *Negros bantus* (1937). Em 1940, mudou-se para o Rio de Janeiro, vindo a publicar *Candomblés da Bahia* (1948) e *O Quilombo dos Palmares* (1947). A partir de 1950, sua atuação como folclorista ganhou amplo reconhecimento, levando-o a ocupar cargos em instituições como o Conselho Nacional de Folclore e a Comissão Nacional de Folclore (ligada à Unesco). Em 1961, assumiu a direção da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, mas foi demitido em 1964 devido à perseguição imposta pelo regime militar. Ele foi o redator da “Carta do Samba” (1962) e participou do Primeiro Festival Mundial da Arte Negra em Dakar (1966). Em homenagem à sua significativa contribuição, o Museu do Folclore foi renomeado para Museu do Folclore Edison Carneiro em 1976 (Literatura Afro-Brasileira, s. d.).

⁷⁵ Luiz Heitor Corrêa de Azevedo (1905-1992). Foi musicólogo, professor, historiador e violonista. Em 1928, concluiu o curso de música no Instituto Nacional de Música. e intensificou sua atividade na crítica musical, substituindo seu tio Américo Repetto no jornal *Imparcial*, onde escrevia críticas e realizava entrevistas com compositores brasileiros. Luiz Heitor foi o primeiro professor de folclore em uma universidade no Brasil, assumindo a cadeira da disciplina no Instituto Nacional de Música em 1939. Devido às suas boas relações com o governo Vargas, assumiu cargos em instituições de caráter político, como a União Pan-Americana nos EUA em 1941, onde prestou consultoria para a divisão de música. Suas relações com figuras como Charles Seeger e Alan Lomax foram cruciais para a difusão e arquivamento da música folclórica brasileira no exterior. Posteriormente, assumiu um cargo na secretaria da Seção de Música da UNESCO em Paris, atuando como embaixador da música brasileira (Santos, 2024).

Figura 1 – Mapa musical do Brasil.



Fonte: VOLPE, 2016, p. 266.

Um importante objetivo a perpassar todos esses esforços era arregimentar o apoio do Estado, mediante a criação de uma agência governamental voltada aos estudos folclóricos. Esta agência foi criada em 1958, sob o nome “Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, sendo dirigida por Mozart Araújo.⁷⁶ Mas o grande nome na direção dessa agência foi Edison Carneiro⁷⁷, que aí permaneceu até 1964, quando, sob o regime militar, foi destituído do cargo por motivações políticas (Volpe, 2013; Viana, 2024, p. 86).

O folclore em Minas Gerais

Particularmente em Minas Gerais, houve uma interface entre movimento modernista e folclore (Duarte, 2011), desdobrada na criação da Comissão Mineira de Folclore em 1948. Contudo, essa Comissão teve um baixo desempenho em termos de organização de congressos ou de produção de documentos relacionados às manifestações folclóricas (Vilhena, 1997, p. 251-252; Viana, 2024, p. 87). Tal “apatia” foi destacada por Ayres da Matta Machado Filho,⁷⁸

⁷⁶ Vide nota 28 deste capítulo.

⁷⁷ Vide nota 29 deste capítulo.

⁷⁸ “Ayres da Mata Machado Filho (1909-1985) foi advogado, filólogo, folclorista e linguista. Integrante do Instituto

que se queixava, em 1949, da sua dificuldade em motivar a Comissão mineira (Viana, 2024, p. 87):

[...] ou porque o secretário-geral é um homem ocupadíssimo, ou porque lhe faltam insubstituíveis qualidades de aliciamento, ou porque a falada `apatia mineira' constitui a mais frisante manifestação da nacional carência de espírito associativo, o certo é que os planos traçados no começo não têm sido executados e o arrefecimento do relativo entusiasmo inicial torna praticamente inexequíveis as próprias reuniões, havendo-se ainda malgrado os esforços e os apelos no sentido de torná-las interessantes. [...] (Machado Filho *apud* Vilhena, 1997, p. 276)

Não obstante, para o seu primeiro encontro, esta Comissão escolheu como tema “As origens do maxixe”, palestra proferida pelo professor Lindolfo Gomes⁷⁹.

Em paralelo, o Conservatório Mineiro de Música, sediado em Belo Horizonte, fundou o Centro de Pesquisas Folclóricas (Alves, 2016, p. 41). Esta instituição então apelou aos “folcloristas de Minas, residentes fora da Capital [...] a colaborarem como membros correspondentes” (Reis *apud* Alves, 2016, p. 41)⁸⁰.

O catálogo publicado pela Comissão Mineira de Folclore, além de enfatizar o acolhimento dado a esta Comissão pelo Conservatório Mineiro de Música, consta ainda que as aulas de folclore ministradas no ano de 1949, no referido Conservatório, resultaram no livro *Curso de Folclore*, escrito por Aires da Mata Machado Filho, publicado em 1951 (Alves, 2016, p. 41-42).

Cabe ainda mencionar o interesse do próprio governador de Minas, depois presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, pelas questões artísticas e folclóricas.

De acordo com a historiadora Cibele Aparecida Viana, [...] tais ações de instâncias e poderes estaduais acabaram por resignificar parcialmente a concepção de folclore, que passou a ser associada a expressões culturais regionais, configuradas como ‘típicas’.” (Viana, 2024, p. 88). Ademais, “essa concepção regionalista/estadualizada da cultura brasileira [foi] também

Histórico e Geográfico de Minas Gerais. cursou graduação em Direito, Mestrado em Filologia e Doutorado em Filologia Românica. Foi professor da UFMG e da PUC-MG. Em 1948, ajudou a criar a Comissão Mineira de Folclore, tendo sido seu primeiro presidente. Escreveu muitas obras, ligadas à área da literatura, da linguística, da história, de gramática e de folclore.” (Viana, 2024, p. 88).

⁷⁹ Lindolfo Eduardo Gomes (1875-1953). Atuou como jornalista, historiador, professor, filólogo, folclorista e teatrólogo. Nomeado inspetor técnico de ensino em Minas Gerais em 1906, cargo que o colocou em contato com a rede de poder do Estado e que ele exerceu em diversas cidades mineiras, como São João Nepomuceno, São João del Rei, Carangola, Rio Preto, Palma e Palmira. Além de cargos públicos, lecionou português, história e literatura em diversas instituições, como o Colégio Santa Cruz e a Escola Normal em Juiz de Fora, e mantinha um curso particular de linguística e filologia em sua residência. Colaborou e dirigiu inúmeros periódicos em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Como historiador, dedicou-se principalmente à história de Juiz de Fora (Pinto, 2018)

⁸⁰ A referência da obra mencionada é REIS, Sandra L. F. *Escola de Música da UFMG: um estudo histórico (1925–1970)*. Belo Horizonte: Ed. Luzazul/Ed. Santa Edwiges, 1993. p. 52-54.

influenciada pela perspectiva freyreana – embora nunca tenha se integrado de fato ao movimento, Gilberto Freyre⁸¹ era membro oficial da Comissão Nacional de Folclore desde sua fundação” (Aguiar, 2018, p. 3). Tal regionalização do folclore, contudo, não era uma premissa unânime: assim, por exemplo, “o folclorista Luís da Câmara Cascudo⁸² [...] não concordava com a perspectiva regionalista do próprio movimento folclórico de que fazia parte ([...] por isso, nunca chegou a ocupar um cargo de liderança efetiva nas comissões de folclore, apesar de ter sido figura frequente nos congressos e de ter atuado como uma espécie de ‘mentor’ dos folcloristas)” (Aguiar, 2018, p. 4).

Música como popular

O processo de patrimonialização da arte brasileira, bem como de sua folclorização, culminaram na configuração da chamada “cultura popular”. O próprio vocábulo “folclore”, que provém do inglês, significa “saber do povo” (Abreu; Soihet, 2003, p. 86), ou ainda “tradições do povo”.

Porém, a década de 1950 complexificou a relação entre passado e a “tradição” brasileiras com o projeto de modernidade que se tornou hegemônico pós II Guerra Mundial. Foi um período de intensas transformações socioeconômicas e demográficas, com o Brasil se consolidando como uma nação urbana e industrial, mas ainda carregando fortes heranças patriarcais e rurais.

Embora até os anos 1950 “popular” fosse um vocábulo que transitasse entre o “povo” e o “empobrecido”, foi sobretudo na década seguinte, isto é, nos anos 1960, que a noção de popular aproximou-se da concepção de resistência sociopolítico ao sistema hegemônico de um capitalismo internacional e nacional. Tal interpretação, de matriz marxista, encontrou uma de suas traduções na produção de Stuart Hall: “a cultura popular é um dos locais onde a luta a favor ou contra a cultura dos poderosos é engajada; é também o prêmio a ser conquistado ou perdido nessa luta. É a arena do consentimento e da resistência” (Hall, 2003, p. 314).

⁸¹ Gilberto Freyre (1900-1997) foi sociólogo, “um dos mais importantes intérpretes do Brasil que, nos anos de 1930, formulou uma das versões mais vigorosas sobre a identidade brasileira, atribuindo caráter positivo à mestiçagem cultural e racial e ao legado da família patriarcal. Inaugurou, a partir de então, uma abordagem que o tornou reconhecido artífice na tarefa de constituição da sociologia no Brasil. [...] Algumas de suas principais obras são as que constituem a famosa trilogia: *Casa Grande & Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936) e *Ordem e Progresso* (1959)” (Viana, 2024, p. 89).

⁸² Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) nasceu em Natal, no Rio Grande do Norte. Atuou como folclorista, historiador, jornalista, advogado e professor. Entre suas publicações, destacam-se o *dicionário do folclore brasileiro*, *Geografia dos mitos brasileiros* e *Rede de dormir*. Manteve uma extensa rede de correspondência com outros intelectuais e artistas, promovendo um rico intercâmbio de ideias (Mutirão do Brasileirismo, s. d.).

Nessas duas abordagens, a noção de cultura popular também se deslocou de uma percepção mais alocada no passado, por vezes estática (a despeito da noção de “tradições móveis”, de Mário de Andrade), para um entendimento de seu dinamismo, o reconhecimento de sua permanente reelaboração (Certeau, 1994, p. 94).

Superação da contraposição popular-rural e modernidade-urbana

No final da II Guerra Mundial, ampliou-se o processo de valorização das tradições populares, o qual incluiu a criação da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura. Nesse processo, foi considerado que o estudo do folclore ajudaria na construção de identidades nacionais e também convivência dos povos. E sequência, “a partir de 1949 surge um plano mais específico de luta contra o racismo, influenciado pelo contexto mundial da independência dos países da África e Ásia, no bojo da Guerra Fria e dos embates raciais norte americano” (Rubião, 2010, p. 43).

No Brasil desse contexto, mas também em outras espacialidades mundiais, vários estudos sociológicos passaram a interpretar as camadas populares, sobretudo as rurais, como um polo de resistência à modernidade, numa abordagem ambígua que tanto exaltava sua singularidade como expunha seu atraso:

Associado ao natural, ao verdadeiro, ao ingênuo, ao espontâneo, à infância, o popular acaba por ser identificado com o camponês, por oposição às classes trabalhadoras da cidade. [...] O povo é, em suma, o bom selvagem; os letrados podem percebê-lo de uma forma neutra e até simpático. Esse folclorismo tem sua maior violência na camuflagem da própria violência (Revel; Certeau; Julia, 1989, p. 57; 59).

Tal interesse pelo ruralismo estava diretamente associado ao acelerado processo de urbanização e industrialização da sociedade brasileira naquele período, empreendido em nome de uma decidida inclusão do país na dinâmica da modernidade do Pós-Guerra (Monteiro; Dias, 2010).

A associação entre popular e ruralismo ocorreu também no campo musical, sob influência de Mário de Andrade, que opunha a expressão “música popular” à “música popularesca”: “[...] urbana e mediatizada, exatamente aquela que, hoje, é mais geralmente compreendida como ‘música popular’. [...] como ele se referia à música popular-comercial, como vimos), eivada de internacionalismos, não conduziria à efetivação de sua utopia, seu projeto teleológico de superação do atraso tecnológico brasileiro rumo ao progresso, mas sem perda da ‘essência’.” (Neder, 2010, p. 183). Cabe ressaltar, porém, que o próprio Mário

reconhecia que as fronteiras entre o “popular” e o “popularesco” eram porosas, uma vez que devido ao êxodo rural, as duas manifestações desdobravam-se em inúmeras variantes, muitas vezes híbridas.

Não obstante, é interessante perceber que, principalmente a partir dos anos 1950, a expressão “música popular” passou a compreender tanto o folclore como manifestações musicais urbanas, como o samba ou o choro, permeados por traços de mestiçagem. Simultaneamente, essas músicas populares urbanas, como lundus, maxixes e choros consolidaram-se como gêneros e negócios lucrativos no mercado editorial e de entretenimento, precisamente entre o final do século XIX e o início do XX. Nesse processo, as décadas de 1910 e 1920 testemunharam o surgimento de cinemas, *dancings*, cafés e cabarés. Nesses novos “espaços” – tidos como “civilizados” pelas elites dominantes – os chorões (majoritariamente negros e socialmente desfavorecidos) começaram a se apresentar em conjuntos musicais. Os sons que emanavam dos instrumentos tocados por esses chorões sensibilizaram compositores da música de concerto, como Heitor Villa-Lobos, Luciano Gallet etc. (Abreu, 2011, p. 75)

A produção desses músicos populares, a maioria dos quais negros, estava ligada à própria dinâmica das expressões populares em busca de reconhecimento diante de diversos públicos, em um mercado cultural em franca expansão. Esses artistas não precisavam aguardar a validação de intelectuais de renome, como os modernistas de 1922, para conquistar projeção e público, nem para que seus talentos e expressões fossem reconhecidos como “brasileiras”. Eles já tinham visibilidade em festas populares, nos teatros, no mercado editorial e na nascente indústria fonográfica, que dava passos importantes na época. De fato, os conceitos de “música popular” e “música brasileira” já circulavam e eram debatidos em diversos círculos (Abreu, 2011, p. 80)

Por sua vez, o papel do Estado varguista nos anos 1930-1940 mostrou-se crucial para a valorização da chamada “música popular brasileira”. Essa política, impulsionada pela expansão do rádio, centralizou sua atenção nos diversos tipos de samba. O propósito era acionar a música como ferramenta para expressar a conciliação de classes e a integração nacional (Abreu, 2011, p. 81)

Conforme demonstrou Adalberto Paranhos, foram realizadas apresentações públicas de artistas nacionais em eventos de grande visibilidade, como o “Dia da Música Popular” e a “Noite da Música Popular”. Cantores renomados acompanhavam a comitiva presidencial em viagens pela América Latina. Ao mesmo tempo, transmissões radiofônicas oficiais, destinadas

ao público estrangeiro, encarregavam-se de difundir o samba, reconhecido como um autêntico produto musical brasileiro, para diversas partes do mundo (Paranhos *apud* Abreu, 2011, p. 81)⁸³.

Em sequência, pós II Guerra Mundial e início dos anos 1950, a produção musical no Brasil apresentou maior diversificação. No campo associado à “música popular”, o samba manteve predominância, em suas várias modalidades (samba de morro, samba de roda, partido alto etc.). As marchinhas também tinham ampla difusão e o frevo ganhava espaço significativo.

Um periódico que veiculou tal diversificação musical foi a *Revista de Música Popular*, que circulou de agosto de 1954 a setembro de 1956 (com 14 edições no total), voltada para um público das classes média e elitizada. Esta revista, além de reforçar certa tradição musical carioca como a representação mais autêntica da música brasileira, também ajudou a consolidar um grupo de compositores como Pixinguinha⁸⁴ e Noel Rosa⁸⁵. Por sua vez, este periódico refutava o que considerava influências “nocivas” à música popular no Brasil, como rumbas, boleros e suingues. A publicação reuniu um grupo relevante de colaboradores, a exemplo de

⁸³ O texto de referência é: PARANHOS, Adalberto. o Brasil nasceu cansado? Entre o louvor e o horror ao trabalho na música popular (1930/1940). *Opsis*, v. 8, n. 11, UFG/Catalão, 2008.

⁸⁴ Alfredo da Rocha Vianna Filho (1897-1973), conhecido como Pixinguinha, nasceu no Rio de Janeiro. Instrumentista, compositor, orchestrador e maestro, sua obra abrange gêneros como valsa, polca, maxixe, samba e choro. Ele aprendeu a tocar cavaquinho aos 11 anos e teve uma formação musical formal, o que lhe permitiu ler e escrever partituras, algo incomum para os músicos populares da época. Essa habilidade foi crucial para seu trabalho como orchestrador. Aos 14 anos, ele participou da orquestra de um rancho carnavalesco e, em 1914, sua primeira composição, "Dominante", foi editada. Em 1918, ele, junto com Donga, formou o conjunto Oito Batutas, que introduziu elementos da música afro-brasileira e rural. O grupo fez sucesso no Brasil e no exterior. Nos anos 1930, Pixinguinha se tornou professor de música e, em 1937, duas de suas composições, "Rosa" e "Carinhoso", se tornaram grandes sucessos. A obra de Pixinguinha é considerada uma das mais importantes da música popular brasileira por sua capacidade de misturar diferentes tradições musicais (Mascolo Flute Center & Estudantes, s. d.).

⁸⁵ Noel Rosa (1910-1937), nascido como Noel Medeiros Rosa, em Vila Isabel, Rio de Janeiro, foi um compositor, cantor e violonista brasileiro. Ele é considerado um dos mais importantes artistas da música popular brasileira, tendo composto mais de 300 canções, incluindo sambas, marchinhas e canções, apesar de sua vida curta. Ainda na infância, aprendeu a tocar bandolim e, posteriormente, violão. Aos 15 anos, já dominava o instrumento. Em 1929, junto com outros músicos, formou o conjunto Bando de Tangará, com o qual gravou seu primeiro disco. Em 1931, ele iniciou a faculdade de medicina, mas a abandonou no ano seguinte. Seu primeiro grande sucesso, "Com Que Roupa?", foi gravado em 1930 e estourou no carnaval de 1931, marcando o início de sua carreira solo. Em 1932, Noel começou a trabalhar como contra-regra e cantor na Rádio Philips, e em 1935, na Rádio Clube do Brasil, com o programa humorístico "Conversa de Esquina". Conhecido por sua voz fraca, ele era admirado por outros músicos e requisitado para parcerias. Noel se casou com Lindaura em 1934, mas mantinha uma vida boêmia. Em 1935, foi diagnosticado com tuberculose. Após um tratamento em Belo Horizonte, retornou ao Rio e à boemia, o que fez sua saúde piorar. Ele faleceu em sua casa, em Vila Isabel, aos 26 anos (Ebiografia, s. d.).

Almirante⁸⁶, Ary Barroso⁸⁷, Manuel Bandeira⁸⁸, além de publicar textos póstumos de Mário de Andrade. Segundo Marcos Napolitano, a *Revista de Música Popular* pode ser considerada uma transposição da atenção ao folclore, promovida nesta época e diretamente imbricada ao nacionalismo, para o meio urbano (Napolitano, 2010, p. 61)

O rádio continuava um canal de comunicação musical de grande importância. Dentre os programas musicais, que por sua atuação acabaram por “recriar” um passado para o samba e o choro, estavam “O Pessoal da Velha Guarda”⁸⁹ (transmitido pela Rádio Tupi de março de 1947 a maio de 1952) e “No Tempo de Noel Rosa” (Rádio Tupi, 1951), conduzidos pelo radialista

⁸⁶ Henrique Foréis Domingues (1908-1980), batizado como tal, o Almirante nasceu em Vila Isabel, Rio de Janeiro. Ele foi compositor, cantor, radialista, musicólogo, pesquisador e produtor radiofônico, e é considerado um dos maiores nomes da Música Popular Brasileira da década de 1930. Sua carreira musical começou em 1928, como pandeirista no conjunto amador Flor do Tempo. Em 1929, o grupo foi descoberto pela gravadora Odeon-Parlophon e, com a entrada de Noel Rosa e outros membros, a formação foi renomeada para Bando de Tangarás. O grupo gravou diversos sucessos entre 1929 e 1933, como "Anedotas" e "Na Pavuna". Após a separação do grupo em 1933, Almirante seguiu carreira solo, gravando clássicos como "O Orvalho Vem Caindo". A partir de 1936, Almirante dedicou-se às suas próprias produções radiofônicas. Em 1938, lançou seu primeiro programa, "Caixa de Perguntas", e em 1951, tornou-se o primeiro biógrafo de Noel Rosa com o programa semanal "No Tempo de Noel Rosa" na Rádio Tupi. Sua carreira como radialista foi interrompida após um derrame em 1958, mas ele continuou como escritor, lançando em 1963 a biografia de Noel Rosa com o mesmo título de seu programa. Almirante era conhecido por possuir um vasto acervo pessoal sobre música brasileira, com recortes de jornal, discos e depoimentos de personalidades, que foi doado ao Museu da Imagem e do Som (MIS) do Rio de Janeiro (Delgado, 2021).

⁸⁷ Ary de Resende Barroso (1903-1964) foi um compositor, pianista, locutor esportivo e apresentador de rádio e televisão, nascido em Ubá, Minas Gerais, e falecido no Rio de Janeiro. Aos 12 anos, ele já era pianista de filmes mudos em sua cidade natal. Em 1922, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se matriculou em direito, mas começou a atuar como pianista em cinemas e orquestras de jazz, como a American Jazz e a Jazz Band Sul-Americana. Em 1928, teve suas primeiras composições, "Tu Queres Muito" e "Vou a Penha", gravadas por Mário Reis e Artur Castro. Em 1930, sua marcha carnavalesca "Dá Nela" venceu um concurso musical e foi gravada por Francisco Alves. A canção "Aquarela do Brasil" (1939) é considerada sua obra mais notável. A música o levou a trabalhar com os Estúdios Walt Disney e a ganhar reconhecimento mundial. Suas músicas abrangem diversos gêneros, como marchinhas, choros, valsas e foxtrotes, com letras que celebram a Bahia, a figura da mulata e o sertão. Ele teve parcerias notáveis com Lamartine Babo, Noel Rosa e Vinicius de Moraes. A obra de Ary Barroso continua a ser interpretada por gerações de artistas, e ele é considerado um dos principais nomes que moldaram a música popular brasileira no século XX (Enciclopédia Itaú Cultural, s. d.).

⁸⁸ Manuel Bandeira (1886-1968) (Manuel Carneiro de Sousa Bandeira Filho) foi um poeta, professor, cronista, crítico, historiador literário e professor, nascido no Recife, e falecido em 13 no Rio de Janeiro. No Brasil, Bandeira começou a publicar em periódicos. Seu primeiro livro, *A cinza das horas* (1917), reunia poemas escritos durante seu tratamento de saúde, mostrando tendências parnasianas e simbolistas. Em 1919, publicou *Carnaval*, que se destacou por uma maior liberdade rítmica e continha o poema "Os sapos", uma sátira ao Parnasianismo que foi declamado na Semana de Arte Moderna. Por sua influência na poesia brasileira, Mário de Andrade o apelidou de "São João Batista do Modernismo". Embora não tenha participado diretamente da Semana de Arte Moderna, colaborou com revistas modernistas como a *Klaxon*. Manuel Bandeira também atuou como crítico de artes plásticas, literário e musical, e foi cronista para diversos jornais e rádios, como o *Jornal do Brasil* e a *Rádio Ministério da Educação*. Ele se consagrou com estudos sobre as *Cartas chilenas* e a biografia de Gonçalves Dias. Sua obra foi reunida em dois volumes, *Poesia e prosa*, em 1958, e ele publicou o livro de memórias *Itinerário de Pasárgada* em 1954. Em 1940, foi eleito para a Cadeira 24 da Academia Brasileira de Letras (Academia Brasileira de Letras, s. d.).

⁸⁹ “Velha guarda” era uma expressão referente a músicos cariocas ligados ao samba e ao choro. Entre eles estavam nomes como Pixinguinha, Benedito Lacerda, Raul de Barros e Donga, considerados por Almirante como o “legítimo grupo de chorões”.

Almirante. Através das revistas e do rádio, formou-se um público para a música popular que, embora não rompesse totalmente com os padrões musicais brasileiros dos anos 1930-1940, os alargou. Em paralelo, consolidou-se um panteão de compositores que a década de 1960 consagraria de forma definitiva, incorporando-os à tradição da MPB mais “cultura” (Napolitano, 2010, p. 63).

Em culminância, a partir do samba-canção, foi sendo constituída uma abordagem musical tida como moderna, a qual incorporava os timbres característicos do *cool-jazz*, como a bateria discreta, o piano com notas marcadas e a marcação sutil do contrabaixo. Nesse estilo, as interpretações vocais se tornavam mais controladas, enquanto as estruturas melódico-harmônicas ganhavam complexidade, com um uso mais frequente de dissonâncias. Emergia assim a “bossa-nova”, impulsionada por João Gilberto⁹⁰.

Culturas populares em Minas Gerais

A cultura mineira foi em grande parte associada ao barroco, como mencionado no primeiro tópico deste capítulo. Porém, ela apresenta-se muito mais ampla, em grande parte graças igualmente às contribuições afrodiáspóricas: daí os Congados, os caxambus, a capoeira... Alguns estudos pontuais foram promovidos sobre esta temática na primeira metade do século XX, a exemplo do trabalho de Nelson de Senna⁹¹:

Ainda em 1938, Senna publicou seus estudos sobre a influência afro na linguagem e nos costumes brasileiros sob o nome *Africanos no Brasil*, definido pelo próprio autor como mais genérico. Nesse trabalho, além de uma extensa lista de vocábulos,

⁹⁰ João Gilberto Prado Pereira de Oliveira (1931-2019) foi um compositor, cantor e violonista, nascido em Juazeiro, na Bahia. Em 1952, lançou seu primeiro disco solo. Em 1959 lançou um disco com o baião "Bim Bom" e "Chega de Saudade", que deu nome ao seu primeiro LP, considerado um dos marcos da fundação da bossa nova. Mudou-se para os Estados Unidos, onde gravou, em 1964, o LP *Getz/Gilberto* com o saxofonista Stan Getz, que contou com a participação de Tom Jobim e Astrud Gilberto. Sua forma de tocar violão, com uma batida de mão direita que sintetizava a batucada do samba, tornou-se uma referência para a bossa nova. Se dedicou a recriar obras de outros compositores, como Dorival Caymmi e Ary Barroso, em um estilo que misturava samba, baião e jazz (Enciclopédia Itaú Cultural, s. d.)

⁹¹ Nelson Coelho de Senna (1876-1952) nasceu em Serro, Minas Gerais. Foi escritor, historiador, professor universitário, jurista e político. Filho de professores, dedicou-se aos estudos de Letras, História e Direito desde cedo, e começou a lecionar ainda jovem. Aos vinte anos, substituiu Afonso Arinos de Melo Franco na Cadeira de História Universal e Brasileira no tradicional Ginásio mineiro, da qual se tornou catedrático. Em Diamantina, iniciou sua carreira no jornalismo, fundando e dirigindo o quinzenário "O Aprendiz". Mais tarde, em Ouro Preto, foi redator-chefe do jornal "Academia". Sua estreia como escritor ocorreu em 1895, com a publicação de um folheto sobre a cidade e o município do Serro. Sua vasta obra abrange contos, biografias, discursos, questões nacionais e internacionais, geografia, estatísticas e até a colaboração na composição do mapa de Minas Gerais. Em 1916, fundou e dirigiu o "Anuário de Minas", uma obra de grande expressividade. Em 1919, foi efetivado e depois se tornou catedrático na Cadeira de Economia Política, Direito Administrativo e Legislação de Terras na Escola de Engenharia de Belo Horizonte. Dedicou-se a estudos sobre os índios, rios e bacias, e seu trabalho "A Hulha Branca em Minas Gerais" catalogou 1.160 quedas d'água no estado (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS, s. d.)

alcunhas, apelidos e expressões, são apresentadas as influências na música, nos ritos e fetichismos religiosos e culturais; e indicadas algumas teses. Em face da pergunta sobre quais motivos o levaram a se dedicar ao tema, Senna explica que há mais de 30 anos vinha se dedicando aos africanismos e indigenismos na linguagem brasileira, publicados no Anuário de Minas Gerais e em revistas de filologia, de modo que o tema não lhe era novo. Havia nele a ‘ternura de ‘branco’ agradecido aos carinhos da velha ‘Mãe-Bá’⁹², uma negra africana que havia lhe embalado a infância com suas histórias e cantigas. À memória afetiva acrescenta um dever patriótico de conhecer melhor os povos daquele continente para onde foram degredados os seus compatriotas da Inconfidência Mineira (Sevilha, 2002, p. 8).

Aliás, ainda na interface entre a intelectualidade e as expressões culturais mineiras tidas como populares, pode-se citar o próprio Mário de Andrade, que após a fundação da Discoteca Pública Municipal de São Paulo, comentou:

Esta instituição, fundada em agosto de 1935, iniciou suas gravações científicas de **música popular** brasileira em 1936. Possui em arquivo de matrizes de discos populares, uma coleção de discos populares escolhidos entre os que têm algum valor científico, e um museu de instrumentos populares. Guarda também em seus arquivos uma coleção de várias centenas de documentos de música popular, registrados cientificamente, mas por meios não mecânicos, contendo melodias dos Estados de São Paulo, **Minas Gerais**, Pernambuco, Mato Grosso, Pará, Amazonas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia e Alagoas (Andrade *Apud* Oliveira, 2016, p. 51. Negrito desta dissertação)⁹³.

Cabe aqui ressaltar as especificidades do modernismo mineiro, que fortemente articulou tradição e modernidade: “embora estimulado pelos acontecimentos de São Paulo, o modernismo teria conhecido em Minas uma dinâmica própria, ou melhor, um ponto de equilíbrio em que se combinavam a ousadia das inovações e a fidelidade ao passado literário” (Marques, 2011, p. 21). Dessa maneira e de forma bem genérica, ao longo do século XX, as representações das culturas populares mineiras circulantes em diferentes meios de comunicação e até em âmbito acadêmico podem ser assim sintetizadas:

O fio capaz de soldar as Minas e as Gerais se constitui nas práticas culturais, experimentadas cotidianamente no viver dos mineiros. Cultura, festa e religiosidade são representações impressas e tramadas no tecido social dos que contracenam enquanto atores de seu tempo, construindo a sua história. [...] o povo mineiro do interior aprendeu a cultivar a sua memória nos pequenos sinais da vida cotidiana, que podem ser traduzidos nos objetos materiais, nos santos de devoção guardados e cultuados, nos ditos e provérbios populares com os quais procuram expressar a sabedoria e as experiências de vida, nas comemorações das festas religiosas e

⁹² Expressão retirada pela autora do livro de SENNA, N. de. *Africanos no Brasil* (estudos sobre os negros africanos e influências afronegras sobre a linguagem e costumes do povo brasileiro). Belo Horizonte: Of. Gráf. Queiroz Breyner, 1938. p. 25.

⁹³ O autor reporta-se à seguinte referência: ANDRADE, Mário. *A Música e a Canção Populares no Brasil*. In: *Ensaio sobre a música brasileira*. São Paulo: Martins, 1962. p. 168.

populares nas quais se renova a fé e tornam o reencontro possível, nos sabores, quitutes e comidas típicas, na preferência pelas antigas modas sertanejas ainda entoadas, nas crenças em benzenções, chás e remédios caseiros a que ainda recorrem. Nesse sentido, é possível afirmar que se cultura popular e desenvolvimentismo são caminhos cruzados de um mesmo tempo, [...] daí o caráter ambivalente da cultura brasileira, em que o moderno e o rústico podem se cruzar em qualquer momento da história (Machado, 1999, p. 182-183).

Com o crescimento populacional de Minas Gerais na primeira metade do século XX, assim, como com a melhor integração da estrutura produtiva mineira com os demais estados do país através de ferrovias, notadamente as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Dessa forma, ao longo das primeiras décadas do século XX, Minas Gerais encontrava-se entre os três principais estados brasileiros em produto industrial, transportes e renda estadual (DIAS; MACHADO; HOSKEN, 2019, p. 2000). Nessa conjuntura, a produção e o consumo das culturas populares mineiras também passaram por mudanças.

Por volta de 1920, uma pequena revolução dos costumes já estava em andamento em parte significativa de Minas Gerais. Nessa época, diversos novos espaços de lazer foram criados em várias cidades da região, tais como charutarias, restaurantes, bilhares, cafés, cervejarias, cinemas, bibliotecas, livrarias, riques de patinação, hipódromos e campos de futebol. Esses estabelecimentos, além de serem em si mesmos novos em várias cidades, também ofereciam práticas cujos conteúdos eram do mesmo modo originais. Afora a sociabilidade típica de lugares onde se reúne, se come e se bebe, esses espaços também promoviam exposições de artes plásticas, projeções de filmes, apresentações musicais ou espetáculos cênicos variados (Dias; Machado; Hosken, 2019, p. 2000).

No campo musical, os artistas de rádio também se apresentavam nesses espaços de sociabilidade das cidades mineiras, atendendo à expectativa e curiosidade do público ouvinte em conhecê-los. Em paralelo, em particular referência ao campo musical “popular”, “É notório observar como as bandas constituíram uma forma de manifestação popular bem significativa. Sua atuação era imprescindível nos coretos das pequenas cidades, em festas públicas, religiosas ou cívicas, enterro de pessoas importantes, leilões, festas carnavalescas, e outros. Além disso, elas funcionavam como centro de formação de músicos [...]” (Gomes, 2003, p. 7). No dizer da professora de Música Karina Gomes, “a banda civil é o verdadeiro conservatório popular.” (Gomes, 2003, p. 21). Passemos então ao segundo capítulo, dedicado aos conservatórios mineiros dos anos 1950, criados por iniciativa do Estado, em seu ensejo de apropriação do popular, do folclórico e do patrimonial.

Referências

- ABREU, Martha. Histórias musicais da Primeira República. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 13, n. 22, p. 71-83, jan.-jun. 2011.
- AGUIAR, Viviane Soares. “Cozinha tradicional paulista” (1963) e “Fogão de lenha” (1977): livros de receitas como fontes para a história das cozinhas regionais. **ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO**, 18. Anais... Rio de Janeiro, 2018.
- ALVES, Denise Coimbra. Conservatórios estaduais mineiros: da formação de professores de música a projetos, parcerias e capacitação docente para o ensino básico. **Revista NUPEART - profartes**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 146-159, 2017.
- ALVES, Denise Coimbra. **Conservatório Estadual de Música de Juiz de Fora: história e políticas atuais de capacitação de professores**. 2016. 179f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- AMARAL, Aracy (Org.). **Correspondência Mário de Andrade & Tarsila do Amaral**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Instituto de Estudos Brasileiros de São Paulo, 2001 (Coleção Correspondência Mário de Andrade; 2).
- AMARAL, Aracy. **Blaise Cendrars no Brasil e os Modernistas**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Fapesp/ Editora 34, 1997.
- ANDRADE, Mário de. **O turista aprendiz**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.
- ANDRADE, Oswald de. **Os dentes do dragão: entrevistas**. Pesquisa, organização e notas de Maria Eugênia Boaventura. 2a ed. São Paulo: Globo / Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- ARAGÃO, Helena de Moura. O Brasil musical em três experiências de mapeamento. **Desigualdade & Diversidade** – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, n. 8, p. 213-224, jan.-jul. 2011.
- ARCANJO JÚNIOR, Loque. Os sons das imagens: reflexões teórico-metodológicas acerca de iconografia, música e história. **Linguagens na Arte**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-18, 2020.
- ASSIS, Ana Cláudia de; BARBEITAS, Flávio LANA, CARDOSO FILHO, Marcos Edson. Música e história: desafios da prática interdisciplinar. In: BUDASZ, Rogério (Org.). **Pesquisa em música no Brasil: métodos, domínios, perspectivas**, Goiânia: ANPPOM, 2009.
- AUGUSTO, Antônio. A civilização como missão: o Conservatório de Música no Império do Brasil. **Revista Brasileira de Música**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 67-91, 2010.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, ago. 2013.
- BARROS, José D’Assunção. A imaginação musical como um modelo de análise para a História Intelectual. **Tempos Históricos**, v. 19, p. 42-64, 2015.
- BARROS, José D’Assunção. A imaginação musical como um modelo possível para repensar a Teoria da História. **História e Cultura**, v. 2, p. 4-26, 2013a.
- BARROS, José D’Assunção. Acordes teóricos? A música como um modelo para a Teoria na História e em outros campos de saber. **Lusíada**, Série de História, v. 9, p. 11-38, 2013b.
- BARROS, José D’Assunção. Memória e história: uma discussão conceitual. **Tempos Históricos**, v. 15, p. 317-343, 1º semestre de 2011.

BENEDETTI, Danieli Verônica Longo. A produção pianística de Claude Debussy durante a Primeira Guerra Mundial. In: **CONGRESSO DA ANPPOM**, 15, 2005, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPPOM, 2005. p. 1-17. Disponível em: https://www.anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2005/sessao15/danieli_benedetti.pdf. Acesso em: 23 jul. 2025.

BENETTI, Gustavo Frosi. A música no Brasil, de Guilherme de Mello: subsídios para uma edição crítica. In: IV Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos em Música, 2016, Rio de Janeiro. **Anais do IV Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos em Música**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2016. p. 926-936. Disponível em: <https://seer.unirio.br/simpom/article/view/5791/5226>. Acesso em: 23 jul. 2025.

BIZZOCCHI, Aldo. O clássico e o moderno, o erudito e o popular na arte. **Líbero**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 111-118, jan./dez. 1999.

BORGES, Mirelle Ferreira. **Heitor Villa-Lobos: o músico educador**. 2008. 131f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

BOTELHO, André. O modernismo como movimento cultural: uma sociologia política da cultura. **Lua Nova**, São Paulo, v. 111, p. 175-209, 2020.

BRANDÃO, Luigi; HOLLER, Marcos. Reflexões sobre escritos de Alexandre Tansman a respeito de tradição em música. **Congresso Da Associação Nacional De Pesquisa E Pós-Graduação Em Música**, 29. Anais... Pelotas, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Luigi-Gomes-Brandao/publication/341477471_Reflexoes_sobre_escritos_de_Alexandre_Tansman_a_respeito_de_tradicao_em_musica/links/5ec34b81299bf1c09ac9005f/Reflexoes-sobre-escritos-de-Alexandre-Tansman-a-respeito-de-tradicao-em-musica.pdf. Acesso em: 1 jul. 2025.

BRUM, Marcelo Alves. Luciano Gallet e a multiplicidade do artista. **Congresso Da Associação Nacional De Pesquisa E Pós-Graduação Em Música**, 17. Anais [...]. São Paulo: 2007.

BUSCACIO, Cesar; BUARQUE, Virgínia. Itinerários franceses de Villa-Lobos: entre alteridades e bricolagens histórico-musicais. **Trama Interdisciplinar**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 29-49, maio-ago. 2017.

CARNEIRO, João Paulo Jeannine Andrade. **O último propagandista do Império: o ‘barão’ de Santa-Anna Nery (1848-1901) e a divulgação do Brasil na Europa**. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações** Lisboa: Difel 1990.

CONTIER, Arnaldo D. O nacional na música erudita brasileira: Mário de Andrade e a questão da identidade cultural. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 1, n. 1, p. 1–21, 2004.

COSTA, Alcidea Coelho. **Educação patrimonial como instrumento de preservação**, 2006. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/181278990/EDUCACAO-PATRIMONIAL-COMO-INSTRUMENTO-DE>. Acesso em: 7 jul. 2025.

COTTA, André Guerra. Perspectivas de integração do patrimônio musical brasileiro. In: COTTA, André Guerra; BLANCO, Pablo Sotuyo (Org.). **Arquivologia e patrimônio musical**. Salvador: Edufba, 2006. p. 39-56.

DELGADO, Leonardo Gonçalves. **Almirante e a construção historiográfica da música brasileira: análise do programa No Tempo de Noel Rosa (1951)**. 2021. 92 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Estadual do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://ppgmus.unespar.edu.br/assuntos/dissertacoes/DELGADOLeonardo.AmiranteeaConstrucaoHistoriograficadaMusicaBrasileira.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.

DE PAULO, José Roberto. **A criação musical dos compositores Camargo Guarnieri e Francisco Mignone sob a influência da música afro-brasileira: propostas, preocupações e soluções**. ENCONTRO NACIONAL DA ANPPOM, 25., 2015, Vitória. *Anais [...]*. Vitória: ANPPOM, 2015. p. 3655-11723-1. Disponível em: https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2015/3655/public/3655-11723-1-PB.pdf. Acesso em: 23 jul. 2025.

DIAS, Cleber; MACHADO, Ana Flávia; HOSKEN, Vinícius. O espaço da cultura em Minas Gerais: aglomerações territoriais, desenvolvimento socioeconômico e concentração regional entre 1920 e 2010. **Nova Economia**, v. 29, n. especial, p. 1195-1220, 2019.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. A pulsão romântica e as ciências humanas no Ocidente. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, p. 5- 19, jun. 2004.

DUARTE, Miguel de Ávila. **Leite criôlo: da rede modernista nacional à memória monumental do modernismo**. 2011. 224f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

EGG, André. Artística, popular, popularesca: o modernismo e as fronteiras da música brasileira nas décadas de 1920 a 1950. **Tempo da Ciência**, v. 20, n. 39, p. 85-112, 1º sem. 2013.

EGG, André. Considerações sobre o nacionalismo musical no Brasil: Camargo Guarnieri e Francisco Mignone, 1928-1950. **Revista Científica FAP**, Curitiba, v. 2, p. 143-156, jan.-dez. 2007.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. **Bakhtiniana – Revista de Estudos do Discurso**, v. 1, n. 1, p. 115-126, 2009.

FOCILLON, Henri. **Elogio da mão**. Tradução de Samuel Titan Jr. [S. l.]: Instituto Moreira Salles, 2012.

FONSECA, Angelo Rafael Palma da. **Uma abordagem morfológica do bailado “Quadros Amazônicos” do compositor Francisco Mignone**. 101f. Dissertação (Mestrado em Música) –Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

FRANCISCO, Luciana. **Os debates sobre o Modernismo nos periódicos A Revista (Belo Horizonte, 1925-1926) e Verde (Cataguases, 1927-1928;1929)**. 2021. 191f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2021.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GOMES, Karina Barra. **Bandas de música: conservatório para o povo**. 2003. 52f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Artística – Habilitação em Música) – Instituto Villa-Lobos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

GOMES NETO, João Maurício. Culturas populares como patrimônio: as “tradições móveis” e o paradigma da brasilidade em Mário de Andrade. **Cadernos do CEOM**, v. 24, n. 35, p. 95-

122, 2011.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Guerra Peixe e os maracatus no Recife: trânsitos entre gêneros musicais (1930–1950). **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 235-251, jan.-jun. 2007.

GURGEL, Kátia Suzette Braga; MARTINS, José Henrique. Análise e considerações técnico-pianísticas sobre os “Três Estudos em Forma de Sonatina” de Oscar Lorenzo Fernandez. In: **Congresso Da Associação Nacional De Pesquisa E Pós-Graduação Em Música (Anppom)**, 16, 2006, Brasília. Anais [...]. Brasília: ANPPOM, 2006. p. 675-679. Disponível em:

https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2006/CDROM/COM/06_Com_Perf/ses_sao03/06COM_Perf_0302-216.pdf. Acesso em: 23 jul. 2025.

HALL, Stuart. **Da diáspora** – identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Brasília: Unesco, 2003.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul.-dez 2006.

HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IPHAN. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1980.

KLAMT, Valdemir. **O intelectual Mário de Andrade e suas políticas culturais**. 2003. 190f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. Cultura popular em Minas Gerais – transformações, persistências ou desagregações? **Tempos Históricos**, n. 1, v. 1, p. 177-184, mar. 1999.

MAIA, Gilda Helena Gomes. **Helena Nobre: uma musicista paraense da primeira metade do século XX**. 2011. 243f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

MARQUES, Ivan. **Cenas de um modernismo de província: Drummond e outros rapazes de Belo Horizonte**. São Paulo: Editora 34, 2011.

MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o patrimônio cultural: uma construção permanente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, Cláudia Mentz. **Ronald de Carvalho: Um historiador da literatura à margem das histórias da literatura brasileira**. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA LITERATURA, 5. Anais [...]. 2008.

MARTINS, Marcelo Adriano. **Dois trajetórias, um modernismo musical? Mário de Andrade e Renato Almeida**. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MINAS GERAIS. **Lei 811, de 13 de dezembro de 1951**. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-811-1951-minas-gerais-cria-cinco-conservatorios-estaduais-de-musica>. Acesso em: 21 maio 2023.

MORAES, José Geraldo Vinci de. Rádio e música popular nos anos 30. **Revista de História**,

v. 140, p. 75-93, 1999.

MOYA, Fernanda Nunes. **Diálogos entre Mário de Andrade e Francisco Curt Lange: nacionalismo e americanismo musicais nas décadas de 1930 e 1940.** 2014. 207 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. A música brasileira na década de 1950. **Revista USP**, São Paulo, n. 87, p. 56-73, set./nov. 2010.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Inventário e patrimônio cultural no Brasil. **História**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 257-268, 2007.

NORONHA, Lina Maria Ribeiro de. O Canto Orfeônico e a construção do conceito de identidade nacional. In: **Simpósio Internacional Villa-Lobos. Anais [...]**. 2009.

OLIVEIRA, Lucas Assis de. **Paradigmas eruditos e o nacional-popular na música brasileira dos anos de 1920 à Era de Ouro do rádio.** 2016. 167f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

PEREIRA, Marcus Vinícius Medeiros. Habitus conservatorial: do conceito a uma agenda de pesquisa. **Congresso Da Associação Nacional De Pesquisa E Pós-Graduação Em Música**, 23. Anais... Natal, 2013. Disponível em: https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2013/2019/public/2019-6839-1-PB.pdf. Acesso em: 23 maio 2024.

PERNET, Corinne A. “Pela cultura genuína das Américas”: Folclore musical e política cultural do Pan-americanismo, 1933–1950. **Revista Brasileira de Música**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 19-51, jan.-jun. 2014.

PIMENTEL, Maria Odília de Quadros. **Traços de percursos de inserção profissional: um estudo sobre egressos dos Conservatórios Estaduais de Música de Minas Gerais.** 2015. 185f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PINTO, Fabiana Aparecida de Almeida Souza. **“Homem, poeta, cérebro, coração”:** Lindolfo Gomes e o pensamento intelectual e preservacionista em Juiz de Fora. 2018. 187 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

POULOT, Dominique. *Une histoire du patrimoine en Occident*. Paris: PuF, 2006

REIS, Celiane Ferreira; SANTOS, Rita de Cássia Silva Dionísio. Alexina de Magalhães Pinto: Contribuições para a História Da Literatura Infantil Brasileira. In: Rita de Cássia Silva Dionísio Santos Elisângela Mesquita Silva; Maria Zilda da Cunha. (Org.). **Literatura infantojuvenil: saberes e fazeres literários.** 1ªed.Rio de Janeiro: Dialogarts, 2022, v. , p. 33-48. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/61361/2/LiteraturaInfnt_saberesEfazeres-34-49.pdf. Acesso em: 23 jul. 2025.

RIBEIRO, Cristina Betioli. Alexandre José de Melo Moraes Filho (1844-1919): a prioridade da contribuição africana na formação da literatura e da cultura brasileiras. **Remate de Males**, v. 39, p. 1-17, 2019.

RINALDI, Artur. Desafios e objetivos da pesquisa em Música. PIQUINI, Paulo Cesar (org.). 34ª. **Jornada Acadêmica Integrada.** Anais.... Santa Maria: FACOS-UFSM, 2020. p. 6-31.

- RODRIGUES, Lutero. Carlos Gomes, os modernistas e Mário de Andrade. **Revista Brasileira de Música**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 105-127, jan.-jun. 2011.
- RUBIÃO, Fernanda Pires. **Os negros do Rosário**: memórias, identidades e tradições no Congado de Oliveira (1950-2009). 2010. 185f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p.1- 15, jul. 2009.
- SALES, Fernando Augusto. **A formação flautística no Conservatório Estadual de Música Padre José Maria Xavier**: um estudo histórico. 2011. 64f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- SANDRONI, Carlos. Notas sobre etnografia em Mário de Andrade. **Estudos Avançados**, v. 36, n. 104, p. 205-223, 2022.
- SANTOS, Diego Wandal dos. **Diplomacia cultural em Luiz Heitor Corrêa de Azevedo**. 2024. 90f. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Estadual do Paraná, Curitiba 2024.
- SCANDAROLLI, Denise. História e Musicologia: duas apropriações do passado. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 22, p. 225-237, dez. 2016.
- SEVILHA, Fabíola. Os mosaicos e o amálgama: o povo brasileiro e a contribuição de Minas Gerais à história da nação. **História**, v. 41, p. 1-20, 2022.
- SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da et al. Pesquisa Documental: alternativa investigativa na formação docente. In: **Congresso Nacional De Educação - Educere**, 9, 2009, Curitiba. Anais... Curitiba: Pucpr, 2009. p. 4554-4566. Disponível em: <https://proinclusao.ufc.br/wp-content/uploads/2021/08/pesquisa-documental.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2024.
- TONI, Flávia Camargo. Patrimônio musical e “desgeograficação” do Brasil. **Música e Cultura: revista da ABET**, v. 8, n. 1, p. 59-65, 2013.
- TONI, Flávia Camargo. Mário de Andrade e Villa-Lobos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, 27, 43-58, 1987.
- ULHÔA, Martha Tupinambá de. Escuta, memória e competência: Prelúdio ao estudo de gêneros musicais do passado. In: **Aspectos sobre a valsa no Rio de Janeiro no longo século XIX – de folhetins, música de salão e serestas**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2022.
- VALENTINI, Luísa. Nos “arredores” e na “capital”: as pesquisas da Sociedade de Etnografia e Folclore (1937-1939). **Ponto Urbe**, v. 5, p. 1-25, 2009.
- VIANA, Cibele Aparecida. **A escrita docente da história local**: Pesquisa-ação com professores/as do ensino básico obre os distritos de Mariana-MG. 2024. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2024.
- VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e missão**: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte, 1997.
- VOLPE, Maria Alice. Patrimônio musical e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Música**, Rio de Janeiro, v. 29, n.2, p. 261-276, jul.-dez. 2016.
- VOLPE, Maria Alice. Patrimônio musical e invenção. In: VOLPE, Maria Alice

(org.). **Patrimônio musical na atualidade: Tradição, Memória, Discurso e Poder.** (Série Simpósio Internacional de Musicologia da UFRJ, vol.3). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Música, Programa de Pós-graduação em Música, 2013.

VOLPE, Maria Alice. Patrimônio musical e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Música**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 261-276, jul.-dez. 2016.

Sites:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Graca Aranha*. s. d. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/graca-aranha/biografia>. Acesso em: 23 jul. 2025.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Manuel Bandeira*. s. d. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/manuel-bandeira/biografia>. Acesso em: 23 jul. 2025.

CASA LEVY DE PIANOS. Alexandre Levy. s. d. Disponível em: <https://casalevydepianos.com.br/historia-alexandre-levy/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

E BIOGRAFIA. Noel Rosa. s. d. Disponível em: https://www.ebiografia.com/noel_rosa/. Acesso em: 23 jul. 2025.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. Alberto Nepomuceno. s. d. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/22367-alberto-nepomuceno>. Acesso em: 23 jul. 2025.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. Ary Barroso. s. d. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/4084-ary-barroso>. Acesso em: 23 jul. 2025.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. João Gilberto. s. d. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/4212-joao-gilberto>. Acesso em: 23 jul. 2025.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Carlos Gomes. s. d. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GOMES,%20Carlos.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

LITERATURA AFRO-BRASILEIRA. *Edison Carneiro*. s. d. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1392-edison-carneiro>. Acesso em: 23 jul. 2025.

MASCOLO FLUTE CENTER & ESTUDANTES. Biografia de Pixinguinha. s. d. Disponível em: <https://sites.google.com/site/estudantesflautastransversal/choro/biografia-de-pixinguinha>. Acesso em: 23 jul. 2025.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. *Wanderley Júnior*. 2022. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1119-Wanderley_Junior. Acesso em: 23 jul. 2025.

MUTIRÃO DO BRASILEIRISMO. *Luís da Câmara Cascudo*. s. d. Disponível em: <http://portal.metodista.br/mutirao-do-brasileirismo/cartografia/verbetes/america-do-sul/luis-da-camara-cascudo>. Acesso em: 23 jul. 2025.

WIKIPÉDIA. Mozart de Araujo. s. d. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mozart_de_Ara%C3%BAjo. Acesso em: 23 jul. 2025.

MODOS DE ENSINAR HISTÓRIA DURANTE AS MUDANÇAS EDUCACIONAIS CAUSADAS PELA PANDEMIA DO COVID-19 EM TRÊS ESCOLAS DO TOCANTINS

Thasley Westanyslau Alves Pereira
Vasni de Almeida

Introdução

Este texto é resultado da dissertação intitulada *Percepções e modos de ensinar de professores de História: mudanças educacionais provocadas pela pandemia do Covid-19 em três escolas do Tocantins*. A pesquisa realizada para a escrita da dissertação teve como objetivo estudar as percepções e práticas de docentes que atuavam, preponderantemente, na disciplina História durante as mudanças educacionais provocadas pela pandemia provocada pelo SARS-Covid-19, a partir do contexto tocantinense.

Em sintonia com medidas de cautelas para combater o contágio, o estado do Tocantins suspendeu as aulas ofertadas na Rede Estadual de Ensino da Educação Básica por cinco dias a partir do Decreto nº 6.065 de 13 de março de 2020. Aos 18 dias do mesmo mês é declarada Situação de Emergência em todo o território estadual em razão da pandemia da Covid-19⁹⁴. No mesmo dia, a suspensão das atividades educacionais é mantida nos estabelecimentos públicos e privados do estado⁹⁵. Como medida para mitigar os prejuízos relativos ao cumprimento da carga anual de horas/aulas e a posterior reposição, as férias escolares da rede estadual de educação é antecipada para o período que se estendeu do dia 25 de março a 23 de abril a partir

⁹⁴ Por meio do Decreto nº 6.070. O Estado de Emergência garante maior flexibilidade para o governo agir diante de uma situação, dispensando licitações e contratos de aquisição de bens necessários que no caso em questão, são aplicados nas ações frente o enfrentamento da situação pandêmica no estado.

⁹⁵ A partir do Decreto nº 6.071.

do Decreto nº 6.073, de 24 de março de 2020. Desde o fim do período de férias antecipadas até o retorno das atividades educacionais de modo remoto foram assinados mais quatro Decretos. Decreto nº 6.087, prorrogou a suspensão das aulas de 27 de abril a 29 de maio; Decreto nº 6.099, manteve a suspensão das atividades educacionais até 30 de junho; Decreto nº 6.112, manteve a suspensão das atividades escolares até 31 de julho; Decreto nº 6.112 – prorrogou a suspensão das aulas presenciais até 31 de agosto.

Posto isso, tivemos, como meta, na pesquisa realizada, apresentar as ações e medidas adotadas pelos gestores da educação pública tocantinense para a manutenção das atividades educacionais no período pandêmico, suas razões e seus desafios. Nessa perspectiva, apresentamos como a situação de ensino remoto se apropriou de recursos tecnológicos provenientes da tecnologia da informação disponíveis. Procuramos evidenciar se tais recursos foram de fato utilizados pelos docentes, bem como se tiveram o alcance esperado pelos estudantes. Discorreremos sobre a eficácia ou não do uso dessas tecnologias nas aulas de História e se as mesmas se colocam como margem de possibilidade didática para campo didático da História. Em paralelo, buscamos perceber a aproximação da realidade do ensino remoto dentro do contexto tocantinense, com o que vinha sendo colocado como projeto de educação, no que diz respeito à cultura digital e a relação com as tecnologias da informação.

Do mesmo modo, analisamos um aspecto que ganhou maior evidência dentro da situação de pandemia e que atingia o campo educacional. Trata-se da recusa ao conhecimento científico, presente em discursos anticientíficos a respeito das medidas adotadas para diminuir a transmissibilidades da Covid-19 e o seu eventual controle por meio da vacinação. Como fenômeno, esses discursos de caráter negacionista estavam (e ainda estão) se tornado uma constante dentro da realidade social brasileira, em muitos aspectos atingindo inclusive o campo das ciências sociais, como o revisionismo histórico lançado para fins ideológicos partidários, que ganhou novos contornos diante das redes sociais, aplicativos de comunicação em massa e em plataformas de *streaming*.

No entanto, cabe aqui destacar que a meta central do estudo foi permitir uma melhor compreensão do vínculo estabelecido entre o contexto social e político provocado pela pandemia, as práticas educacionais decorrentes e o que se tem projetado para a educação a partir dos documentos que organizam a educação nacional, tendo como foco, o contexto tocantinense e a atuação dos docentes da área de História.

A relevância da pesquisa realizada se encontra na possibilidade de avaliação do impacto

do contexto social e político gerado pela pandemia nas práticas educacionais. Ao considerar documentos nacionais e a atuação específica dos docentes de História no contexto tocantinense, nossa análise visou compreender como o ambiente educacional enfrentou desafios ao se adaptar rapidamente ao ensino remoto.

Dentro desse contexto, esperamos que este capítulo, fruto da dissertação, possa permitir uma reflexão sobre a importância da cultura digital e como esse elemento contemporâneo da vida cotidiana apresenta desafios e oportunidades para o campo educacional.

Entre os desafios, destaca-se o fenômeno do negacionismo, que se manifestou em diversas esferas sociais durante a pandemia, incluindo debates políticos e científicos. Esse fenômeno tem como característica maior o questionamento infundado do conhecimento validado pelo método científico, cuja disseminação, de maneira elementar e básico, ocorre principalmente no âmbito da Educação Básica.

Por outro lado, propusemos pensar oportunidades relacionadas a práticas educacionais mais alinhadas com o contexto histórico atual. O estudo buscou, assim, não apenas analisar os desafios enfrentados, mas também destacar as possíveis oportunidades que surgem no campo educacional diante das transformações sociais e maior inserção do uso da tecnologia da informação e que foram aceleradas pela pandemia.

Para tratar as mudanças no ensino exigidas durante a pandemia, a partir das medidas tomadas pela Secretaria Estadual de Educação do Tocantins, SEDUC-TO, entendemos ser necessário discorrer sobre as bases teóricas e conceituais que circundavam as escolas estaduais tocantinenses no período anterior à pandemia. Questões basilares foram então pensadas: como estavam organizados os currículos das escolas que foram afetadas? Quais as premissas teóricas e metodológicas amparavam o ensino escolar ofertado até então? Que diretrizes sustentavam o ensino oferecido? Essas questões nos levaram a apresentar as mudanças pelas quais passaram a educação escolar brasileira nas décadas anteriores ao contexto pandêmico.

Nos ativemos, ainda, na análise dos documentos orientadores que definiram os rumos que a educação nacional desde a Constituição de 1988, entre esses a LDB 9394/1996 e os PCNs, de 1998, bem como aqueles que deverão ser assumidos nos próximos anos, como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, e o Plano Nacional de Educação – PNE. Tais documentos se constituem como diretrizes do que se está projetando para a educação em resposta às necessidades que o atual tempo histórico vem impondo.

Objetivamos também apresentar a situação de enfrentamento aos desafios que foram

impostos durante a pandemia, levando-se em consideração aspectos como: acesso às tecnologias da informação, metodologias ativas, interativas, *offline* e entre outras, a partir de três unidades escolares distintas quanto à condição socioeconômica do público-alvo que atendem, bem como modalidade da educação básica que ofertam. Estes estabelecimentos de ensino se situam dentro dos municípios de Tocantínia e Miracema do Tocantins, distantes de Palmas, capital do estado, cerca de 89 quilômetros. Em Tocantínia, trata-se do Centro Educacional Girassol de Tempo Integral Fé e Alegria Frei Antônio e o CEMIX - Centro de Ensino Médio Indígena Xerente. Em Miracema, selecionamos o Colégio Tocantins. Estas escolas foram selecionadas a partir de critérios relacionados com a realidade socioeconômica e cultural da comunidade em que estão inseridas, bem como pela modalidade de ensino que ofertam no intuito de abarcar particularidades que são inerentes à realidade diversa da rede de ensino do estado do Tocantins.

Para a escrita da dissertação utilizamos, como fontes documentais, os pareceres do Conselho Estadual de Educação, ofícios, memorandos, normativas e demais documentos orientadores expedidos pelos órgãos da estrutura organizacional de gestão educacional do estado do Tocantins. O levantamento das orientações decorrentes das fontes documentais consultadas foi realizado a partir das práticas docentes que atuam nas escolas delimitadas. Essa etapa da pesquisa foi realizada a partir de questionários previamente estruturados e testados, tendo como sujeitos da pesquisa os professores de História das escolas citadas. Para avaliar as condições que as unidades escolares em tela ofereceram quanto aos recursos, sobretudo os tecnológicos, bem como para fazer o levantamento da situação socioeconômica em que essas escolas se circunscrevem, o Projeto Político Pedagógico e os dados levantados pelos questionários das avaliações externas do Sistema Avaliação da Educação Básica (SAEB) foram analisados e serviram como fonte para mensurar o acesso às tecnologias da informação pelos educandos.

Com esse procedimento, buscamos verificar a situação em que se encontravam os educadores frente a essa nova realidade de ensino, bem como verificar as variações tanto relativas à oferta de ensino pelas unidades escolares, bem como às expectativas dos educandos quanto aos processos de ensino ofertados.

Realizada a fase de pesquisa documental, bibliográfica, as observações em ação e as entrevistas orais, a escrita da dissertação foi estruturada em quatro capítulos.

Desenvolvimento

No primeiro capítulo, fizemos uma abordagem teórica a respeito da educação formal no Brasil a partir da década de 1990, procurando perceber seus objetivos e finalidades. Nesse sentido, ocupamo-nos de autores como Otaíza Oliveira Romanelli (1986), Demerval Saviani (2004, 2011), Oliveira (2000), Freitas e Figueira (2020), Martins (2001), Frigotto (2010), Barman (1998), Bittencourt (2004), Uczak (2014), Gentili (1998).

Nossa referência principal foram as considerações de Romanelli (1986) a respeito da relação entre estruturas de poder e a organização do ensino na República, bem como a pedagogia histórico-crítica de Saviani (2004). Do mesmo modo, a partir das obras de Frigotto (2010) e de Gentili (1998) discorremos sobre as recentes reformas educacionais como incrementos das políticas educacionais do contexto das reformas neoliberais em educação, a partir dos anos 1990 e sua influência na educação brasileira, bem como os desdobramentos desta para a realidade educacional tocantinense.

As leituras realizadas nos permitiram perceber as políticas neoliberais como um elo em que se vincula a relação entre o que é público e o que é privado no sentido de que essas estão em sintonia dos interesses do mercado. Interesses estes que polarizam entre a formação para o trabalho mais condizente com a estruturação do sistema capitalista na atualidade, bem como tendo a educação como uma opção de mercado a ser explorado a partir das suas variadas instâncias, como a gestão, operacionalidade do trabalho docente, oferta de materiais didáticos, cursos voltados a qualificação e aprimoramento profissional, dentre outros.

A discussão teórica a respeito das reformas educacionais ocorridas a partir dos anos 1990 e que ainda continuam em curso, foi fundamental para nosso melhor posicionamento como pesquisador diante do nosso objeto de pesquisa. A compreensão do que se tem projetado para a educação é um importante instrumento para o entendimento do nosso objeto de pesquisa, uma vez que para verificar o impacto da pandemia na atuação dos docentes em História a partir do contexto tocantinense é necessário compreender o atual contexto educacional de maneira mais ampla, perpassando pelo pontos de discussão quanto a constituição de um currículo de caráter nacional, os interesses particulares inerentes, os pontos de embates que permeiam a construção desse tipo de documento.

Esta questão é relevante na medida em que o currículo do tipo prescritivo é um aspecto determinante, tanto pelo fato de se constituir como uma resposta para as particularidades da realidade social, política e econômica da sociedade que orientou sua estruturação como

documento e mais ainda, pelo fato de ser estruturante quanto ao trabalho docente, seja no posicionamento desse profissional de maneira acrítica, seja dentro de uma relação de autonomia diante dos que está prescrito como conteúdos, seus objetivos e fins esperados.

No segundo capítulo, centrado na análise da legislação educacional, estabelecemos a relação entre os principais documentos que projetam o sistema educacional brasileiro e as medidas tomadas pelo estado do Tocantins quanto a manutenção da oferta das aulas dentro do contexto da pandemia da Covid-19. Nosso principal ponto de discussão se estabeleceu a partir da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), priorizando sua utilização dentro do estabelecimento de metodologias didático pedagógicas alinhadas com a realidade do ensino remoto, elencando sobretudo o adequado planejamento de aulas, que no qual prevê a apropriação dos Objetos do Conhecimento, com a habilidade respectiva a ser atingida em articulação com as Competências Gerais comuns a todos os componentes curriculares que fazem parte da BNCC.

No terceiro capítulo, analisamos as diretrizes educacionais do sistema público de ensino do Tocantins, encontrados nas páginas online da Secretaria da Educação e Cultura – SEDUC-TO, disponibilizados para a manutenção do ensino durante a suspensão das atividades presenciais durante a fase mais aguda da pandemia. Essa análise foi norteada pela leitura de documentos oficiais que orientaram as ações relativas à gestão e o trabalho didático pedagógico das equipes escolares, face à Base Nacional Comum Curricular, BNCC, e o Documento Curricular do Tocantins, DCT. Fazem parte desse conjunto de documentos, ofícios, circulares, memorandos, pautas de formações e portarias do Conselho Estadual de Educação – CEE. Essa documentação nos permitiu verificar as ações tomadas ao nível de planejamento para a manutenção das atividades educacionais diante da necessidade de evitar o convívio social durante o período de alta incidência de casos de Covid-19 no Tocantins.

Na leitura dos documentos da Rede Estadual de Ensino do Tocantins verificamos que o estado optou como estratégia para manter a oferta de aulas nas suas unidades de ensino durante o segundo semestre de 2020, o ensino remoto mediado ou não por metodologias didáticas que se debruçam pelo uso de tecnologias da informação (TICs). No ano de 2021, a alternativa se aproximou das características do ensino híbrido, que prevê o alinhamento do ensino remoto com o ensino presencial. Essa alteração de estratégias para a manutenção das atividades escolares se deu devido a observância dos números relativos à pandemia da Covid-19 no Tocantins.

O conjunto de orientações presentes nas orientações e diretrizes consultadas, demonstrou, dentro da nossa ótica, uma complementariedade entre elas, o que refletiu essa mesma situação dentro das estratégias que foram adotadas no plano do cotidiano escolar. Dito isso, há de se compreender que a operacionalidade dessas orientações por meio de estratégias, sofreram impacto direto do contexto real e das circunstâncias e complexidades inseridas dentro da realidade de cada estabelecimento de ensino.

Do mesmo modo, o conjunto dos documentos normativos que firmaram a seguridade jurídica, bem como o realinhamento do currículo com a situação do ensino remoto como estratégia para a manutenção das atividades escolares possuem esse aspecto complementar e global, e tiveram, na nossa interpretação, um objetivo central, a manutenção das crianças e adolescentes como estudantes, garantindo assim o funcionamento das atividades escolares, mesmo diante dos desafios impostos pela situação de pandemia.

O alinhamento das orientações advindas da gestão quanto a operacionalidade do ensino remoto dentro do contexto da realidade tocantinense demonstrou uma visão de cima dos processos de orientação do trabalho docente, no entanto, foi na operacionalidade dessas orientações que ocorreram situações diversas e que foram decorrentes da realidade de cada escola.

No quarto capítulo, detivemo-nos na análise dos relatos de professores de História, que atuaram em contextos de trabalhos distintos. A partir das informações colhidas nas entrevistas com os professores das três escolas selecionadas, percorremos os desafios enfrentados por aqueles que atuam na área de História e a complexidade da situação gerada pela pandemia. Nosso foco foi a realidade específica do contexto tocantinense, explorando como os educadores perceberam e lidaram com a transição para o ensino remoto. Buscamos compreender as nuances dessa adaptação, examinando tanto os obstáculos encontrados quanto as estratégias adotadas pelos docentes para garantir a continuidade do processo educacional. Nesse capítulo da dissertação nos preocupamos com a história e características das três escolas sobre as quais nos debruçamos. Nossa pretensão foi fazer a caracterização da realidade em que a operacionalidade destas orientações foi executada dentro do nosso recorte espacial.

Focamos as práticas e percepções de docentes que atuam nas escolas que pesquisamos. Para o levantamento da realidade de enfrentamento do ensino remoto dentro da realidade pesquisada, fizemos uso da História Oral. Escolhemos essa metodologia de pesquisa histórica por ela desempenhar um papel importante para a compreensão e preservação da diversidade de

experiências humanas ao longo do tempo por deferentes aspectos.

Nesse ponto, as reflexões de Verena Alberti foram significativas. Ao discorrer sobre o lugar da História Oral, a pesquisadora nos lembra sobre as possibilidades de produção de conhecimento oferecidas por essa abordagem historiográfica e o fascínio exercido pela vivacidade do passado contido nas fontes orais (Alberti, 2005). Destaca desse modo, a individualidade e a subjetividade como pontos-chaves inerentes dessa vivacidade do passado presente nos testemunhos orais, justamente por neles conterem experiências históricas vívidas e tangíveis através dos discursos provenientes da memória. Por outro lado, aponta também para cuidados que o pesquisador em História Oral deve ter diante do objetivo central desse campo de pesquisa, que conforme a autora, é recuperar o “vivido” conforme o “concebido” por que viveu (Alberti, 2005).

As entrevistas que realizamos com professores das escolas elencadas representaram um momento único, no qual os participantes se colocaram à disposição do pesquisador, dedicando parte do seu tempo e, principalmente, compartilhando suas memórias e a partir destas e dos seus meandros, as percepções sobre o que é pesquisado é então revelado. Atentos a essa metodologia, descrevemos as percepções dos professores entrevistados referentes a sua atuação como docente dentro do contexto de pandemia e isolamento social. O critério de escolha dos entrevistados teve como marco orientador dois aspectos: a formação e a atuação na área de História.

Vale a pena inserir aqui alguns fragmentos que apontam as dificuldades dos docentes com a utilização das mídias digitais no ensino durante a pandemia. Nesse sentido, o professor Lídio Cabral relatou que “muitas vezes quando não era possível ministrar o conteúdo inteiro, nós colocávamos os links de vídeo aulas na agenda dos meninos para complementar [...] (Entrevista realizada com o Prof. Lídio Cabral, 16/10/2023). A professora Sheila Alves perguntava “e aí como que você dá aula online? Se você não tem um computador bom, você não tem um quadro em casa, você não tem um material em casa, não tem o equipamento pra você poder dar aula online, né? (Entrevista realizada com a Profa. Sheila, 16/10/2023). Edilberto Xerente, docente da escola indígena, sinalizou que para lecionar de forma remota “não tinha internet fixa, mas eu tinha que dar um jeito de preparar aula, né? Eu ia na casa do vizinho quando não tinha internet em casa de dados móveis que era péssima na aldeia” (Entrevista com Prof. Edilberto, 15/11/2024). Para dar conta de oferecer algum tipo de ensino, os docentes enfrentaram desafios sobre os quais não houve planejamento para obtenção e uso

dos meios digitais, mesmo na terceira década do século XXI.

A análise das entrevistas indicou que as dificuldades encontradas pelos professores durante o período de pandemia ampliaram ainda mais os desafios a serem superados pelo trabalho docente para mitigar as deficiências de aprendizagem já existentes. Do mesmo modo, apesar da realidade histórica evidenciar a necessidade de problematizar os impactos das novas tecnologias para o mundo contemporâneo em suas múltiplas faces e isso sendo evidenciado inclusive dentro do currículo escolar, a realidade levantada sobre os estabelecimentos de ensino que selecionamos parece ser distante por questões básicas frente ao acesso e uso de práticas educacionais mais atreladas a esse contexto. Fato que certamente se faz presente em outros espaços educacionais que se assemelham com a realidade de outras regiões do Estado do Tocantins.

Considerações acerca da pesquisa

Tendo como ponto de partida esse cenário desafiador, a dissertação objetivou aprofundar a compreensão das percepções e práticas dos docentes que atuam na disciplina História diante das significativas mudanças no cenário educacional, impulsionadas pela pandemia de Covid-19, no contexto específico do estado do Tocantins. O objetivo principal foi o de analisar as ações e medidas adotadas pelo poder público para garantir a continuidade das atividades educacionais durante o período pandêmico, confrontando-as com a efetiva implementação dessas medidas no âmbito escolar, considerando as peculiaridades do contexto de três realidades escolares distintas.

A pandemia deixou evidente a necessidade de uma maior inserção da cultura digital e das tecnologias a elas atreladas no campo educacional. Isso é necessário na medida em que atravessamos um ponto limiar relativo à influência desse aspecto da vida cotidiana no atual contexto histórico. Ao passo em que essa influência traz consigo aspectos positivos, problemáticas também são observadas e a educação é um caminho para mitigar os impactos negativos da cultura digital para a sociedade de modo geral. No entanto, é necessário superar esse novo campo que se abriu, mas que reflete as desigualdades sociais existentes no Brasil, incluindo-se nelas, a desigualdade de acesso a uma educação de qualidade, que responda aos anseios da sociedade contemporânea.

Como conclusão, a operacionalidade das estratégias de ensino dentro do contexto remoto mais revelou as disparidades existentes entre as realidades escolares do que exercitaram

alguma incidência sobre o ensino de História. As dificuldades de acesso à internet, a equipamentos dos meios informacionais e o domínio prático de ferramentas e plataformas tecnológicas, assim como a própria rotina e carga de trabalho são imperativos que nos leva a concluir que não houve uma mudança considerável no ensino de História mediado por tecnologia. A partir das percepções apreendidas nas entrevistas, o meio digital foi mais utilizado como plataforma para manter o contato com os estudantes diante da realidade do distanciamento social que foi vigente na pandemia. Desse modo, o período de ensino emergencial revelou que dentro desse aspecto, o ensino de História deve evoluir quanto ao uso de ferramentas educacionais mais condizentes com o que vem se impondo no atual contexto histórico, afinal, como formar sujeitos críticos, participativos e ativos, negando um aspecto que é fundamental da realidade objetiva desse sujeito? Os profissionais da educação, aqueles que estão no chão da sala de aula, entendem isso. O que lhes faltam é a formação, condições de trabalho e acesso as ferramentas mais condizentes com o atual contexto. O currículo por ele próprio não impacta em nada a realidade escolar. É o trabalho docente e as condições para a realização desse trabalho que possibilita de fato uma alteração significativa na educação.

Produto final: proposta didática mediada por meio de uso tecnologias da informação

Nosso produto, como requisito obrigatório do Programa de Pós-graduação em História das Populações Amazônicas, consistiu em apresentar propostas didáticas mediadas por uso de tecnologias da informação alinhadas ao ensino de História.

Essa proposta se justifica na medida em que incorporar o uso de tecnologias da informação possibilita a potencialidade de enriquecimento do processo de ensino aprendizagem, tornando-o mais dinâmico, interativo e envolvente, além de possibilitar, maior participação ativa do estudante dentro do seu percurso em direção a aprendizagem. O uso do meio digital dentro do ensino de História ainda se justifica pela necessidade de adequar os métodos de ensino desse componente curricular às demandas do atual contexto histórico, o que impacta diretamente no perfil estudantil atual. O devir, a partir do que a realidade apresenta, nos leva a crer que as tecnologias da informação desempenharão um papel cada vez mais central na reprodução da vida cotidiana. Cada vez mais estamos mais conectados e o desdobramento desse fato para a educação é a aproximação dessa realidade para o público estudantil. Desse modo, com o passar dos anos, os estudantes estarão cada vez mais integrados e familiarizados com dispositivos digitais e demais recursos digitais. Portanto, adotar essa abordagem é

fundamental, pois possibilita o preparo dos alunos para os desafios e oportunidades do mundo contemporâneo em que cada vez mais, a ideia da alfabetização digital e a capacidade de acessar, avaliar e utilizar informações de maneira crítica e reflexiva são essenciais. O período de ensino remoto revelou isso. Dessa forma, o ensino de História dentro dessa perspectiva não apenas torna a disciplina mais interessante pelas características já apontadas, mas também e sobretudo, pelo caráter da disciplina histórica oportunizar a formação do pensamento crítico diante de uma realidade posta no tempo e no espaço.

Metodologicamente, as possibilidades de uso do meio digital como metodologia didática varia conforme os objetivos e ferramentas a serem utilizadas. Abaixo, demonstramos algumas sugestões de meios a serem utilizados dentro do ensino de História. Essas são apenas algumas de muitas possibilidades disponíveis⁹⁶ para criar situações didáticas alinhadas ao uso do meio digital para o ensino de História dentre muitas. Cada uma das opções possui características e funcionalidades particulares e próprias. Sendo assim, é importante explorar, experimentar e mais ainda, adaptar tais ferramentas de maneira para que ela atenda às necessidades específicas dentro do contexto de sua realidade de atuação profissional como professor de História.

Dentro de suas funcionalidades, pode haver limitação quanto ao seu uso. Algumas das ferramentas possuem planos de pagamento, permitindo o uso limitado de maneira gratuita. No entanto, mesmo dentro das limitações colocadas pelo plano gratuito, as possibilidades didáticas permanecem interessantes.

Outra questão a ser levada em consideração é que não necessariamente o ensino de História mediado por tecnologias da informação somente ocorre quando o aluno tem o contato direto com essas mesmas tecnologias. O ensino de História seguindo essa perspectiva pode ser realizado quando o docente, dentro do seu planejamento, adota esse recurso para a elaboração da sua situação didática, editando por exemplo, atividades interativas, buscando fontes primárias no meio digital, fazendo uso de recursos do mesmo meio para promover um processo de ensino aprendizagem significativo. Portanto, a inserção de aspectos do meio digital dentro de um ensino de História não mediado por tecnologia pode ocorrer por exemplo, quando memes, reportagens, cartuns, charges, posicionamentos divergentes que por vezes podem ser

⁹⁶ Os links disponibilizados, bem como as ferramentas divulgadas na tabela estavam acessíveis no ato da escrita desse produto final. A depender do contexto de leitura, os dados expostos como ferramentas didáticas possíveis para o ensino de História podem não estar mais disponibilizados.

coletados dentro das redes sociais ou outros meios digitais são utilizados dentro da situação de aprendizagem.

Desse modo, o uso de ferramentas digitais no trabalho do professor anterior ao ato de ensinar é outro caminho possível e por vezes, a depender da realidade escolar, pode ser a única possibilidade de contato entre os estudantes e a cultura digital. Dentre as possibilidades de atuação do professor, está o uso de ferramentas desse meio para a criação de situações didáticas que promovam o referido contato.

A proposta didática completa da dissertação não pôde ser inserida neste texto, em razão da grande quantidade de páginas. Contudo, ela pode ser acessada na página <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/7675/1/Thasley%20Westanyslau%20Alves%20Pereira%20-%20Disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf> (Pereira, 2024). A seguir, dispomos apenas de um Plano de Aula.

PLANO DE AULA PROPOSTO

Área do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Componente Curricular: História - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Turmas: 1º - 3º Série do Ensino Médio

<p>Competência Geral (s)</p>	<p>1 - Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.</p> <p>8 - Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.</p>
<p>Competência específica Ciências Humanas e Sociais Aplicadas</p>	<p>1 - Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.</p>
<p>Habilidade(s)</p>	<p>(EM13CHS101): HISTÓRIA - Análise de narrativas historiográficas para o estudo da origem e formação dos diferentes povos em diferentes regiões do mundo e da História Regional (indígena e quilombola) considerando as noções de tempo das diferentes sociedades.</p>
<p>Objeto(s) de Conhecimento</p>	<p>Povos Pré-colombianos: Astecas, Maias e Incas</p>
<p>Metodologias/ Desenvolvimento</p>	<p>Situação didática 1: Aula expositiva e participativa por meio da leitura do texto os “Ritos corporais entre os Nacirema.” Em seguida, instigue os estudantes a expressarem verbalmente suas impressões sobre o “povo” Nacirema. Anote as impressões no quadro e solicite que os estudantes façam o mesmo em seus cadernos. Sugiro que a exposição dessas impressões seja feita em tópicos.</p> <p>Resumo do texto: "Os Ritos Corporais entre os Nacirema" é um texto antropológico escrito por Horace Miner que descreve as práticas culturais de um povo fictício chamado Nacirema. O autor utiliza uma abordagem etnográfica para analisar os rituais e comportamentos dos Nacirema, destacando a centralidade do corpo e dos rituais de cuidado pessoal em sua cultura. Miner descreve detalhadamente os procedimentos de higiene,</p>

Metodologias/ Desenvolvimento

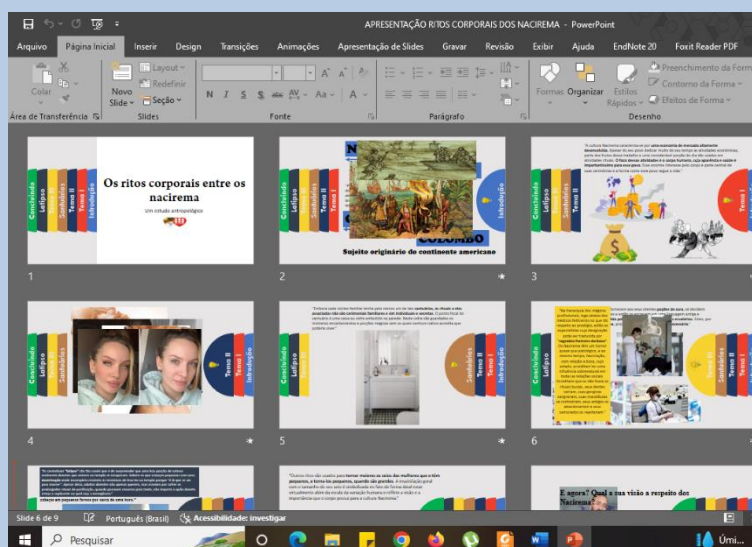
cuidados com o corpo e rituais de saúde dos Nacirema, apresentando-os de forma estranha e desconcertante para os leitores. No entanto, ao final do texto, revela-se que os Nacirema são, na verdade, os próprios americanos (a palavra "Nacirema" é uma inversão de "americano"), sugerindo uma crítica à visão etnocêntrica e aos preconceitos culturais na análise de outras sociedades. O texto convida os leitores a refletirem sobre as práticas culturais de sua própria sociedade e sobre a importância da relativização cultural na compreensão das diferenças humanas, convidando para o exercício da alteridade.

Muito provavelmente a leitura do texto causará o estranhamento entre os alunos e conseqüentemente avaliações negativas sobre os Nacirema. É a partir desse estranhamento que partirá a próxima situação didática.

OBS: O texto pode ser acessado em: <https://tinyurl.com/28a2zgc6>

Também disponibilizo esse mesmo texto adaptado e editável. Assim, há a possibilidade de torna-lo mais didático conforme seus interesses e realidade.

Situação didática 2: Exponha os termos levantados a partir das impressões dos estudantes no quadro e os deixe expostos até finalizar a discussão. Em seguida, fale sobre as intencionalidades do texto conforme no breve resumo disponibilizado acima. Sugiro que problematize elementos do texto no intuito de evidenciar que o texto retrata sobre aspectos culturais que nos são inerentes, portanto, próprios do nosso meio cultural. A exposição de fragmentos do texto que detalham esses aspectos e a ilustração por meio de imagens/vídeos é uma estratégia que pode ser adotada. Isso pode ser feito a partir do uso de um programa para edição de apresentações.



Obs: Deixarei uma apresentação disponível. A mesma poderá ser editada conforme seus interesses. Inclusive você poderá fazer melhorias na edição e formatação na ferramenta didática disponibilizada. A apresentação pode ser acessada a partir do link:

<https://tinyurl.com/27we5tvz>



Metodologias/ Desenvolvimento

Finalize essa situação didática questionando se o juízo de valor inicial dos estudantes ainda persiste e insira uma discussão sobre os motivos pelos quais a relação entre culturas distintas tende a persistir um posicionamento etnocêntrico, o que reforça preconceitos culturais na análise de outras sociedades. Discuta sobre o conceito de alteridade como medida a ser adotado para o estabelecimento de uma posição de relativização cultural no intuito de enxergar o outro, o diferente, o diverso, pela ótica cultural do sujeito e da cultura observada, buscando abandonar o etnocentrismo e exercitando a empatia e a alteridade como guias para o estabelecimento de uma relação com o “outro”.

Situação didática 3: Cinema e História – A luz das discussões realizadas, exiba o filme *Apocalypto* (2006).

Sinopse do filme: No fim da civilização maia, sacrifícios humanos se tornam cada vez mais frequentes, na tentativa de aplacar a ira dos deuses. Um jovem guerreiro é capturado e, num ímpeto de bravura, empreende incrível fuga para salvar a mulher grávida e o filho.

Data de lançamento: 26 de janeiro de 2007 (Brasil)

Diretor: Mel Gibson

Indicações: Oscar de Melhor Maquiagem e Penteados

Roteiro: Mel Gibson, Farhad Safinia

Metodologias/ Desenvolvimento	<p>Idioma: Iucateque (maia); Legenda em português Duração: 2h:18 minutos Classificação indicativa: 16 anos*</p> <p>* Sugiro editar o filme a partir de programas de edição de vídeos, fazendo cortes em cenas que julgar sensíveis. As cenas que exigem discrição são mais sugestivas do que propriamente ilustrativas. No entanto, podem causar desconfortos entre pessoas mais sensíveis. Portanto, sugiro adequar o filme a sua realidade.</p> <p>Situação didática 4: A partir do filme, oriente os estudantes a refletirem sobre o filme a partir da atividade disponibilizada em anexo. Se coloque como mediador, inserindo discussões sobre aspectos históricos da civilização maia. A proposta é que a partir da discussão coletiva, o estudante construa sua aprendizagem a respeito dos objetos da aprendizagem desse plano. Na mesma perspectiva promova discussão a respeito dos aspectos do filme e o texto trabalhado na situação didática 1 e 2.</p> <p>Situação didática 5: Sugerimos uma atividade de produção textual, na qual os estudantes partirão de uma imagem ilustrativa para a escrita dissertativa. O objetivo da atividade é verificar a aprendizagem diante das discussões realizadas, tendo como conceitos balizadores: etnocentrismo, eurocentrismo, alteridade, empatia, relativização cultural.</p>
Recursos Didáticos, Tecnológicos e outros:	Texto impresso, computador, equipamento audiovisual, quadro e pincel
Referências:	<p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Versão final. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em 07 de mar de 2024.</p> <p>TOCANTINS. Secretaria de Educação, Juventude e Esportes. Ciências humanas e Ensino religioso. Documento Curricular do Tocantins: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Secretaria de Educação, Juventude e Esportes, 2023.</p>
	<p>Este plano é flexível e adaptável conforme as situações apresentadas no decorrer da rotina escolar e do processo de ensino aprendizagem próprio de cada turma.</p> <p>Ele foi pensando a partir da ideia de que o Ensino Médio tem por objetivo, aprofundar o conhecimento que os estudantes adquiriram ao longo do Ensino Fundamental, complexando esse conhecimento face ao estágio de desenvolvimento cognitivo do estudante nesse nível de ensino.</p>

Observações:

ATENÇÃO: O filme citado do campo **Metodologias/Desenvolvimento** pode ser baixado na internet. Não disponibilizamos o link para download devido a questões relativas a direitos autorais. Sugerimos por sua conta e risco, pesquisar em um buscador, os termos: Apocalypto+torrent+download

É necessário ter um programa específico para o download via torrent. Caso não saiba fazer esse tipo de download, sugiro uma rápida busca no youtube de um tutorial.

Referências

Bibliográficas

AGUIAR, Márcia Angela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes. **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas.** [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018.

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BAUMAN, Z. **O mal-estar na pós-modernidade.** Trad. Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BARRETTO, Elba S. S. (Coord.). **As propostas curriculares oficiais. Análise das propostas curriculares dos estados e de alguns municípios das capitais para o ensino fundamental. (Textos FCC, n. 10).** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1995. Disponível em: http://www.fcc.org.br/biblioteca/publicacoes/textos_fcc/arquivos/1321. Acesso em: 20 mar. 2022.

BATISTA, Neusa Chaves. **O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública: participação na elaboração do princípio constitucional de gestão democrática do ensino público.**

Disponível

em: http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao_escola/modulo1/mbate_legislativo.pdf. Acesso em: 15 fev. 2022.

BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de história. In: Bittencourt, Circe (org.) **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2004, p. 11-27

BOLLMANN, M. G. N., & Aguiar, L. C. (2016). LDB: projetos em disputa: da tramitação à aprovação em 1996. **Revista Retratos da Escola**, 2016, 407-428. Acesso em: 19 fev. 2022
Doi: <http://dx.doi.org/10.22420/rde.v10i19.703>.

BOLLMANN, M. G. N. **LDB: do processo de construção democrática à aprovação antidemocrática**. Universidade e Sociedade, n. 12, p. 162-163, fev. 1997.

BRASIL. Gabinete do Ministro. Portaria n° 592, de 17 de junho de 2015. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, MEC, Brasília, DF, 18 junho de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: 2° versão revista**. Brasília: MEC, 2016.

BRASIL. Projeto de Lei n° 1.258-A de 1988 (Do Sr. Otávio Elísio). In: SAVIANI, D. *A nova lei da educação. LDB, trajetória, limites e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 1997a.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 20, n° 3, p. 5-24, 2006.

CAVALCANTE, J. R.. *et. al.* COVID-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020. **Epidemiologia E Serviços De Saúde**, 29(4), e2020376. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000400010>. Acesso em: 27 de julho de 2022.

CAETANO, Maira Raquel. **Educação em Revista**, Marília, v.21, n. 02, p. 65-82, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2020.v21n02.06.p65>. Acesso em: 19 março de 2022.

CHAVES, David Santos Pereira. **Empresariamento da Educação: Instituto Ayrton Senna e a política de competências socioemocionais na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2019.

CUNHA, Luiz Antônio. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental: convívio social e ética. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 99 nov. p. 60-72, 1996.

DIÓGENES, Elione M. N.; SILVA, Vanessa M. C.B. O Neoliberalismo e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): aproximações contextuais. in: **Revista Plurais – Virtual**. Anápolis - Go, Vol. 10, n. 3 – Set. /Dez. 2020 – p. 350-366 ISSN 1984-3941 e-ISSN 2238-3751.

FREITAS, Suzana Cristina de; FIGUEIRA, Felipe Luiz Gomes. Neoliberalismo, educação e a lei 9.394/1996. **Holos**, [S.l.], v. 7, p. 1-16, dez. 2020. ISSN 18071600. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/10061>. Acesso em: 24 fev. 2022. doi: <https://doi.org/10.15628/holos.2020.10061>

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

GENTILLI, Pablo. A complexidade do Óbvio: a privatização e seus significados no campo educacional. In: SILVA, Luiz Heron da (org.). **A escola cidadão no contexto da globalização: uma introdução**. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

GENTILLI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998

KENWAY, Jane. Educando cibercidadãos que sejam “ligados” e críticos. In: SILVA, Luiz Heron da (org.). **A escola cidadão no contexto da globalização: uma introdução**. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. p. 99-121.

LIMA, K. R. S. Organismos internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES, L. M. W. (org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil nos anos 1990**. São Paulo: Xamã. 2002.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Apontamentos para pensar o ensino de História hoje: reformas curriculares, Ensino Médio e formação do professor** [online]. 2006, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/YYr8PNC7mycyh6v9rQnhSxr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 de mar de 2022.

MARTINS, Angela Maria. A descentralização como eixo das reformas do ensino: uma discussão da literatura. **Educação & Sociedade** [online]. 2001, v. 22, n. 77. Acessado 30 Mar.2022,pp.2848.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S010173302001000400003>.ISSN:16784626.

MEDEIROS, Elisabeth Weber. Ensino de História: fontes e linguagens para uma prática renovada. **Revista Vidya**, vol. 25, n. 2, p. 59-71, jul/dez. 2007.

MELLO, G. N. Formação inicial de professores para a educação básica: Uma (re)visão radical. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1, 2000.

MIRANDA DE SÁ, Dominichi. Especial Covid-19: **Os historiadores e a pandemia**.

Fiocruz, Rio de Janeiro, set 2020. Disponível em:

<https://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1853-especial-covid-19-os-historiadores-e-a-pandemia.html>. Acesso em: 20 jun 2022.

NETO, Manoel Pereira de Macedo. Parâmetros curriculares nacionais de História: desafios e possibilidades da história ensinada na Educação Básica. **Revista História em Reflexão**: Vol. 3 n. 6 – UFGD - Dourados jul/dez 2009. Disponível em:

<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/487/356>. Acesso em: 13 de maio de 2022.

NEVES, Joana. Entre o criticado e o legitimado: ANPUH, AGB e os Parâmetros Curriculares Nacionais. In: **Contra o Consenso: LDB, DCN, PCN e reformas no ensino**. João Pessoa: Sal da Terra, 2000. p. 73-81.

OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte. Neoliberalismo durável: o consenso de Washington na onda rosa latino-americana. **Opinião Pública** [online]. 2020, v. 26, n. 1. Acesso em: 16 fev. 2022, pp. 158-192. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912020261158>. Epub 18 Maio 2020. ISSN 1807-0191. <https://doi.org/10.1590/1807-01912020261158>.

OLIVEIRA, J.F., LIBÂNEO, J.C. **A Educação Escolar: sociedade contemporânea**. In: Revista Fragmentos de Cultura, v. 8, n.3, p.597-612, Goiânia: IFITEG, 1998.

OLIVEIRA, Margarida M. Dias de (Org.). **Contra o Consenso: LDB, DCN, PCN e reformas no ensino**. João Pessoa: Sal da Terra, 2000.

OPAS/OMS. **Histórico da pandemia de Covid-19**. Opas – Organização Pan-Americana de Saúde. Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde.

Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 20 jun 2022.

- PEREIRA, J. M. M. Banco Mundial: dos bastidores aos 50 anos de Bretton Woods (1942-1994). **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 15, n. 29. jul./dez. 2014.
DOI:<https://doi.org/10.1590/2237101X015029006>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2014000200527. Acesso em: 19 fev. 2022.
- POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes Ltda, 1986.
- RÜSEN, J. **Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão**. Tradução de Marcos Roberto Kusnick. In: *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, PR., n. 2, p. 07-16, jul. - dez. 2006, V. 1
- SANTOS, A. F. T. Entre a Cooptação e a Repressão: Capital e Trabalho nas Reformas Educacionais Latinoamericanas. In: **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ**; GOMES, Claudio. (Org.). Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2004.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11° ed.rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação. LDB: trajetória e limites**. São Paulo: Autores Associados, 2004.
- SILVA, Tomaz T. A escola cidadão no contexto da globalização: uma introdução. In: SILVA, Luiz Heron da (org.). **A escola cidadão no contexto da globalização: uma introdução**. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. p. 7-10.
- SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 140 p.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-Ação** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- UCZAK, Lucia Hugo. **O PREAL e as políticas de avaliação educacional para a América Latina**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, RS, 2014.
- WERLANG, Adriana da Cunha; VIRIATO, Edaguimar Orquizas. O Programa para Reforma Educacional na América Latina e Caribe (PREAL) e a política e formação docente no Brasil na década de 1990. **Formação Docente**. *Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, Belo Horizonte, v. 4, n. 6, p. 10-23, 20 jul. 2012. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/52>. Acesso em: 22 nov. 2021.

Documentais

- DECRETO ESTADUAL Nº 6.073, DE 24 DE MARÇO DE 2020**. Disponível em:
Disponível em: <https://diariooficial.to.gov.br/busca/?por=edicao&edicao=5569>. Acesso em: 25/11/2022
- DECRETO ESTADUAL Nº 6.086, DE 22 DE ABRIL DE 2020**. Disponível em:
<https://diariooficial.to.gov.br/busca/?por=edicao&edicao=5585>. Acesso em: 25/11/2022
- DECRETO Nº 6.099, DE 28 DE MAIO DE 2020**. Disponível em:

<https://diariooficial.to.gov.br/busca/?por=edicao&edicao=5611>. Acesso em: 25/11/2022

DECRETO Nº 6.112, DE 29 DE JUNHO DE 2020. Disponível em:

<https://diariooficial.to.gov.br/busca/?por=edicao&edicao=5631>. Acesso em: 25/11/2022

DECRETO Nº 6.128, DE 31 DE JULHO DE 2020. Disponível em:

<https://diariooficial.to.gov.br/busca/?por=edicao&edicao=5655>. Acesso em: 25/11/2022

DECRETO Nº 6.143, DE 31 DE AGOSTO DE 2020. Disponível em:

<https://diariooficial.to.gov.br/busca/?por=edicao&edicao=5676>. Acesso em: 25/11/2022

DECRETO Nº 6.159, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020. Disponível em:

<https://diariooficial.to.gov.br/busca/?por=edicao&edicao=5696>. Acesso em: 25/11/2022

DECRETO Nº 6.175, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020. Disponível em: Disponível em:

<https://diariooficial.to.gov.br/busca/?por=edicao&edicao=5715>. Acesso em: 25/11/2022

DECRETO Nº 6.185, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2020. Disponível em:

<https://diariooficial.to.gov.br/busca/?por=edicao&edicao=5732>. Acesso em: 25/11/2022

DECRETO Nº 6.211, DE 29 DE JANEIRO DE 2021. Disponível em:

<https://diariooficial.to.gov.br/busca/?por=edicao&edicao=5777>. Acesso em: 25/11/2022

INDICAÇÃO CEE/TO/CLN Nº 009/2020. DOE/TO, Nº 5769, DE 20 DE JANEIRO DE

2021. Disponível em: <https://diariooficial.to.gov.br/busca/?por=edicao&edicao=5769>. Acesso em: 09/12/2022

LEI FEDERAL Nº 14.040, DE 18 DE AGOSTO DE 2020. Disponível em: Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.040-de-18-de-agostode-2020-272981525>.

Acesso em: 09/12/2022.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 934, DE 2020. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-

[2022/2020/mpv/mpv934.htm#:~:text=MPV%20934&text=Estabelece%20normas%20excepcionais%20sobre%20o,6%20de%20fevereiro%20de%202020](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv934.htm#:~:text=MPV%20934&text=Estabelece%20normas%20excepcionais%20sobre%20o,6%20de%20fevereiro%20de%202020). Acesso em: 27/11/2022.

PARECER HOMOLOGADO PARCIALMENTE. DOU de 1 de junho de 2020.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10/12/2022

PARECER CNE/CP Nº 05, DE 28 DE ABRIL DE 2020. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14511-pcp005-20&category_slud=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25/01/2022

PARECER CNE/CP Nº 11, DE 07 DE JULHO DE 2020. Disponível em: :

<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2020-pdf/148391-pcp011-20/file>. Acesso em: 28/11/2022

PARECER CNE/CP Nº 19, DE 6 DE OUTUBRO DE 2020. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download. Acesso em: 01/12/2022

PORTARIA CONJUNTA Nº 2/2020/SES/GASEC/SEDUC/UNITINS, DE 21 de outubro de 2020. Disponível em:

<https://www.unitins.br/cms/Midia/Arquivos/637619514060969260.pdf>. Acesso em:

28/11/2022

PORTARIA-SEDUC Nº 185, DE 29 DE JANEIRO DE 2021. Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/cee-to-cee-to-n-185_6089c7a25dff.pdf. Acesso em 29/11/2022.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Tocantínia: Secretaria do Centro de Ensino Médio Indígena Xerente – Warã, 2023.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Tocantínia: Secretaria do Centro de Ensino Médio Indígena Xerente – Warã, 2022.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Tocantínia: Secretaria do Centro Educacional Girassol de Tempo Integral Fé e Alegria Frei Antônio, 2021.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Tocantínia: Secretaria do Centro Educacional Girassol de Tempo Integral Fé e Alegria Frei Antônio, 2022.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Tocantínia: Secretaria do Centro Educacional Girassol de Tempo Integral Fé e Alegria Frei Antônio, 2023.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Miracema: Secretaria do Colégio Tocantins, 2020.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Miracema: Secretaria do Colégio Tocantins, 2021.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Miracema: Secretaria do Colégio Tocantins, 2022.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Miracema: Secretaria do Colégio Tocantins, 2023

RESOLUÇÃO Nº 097, DE 25 DE MARÇO DE 2020. Disponível em:

<https://diariooficial.to.gov.br/busca/?por=edicao&edicao=5573>. Acesso em: 20/12/2023

RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 001, DE 19 DE JANEIRO DE 2022. DOE 6025 de 08 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/291975>. Acesso em 14/12/2024.

RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 105, DE 08 DE ABRIL DE 2020. Disponível em:

<https://diariooficial.to.gov.br/busca/?por=edicao&edicao=5582>. Acesso em: 20/12/2023

RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 154, DE 17 DE JUNHO DE 2020. Disponível em:

<https://diariooficial.to.gov.br/busca/?por=edicao&edicao=5641>. Acesso em: 20/12/2023

RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 86, DE 18 DE MAIO DE 2021. Disponível em:

<https://central.to.gov.br/download/246583>. Acesso em: 21/12/2023

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167141-rcp002-20&category_slug=dezembro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23/12/2022.

Entrevistas

ARAÚJO, Ricardo Almeida. *Entrevista*: 20/11/2023

CABRAL, Lídio José Nascimento. *Entrevista*: 16/10/2024

SILVA, Sheila Alves da. *Entrevista* 16/10/2024

XERENTE, Edilberto Waikairo Marinho. *Entrevista*: 15/11/202

INFORMAÇÃO SOBRE OS ORGANIZADORES

Angelo Adriano Faria de Assis: Professor Titular da Universidade Federal de Viçosa, onde atua na Graduação em História e como coordenador do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Possui graduação (1995), mestrado (1998) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2004) e Pós-doutorado pelas Universidade de Lisboa (2011), Universidade de Évora (2011) e Lettres Sorbonne Université (França, 2021). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Acadêmico em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Presidente da Seção Minas Gerais da Associação Nacional de História - Anpuh-MG, no biênio 2018-2020.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4758858392951831>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1587-438X>

George Leonardo Seabra Coelho: Possui graduação - Bacharelado e Licenciatura - em História pela Universidade Federal de Goiás (2006), mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás (2010) e doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás (2015). Fez estágio pós-doutoral em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), na Universidade Federal de Goiás (UFG) e na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Atualmente é Professor Associado no curso de Licenciatura em História da UFT-Porto Nacional e coordenador do PPGHispan-UFT. Tem experiência na área de ensino de História, Fotografia, Literatura e História, com ênfase em História do Brasil e Literatura Modernista, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso e poder, literatura modernista, projetos de integração e pensamento autoritário brasileiro. Também desenvolve pesquisa abordando as relações entre Mídias, tecnologias e História, criador e líder do Grupo de Pesquisa em Mídias, Tecnologias e História (MITECHIS). É criador e Editor da revista *Convergências: Estudos em Humanidades Digitais* (2965-2758) e parecerista em mais de dez periódicos nacionais. É vice-coordenador do Centro de Documentação e Memória de Arraias e Região (CDMAR) e conselheiro da Região Norte da Associação Brasileira Acadêmicos em Defesa dos BRICS (ABRABRICS).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8547171534862098>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3166-4008>

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

Angelo Adriano Faria de Assis: Professor Titular da Universidade Federal de Viçosa, onde atua na Graduação em História e como coordenador do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Possui graduação (1995), mestrado (1998) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2004) e Pós-doutorado pelas Universidade de Lisboa (2011), Universidade de Évora (2011) e Lettres Sorbonne Université (França, 2021). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Acadêmico em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Presidente da Seção Minas Gerais da Associação Nacional de História - Anpuh-MG, no biênio 2018-2020.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4758858392951831>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1587-438X>

Désirée Ciro Nery dos Santos: Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco(1990), graduação em BACHARELADO EM DIREITO pela FACULDADE DE DIREITO DE OLINDA(1996) e mestrado em HISTÓRIA pela Universidade Católica de Pernambuco(2024). Atualmente é Técnico Judiciário da Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Tem experiência na área de Direito. Atuando principalmente nos seguintes temas: Cartografia, Ditadura civil-militar e Tortura.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5225985254428409>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-5302-5035>

Elania Nunes Bezerra: Sou graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2009). Especialista em Libras e Educação Inclusiva da Pessoa Surda. Especialista em Metodologias de Ensino de História. Cursei Pedagogia no Centro Universitário FIEO (2022) . Mestre em História, no ano de 2025, pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Tenho experiência em pesquisas na área de História, com ênfase em História de Pernambuco, nos seguintes campos de estudo: relações de poder, criminalidade e escravidão. Lecionei por 4 anos a disciplina de Libras na Fundação de Ensino Superior de Olinda (FUNESO). Atuei por 4 anos como tutora e professora de Libras na Faculdade FASUP. Atualmente sou professora das redes municipais de Recife e de Olinda.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3961862044722248>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-8737-628X>

Flávio Barbosa de Albernaz: Possui graduação - Licenciatura em História pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade São Marcos (FASAMAR), Especialização em Docência, com ênfase na educação básica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), Especialização em História e Cultura Afro-Brasileira pela Faculdade São Marcos (FASAMAR), Especialização em Metodologia do Ensino da História e da Geografia pela Faculdade São Marcos (FASAMAR), Especialização em Gestão Escolar (Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção) pela Faculdade Venda Nova do Emigrante (FAVENI), Especialização em História do Brasil, Especialização em História Social e Contemporânea pela Faculdade Iguazu,

Mestrado Profissional em História das Populações Amazônicas (PPGHispam), pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Atualmente é professor na Escola Estadual Márcia Barbosa e na Escola Municipal Jorge Amado, em Palmas - TO, possui experiência nas disciplinas de História, Educação Patrimonial, Ética e Urbanidade, Ensino Religioso e Projeto de vida.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4203811776453333>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1497-2065>

George Leonardo Seabra Coelho: Possui graduação - Bacharelado e Licenciatura - em História pela Universidade Federal de Goiás (2006), mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás (2010) e doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás (2015). Fez estágio pós-doutoral em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), na Universidade Federal de Goiás (UFG) e na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Atualmente é Professor Associado no curso de Licenciatura em História da UFT-Porto Nacional e coordenador do PPGHispam-UFT. Tem experiência na área de ensino de História, Fotografia, Literatura e História, com ênfase em História do Brasil e Literatura Modernista, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso e poder, literatura modernista, projetos de integração e pensamento autoritário brasileiro. Também desenvolve pesquisa abordando as relações entre Mídias, tecnologias e História, criador e líder do Grupo de Pesquisa em Mídias, Tecnologias e História (MITECHIS). É criador e Editor da revista *Convergências: Estudos em Humanidades Digitais* (2965-2758) e parecerista em mais de dez periódicos nacionais. É vice-coordenador do Centro de Documentação e Memória de Arraias e Região (CDMAR) e conselheiro da Região Norte da Associação Brasileira Acadêmicos em Defesa dos BRICS (ABRABRICS).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8547171534862098>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3166-4008>

Helder Remigio de Amorim: É Doutor em História do Norte e Nordeste do Brasil - UFPE, Mestre em História Social da Cultura Regional - UFRPE e Licenciado em História - UFRPE. Possui experiência na Educação Básica e no Ensino Superior, na formação de professores, bem como experiência na gestão de arquivos. Em seus estudos se dedica as relações entre fome, cidadania, biografia, poder, cidade e história urbana. Possui estágio doutoral no Institut d'histoire du temps présent - IHTP (Paris-França) e mobilidade discente no Instituto de História da UFRJ. Foi Presidente da Associação Nacional de História (ANPUH - PE) Biênio 2020-2022, foi Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UNICAP - Mestrado Profissional (2021-2024). Atualmente é Professor Assistente IV da Universidade Católica de Pernambuco, Professor da Licenciatura em História da Escola de Educação e Humanidades. É Editor-Gerente da Revista História UNICAP, Editor Assistente da Revista do Arquivo Público do Estado de Pernambuco (APEJE) e membro do Conselho Editorial da Revista Brasileira de História. Atualmente coordena o Subprojeto do Pibid História da UNICAP. É autor do livro *Josué de Castro: um pequeno pedaço do incomensurável* (2022). E-mail: helder.remigio@unicap.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9130968646928214>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6006-9988>

Henrique Bondan Rampazzo: Graduação em Licenciatura em História na UCS - Universidade de Caxias do Sul - RS (2016-2019), com láurea acadêmica. Especialização em Docência no Ensino Superior, na UPF - Universidade de Passo Fundo (2022). Mestre no

COELHO, George Leonardo Seabra; ASSIS, Angelo Adriano Faria de. *Do arquivo ao território: histórias, conservação e educação patrimonial no Brasil contemporâneo (Volume 2)*. Eduft: Palmas, 2026,

Mestrado Profissional de História da UCS - Universidade de Caxias do Sul (2020-2022). Especialização em História Antiga, Medieval e Moderna, na FAMEESP - Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (2024-2025). Doutorando em História Medieval na UC - Universidade de Coimbra (2022). As áreas de pesquisa abrangem os períodos da Antiguidade Clássica e Medieval, com especial interesse em temas como História Militar - Cavalaria e Coudelaria; Ensino de História Medieval e História e Ficção.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4033527346881859>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9164-3911>

Leandro Nascimento de Souza: Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), no setor temático-cronológico História Moderna e Colonial, na linha de pesquisa Poder e Sociedade (2020). Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na linha de pesquisa Mundo Atlântico (2013). Especialista em História da África pela Fundação de Ensino Superior de Olinda (FUNESO) (2010). Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) (2008). Possui registro profissional de historiador n 57/PE. Tem interesse nos seguintes campos de atuação: 1) temáticas relacionadas à história das Áfricas, diásporas africanas, história e cultura afro-brasileira, bem como às suas práticas de ensino e à decolonialidade, com ênfase na educação para as relações étnico-raciais; 2) História do Brasil Colonial, com enfoque em Pernambuco e suas relações atlânticas. É Professor Assistente II da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), vinculado ao curso de História, e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado Profissional, na linha de pesquisa Relações de Poder, Política e Instituições, do qual é coordenador desde janeiro de 2025. Na UNICAP, atua também como Editor Científico da Revista História UNICAP, é membro dos grupos de pesquisa Estudos Transdisciplinares em História Social e, Pesquisas em Arqueologia e História Natural, ambos registrados no CNPq, além de colaborador do Instituto Ubuntu de Estudos Africanos e Diaspóricos e, do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI). Na instituição, coordena ainda o Conexões: Núcleo UNICAP de Estudos sobre a História do Brasil Colonial no Contexto Global. Atua também como Conselheiro Fiscal da Associação Nacional de História, seção Pernambuco. É autor do e-book História da África (2022) e do livro Governar e Escravizar: João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros nas relações de poder atlânticas e o tráfico de escravizados entre Angola e Pernambuco (1658-1666) (2025). Contato: leandro.souza@unicap.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1582889341461925>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1796-9072>

Leonardo Civale: Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, graduação em História pela Universidade Federal Fluminense, mestrado em Filosofia da Ciência pela COPPE - UFRJ, doutorado em História do Pensamento Geográfico pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-doutorado pelo Laboratório Território e Cidadania da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Associado III do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Viçosa, ministrando disciplinas nas áreas de Geografia Política, História do Pensamento Geográfico, Geografia e Construção do Espaço e Teorias da Geografia. Coordenador do Laboratório Cidade, Memória e Patrimônio do Departamento de Geografia (UFV). Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Usos da memória e narrativas patrimoniais em cidades mineiras. Professor e Coordenador do Mestrado Profissional em Patrimônio, Paisagens e Cidadania (História - UFRJ), ministrando disciplinas nas áreas de Paisagens Culturais, Memória, Patrimônio e Cidadania. Professor do Programa de

COELHO, George Leonardo Seabra; ASSIS, Angelo Adriano Faria de. *Do arquivo ao território: histórias, conservação e educação patrimonial no Brasil contemporâneo (Volume 2)*. Eduft: Palmas, 2026,

Mestrado em Geografia e do Doutorado em Arquitetura e Urbanismo da UFV. Membro do Comitê Científico da Revista Patr Y Ter, Revista Latinoamericana de Geografia e Humanidades da UnB.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6084393659907979>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0048-8336>

Maria Aparecida Pires Ribeiro: Possui graduação em História (licenciatura) pela Universidade Federal do Tocantins - UFT; mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônica - PPGHispan também na Universidade Federal do Tocantins; membra do Grupo de Pesquisa CNPq em Mídias, Tecnologias e História - MITECHIS. Profissionalmente já atuei como professora da Educação Básica; fui servidora temporária do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE onde ocupei-me na área da coleta de dados para pesquisas por amostragem tanto sociodemográficas como pesquisas econômicas. Atualmente sou servidora pública do executivo federal, lotada na Universidade Federal do Tocantins, no cargo de Assistente Administrativo, onde exerço atividades de secretariado e assessoramento de Órgãos Colegiados; atuo também como tutora no curso de especialização - Serviço de Atendimento Educacional Especializado - SAEE.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1510337550880707>

Regina Célia Padovan: Possui graduação em História e Mestrado em História Social, ambos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora Associada da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Porto Nacional; Docente do curso de Licenciatura em História e do Mestrado Profissional em História das Populações Amazônicas. (PPHISPAM). Líder do Grupo de Pesquisa História da Educação, Arquivo e Cultura Escolar. Atua como professora em história da educação; metodologia, prática, ensino e estágio supervisionado em História; desenvolve pesquisas no campo da história da educação, escolarização e metodologias, com enfoque para memórias, representações e cultura escolar; história e historiografia regional; práticas educativas e formação docente.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7785933812953260>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6779-5037>

Roberto Radünz: Possui graduação em História e Teologia. Doutor em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós-doutorado no Institute of the American and Europe na Universidade de Varsóvia / Polônia. Professor e pesquisador da Universidade de Caxias do Sul - UCS. Professor do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da UCS. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UCS / PPGHIS. É bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de história, luteranismo, educação patrimonial, escravidão e fontes e acervos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2401287478998780>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2569-3168>

Thasley Westanyslau Alves Pereira: Graduado no curso de História pela Fundação Universidade Federal do Tocantins. Foi bolsista pelo Programa de Iniciação à Docência - PIBID. Atuou também como bolsista na modalidade de Iniciação científica, vinculado ao CNPq, integrante do projeto de pesquisa: DICIONÁRIO BRASILEIRO DA GUERRA DO

PARAGUAI, realizando atividades na frente de pesquisa (plano de trabalho individualizado): LEVANTAMENTO DE FONTES PARA O DICIONÁRIO BRASILEIRO DA GUERRA DO PARAGUAI. Exerceu atividades em pesquisa que tinham como objetivo o LEVANTAMENTO DA INCIDÊNCIA DE ANEMIA FALCIFORME nas comunidades quilombolas do Estado do Tocantins, assim como o levantamento socioeconômico destas comunidades. O projeto foi executado por docentes e discentes dos cursos de História e Ciências Biológicas da Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional. Possui ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM SOCIEDADE, GESTÃO DEMOCRÁTICA E TRABALHO DOCENTE pela Universidade Federal do Tocantins. Atualmente é vinculado ao PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES AMAZÔNICAS - Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6490046937551025>

Vasni de Almeida: Possui graduação em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá, mestrado e doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Unesp/Franca e Unesp/Assis, respectivamente. Atuou como professor do Ensino Fundamental e Médio no ensino público e privado na região de Ribeirão Preto, SP, na década de 1990. Atuou como docente em faculdades privadas do interior paulista, ministrando as disciplinas História, Sociologia e Filosofia da Educação, História da Educação e Fundamentos Teóricos e Metodológicos das Ciências Sociais. Desde 2005 é professor do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins. Atualmente está lotado no Curso de História do Campus de Porto Nacional. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Protestantismo, História da Educação e Ensino de História, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, educação, metodismo, educação protestante e sociedade e práticas de ensino de História. De 2007 a 2014 foi membro do Conselho Editorial da Revista Escritas, do Colegiado de História da UFT, Campus de Araguaína. Em 2013 e 2014, coordenou o Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Núcleo UFT (ProfHistória). Em 2018 assumiu a Coordenação do Programa de Pós-Graduação - Mestrado Profissional, em História das Populações Amazônicas, PPGHispan, exercendo a função até dezembro de 2022.. É membro do Conselho Editorial da Revista Antígona.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8489955625630790>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0798-9010>

Williene Fátima Nascimento Gurgel: Conservadora-Restauradora Técnica especialista em acervos de papel/ FAOP-2003, Licenciada em Educação Artística com habilitação em Artes plásticas/UEMG-2010, Especialista em Metodologia do Ensino de Artes/ FACEL/IPEMIG-2012, Especialista em Biblioteconomia FABRAS/IBRA-2020, Especialista em Conservação Preventiva de Bens Culturais Móveis Eclesiásticos/ PUC MINAS-2021, Especialista em Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural/ IFMG OP- 2022. Mestranda em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania/ UFV Viçosa - 2022. Tem experiência na área de Artes, com ênfase na conservação e restauro de acervos sobre o suporte papel. Atua na elaboração de planos de Conservação Preventiva e consultorias pela empresa PapyrWN Conservação e Restauro.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8814518383687622>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-9979-5440>

Yasser Youssif Khoury: Atualmente é estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania pela Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais. No ano de 2015 completou o ensino médio pelo

Centro Educacional SESI 136 de Penápolis-SP e concluiu o curso técnico em Informática pela Etec João Jorge Geraissate/Colégio Agrícola, orientado pelo Prof. Alex Moretti, desenvolvendo como Trabalho de Conclusão de Curso um Sistema Escolar para Chamadas e Alerta de Faltas. Além disso, atuou como Jovem-Aprendiz no Centro de Processamento de Dados da Prefeitura de Penápolis, executando tarefas de manutenção, instalação e programação de computadores. Em 2019 concluiu a licenciatura em História pelo Centro Universitário Toledo de Ensino localizado em Araçatuba-SP. Durante esse período, participou de monitorias e dos grupos de pesquisa Arte e Patrimônio II e Imaginário e Representações Sociais. Desenvolveu pesquisas sobre Historiografias Militares, História Sócio-Cultural do Brasil e Imaginários e Representações das Mulheres Brasileiras no Século XX, culminando no Trabalho de Conclusão de Curso “A Construção do Discurso da ‘Mulher Ideal Brasileira’ no Século XX” ao lado de Renata Cristina de Oliveira Rocha, orientados pela Profa. Dra. Carla Sabrina Favaro. Ainda nesse ano e até o começo de 2020, atuou como docente de História, Geografia, Filosofia, Língua Portuguesa e Arte na rede estadual de São Paulo, e também como professor de Sociologia do Ensino Fundamental II no Colégio Futuro de Penápolis-SP, trabalhando temas relacionados a manifestações socioculturais e patrimônios histórico-culturais materiais e imateriais. No ano de 2023, se graduou pela Universidade Federal de Ouro Preto no curso de Licenciatura em Música com Habilitação em Saxofone, sob orientação do Prof. PhD Bernardo Vescovi Fabris. Durante o curso, atuou como Bolsista de Monitoria em História da Música C, sob o comando do Prof. Edilson Lima, bolsista na Diretoria de Bibliotecas e Informação, sob direção de Luciana de Oliveira, e monitor voluntário de Instrumento, Canto ou Regência C e D, sob coordenação do Prof. Bernardo Fabris e do Prof. Hugo Ziviani. Atuou como Professor Substituto de Oficinas de Música na Rede Pública Municipal de Penápolis. Pela universidade, desenvolveu projetos de pesquisa e extensão, como o artigo “Conservatórios de música em Minas Gerais na década de 1950: um estudo entre a Musicologia e a História”, apresentado nas 5^{as} Jornadas Discentes de Pesquisa em Música da UFOP, e atuou na Áudio Série “Sonoridades Histórias Afro-Indígenas De Barra Longa-MG”. Ambos os trabalhos e seu Trabalho de Conclusão de Curso, “Memorial Sonoro do Hospital Colônia de Barbacena” (que culminou na criação de um site/inventário), abordaram aspectos musicológicos, sonoros, memoriais e patrimoniais e ficaram sob orientação da Profa. Dra. Virginia Albuquerque de Castro Buarque. Ingressado no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Viçosa desde 2024, atuou como Bolsista de Monitoria Nível II das disciplinas de História da África I e II, Prática de Ensino de História e História e Cultura Afro-Brasileira, sob a supervisão dos professores Thiago Henrique Mota, Angelo Adriano Faria de Assis, Karla Denise Martins e Vanessa Lana. Isso ocorreu graças à conclusão, em 2025, do curso de extensão em Formação para Docência e Gestão para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (CEAD/UFOP, UFG e MEC). Hoje em dia, ele vem desenvolvendo pesquisas e abordagens sob viés interdisciplinar, dialogando entre História, Música, Musicologia, Folclore, Patrimônio e até Cosmopolítica, tendo os Conservatórios Mineiros como objeto de análise e reflexão. É orientado pelo Prof. Dr. Leonardo Civale e co-orientado pela Profa. Virgínia, com os quais apresentou o trabalho “Ensino de Música nos Conservatórios Mineiros: Do folclórico-popular ao desafio cosmopolítico” no I Colóquio Transferências Cosmopolíticas, na UFOP, em 2025. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5982841814525057>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-5973-7085>

